

Luciane Siqueira das Chagas



A construção da Pedagogia da Educação Infantil e a formação
continuada e em serviço das professoras da Creche Área de Saúde
CAS – UNICAMP

2006/09/19

TCC
UNICAMP

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

Luciane Siqueira das Chagas

A construção da Pedagogia da Educação Infantil e a formação
continuada e em serviço das professoras da Creche Área de Saúde
CAS – UNICAMP

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência parcial
para a graduação no curso de
Pedagogia da Faculdade de Educação
– UNICAMP, sob orientação da
Profa. Dra. Ana Lúcia Goulart de
Faria.

Campinas

2006

BIBLIOTECA

UNIDADE... FE
Nº CHAMADA TCC UNICAMP C346c
Tombo: 2991
PRO C: 123/06
11,00
DATA: 31 08 06
Nº CPD: 386316

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

C346c Chagas, Luciane Siqueira das.
A construção da Pedagogia da Educação Infantil e a formação continuada e em serviço das professoras da Creche Área de Saúde (CAS) - UNICAMP / Luciane Siqueira das Chagas. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Orientadores : Ana Lucia Goulart de Faria.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação infantil. 2. Creches. 3. Empresas públicas. 4. Pedagogia da educação infantil. 5. Criança pequenininha. 6. Formação de professoras. 7. Formação continuada. I. Faria, Ana Lúcia Goulart de.. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

06-298-BFE

AGRADECIMENTOS

À Profa. Ana Lúcia pela orientação, comprometimento e, especialmente, por compartilhar seu conhecimento e suas idéias inovadoras a respeito da Educação Infantil. Também à Profa. Patrícia Prado, segunda leitora deste TCC, que vem acompanhando esta pesquisa desde a definição do tema nas disciplinas de Metodologia de Pesquisa I e II.

Às colegas e também ao colega do grupo de orientação de TCC do grupo de estudos e pesquisa em educação infantil filiado ao Gepedisc da FE-Unicamp que tanto contribuíram com as discussões e reflexões sobre a Educação Infantil.

Às minhas amigas: Alice, Fernanda, Julyana, Karen, Rosineide e Vivian, que estiveram ao meu lado durante esses quatro anos e meio de graduação.

Às minhas colegas de trabalho, que tantas contribuições trouxeram à presente pesquisa através das trocas, reflexões e depoimentos. Em especial à Maria Busso, copeira da CAS, que me concedeu todo o material que tinha sobre a “Jornada dos Educadores”; à Luíza, professora da CAS, que me concedeu um dos editais dos concursos realizados para a contratação de profissionais (docentes) na CAS; e à Roberta, também professora da CAS, que me concedeu entrevista sobre o curso “Simplesmente Complexa: a Pedagogia na primeira etapa da Educação Básica”, criado e ministrado por minha orientadora.

À Leda, mãe da minha amiga Karen e ex-recreacionista da CAS, por me emprestar seus certificados de participação em cursos oferecidos na universidade.

À equipe técnica da CAS, em especial à Valéria, diretora, Magali, pedagoga, à Márcia, também pedagoga, à Tânia, psicóloga, e à Viviane, secretária, pela atenção e prontidão com a qual atenderam aos meus pedidos e, principalmente, pela disponibilidade dos materiais necessários para coleta de dados.

À Eury, uma das idealizadoras da “Jornada de Educadores” e também atual diretora dos Programas Educativos da UNICAMP, pela paciência e atenção com a qual sempre me recebeu, contribuindo com materiais e com a entrevista. Também às meninas da secretaria do CECI-Campinas, Adriana e Graça, pela disponibilidade de materiais para coleta de dados sobre a “Jornada de Educadores”.

Aos professores e professoras da Faculdade de Educação (FE-UNICAMP) e também aos seus funcionários e funcionárias, que tanto contribuíram com a minha

formação acadêmica e que, de alguma forma, contribuíram também para a construção e conclusão desta pesquisa.

Um agradecimento especial aos/às contribuintes do Estado de São Paulo que permitiram a minha formação universitária e acadêmica, garantindo, através do pagamento de impostos, a minha vaga em uma universidade pública, laica e gratuita.

Muito obrigada a todos e todas!

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa, primeiramente a Deus, minha fonte de vida e esperança.

À minha família: meu pai, Laércio, minha irmã, Leticia e, principalmente, à minha mãe, Lucia, pessoa forte, lutadora, amiga e companheira que sempre esteve ao meu lado incentivando e ajudando-me a resolver e organizar minhas coisas enquanto eu estudava. Sem ela eu nada seria...

Ao meu noivo, Alex, meu grande amor e amigo, que sempre esteve presente dando-me força e incentivo para continuar.

Dedico, especialmente, às crianças pequenininhas, portadoras de histórias, produtoras de culturas e sujeitos de direitos, a principal razão para que busquemos melhorar a nossa atuação enquanto professores e professoras.

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 e a nova LDB (lei nº 9394/96) trouxeram mudanças significativas para a educação das crianças de 0 a 6 anos no contexto nacional. Uma dessas mudanças diz respeito à formação das profissionais docentes – agora professoras de Educação Infantil – que atuam nas instituições dedicadas ao cuidado e educação das crianças nesta faixa etária. No entanto, pesquisas recentes afirmam que apenas a formação inicial (em nível médio, na modalidade Normal ou em nível superior, no curso de Pedagogia) não tem dado conta da especificidade e da complexidade da Educação Infantil, sendo a formação em serviço e/ou continuada fortes aliadas ao processo de construção da Pedagogia da Educação Infantil.

A presente pesquisa consiste em um estudo de caso, cujo objetivo foi fazer um levantamento e analisar preliminarmente – à luz da construção da Pedagogia da Educação Infantil – as propostas de formação continuada e em serviço oferecidas na universidade, através dos Programas Educativos, da Faculdade de Educação e da própria Creche Área de Saúde (CAS-UNICAMP), às profissionais docentes desta última. Sendo assim, a coleta de dados foi feita através da observação da organização do espaço e do tempo, das práticas educativas e dos momentos de formação continuada, utilizando também questionários, entrevistas e documentos oficiais e não oficiais, tais como: anotações, registros fotográficos e filmagens. A bibliografia italiana, a qual entende a criança como sujeito de direitos, capaz de múltiplas relações, portadora de história e produtora de cultura, e também a bibliografia especializada na área da Pedagogia da Educação Infantil, com destaque às pesquisas sobre as creches da UNICAMP, auxiliaram-me na análise de tais propostas.

Observou-se, então, que a formação continuada – ou apenas formação em serviço, quando a formação inicial específica ainda não era uma exigência – oferecida na universidade e também pela Faculdade de Educação da Unicamp, vem transformando as práticas educativas das professoras da CAS, definindo a especificidade desse trabalho e contribuindo para a construção da Pedagogia da Educação Infantil.

SUMÁRIO

Introdução.....	3
1. Procedimentos da pesquisa.....	7
2. Creches no local de trabalho.....	13
2.1 – As origens das creches na UNICAMP.....	16
3. O histórico de implementação do local pesquisado: Creche Área de Saúde (CAS) –UNICAMP	25
4. Características do local pesquisado: Creche Área de Saúde (CAS)- UNICAMP.....	32
4.1 – A organização do espaço físico da CAS.....	33
4.2 – Famílias e Crianças.....	42
4.3 – Profissionais.....	46
5. Propostas de Formação Continuada e em Serviço: a Pedagogia da Educação Infantil em construção.....	55
5.1 – “Jornada dos Educadores”: Uma proposta de atualização dos Programas Educativos.....	56
5.2 – Contribuições da Faculdade de Educação (FE – UNICAMP) na atualização das profissionais docentes dos Programas Educativos da UNICAMP.....	73
5.3 – Propostas cotidianas de formação em serviço na CAS: Reuniões Pedagógicas e Encontros.....	91
6. Considerações Finais.....	98
Bibliografia.....	102

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Siglas utilizadas.....	108
Anexo 2: Roteiros de Entrevistas.....	110
Anexo 3: Questionário.....	112
Anexo 4: Mapa da universidade.....	113
Anexo 5: Planta Baixa Creche Área de Saúde.....	115
Anexo 6: Editais de Concursos.....	116
Anexo 7: Notícia sobre a inauguração da CAS e do PRODECAD.....	132
Anexo 8: Regimento Interno da Jornada dos Educadores da UNICAMP.....	133
Anexo 9: Transcrição integral das entrevistas.....	140
Anexo 10: Programação das “Jornadas de Educadores”.....	157
Anexo 11: Programação do “I Encontro para Aprimoramento Profissional”.....	196
Anexo 12: “Ao contrário, as cem existem” (Loris Malaguzzi).....	197
Anexo 13: Roteiro de “Treinamento” oferecido às primeiras Recreacionistas da CAS.....	198

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Profissionais que atuam na CAS.....	46
Quadro 2 – Distribuição das professoras/recreacionistas por concurso.....	48
Quadro 3 – Formação inicial das recreacionistas contratadas no concurso de 1988.....	49
Quadro 4 – Formação inicial das recreacionistas contratadas no concurso de 2003.....	52
Quadro 5 – Formação inicial das professoras contratadas no concurso de 2004.....	53
Quadro 6 – Painéis expostos na “VII Jornada de Educadores”.....	68
Quadro 7 – Participação de Docentes da FE-UNICAMP na Subcomissão Científica e Relatório Final.....	69
Quadro 8 – Participação de Docentes, Mestrandos e/ou Doutorandos da FE-UNICAMP.....	70
Quadro 9 – Participação de Docentes, Mestrandos e/ou Doutorandos de outros institutos e faculdades da UNICAMP.....	71
Quadro 10 – Programação do Ciclo de Palestras promovido em 1998.....	75

Introdução

A história das instituições destinadas às crianças de 0 a 6 anos no Brasil possui, assim como afirma Vieira (1999), uma *dupla trajetória*:

A tradição assistencial é visualizada na trajetória das creches e escolas maternais, destinadas sobretudo às crianças oriundas das famílias pobres. A tendência educacional é observada quando se trata dos jardins-de-infância ou escolas infantis, mais tarde chamadas de pré-primário e depois de pré-escolas, voltados inicialmente e de forma predominante para as crianças nascidas de famílias das elites (p. 28).

Vê-se, então, que, assim como afirma Silva (1999), *o atendimento à criança no Brasil é diferenciado conforme os segmentos de classe* (p. 41). Em relação a essa diferenciação a referida autora afirma, ainda, que

Historicamente, o atendimento às crianças de 0 a 6 anos foi realizado em creches e pré-escolas, sendo as creches ligadas às secretarias estaduais ou municipais de Promoção Social, enquanto as pré-escolas eram mantidas pelas secretarias estaduais ou municipais de Educação (p. 42).

Essa dupla trajetória das instituições de Educação Infantil no Brasil implica também trajetórias diferentes na formação das profissionais¹ que atuavam (e ainda atuam) em cada uma delas.

Se para as creches, o profissional requerido vinha da área da saúde e da assistência, para os jardins-de-infância, o profissional era o professor. Em geral, as creches eram dirigidas por médicos ou assistentes sociais (ou irmãs de caridade), contando com educadoras leigas ou auxiliares, das quais eram requeridos conhecimentos nas áreas de saúde, higiene e puericultura. Nos jardins-de-infância, eram os professores (mas

¹ Refiro-me aqui às profissionais, mulheres, porque vemos que, historicamente, essa profissão vem sendo constituída como uma profissão feminina.

sobretudo as professoras normalistas) os profissionais destinados à tarefa de educar e socializar os pequenos (Vieira, 1999 apud Silva, 2005: 105).

No entanto, após a Constituição Federal de 1988, grande marco na história da Educação Infantil no Brasil, a qual prevê, no capítulo da Educação (Capítulo III), o direito das crianças de 0 a 6 anos de freqüentar creches e pré-escolas e também o dever do Estado em oferecer esse atendimento, tais instituições são vistas pela primeira vez como instituições educativas.

Essa novidade traz implicações para o perfil da profissional que atua diretamente com as crianças de 0 a 6 anos nas instituições de Educação Infantil. A nova LDB (lei nº 9394/96), ao incluir a Educação Infantil na Educação Básica, como primeira etapa, define também qual o profissional que deve atuar nesta etapa da educação: o professor, o qual deve ser formado em cursos de nível superior, sendo também aceita a formação em nível médio, na modalidade Normal.

O único modelo de professora de crianças que tínhamos, até então, era o de professora de Ensino Fundamental – e até a da pré-escola alfabetizante. No entanto, ser professora na Educação Infantil não é o mesmo que ser professora nas outras etapas da Educação Básica (no Ensino Fundamental e no Ensino Médio), tem algumas especificidades que ainda não são contempladas pelos cursos de formação inicial para o magistério. Diante disso, alguns pesquisadores como Nascimento (2005), por exemplo, chegam até a questionar se:

Uma qualificação que privilegia um perfil de professor é apropriada para a especificidade da educação infantil que pressupõe o educar e cuidar? Não estaria, na verdade, sendo enfatizada uma leitura escolar da educação infantil? (p. 108).

Isso é ainda mais agravante quando ouvimos das professoras ingressantes na Educação Infantil a seguinte frase: “Eu não estudei pra isso!”². Na verdade, de acordo com pesquisas recentes (Ongari e Molina, 2003; Silva, 1999; Silva, 2005; Vieira, 1999), elas não estudaram mesmo, pois foram formadas/preparadas para atuar somente no

² Frase que ouvi de algumas professoras de Educação Infantil da Creche Área de Saúde (CAS-UNICAMP).

Ensino Fundamental. Silva (2005) constatou, através do levantamento sobre a formação universitária oferecida às professoras de educação infantil em universidades federais, que nos cursos de Pedagogia ainda é predominante o modelo escolar do ensino fundamental, embora tenha identificado a presença incipiente de uma Pedagogia da Educação Infantil.

Vemos, então, que, assim como afirmam Mantovani e Perani (1999), a profissão de professora de Educação Infantil ainda está sendo inventada, construída.

A construção/definição do papel da professora de Educação Infantil faz parte da construção da Pedagogia da Educação Infantil. E já que os cursos de formação inicial para o magistério não tem dado conta da especificidade e da complexidade desta etapa da Educação Básica, a formação continuada e em serviço surgem como fortes aliadas ao processo de construção desta pedagogia.

Sendo assim, surge a seguinte pergunta, a qual norteou o desenvolvimento desta pesquisa: como e quanto as propostas de formação em serviço e continuada oferecidas na UNICAMP às profissionais docentes³ da Creche Área de Saúde (CAS-UNICAMP), através da Faculdade de Educação (FE-UNICAMP), dos Programas Educativos e das propostas cotidianas da CAS, vêm contribuindo para a definição da especificidade e da complexidade da Educação Infantil, ou melhor, para a construção da Pedagogia da Educação Infantil?

Na tentativa de responder essa questão, a presente pesquisa se propõe a fazer o levantamento dessas propostas, suscitando análises preliminares no sentido de encontrar, compreender e conhecer o processo de formação dessas profissionais à luz da construção da Pedagogia da Educação Infantil. Para isso, foi dividida em seis capítulos. No primeiro capítulo, “Procedimentos da Pesquisa”, apresento a forma como a pesquisa foi desenvolvida e também os métodos de coleta de dados utilizados.

No segundo capítulo, “Creches no local de trabalho”, faço uma breve apresentação da origem das creches de empresa, demonstrando que a criação destas visavam apenas atender uma necessidade da mãe, que, com a crescente industrialização no país, inseria-se no mercado de trabalho, não dispoñdo de um lugar e nem de alguém para deixar seus filhos enquanto trabalhava. Sendo assim, neste momento a creche é vista apenas como um local de guarda dessas crianças e não como um direito das mesmas, fazendo parte, então, da regulamentação do trabalho feminino. Apresento

³ Professoras e recreacionistas – ou *professoras não-habilitadas da educação infantil* (termo cunhado de Vieira, 1999).

também neste capítulo a trajetória da implementação da primeira creche da UNICAMP, o Centro de Convivência Infantil (CECI), no campus de Campinas, a qual serviu de base para a organização e implementação da CAS.

No terceiro capítulo, “O histórico de implementação do local pesquisado: Creche Área de Saúde (CAS)-UNICAMP”, considerando importante apresentar o contexto em que estão inseridas as profissionais alvo das propostas de formação, falo sobre a origem da CAS, a qual está diretamente vinculada às reivindicações das mães trabalhadoras da Área da Saúde da UNICAMP. Apresento também neste capítulo algumas mudanças pelas quais a CAS vem passando, as quais indicam a busca por uma Pedagogia da Educação Infantil.

No quarto capítulo, “Características do local pesquisado: Creche Área de Saúde (CAS)-UNICAMP”, faço uma apresentação mais detalhada do local pesquisado, mostrando como a organização do espaço na CAS tem proporcionado às crianças viverem suas infâncias e também apresentando os sujeitos que compõem tal espaço: famílias, crianças e profissionais. Gostaria de dar um destaque especial ao subcapítulo “4.3 – Profissionais”, o qual apresenta as profissionais que atuam nesta creche, principalmente aquelas que atuam diretamente com as crianças, as profissionais docentes (professoras e recreacionistas), bem como a forma como foram contratadas e as exigências dos concursos, as quais demonstram a mudança de olhar e de expectativa em relação ao papel desta profissional, isto é, o reconhecimento da necessidade de qualificação dessas profissionais.

Finalmente, no quinto capítulo, “Propostas de Formação Continuada e em Serviço: a construção da Pedagogia da Educação Infantil”, apresento o levantamento das propostas de formação continuada e em serviço oferecidas na universidade às profissionais docentes da Creche Área de Saúde através dos Programas Educativos, da Faculdade de Educação da UNICAMP e também das propostas cotidianas da CAS. Além de analisar preliminarmente cada uma dessas propostas à luz da construção da Pedagogia da Educação Infantil.

No sexto e último capítulo apresento as “Considerações Finais” desta pesquisa. Buscando refletir, com o auxílio da bibliografia italiana e também de pesquisas brasileiras recentes que vêem a criança como portadora de história, produtora de cultura e sujeito de direitos, o quanto as propostas de formação continuada e em serviço, objeto da presente pesquisa, têm contribuído para a construção da Pedagogia da Educação Infantil na CAS.

1. Procedimentos de Pesquisa

A presente pesquisa consiste em um Estudo de Caso Qualitativo. A opção por este tipo de pesquisa se deu pela possibilidade que ela oferece de incidir naquilo que o caso tem de único, singular. Em relação a esta pesquisa, especificamente, a Creche Área de Saúde foi elegida como objeto/caso, justamente pela sua peculiaridade enquanto creche de empresa pública, mais precisamente enquanto creche destinada apenas aos filhos e filhas das mães servidoras da Área da Saúde da UNICAMP. Assim como afirma Rabitti (1999), a finalidade do Estudo de Caso *não é a causalidade, mas a compreensão daquele caso particular em sua complexidade* (p. 30).

A observação foi o instrumento que despertou o interesse por essa pesquisa. O fato de eu estar inserida no contexto pesquisado, como profissional docente⁴, possibilitou-me um contato mais profundo com o cotidiano da CAS e também com os sujeitos que compõem esse espaço. Inicialmente, meu interesse era pesquisar a presença de regras e limites na Educação Infantil. Antes mesmo de cursar as disciplinas “Direito à Infância e Educação” (eletiva – EP446), “Educação Não-Escolar” (EP143) e “Estágio Supervisionado II” (EP206) – todas ministradas pela Profa. Dra. Ana Lúcia Goulart de Faria, orientadora da presente pesquisa –, as quais trataram da Educação Infantil enquanto direito da criança, já me incomodava o fato de os adultos, mais especificamente as profissionais docentes, limitarem a vivência da infância em um local que, teoricamente, deveria ser organizado especialmente para as crianças, para a vivência de suas infâncias. Porém, fui percebendo que essa postura derivava, em parte, do modelo de educação vivenciado por essas profissionais e também da formação que receberam nos cursos de formação inicial para o magistério, os quais enfatizam as práticas do ensino fundamental, com sua relação de mão única: professor ensina e criança, ou melhor, aluno⁵, aprende. Soma-se a isso o constante questionamento dessas profissionais em relação às atividades de cuidado das crianças: “Eu não estudei pra isso!”, era o que eu ouvia com frequência de algumas colegas de trabalho.

⁴ Ingressei na CAS em fevereiro de 2004, após ter sido aprovada no Concurso Público de 2003 para recreacionista.

⁵ No Ensino Fundamental a ênfase é dada à cognição, à apreensão dos conhecimentos que são transmitidos pela professora. Na escola a criança não tem liberdade para criar, para vivenciar sua infância, sendo vista, portanto, como aluno, como alguém que está lá apenas para apreender aquilo que a professora está transmitindo. Como afirma Malaguzzi: *A escola e a cultura lhe separaram [da criança] a cabeça do corpo* (Ver poesia “Ao contrário, as cem existem” de Loris Malaguzzi em anexo).

Foi a partir de então, e também sob a orientação da Profa. Dra. Ana Lúcia Goulart de Faria, que decidi me ater à formação dessas profissionais. No entanto, fui percebendo que haviam dois tipos de profissionais docentes na CAS: as que estavam lá há muito tempo, a maioria desde a inauguração da creche, denominadas “veteranas”, e as que haviam acabado de ingressar através dos dois últimos concursos (de 2003 para recreacionista e de 2004 já para professora de nível médio de Educação Infantil), denominadas “novatas”. Percebi que o questionamento descrito acima provinha apenas das “novatas” e não das “veteranas” e isso me instigou a investigar o porquê dessa insatisfação por parte das recém-ingressantes.

A partir de conversas informais com minhas colegas de trabalho fui percebendo que a maioria das “veteranas” quando ingressaram na CAS ainda não possuíam formação específica para o magistério, a qual vieram adquirir ao longo do tempo que permaneceram na creche. Já as “novatas” possuíam essa formação de base, dentre as que ingressaram através do concurso de 2003 haviam algumas que ainda estavam cursando magistério ou Pedagogia, mas todas as que ingressaram através do concurso de 2004 já haviam concluído algum curso de formação inicial para o magistério.

Diante do fato de que as “veteranas” haviam recebido formação em serviço através das propostas cotidianas da CAS e também das propostas de formação dos Programas Educativos (“Jornada de Educadores”), interessei-me em pesquisar quais foram essas propostas, oferecidas antes do quadro de profissionais docentes possuir qualificação, e também as oferecidas atualmente, ou seja, após este quadro estar praticamente todo qualificado.

Considerei também as propostas de formação continuada oferecidas pela Faculdade de Educação da UNICAMP, já que esta favoreceu o contato dessas profissionais com as pesquisas mais recentes na área de Educação Infantil.

A bibliografia italiana, que entende a criança como capaz de múltiplas relações, portadora de história, produtora de culturas infantis e sujeito de direitos, auxiliou-me, assim como afirma Silva (2005), a *aprofundar os conhecimentos a respeito das relações entre as crianças pequenas e entre as crianças e adultos em espaços coletivos da esfera pública* (p. 161).

Para reconstruir a história da origem das creches na UNICAMP (enquanto creches de empresa pública), buscando apresentar o contexto em que as propostas de formação foram oferecidas, recorri às dissertações de mestrado de Fagundes (1997), Arnais (2003) e Palmen (2005).

Embora o olhar dessas pesquisadoras, em suas dissertações, não estivesse voltado para a formação das professoras de Educação Infantil das creches da UNICAMP, pode-se dizer que o caminho percorrido em suas pesquisas, através do resgate histórico da origem dessas instituições, traz elementos importantes para a reflexão a respeito da formação dessas profissionais.

As referidas pesquisas retratam o “perfil” das primeiras profissionais que foram contratadas para lidar diretamente com as crianças. No CECI, segundo Fagundes (op. cit.), não se exigia formação específica para realizar esse trabalho – sendo exigido apenas que a profissional gostasse de criança⁶. No início, segundo Palmén (2005), o mesmo aconteceu na CAS, sendo exigida, além disso, a experiência com crianças.

Recorri ainda à pesquisa de iniciação científica de Gentil (1989), que se propôs a pesquisar a formação de profissionais que atuavam em creches de Campinas – inclusive no CECI – naquele momento. Tal pesquisa constatou que, além de não possuírem formação específica (a maioria tinha experiência como mãe, babá ou doméstica), era em serviço que essas profissionais adquiriam algum tipo de formação – através de *cursos e treinamentos*. Tem-se, então, a hipótese de que já na primeira creche da UNICAMP cursos de formação em serviço eram oferecidos às suas profissionais e que muitas delas aprendiam como exercer sua profissão através deles – o que está sendo estudado por Márcia Pinheiro⁷, em sua dissertação de mestrado, em relação a CAS.

Palmén (2005), em pesquisa mais recente sobre a implementação de creches nas três universidades estaduais paulistas (UNICAMP, USP e UNESP), traz, ainda, novos elementos em relação às creches da UNICAMP: a exigência quanto à qualificação profissional das profissionais⁸ que atuam diretamente com as crianças e a conseqüente mudança de categoria profissional – estas deixam de ser denominadas recreacionistas e passam a ser reconhecidas como professoras.

Esses novos elementos nos fazem refletir sobre alguns pontos em relação às propostas de formação oferecidas na universidade a essas profissionais: Será que houve mudanças em tais propostas devido ao fato de essas profissionais já terem uma

⁶ É interessante observar a Ficha de Seleção de Pessoal em anexo na dissertação de mestrado desta pesquisadora. Tal ficha revela o que se priorizava no perfil desta profissional. Não me detive à análise desta ficha por não se tratar da CAS, objeto da presente pesquisa.

⁷ Márcia Pinheiro é pedagoga da Creche Área de Saúde (CAS-UNICAMP) e esta desenvolvendo sua dissertação de mestrado na Faculdade de Educação desta mesma universidade.

⁸ Nos dois últimos concursos para contratação dessas profissionais foi exigido que estas tivessem o 2º grau completo [atual Ensino Médio] com habilitação em Magistério (Editais nº 038/2003 e 019/2004, em anexo).

formação inicial específica – não havendo mais a necessidade de serem formadas em serviço, mas sim de receberem formação continuada, complementar a que já têm?

Como a pesquisa se propôs a fazer um levantamento e analisar preliminarmente as propostas de formação continuada e em serviço oferecidas na universidade às profissionais docentes da CAS, recorri a documentos que fornecessem informações a respeito dessas propostas: declarações, atestados e certificados de participação em cursos e palestras; folders e cadernos de resenha da “Jornada de Educadores”; registros e propostas de formação em serviço da instituição pesquisada; e filmagens de palestras oferecidas pela Faculdade de Educação da UNICAMP.

Com o objetivo de apresentar o nível de formação das profissionais docentes na CAS quando de sua inauguração e as mudanças que ocorreram em relação a isso ao longo de seus dezesseis anos de existência, distribuí questionários⁹ a essas profissionais. Através desse questionário queria saber também quais eram as exigências em relação à qualificação profissional quando foram contratadas, se haviam participado de cursos de formação continuada e em serviço e em quais instituições haviam participado. No entanto, após receber os questionários respondidos percebi algumas falhas:

1) O fato de algumas pessoas terem ocupado outras funções, como auxiliar de limpeza, por exemplo, antes de assumir a profissão de professora ou recreacionista, fizeram com que respondessem à questão “Em que ano você começou a trabalhar na CAS?”, considerando a data em que ingressaram ocupando outras funções, sendo que na verdade meu objetivo era saber em que ano ingressou como profissional de educação infantil;

2) A pergunta sobre a exigência quanto à qualificação profissional (de número 3) foi desnecessária, já que, sabendo através de que concurso as profissionais foram contratadas, esse dado poderia ter sido coletado através dos editais dos concursos, os quais também foram utilizados na coleta de dados. Percebi que houve um desencontro de informações, pois as professoras citaram exigências diferentes sobre os mesmos concursos, talvez isso tenha ocorrido porque não se lembravam de todas as exigências, mas somente daquelas em que se enquadravam;

3) A questão 6 foi a mais problemática. O meu objetivo era detectar em quais das instituições que ofereceram propostas de formação continuada e/ou em serviço havia mais participação. No entanto, percebi que as professoras tiveram dificuldade para

⁹ Ver questionário em anexo.

responder, vinham me perguntar o que eu quis dizer com "formação continuada e/ou em serviço". Algumas até responderam que não haviam participado de cursos de formação em serviço e/ou continuada, sendo que todas passaram, ao menos, por "capacitação" na CAS.

Essas falhas me fizeram ter que retomar alguns pontos com as pessoas que haviam respondido o questionário. Novamente, o fato de eu estar inserida no local pesquisado favoreceu a pesquisa, já que, conhecendo a história de muitas das pessoas que trabalham ali, pude constatar nos questionários que algumas respostas não condiziam com a realidade.

Segundo Lüdke e André (1986):

Ao desenvolver o estudo de caso, o pesquisador recorre a uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos, em situações variadas e com uma variedade de tipos de informantes (p. 19).

No levantamento de documentos algumas informações ficaram incompletas, sendo assim, foi necessário o contato com pessoas consideradas "peças-chave" em relação a cada uma das propostas, as quais completaram as informações, forneceram-me mais documentos ou me indicaram onde pesquisar. De acordo com Rabitti (1999):

(...) o pesquisador busca o maior número de informações sobre o fenômeno, consegue a documentação disponível, lê a literatura sobre o assunto, identifica, se possível, algumas testemunhas privilegiadas – pessoas que conheçam o fenômeno e/ou que estejam envolvidas nele de alguma forma – e decide sobre a exeqüibilidade do estudo (p. 31).

O contato com essas pessoas se deu através de "entrevistas" (conversas informais, porém preparadas e semi-dirigidas¹⁰), as quais foram gravadas e transcritas¹¹, e também através de conversas informais com os sujeitos que compõem o local pesquisado. Não foi possível gravar uma das entrevistas porque a entrevistada (uma das pedagogas da CAS) estava afastada por motivos de saúde, sendo necessário, então, recorrer a outro instrumento de coleta de dados: o correio eletrônico. Optei por

¹⁰ Roteiros em anexo.

¹¹ Ver transcrição em anexo.

entrevistar essa pedagoga em específico porque ela é a única que participou do processo de formação em serviço das profissionais docentes da CAS desde sua inauguração.

É importante destacar a importância das orientações da Profa. Dra. Ana Lúcia Goulart de Faria. As indicações dadas por ela, enquanto alguém que acompanhou e participou do processo de formação continuada e em serviço das profissionais docentes dos Programas Educativos, foram de grande validade, já que, muitas vezes, levaram-me à fontes de informações importantíssimas – como é o caso das filmagens das palestras oferecidas pela Faculdade de Educação da UNICAMP.

Considero que enquanto pesquisadora estive numa posição privilegiada, pois o fato de trabalhar na CAS favoreceu o meu acesso às informações, tanto em relação ao empréstimo de documentos oficiais como em relação ao tempo de aquisição das informações – na maioria das vezes, bastante hábil.

As análises, como já foi mencionado, foram feitas à luz da construção da Pedagogia da Educação Infantil, a qual busca garantir o direito das crianças pequenas (0 a 6 anos) à educação, bem como, definir suas especificidades e complexidades.

2. Creches no local de trabalho

A instalação de creches no local de trabalho é uma reivindicação que já vem sendo feita há muito tempo por mulheres que ingressam no mercado de trabalho – uma das conseqüências da crescente industrialização no país. De acordo com Teles, Medrado e Gragnani (1989):

A constatação de que a mulher é chamada a participar do mercado de trabalho de forma crescente e a falta de um equipamento social que lhe garanta desenvolver suas atividades profissionais de forma plena, bem como conciliá-las com suas atividades domiciliares, tem apontado para a necessidade de creches para os filhos das mães trabalhadoras (p. 104).

O atendimento a esta reivindicação faz parte da regulamentação do trabalho feminino – que teve início no Brasil em 1923, com a aprovação do Regulamento Nacional de Saúde Pública instituído pelo Decreto 16.300, o qual

(...) protegia a trabalhadora enquanto mãe e, entre suas determinações, encontra-se a obrigação da instalação de creches ou salas de amamentação, próximas ao local de prestação de serviços (Campos, Rosemberg e Ferreira, 2001: 62).

Tal obrigatoriedade foi regulamentada de forma mais precisa pelo Decreto 21.417-A de 1932, o qual regula as condições de trabalho das mulheres (não apenas enquanto mães) em estabelecimentos industriais e comerciais. Em relação às salas de amamentação, o Decreto determina que:

(...) os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos trinta mulheres com mais de 16 anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os filhos em período de amamentação (apud Campos, Rosemberg e Ferreira, op. cit.).

Esta determinação foi mantida pelo Decreto 5.452 de 1943 que aprovou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Segundo Campos, Rosemberg e Ferreira (idem), tanto o Decreto 21.417-A como o 5.452 restringem o direito à creche apenas a determinados seguimentos da classe trabalhadora: somente às mulheres que tenham mais de 16 anos e que trabalhem em empresas de certo porte, durante um período de tempo também bastante restrito – o período de amamentação.

Vemos que, neste momento, a criança era tratada apenas como filho/filha e, portanto, uma questão trabalhista, como um problema que precisava ser resolvido. A creche era o local para guardar esta criança para que a mãe pudesse trabalhar tranquilamente. De acordo com Teles, Medrado e Gragnani (1989), a instalação de creches no local de trabalho propicia aos empregadores – à medida que propiciam maior tranquilidade para as mães trabalhadoras – a redução de acidentes de trabalho, a diminuição do absenteísmo e o aumento da produtividade.

No ano de 1967 um novo decreto alterou aquele em que a CLT foi aprovada, flexibilizando e suprimindo a obrigatoriedade de creches ou salas de amamentação no local de trabalho, permitindo que estes estabelecessem convênios com outras instituições, nas quais suas empregadas poderiam deixar seus filhos e filhas enquanto trabalhavam:

A exigência do § 1º poderá ser suprimida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da LBA ou de entidades sindicais (Decreto-lei nº 229 de 28/02/1967, Art. 389, § 2º).

No entanto, vemos que os convênios não atendem as necessidades das mães trabalhadoras, por não serem divulgados e também pela distância das creches conveniadas do local de trabalho – o qual, na maioria das vezes, não garante o transporte (previsto em lei) às mães –, sem falar da pressão que algumas delas sofrem por parte dos empregadores para não utilizá-los. Soma-se a isso o fato de que as mães trabalhadoras do setor formal, na maioria das vezes, não podem usufruir dos serviços de creches públicas que funcionam nos bairros, pois estas, devido à grande demanda, priorizam as mães que trabalham no setor informal e/ou de baixa renda (empregadas domésticas, diaristas, etc.). Sendo assim, esta alteração na CLT, beneficia apenas o

empregador, que pode se isentar de sua responsabilidade alegando que está cumprindo, através dos convênios, com o que lhe é exigido legalmente (Teles, Medrado e Gragnani, 1989).

Até aqui podemos perceber que não há menção ao homem/pai trabalhador, mas somente à mulher/mãe trabalhadora. De acordo com Dahlberg, Moss & Pence (2003), a creche não é vista como um direito do pai trabalhador porque

(...) o discurso dominante sobre gênero determina idéias sobre os papéis e sobre os relacionamentos, produzindo uma suposição tacitamente aceita de que os pais saem para trabalhar, e as mães são primariamente responsáveis por garantir o cuidado da criança (p. 68).

Teles, Medrado e Gragnani (op. cit.), em levantamento realizado através da Comissão de Creche do Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1986, sobre o número, localização e situação das creches/berçários instaladas em empresas privadas do Estado de São Paulo, constataram que, mesmo diante da exigência legal, as empresas não estavam cumprindo com o seu papel. De acordo com as autoras:

O levantamento revelou a existência de 38 berçários/creches mantidos no local de trabalho por empresas privadas, em todo o Estado de São Paulo. Este número, por si só, já revela muito sobre a situação, pois acredita-se que existam no Estado aproximadamente 60 mil empresas que se enquadram na exigência legal (p. 108).

As referidas autoras constataram ainda que a instalação de creches/berçários em empresas concentrou-se em dois momentos históricos distintos: o primeiro momento na década de 40/50, coincidindo, então, com a promulgação da CLT, revelando certa preocupação por parte das empresas em cumprir com o que lhes estava sendo exigido por lei; e o segundo no fim da década de 70 e primeiros anos da década de 80. Segundo elas, a expansão no segundo momento:

(...) coincide com o fortalecimento do movimento feminista, a partir de 1975, e especificamente com a consolidação do Movimento de Luta por Creche, que se unifica em março de 79, no 1º Congresso da Mulher

Paulista, e se une ao movimento sindical em maio do mesmo ano (Teles, Medrado e Gragnani, 1989: 112).

Além disso, a atuação de mães trabalhadoras, através da pressão e reivindicação, também contribuiu – e muito – para a instalação de creches/berçários nos locais de trabalho. É o que veremos também em relação à luta pela creche na UNICAMP.

2.1. As origens das creches na UNICAMP

No final da década de 1970 a UNICAMP passava por um processo de sindicalização do funcionalismo público, o que contribuiu para reflexões e reivindicações por parte de seus servidores e servidoras por melhores condições de trabalho, sendo que a instalação de creches no campus era uma dessas reivindicações (Fagundes, 1997).

No contexto nacional, como já foi dito anteriormente, pode-se observar, a partir da segunda metade da década de 1970, uma expansão considerável no número de creche. Isto se deve, em parte, às mobilizações de mulheres que reivindicavam seus direitos – indicativo do não cumprimento do que havia sido estabelecido pela legislação trabalhista, devido à ineficiência de fiscalização e o baixo montante de multa prevista às empresas que a infringissem. Assim como afirma Palmén (2005):

(...) o atendimento à infância através de creches e pré-escolas vem concretizando-se ao longo da história devido a fatores como a mobilização social e a ampliação do sistema de proteção social brasileiro (p. 14).

Em 1979, o Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo de São Paulo (FASPG), preocupado em cumprir com o que estava sendo exigido legalmente, propõe a criação de uma rede de Centros de Convivência Infantil (CCIs), os quais seriam destinados aos filhos e filhas de funcionárias públicas que tivessem entre 0 e 6 anos de idade.

Houve, então, uma emenda à Constituição Estadual vigente naquele momento, a qual obrigava as repartições e órgãos públicos a instalar creches nos locais de trabalho e

também regulamentava a implementação do Programa Centro de Convivência Infantil (CCI), criado à partir do decreto 18.370 de 08/01/1982.

O objetivo da implementação deste Programa nas universidades estaduais era, então, resolver o problema gerado pela falta de atendimento dos filhos de suas funcionárias e responder às determinações legais da CLT.

Na UNICAMP, o primeiro documento oficial que faz menção à instalação de creche data de 1975 (Fagundes, 1997). Trata-se de um ofício – que se encontra no processo administrativo nº 3384 de 1975 denominado “Criação de Creche”¹² – apresentado pela Comissão de Assistência Social da universidade¹³ ao então Reitor, Prof. Dr. Zeferino Vaz.

Este documento aponta vários elementos a favor da instalação de creche na universidade. São eles:

- o benefício mútuo que a creche poderia proporcionar à família e à universidade: *A implantação de uma creche na Unicamp apresenta-se como oportuna medida a ensejar que família e universidade se beneficiem e se reforcem* (UNICAMP apud Fagundes, op. cit.: 36);
- a tranqüilidade que as mães (trabalhadoras e estudantes¹⁴) teriam para desempenhar suas atividades, tendo um lugar seguro para deixar seus filhos e filhas:

Oferecer aos pais, especialmente às mães a segurança do bem-estar proporcionado por uma CRECHE bem equipada de modo a permitir maior tranqüilidade na execução de suas atividades profissionais e estudo (OF. CAS nº 03/75 apud Palmen, 2005: 107).

Sobre este último ponto, Fagundes (op. cit.) afirma que:

A instalação da creche na Unicamp é defendida, não só como proteção ao trabalho das mulheres, mas também como fator de segurança e produtividade para o empregador (p. 36-37).

¹² Não tive acesso a esse processo, as informações contidas aqui foram obtidas nas dissertações de mestrado de Fagundes (1997) e de Palmen (2005).

¹³ Comissão composta por: Dr. José Lopes Faria, Dr. Adolfo Penha, Dr. Pedro Bertolini e Ophelina Rabello, assessora desta comissão e professora da FE – UNICAMP (Palmen, op. cit.).

Diante disso, percebe-se que a preocupação maior está no aumento da produtividade da mãe trabalhadora e não na garantia do seu direito (trabalhista) e, muito menos, do direito da criança, que só passa a ser reconhecido legalmente com a Constituição Federal de 1988.

Para justificar a criação da creche e definir o perfil dos que se utilizariam dela, um estudo da demanda foi realizado através de questionários. Chegou-se, então, à conclusão de que a maior demanda provinha dos funcionários¹⁵ (61%) – seguidos dos professores (27%) e alunos (12%) – e que a opção mais votada para o pagamento do serviço de creche (34% dos votos) era a de uma taxa cobrada de acordo com o salário¹⁶.

No entanto, diante do argumento de que a universidade passava por dificuldades financeiras, tudo isso foi abandonado e o Projeto de Creche foi protelado. Sendo assim, passaram-se alguns anos até que o assunto sobre a instalação de creches fosse retomado. De acordo com Fagundes (1997):

*O retorno da questão da creche ao panorama da universidade deu-se por força de uma manifestação escrita e assinada por um grupo de mulheres denominado **Comissão de Senhoras da Unicamp**, a qual trazia significativas considerações a respeito da necessidade de instalação de creches na UNICAMP, bem como uma cópia da Portaria nº 1 do DNSHT de 1969, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de lugar apropriado para guarda e cuidado dos filhos de empregadas. Portanto, os pais funcionários, os/as estudantes e os/as docentes são excluídos do usufruto da creche, que se restringiu a partir de então apenas às funcionárias (p. 43, grifo da autora).*

As reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras da UNICAMP por creches só foram atendidas em 1982 – sete anos após a primeira manifestação oficial –, quando o Professor José Aristodemo Pinotti assume a reitoria da universidade por indicação do

¹⁴ Note-se que neste momento o oferecimento de creche não se restringiria às mães trabalhadoras, mas seria destinado também às estudantes.

¹⁵ Utilizo o masculino genérico porque, neste momento, homens e mulheres faziam reivindicações em prol da instalação de creche no campus de Campinas.

¹⁶ Três opções foram apresentadas: de acordo com o salário, taxa fixa ou gratuidade.

Governador do Estado, contrariando a vontade da comunidade universitária¹⁷. Pinotti decide, então, atender tais reivindicações para se manter no poder.

A primeira creche da UNICAMP no campus de Campinas inicia suas atividades em 1982. Uma casa foi alugada nas mediações do campus pelo Centro de Controle de Doenças Materno-Infantis de Campinas (CEMICAMP)¹⁸, onde foi instalado o CCI-Berçário.

No início, a creche foi organizada para receber apenas 30 (trinta) crianças. O critério de seleção utilizado era a mãe estar amamentando – o que segundo Fagundes (1997) representa a transformação de um direito em dever¹⁹ – e a criança ter entre 2 e 9 meses.

É claro que esse número não correspondia ao número total de crianças que necessitavam de creche na universidade. Segundo Fagundes (op. cit.), representava apenas 10% dos interessados.

Neste sentido, a própria organização física da creche tratava de dismantelar os grupos de mulheres que lutavam pela sua implantação pois, de um lado a creche foi conquistada, de outro ela foi restringida, tanto pelo pequeno número de vagas oferecidas, quanto pelas limitações de idade da criança e o critério de amamentação natural (p. 56).

Esta situação fez com que os trabalhadores e trabalhadoras da universidade, que não viram suas necessidades atendidas nessa proposta, continuassem lutando pelo aumento de vagas e por um tempo maior de permanência das crianças na creche: até os 4 anos de idade.

A oficialização da creche só se deu em setembro de 1983, quando o então Reitor, Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti, assinou uma Portaria que também inaugurava a sede principal da creche, a qual receberia as crianças com mais de nove meses.

¹⁷ Em 1981 os trabalhadores e trabalhadoras da UNICAMP conquistaram o direito de ser consultados para a indicação do reitor. De acordo com Fagundes (1997), nessa primeira consulta o candidato vencedor foi o Professor Paulo Freire, que acabou não assumindo a reitoria devido à indicação do Governador do Estado.

¹⁸ O CEMICAMP tinha um convênio de mútua cooperação firmado com a UNICAMP desde abril de 1978, tendo sido criado *com a finalidade de complementar as ações de ordem científica, técnica, didática, cultural e assistencial da UNICAMP na área Materno-Infantil* (PALMEN, 2005: 115). Sendo assim, a participação do CEMICAMP no processo de instalação de creche no campus foi solicitada pelo então Reitor, Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti, que já havia sido presidente deste centro.

¹⁹ Ver Capítulo 6 – *As Divinas Tetas: Do Direito ao Dever* – da Dissertação de Mestrado de Fagundes (1997).

Neste mesmo ano, o Reitor designou uma comissão para organização e implantação do Programa CCI na UNICAMP, a qual foi presidida pela médica e socióloga do CEMICAMP, Dra. Ellen Hardy, contando também com a participação da atual diretora do CECI²⁰.

De acordo com os documentos analisados, a creche da Unicamp só foi incorporada ao Programa CCI em 1983. Portanto, ela se subordina ao decreto estadual de 1982 (Fagundes, 1997: 57)

Tal decreto, como já foi dito, aprova a Emenda Constitucional nº 31 de 31/05/1982, que acrescenta o seguinte artigo à Constituição do Estado:

O Estado manterá, na forma em que a lei estabelecer, nas repartições públicas em que prestem serviço mais de 30 mulheres, local apropriado onde seus filhos, até 7 anos de idade, recebam assistência e vigilância, durante o horário de expediente (São Paulo apud Fagundes, op. cit.: 57-58).

Palmen (2005), no entanto, afirma que sua origem está ligada ao programa do Governo do Estado de São Paulo denominado Programa Centro de Convivência Infantil (CCI):

Apesar da primeira ação em busca da creche da UNICAMP ter ocorrido em 1975, vemos sua concretização somente nos anos de 1980, dando-nos o indicativo de seu surgimento estar ligado prioritariamente ao Programa CCI do governo do Estado de São Paulo, respondendo como consequência as determinações trabalhistas previstas na CLT/1943 (p. 102-103).

²⁰ Que naquele momento era enfermeira do Ambulatório de Pediatria do Hospital das Clínicas da UNICAMP.

Palmen (2005) nos chama atenção ainda à nomenclatura adotada para a creche, afirmando que a adoção da mesma nomenclatura utilizada pelo programa estadual – Centro de Convivência Infantil (CCI) – confirma a ligação com o mesmo²¹.

A nova sede da creche não foi utilizada quando suas obras foram concluídas, suas chaves permaneceram em poder do ESTEC²², sob orientação da Dra. Ellen Hardy, até que se organizasse um quadro funcional formado e materiais básicos para o seu funcionamento.

Segundo Palmen (op. cit.)

Em dezembro de 1986, a Dra. Ellen Hardy escreve ao Reitor justificando que com a vinda do Hospital das Clínicas do centro de Campinas para o Campus de Barão Geraldo, a demanda pela creche aumentaria e assim propõe que o Berçário transfira-se para o prédio que fora construído na UNICAMP para esse fim, mantendo-se o aluguel da casa em que ainda estava funcionando a creche, visando abrigar o maternal, ampliando-se assim a faixa etária atendida (p. 118).

A respeito da equipe que compôs o quadro funcional do CECI nos primeiros anos, a primeira e atual diretora do CECI, relata, em entrevista à Palmen (op. cit.) – por ocasião de sua dissertação de mestrado – que:

Não havendo, na época da implantação, profissionais especializados, a diretoria de RH colaborou eficientemente acompanhando o recrutamento de pessoal segundo as necessidades expostas pela Comissão Organizadora. A primeira equipe de trabalho estava constituída por: 1 enfermeira, em tempo parcial como coordenadora; 1 assistente social, em tempo parcial, para seleção e matrículas; 1 secretária para organização administrativa; 1 auxiliar de enfermagem para supervisão do cotidiano; 8 atendentes para o cuidado direto das

²¹ A sigla CCI foi utilizada pelo Centro de Convivência Infantil da UNICAMP até o ano de 1986, porém, com a implantação do Centro de Controle de Intoxicações – também identificado pela sigla CCI – optou-se por alterá-la para CECI, evitando assim problemas de comunicação interna (Fagundes, op. cit.).

²² Escritório Técnico de Construção da UNICAMP, órgão responsável pela construção da primeira creche da UNICAMP.

crianças; 1 cozinheira para o preparo das refeições e 1 faxineira para a limpeza do local (Palmen, 2005: 125).

Segundo Gentil (1989), nesse momento ainda não havia sido realizado um concurso específico para a contratação de profissionais (atendentes) que lidariam diretamente com as crianças nas creches. O que aconteceu somente em 1988.

Até então o concurso era prestado para se trabalhar na Universidade, em qualquer um de seus setores. As pessoas, após passarem no concurso público, eram enviadas ou depois remanejadas para a creche. Não se exigia nenhum tipo de formação específica (p. 15).

Vemos, então, que, num primeiro momento, nenhum profissional da área de Educação foi contratado e que a coordenação do trabalho exercido pelas atendentes que atuavam diretamente com as crianças era feito por uma enfermeira, o que talvez esclareça a ênfase dada ao cuidado das crianças. O que não implica ausência de intencionalidade educativa. Sobre isso, Faria (2002) afirma que:

(...) tanto no início do capitalismo como ainda hoje, as instituições para as crianças pequenas proletárias pretendem substituir suas mães que estão trabalhando, e é esse enfoque na mãe que faz com que haja predominância de caráter assistencial nessas instituições. Portanto, mesmo as “iniciando”, não estão voltadas para a criança enquanto outro; ao vê-la como incompleta, sua proposta de educação/iniciação é apenas a de assisti-la, “substituindo” o que é esperado da família (burguesa). E isso absolutamente não quer dizer não educá-las, mas quer dizer educar de uma determinada maneira, disciplinando-a para o tempo e o ritmo do capital (p. 73).

O fato de a creche ser vista, neste momento, apenas como um local de guarda das crianças, uma substituta materna, justifica a não exigência de formação específica das profissionais que lidariam diretamente com elas (Silva, 1999). Para isso bastava ser mulher e gostar de crianças. Mulher porque, socialmente, ela é vista como alguém que possui “saberes naturais” para o cuidado e educação de crianças pequenas.

Atualmente, além da CAS e do CECI-Campinas, a UNICAMP conta com mais uma creche: o Centro de Convivência Infantil de Piracicaba (CECI-Piracicaba)²³.

Como Palmen (2005) aponta, *o histórico da creche [CECI-Piracicaba] é outro* (p. 105). A origem desta creche não ficou a mercê da “boa vontade” dos administradores da universidade, mas sim da iniciativa das mães que trabalhavam no campus de Piracicaba.

Desde 1979, a FOP (Faculdade de Odontologia de Piracicaba) cedeu um local para a instalação da creche, sendo todos os materiais necessários para o seu funcionamento – incluindo também o pagamento de duas pessoas²⁴ para tomar conta das crianças – adquiridos *com recursos de mensalidade e promoções sociais feitas pelas próprias mães* (idem: 105). Na ocasião em que o Prof. Pinotti assumiu a Reitoria, três funcionárias foram contratadas e o adiantamento mensal começou a ser concedido por este órgão para cobrir as despesas com alimentação.

Diante da insalubridade do local onde a creche estava instalada – assim considerado por falta de ventilação e luminosidade adequadas –, em 1984 a direção da FOP faz à Reitoria um pedido oficial de construção de um prédio para abrigar a creche. A finalização das obras se deu em 1988.

A UNICAMP (campus Campinas) conta também com outras instituições educativas onde seus servidores e servidoras podem deixar seus filhos e filhas – maiores de 4 anos – enquanto trabalham. São elas: Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) “Maria Célia Pereira”, Programa de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (PRODECAD) e Escola Estadual “Físico Sérgio Pereira Porto”. Tais instituições, juntamente às creches, compõem os Programas Educativos²⁵ e estão divididas em três grupos: Educação Infantil (CECI – Campinas e Piracicaba, CAS,

²³ Além dessas, a UNICAMP já manteve outras duas creches: uma no próprio campus de Campinas, a CICF (Comunidade Infantil Cantinho da Física), que iniciou suas atividades em 1983 e as encerrou em 1986; e outra no campus de Limeira, o CECI-Limeira, que iniciou suas atividades em 1984 e as encerrou em 1989.

²⁴ Palmen (2005), que tanto contribuiu para meu entendimento sobre o histórico das creches na UNICAMP, não explicita em seu texto qual era a qualificação profissional destas pessoas.

²⁵ Criados em 1998 – período em que o Prof. Dr. Luiz Carlos de Freitas, professor e diretor da Faculdade de Educação da UNICAMP (nesta ocasião), era também coordenador da DGRH –, os Programas Educativos visavam a integração das unidades educativas que atendiam os filhos das servidoras da universidade. Atualmente, sua *missão é: Atender às necessidades gerais e específicas de Cuidado e Educação das crianças e adolescentes, filhos ou dependentes legais dos funcionários da UNICAMP, compreendidos na faixa etária de 2,5 meses a 14/15 anos, formulando propostas pedagógicas que promovam o desenvolvimento harmonioso de suas potencialidades, respeitando e oferecendo alternativas de atendimento durante o período de trabalho dos pais ou responsáveis* (Disponível em: http://www.dgrh.unicamp.br/pes_home.shtml. Acesso em março de 2006).

EMEI e Pré-escola PRODECAD), Ensino Fundamental (Escola Estadual “Físico Sérgio Pereira Porto”) e Educação Não-Formal (Apoio à Escolaridade I e II – PRODECAD).

A apresentação do histórico de implementação das creches da UNICAMP – ou seja, das instituições destinadas à educação e ao cuidado de filhos e filhas (menores de 4 anos de idade) das servidoras desta universidade – fez-se necessário pelo fato da CAS (Creche Área de Saúde), enquanto “filha caçula” da UNICAMP, ter sido planejada e organizada com base nas experiências já existentes na universidade – como veremos no próximo capítulo.

3. O histórico de implementação do local pesquisado: Creche Área de Saúde (CAS) – UNICAMP

A CAS teve sua origem a partir da reivindicação das servidoras da Área de Saúde da UNICAMP por um local onde pudessem deixar os seus filhos e filhas enquanto trabalhavam.

Em 1987 teve início o processo de transferência do Hospital das Clínicas (HC-UNICAMP) do centro de Campinas para o campus de Barão Geraldo. Em decorrência disso, as servidoras da Área de Saúde passaram a reivindicar um local que atendesse suas necessidades e especificidades trabalhistas.

Como já vimos, a universidade já contava com uma creche no campus de Campinas – o CECI-Campinas –, porém esta não atendia as necessidades dessas servidoras, que trabalhavam em esquema de turno, horário especial e plantões²⁶:

(...) uma vez que o Centro de Convivência Infantil – CECI atendia somente aos filhos das servidoras que cumpriam o horário administrativo da Universidade (8:30 às 17:30h e 7:00 às 16:00h), não tendo condições de atendê-los, devido à especificidade de horário e número de vagas (Arnais, 2003: 63, destaque da autora).

Diante dessa necessidade, logo se iniciaram estudos a respeito da construção de uma nova creche no campus. Questionários foram distribuídos à comunidade com o objetivo de levantar dados quanto a real necessidade desta instituição.

Em novembro de 1987 um convênio foi firmado entre a UNICAMP, o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUSSESP) e o Instituto de Reabilitação de Campinas (IRCAMP), com o objetivo de criar e manter uma creche destinada a receber os filhos e filhas das servidoras do HC e da Faculdade de Ciências Médicas (FCM-UNICAMP).

Segundo Palmen (2005):

²⁶ Segundo Arnais (2005) é considerado turno o trabalho diário incluindo finais de semana e feriados, com folgas pré-determinadas no início de cada mês cujos grupos são escalados nas 24 horas do dia. Plantão: o trabalho em dias ou horas normalmente sem expediente [finais de semana e feriados]. Horário Especial: trabalho diário de segunda a sexta-feira em horário incompatível com os recursos oferecidos por outros estabelecimentos de guarda de crianças (p. 63).

Inicialmente a CAS era um subprograma do PRODECAD²⁷, possuindo este uma unidade de pré-escola, e uma unidade de apoio à escolaridade destinada às crianças do ensino fundamental que estão matriculadas na Escola Estadual “Físico Sérgio Porto”, conveniada com a UNICAMP²⁸. Contudo, em 1992 a CAS foi desmembrada desse Programa devido a especificidade de seu horário de funcionamento (p. 130).

Em dezembro de 1987 uma Comissão de Assessoria Técnica²⁹ foi criada, através da Portaria Interna GR nº 332/87 (Palmen, 2005), para acompanhar a implantação da creche até que o Conselho Normativo, constituído nos termos da cláusula quinta do convênio – UNICAMP/FUSSESP/IRCAMP –, tomasse posse (Arnais, 2003).

De acordo com Arnais (op. cit.), o projeto de creche foi elaborado por técnicos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade (NUDECRI – UNICAMP), que visitaram diversas creches de São Paulo e região, juntamente com a Comissão de Assessoria Técnica. E em 1988 teve início a construção da CAS, a qual foi financiada com verbas da Área da Saúde, mais especificamente do Centro de Atendimento Integral à Saúde da Mulher (CAISM) e, principalmente, do HC³⁰.

Em 1989, o Regimento Interno da CAS foi elaborado e em dezembro do mesmo ano o Conselho Normativo, *que seria responsável pela condução da política assistencial da creche e pela execução de seu Regimento Interno* (Arnais, op. cit.: 66), foi formado, tendo representantes da Reitoria, do FUSSESP, do IRCAMP, da FCM, do HC e da Associação dos Servidores da UNICAMP (ASSUC).

Em março de 1990 a CAS foi inaugurada, porém só iniciou suas atividades em junho deste mesmo ano, com cerca de 50 crianças, aumentando gradativamente esse número.

De acordo com entrevista concedida pela atual diretora da CAS à Palmen (2005) – por ocasião de sua dissertação de mestrado –, vemos que o processo de

²⁷ Programa de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente.

²⁸ Ver reportagem em anexo à respeito da inauguração da creche e do novo prédio do PRODECAD.

²⁹ De acordo com Arnais (2003), tal comissão era formada pelos seguintes membros: Renato Arruda Fagundes (HC), Cecília Guarnieri Batista (IRCAMP), Lucila Eliana Moreira Sandoval (CECI), Dra. Sofia Helena Valente de Lemos Marini (FCM), Ryoko Tsuda Bellentani (HC), Sérgio Antônio de Simone (Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI), Gioconda Picarelli Russo (HC) e Paulo Roberto Barbosa Crivelenti (ESTEC).

³⁰ Segundo Arnais (op. cit.), o HC, ainda hoje, assume algumas despesas da creche, tais como o fornecimento de gêneros alimentícios, serviços de lavanderia, manutenção e transporte, apesar da CAS não ser oficialmente subordinada a ele (p. 66).

implementação desta creche, desde as reivindicações das servidoras da Área de Saúde até sua concretização, deu-se de forma rápida:

(...) o início da construção se dá em fevereiro de 88 – acho que a construção e a inauguração se deram em um período curto, necessário para mobiliar, fazer concurso, estruturar a área, pedir a liberação dos profissionais para trabalhar pra cá. Por isso a inauguração em março de 90. Foi rápido e provavelmente teve muito da experiência do CECI, que abriu caminho (Palmen, 2005: 135).

A creche iniciou suas atividades com o quadro funcional completo, ou seja, proporcional ao número de crianças matriculadas. O mesmo era formado por: Assistente Social, Enfermeiras, Nutricionista, Pedagoga, Recreacionistas, Auxiliares de Nutrição, Auxiliares de Higiene e Limpeza, Auxiliares Administrativos, Técnico Administrativo e Segurança.

De acordo com a atual diretora, a primeira equipe técnica foi composta por profissionais transferidos do HC, do CAISM e do CECI:

O CECI liberou 1 enfermeira (Cecília) que já trazia a experiência; a Magali Arnais, Pedagoga e uma Assistente Social.

O HC liberou a Ryoko para a Direção, a mim – enfermeira, a Marisa, outra enfermeira do HC, o CAISM liberou uma outra enfermeira, a Bernadete (Palmen, op. cit.: 257).

A primeira diretora da creche, enfermeira do HC e membro da Comissão de Assessoria Técnica – que, como já mencionado acima, foi criada para acompanhar a implantação da CAS –, foi indicada por tal comissão para assumir a direção da CAS devido ao conhecimento que tinha a respeito das necessidades e características da área hospitalar³¹. O que demonstra, ainda neste momento, uma preocupação maior em atender as necessidades e direitos da mãe trabalhadora e não o direito da criança (que

³¹ A atual diretora da CAS também era enfermeira no HC. Inicialmente, foi convidada pela primeira diretora para compor a equipe técnica da creche, continuando a exercer a mesma função na CAS. Tendo sido indicada também por ela, quando de sua aposentaria, para substituí-la.

consiste no *atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade*, previsto pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208 inciso IV).

As recreacionistas – profissionais contratadas para atuar diretamente com as crianças – foram contratadas através de concurso público. De acordo com o Edital nº 018/88, uma das condições para se inscrever no concurso era *possuir Curso de Magistério com Habilitação em Pré-Escola ou 2º Grau completo suplementado por experiência comprovada de no mínimo 1 (um) ano na área*.

Vê-se, desta forma, que a formação na área da Educação já era reconhecida neste momento como uma necessidade – o que indica o conhecimento da movimentação que vinha ocorrendo no contexto nacional em prol do direito da criança (garantido através da Constituição Federal promulgada em 05 de outubro de 1988)³². Entretanto, não era obrigatória, o que deu abertura para que profissionais de outras áreas (ou até mesmo sem formação específica), porém, com *experiência na área (...)*, assumissem tal função.

De acordo com Palmen (2005)

(...) a não-formação específica das recreacionistas favoreceu a prevalência do saber médico no interior das creches da UNICAMP, nas quais o modelo de atendimento tem se pautado em conhecimentos específicos da área de saúde (...), refletindo os conhecimentos de sua direção (p. 133).

No entanto, pode-se afirmar que atualmente a CAS vem passando por profundas mudanças – as quais pretendo destacar nesta pesquisa –, ou melhor dizendo, por um processo de construção da Pedagogia da Educação Infantil.

No que diz respeito à formação das profissionais que atuam diretamente com as crianças observou-se que nos dois últimos concursos (Editais nº 038/2003 e 019/2004) a formação mínima exigida foi o *Segundo Grau [atual Ensino Médio] completo com habilitação em Magistério*, cumprindo com o que foi disposto pela LDB (Lei nº 9.394/96), a saber:

³² As inscrições do referido concurso ocorreram antes da promulgação da Constituição Federal de 1988: no período de 25 de janeiro a 12 de fevereiro de 1988 (Edital nº 018/88).

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (Art. 62).

Além dessa mudança, vemos também que as alterações feitas no primeiro Regimento Interno da CAS (de 1989) em relação à presença de crianças com necessidades especiais e à frequência de crianças durante licença-maternidade ou férias de suas mães demonstram avanços em direção à garantia do direito da criança.

Em relação às crianças com necessidades especiais (ou, como consta no Regimento, *crianças excepcionais*), o referido documento dizia que *Crianças excepcionais não poderão ser aceitas porque a creche não terá infraestrutura nem profissionais específicos para estes casos* (p. 9), contrariando o direito constitucional de todos de ter acesso à educação. No entanto, Palmén (2005), analisando documentações organizadas pela equipe técnica desta instituição, encontrou a informação de que com dois meses de funcionamento a creche aceitou uma criança com deficiência visual e, posteriormente, crianças com deficiência auditiva e Síndrome de Down foram matriculadas, permanecendo na instituição até os 4 anos – idade prevista para a saída da creche.

No que diz respeito à frequência da criança durante a licença-maternidade ou férias da mãe, o documento referido acima dispunha que:

IV. A criança não poderá frequentar a creche durante as folgas, férias, faltas e afastamentos da mãe.

V. A criança poderá frequentar a creche durante a licença de gestante da mãe somente enquanto esta estiver na maternidade (p. 10).

O que confirma o que já foi dito anteriormente: que o objetivo principal desta instituição, neste momento, era atender apenas às necessidades e direitos da mãe trabalhadora e não o direito do pai trabalhador, já previsto na Constituição Federal de 1988, e muito menos o direito da criança.

No entanto, de acordo com Palmen (2005):

Hoje a creche é vista como um direito da criança e não mais somente direito da mulher trabalhadora e dessa forma as crianças freqüentam normalmente a creche durante todo o período de 120 dias de licença gestante de sua mãe, opondo-se ao previsto no Regimento de 1989 (p. 136).

O que indica uma revisão do papel da creche: não sendo apenas um lugar onde as mães deixam seus filhos para trabalhar, mas também um espaço especialmente organizado e planejado para e com a criança – que deixa de ser vista pela instituição (mas não pelos empregadores) como *fator de suprimento do mercado de trabalho*³³, sendo então reconhecida como capaz de estabelecer múltiplas relações, portadora de história, construtora das culturas infantis e sujeito de direitos.

Segundo Arnais (2003)

Em agosto de 1991, o convênio da CAS com FUSSESP/IRCAMP/UNICAMP foi encerrado e em 1992, considerando as reformulações que estavam sendo realizadas nos serviços de atendimento aos funcionários, a CAS ficou subordinada à PróReitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PREAC e em 1998 foi novamente transferida para PróReitoria de Desenvolvimento Universitário – PRDU, ficando subordinada à Diretoria Geral de Recursos Humanos – DGRH até a presente data (p. 67).

De acordo com a diretora da CAS (Palmen, 2005), atualmente a creche está vinculada à Diretoria Geral de Recursos Humanos (DGRH), através da Diretoria dos Programas Educativos (DPEs), *Porque os Programas Educativos são vistos como benefícios ao servidor e essa área de benefícios está ligada a DGRH (p. 255, grifo meu).*

³³ Referência a uma das concepções de criança apresentadas por Dahlberg, Moss e Pence (2003). Segundo esses autores, a criança, enquanto *fator de suprimento do mercado de trabalho*, deve receber um *cuidado*

Tal afirmação indica que ainda hoje a creche no local de trabalho é vista pelos administradores da universidade como um benefício, apenas um direito trabalhista da mãe, e não como um direito da criança. Vemos, porém, com base nas mudanças citadas acima, que esta creche vem buscando garantir também o direito constitucional da criança pequena.

É nesse contexto, então, que veremos o quanto e como as propostas de atualização oferecidas na universidade às profissionais docentes da CAS – através dos Programas Educativos, da Faculdade de Educação (FE-UNICAMP) e das propostas cotidianas de formação em serviço da CAS – têm contribuído para tais mudanças.

alternativo, não materno, (...) para que suas mães possam ser empregáveis, garantindo, desta forma, um suprimento adequado de mão-de-obra e o uso eficiente dos recursos humanos (p. 68).

4. Características do local pesquisado: Creche Área de Saúde (CAS) – UNICAMP

A CAS, como já vimos no capítulo anterior, foi criada a partir de uma reivindicação das trabalhadoras da Área de Saúde, que cumpriam um horário diferenciado e por isso não podiam contar com a creche já existente no campus de Campinas (CECI), a qual recebia apenas filhos de servidoras que cumpriam o horário administrativo (das 7 às 16h ou das 8:30 às 17:30h). É, então, diante desta especificidade de horário que a CAS se origina.

No início, a CAS foi planejada para funcionar durante as vinte e quatro horas do dia (como consta em seu primeiro Regimento Interno – 1989), mas, como afirma Arnais (2003), *esse horário não foi efetivado, devido à pequena procura e questionamentos por parte da comunidade sobre o caráter educativo do atendimento noturno* (p. 67). Sendo assim, atualmente, a CAS funciona em dois períodos: manhã – das 6:50 às 13:15h – e tarde – das 12:50 às 19:15h³⁴.

Aos finais de semana e feriados a creche funciona sob esquema de plantão somente no período da manhã. Sendo assim, as mães que trabalham à tarde e que querem utilizar a creche nestes dias, fazem um acordo com sua chefia, trocando o período de trabalho – somente nos plantões.

Para receber as crianças nos plantões apenas algumas professoras são escaladas – de acordo com o número de crianças³⁵. Estas, por sua vez, recebem o dia trabalhado através de folgas durante a semana³⁶.

Para freqüentar a creche é necessário que a criança seja filho e/ou filha ou dependente legal das servidoras da Área da Saúde – contratadas pela UNICAMP ou FUNCAMP – que atuem em esquema de turno, plantão ou horário especial. Outros casos como de filhos e/ou filhas de servidoras que cumpram Jornada Especial na Área da Saúde, de médicas residentes, de aprimorandas, de alunas de graduação e pós-graduação, de pai servidor ou de estagiárias dos Programas Educativos são estudados

³⁴ De acordo com consulta realizada no site http://www.dgrh.unicamp.br/pes_cas.shtml (acesso em março de 2005), às funcionárias do plantão noturno será concedido o pagamento do Auxílio-Criança – o qual também pode ser concedido diante da não disponibilidade de vaga na creche durante o período matutino e vespertino. O valor deste benefício varia de acordo com a idade da criança: até 1 ano o valor será referente à $\frac{3}{4}$ (três quartos) do salário mínimo vigente e de 1 a 4 anos o valor será de $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo.

³⁵ O número de crianças nos plantões é acompanhado através das escalas que as mães entregam às professoras no final de cada mês.

³⁶ Tanto os plantões quanto as folgas são planejadas no final de cada mês – para o mês subsequente – através da Escala de Folgas e Plantões, afim de não comprometer o andamento das atividades durante a semana.

pela Equipe Técnica da instituição³⁷. É importante ressaltar que estes não são contemplados pelas leis e normas das creches. Em relação ao pai servidor, pode-se dizer que o direito nacional e constitucional e trabalhista de homens e mulheres na UNICAMP é restrito às mulheres, já que a creche não se destina também a ele.

De acordo com Arnais (2003), a creche tem capacidade para receber até 240 crianças. No momento, 158 crianças freqüentam a creche. Sendo o número máximo de crianças por adulto de: 5 no Berçário, 7 no Maternal I e 12 no Maternal II. Sendo assim, no momento a CAS atende toda a demanda, não havendo, portanto, a necessidade de se utilizar de instrumentos de avaliação, como a avaliação sócio-econômica, por exemplo – instrumento utilizado no CECI-Campinas.

4.1 – A organização do espaço físico da CAS

Um espaço e o modo como é organizado resulta sempre das idéias, das opções, dos saberes das pessoas que nele habitam. Portanto, o espaço de um serviço voltado para as crianças traduz a cultura da infância³⁸, a imagem da criança, dos adultos que o organizaram; é uma poderosa mensagem do projeto educativo concebido para aquele grupo de crianças.

(Galardini, 1996b apud Faria, 2005: 85)

De acordo com Faria (2005), *a pedagogia faz-se no espaço e o espaço, por sua vez consolida a pedagogia* (p. 70). Sendo assim, falar da organização do espaço da CAS é de grande relevância, já que, através dele, será possível explicitar quais as concepções educativas desta creche.

A CAS está instalada na região conhecida como Área da Saúde da UNICAMP³⁹, onde também se localizam o HC, o CAISM, o Gastrocentro, o Hemocentro e a FCM (instituições nas quais as mães que utilizam a creche trabalham), provavelmente para facilitar o acesso das mães. Afinal, como afirma Dayrell:

(...) a arquitetura e a ocupação do espaço físico não são neutras. Desde a forma de construção até a localização dos espaços, tudo é delimitado

³⁷ Disponível em http://www.dgrh.unicamp.br/pes_cas.shtml (acesso em março de 2005).

³⁸ Cultura da infância é diferente de Cultura Infantil. Enquanto a primeira refere-se à produção dos adultos voltada para a infância, a última refere-se à cultura produzida pelas crianças no convívio com seus pares e/ou com os adultos.

³⁹ Ver a localização no mapa da universidade em anexo.

formalmente, segundo princípios racionais, que expressam uma expectativa de comportamento de seus usuários (Dayrell apud Bufalo, 1997: 147, grifos meus).

O prédio da CAS está dividido em quatro blocos: o primeiro aloja o setor administrativo e os demais alojam os outros três módulos da creche (Berçário, Maternal I e Maternal II – nesta seqüência)⁴⁰.

As crianças são distribuídas nos módulos de acordo com a faixa etária: de 2 meses e meio a 12 meses no Berçário; de 12 meses a 2 anos no Maternal I e de 2 a 4 anos no Maternal II.

O bloco do setor administrativo conta com quatro salas – sala de reuniões, sala da direção, sala da assistente social e secretaria – e um banheiro. Neste bloco há duas portas, uma de entrada principal e outra que dá acesso a um jardim aos fundos.

Pode-se dizer que os outros módulos (Berçário, Maternal I e Maternal II) têm a mesma estrutura física: um *hall* de entrada, uma sala para uma das profissionais que compõem a equipe técnica⁴¹, um banheiro/vestiário para as professoras e funcionárias, um banheiro/trocador, quatro dormitórios, uma varanda, um parque, uma sala para guardar materiais de limpeza, uma copa e um salão. É a organização do espaço, de acordo com a faixa etária a qual se destina, que os diferencia.

No *hall* do berçário há uma porta de entrada, um balcão de atendimento⁴², uma sala administrativa e um banheiro feminino, que pode ser utilizado pelas mães ou por qualquer outra visitante do sexo feminino. Ao lado deste banheiro há uma porta que leva à sala de amamentação – onde os bebês de 2 meses e meio⁴³ a 7 meses são amamentados por suas mães⁴⁴ – e ao trocador.

⁴⁰ Ver planta baixa em anexo.

⁴¹ A equipe técnica é formada pelas seguintes profissionais: diretora (enfermeira), três pedagogas, uma psicóloga, uma nutricionista e três enfermeiras. Ver discussão mais detalhada sobre o papel destas profissionais no item “4.3 – Profissionais”, deste mesmo capítulo.

⁴² Atrás desse balcão há um armário onde são guardados livros, cds e fitas cassetes – biblioteca e cdteca improvisadas.

⁴³ A CAS recebe bebês somente a partir dessa idade porque, segundo Arnais (2003), neste período, provavelmente, já tomaram as vacinas Tríplice, Sabin e BCG.

⁴⁴ Embora a creche incentive o aleitamento materno, este não é obrigatório, ou seja, não é tido como um critério de admissão – como foi no passado no CECI. O que significa que mesmo que a mãe não amamente seu filho/filha no peito, este/esta poderá freqüentar a creche. No entanto, a fim de manter os laços afetivos entre a mãe e a criança – e também para que a mãe possa gozar de seu direito (de dois descansos de meia hora cada um durante a jornada de trabalho para amamentar seu filho/filha até que este/esta complete seis meses – direito previsto no art. 396 da CLT) –, solicita-se à mãe que o leite – no peito ou em mamadeira – seja ministrado apenas por ela.

No trocador há quatro cubas com chuveiros, seis trocadores, um vaso sanitário (de tamanho adequado para o adulto) e uma balança onde os bebês são pesados semanalmente por uma das enfermeiras, a fim de acompanhar o desenvolvimento físico dos mesmos. Embaixo dos trocadores existem prateleiras, onde as bolsas dos bebês são guardadas.

No momento, apenas três dormitórios estão sendo utilizados no berçário, estes são destinados apenas ao descanso dos bebês: para aqueles que têm até 10 meses há dois dormitórios com berços, após os 10 meses os bebês descansam em outro dormitório com colchonetes – estes, quando não estão sendo utilizados, ficam empilhados sobre um estrado de madeira –, o que lhes permite movimentar-se com mais independência. Cada um dos dormitórios tem duas portas, uma que dá acesso ao trocador e outra que dá acesso à área externa⁴⁵.

No quarto (e último) dormitório – que não está sendo utilizado pelos bebês – uma espécie de sala dos professores foi improvisada. Nesta sala as professoras deste módulo – e também algumas funcionárias da creche – fazem suas refeições, organizam atividades, etc⁴⁶.

Na área externa há uma varanda, um cercado, um tanque de areia, bancos, uma pia com três torneiras e árvores frondosas. O chão é todo cimentado – com exceção do espaço onde fica o tanque de areia. Na varanda há suportes para pendurar balanços.

É no bloco do Berçário que fica a sala da nutricionista.

O salão deste módulo é dividido – por um banco de concreto – em dois ambientes: há um grande cercado, onde os bebês brincam e se relacionam – entre si e com as professoras – e também onde são desenvolvidas a maioria das atividades; o outro ambiente geralmente é ocupado por cadeirões⁴⁷, mesinhas e cadeirinhas, onde os bebês são alimentados. No cercado ficam alguns brinquedos⁴⁸ como: um túnel em formato de trem, rolos de vários tamanhos, uma rede, que fica pendurada no teto, com bolas coloridas e um brinquedo almofadado e colorido para os bebês subirem. Ao fundo, há uma colméia, que, além de ser utilizada para guardar caixas com brinquedos

⁴⁵ No quarto em que descansam os bebês que têm entre 10 e 12 meses há, além das portas, portõezinhos, os quais foram instalados por medida de segurança, ou seja, para impedir que as crianças saiam sem que alguém, mais especificamente alguma professora, esteja por perto.

⁴⁶ Nesta sala tem um armário utilizado pelas professoras do berçário para guardar alguns materiais e uma mesa e com algumas cadeiras.

⁴⁷ Destinado aos bebês que têm até 9 meses, pois à partir dos 10 meses eles começam a sentar em cadeirinhas nos momentos de alimentação.

⁴⁸ Esses brinquedos são trocados periodicamente, conforme o tema e objetivos que se pretende desenvolver.

menores (mordedores, brinquedos de borracha, alguns instrumentos musicais, chocalhos confeccionados em garrafas descartáveis, etc.), serve também de brinquedo para os bebês – onde eles brincam de entrar e sair e de se esconder, uma forma de reinventar/transformar a utilidade (ou significado) deste móvel, de produzir cultura infantil (Prado, 1999). Há também um espelho na parede onde as crianças podem se ver de corpo inteiro, favorecendo a construção de identidades e também o sentido de pertencimento.

O próximo bloco aloja o Maternal I. Em seu *hall*, além da porta de entrada⁴⁹ está uma das portas que dá acesso à sala de enfermagem⁵⁰ e o banheiro masculino, que pode ser utilizado tanto por pais quanto por funcionários⁵¹. Ao lado deste banheiro há uma porta que dá acesso à sala das pedagogas e aos trocadores – que, como no berçário, tem quatro cubas com chuveiros e seis trocadores, além de “peniqueiros” (suportes para os penicos)⁵² e escadinhas, que auxiliam as crianças a subir e descer das banheiras⁵³. Os chuveiros deste módulo estão instalados numa altura em que as crianças não possam alcançá-los e o vaso sanitário (também de tamanho adequado ao uso de adultos) é isolado por uma grade e um portão, fazendo com que o acesso a ele dependa da vontade e permissão das professoras.

No Maternal I também há quatro salas – esses cômodos não são chamados de dormitórios como no berçário, pois além de serem ambientes de descanso, neles também acontece a maioria das atividades pedagógicas. Nestas salas os brinquedos ficam em prateleiras que estão ao alcance das crianças, permitindo que elas possam escolher aqueles que mais lhe agradam – e cumprindo com um dos **Crítérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças: Os brinquedos são guardados em locais de livre acesso às crianças** (Ministério da Educação e do Desporto, 1994: 12). Além das prateleiras, há também um armário, no

⁴⁹ O acesso ao Maternal I pode ser tanto pelo berçário quanto por esta porta – a qual é utilizada apenas nos horários de entrada das crianças.

⁵⁰ A outra porta de acesso à sala de enfermagem fica no corredor que leva do *hall* de entrada ao salão do Maternal I.

⁵¹ Atualmente, a CAS conta apenas com dois funcionários do sexo masculino: um contratado pela limpadora (o serviço de limpeza na CAS, assim como em toda a Universidade, é terceirizado) e outro que cuida de manutenções internas e do transporte de alimentos do HC para a creche.

⁵² É neste módulo que o processo de retirada de fraldas tem início. Há pouco tempo atrás começava-se a retirar as fraldas das crianças quando estas completavam 1 ano e 6 meses. Atualmente, procura-se ter um olhar mais apurado para as características e necessidades de cada criança. Procura-se iniciar tal processo à partir de 1 ano e 10 meses, mas caso a criança queira retirar a fralda antes ou depois, não há nada que a impeça.

qual as professoras guardam seus materiais, e um estrado, onde os colchonetes ficam empilhados quando as crianças não os estão usando para dormir ou para outra atividade.

Cada sala conta com duas portas: uma que dá acesso ao trocador e outra que dá acesso ao parque. É importante ressaltar que, além de portas, todas essas salas contam com portõezinhos⁵⁴ (um em cada porta), que têm como objetivo impedir a saída das crianças, restringindo o acesso das mesmas a outros ambientes da creche à vontade e permissão do adulto.

O espaço externo, onde está instalado o parque, tem a maior parte de sua área coberta por areia e grama. Neste espaço há alguns brinquedos como gira-gira, trepa-trepa, escorregadores e uma casinha de plástico, além de um tanque de areia, bancos para sentar, árvores frondosas e uma pia com três torneiras – onde além de pegar água para beber, as crianças podem também brincar.

Assim como no berçário, o salão deste módulo é dividido em dois ambientes (por um banco de concreto⁵⁵): de um lado (próximo à janela da copa) está o refeitório, com mesinhas e cadeirinhas onde as crianças sentam para fazer suas refeições (lanche e almoço ou lanche e jantar – dependendo do período); do outro lado ficam os brinquedos (blocos de montar, bolas e motocas) e um aquário com peixinhos – resalto aqui o cumprimento de outro critério apresentado pelo documento **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**, através do contato com a natureza e os animais que a CAS proporciona às crianças.

Geralmente, as crianças são recebidas no salão no horário de entrada. É também a este ambiente que as professoras recorrem em dias chuvosos ou de muito frio.

Na entrada do salão também há um portãozinho. Além disso, procura-se manter fechadas as portas que dão acesso aos outros módulos – o que, como foi dito anteriormente, impede a livre circulação das crianças a outros ambientes da creche.

No *hall* do Maternal II também há uma porta de entrada. Nele se localizam o almoxarifado – onde os materiais utilizados nas atividades ditas pedagógicas (papéis, lápis, giz, canetinhas, brinquedos, fantoches, etc.) são guardados – e a porta que dá

⁵³ O uso das escadinhas é justificado para – além de preservar a saúde das professoras (evitando que prejudiquem a coluna por terem que pegar peso do chão para o trocador) – incentivar a autonomia e independência das crianças.

⁵⁴ É interessante observar que estes portões – e seus trincos – são baixos, ou seja, estão na altura das crianças. No entanto, poucas conseguem abri-los.

⁵⁵ Atualmente, tanto o banco do salão do berçário quanto do salão do Maternal I foram revestidos com almofadas, para evitar que as crianças possam vir a se machucar. O que demonstra a tentativa de adequar o espaço à especificidade da faixa etária à qual a creche se destina.

acesso ao banheiro das crianças. Antes desse banheiro há uma sala que serve de dispensa, onde os materiais de limpeza e alguns alimentos são guardados.

O banheiro destinado às crianças no Maternal II tem uma estrutura diferente dos outros módulos. Na entrada há um portão grande, com um trinco no alto – o qual só permite que os adultos possam abri-lo ou fechá-lo. Não há mais trocadores, estes foram substituídos por cinco vasos sanitários – de tamanho normal (adequado ao uso de adultos), porém adaptados para o uso das crianças com degraus de concreto e tampas com redutores⁵⁶ - separados por muretas⁵⁷. Há também pias instaladas na altura das crianças, onde elas podem lavar as mãos e escovar os dentes. Em frente às pias há espelhos – também à altura das crianças. Entre as pias e os vasos sanitários há um tanque, onde os penicos, utilizados pelas crianças menores, são lavados. Há, ainda, um banco de concreto, que às vezes é utilizado pelas crianças para trocarem de roupa. Em frente ao banco há um peniqueiro que é utilizado pelas crianças que ainda estão em processo de retirada de fraldas. A existência desse peniqueiro explica-se pelo fato de que há algum tempo atrás todas as crianças que estavam passando por esse processo utilizavam o peniqueiro ao mesmo, demonstrando uma visão equivocada desse processo, o qual buscava padronizar essas crianças. No entanto, como já foi dito anteriormente, esta prática não é mais adotada na CAS, ou seja, cada criança utiliza o penico quando quiser e tiver vontade, os peniqueiros permaneceram, então, neste ambiente apenas como um suporte para os penicos.

Ao fundo do banheiro tem quatro boxes com chuveiros, sendo dois deles mais altos⁵⁸ e os outros dois no nível do chão.

Neste módulo os banhos não são mais individuais, como o são geralmente no berçário e no Maternal I, mas sim coletivos, ou seja, meninos e meninas, crianças de diferentes idades (entre 2 e 4 anos) dividem o mesmo espaço, o que, segundo Pereira (2005), *propicia o reconhecimento das diferenças entre as crianças* (p. 46). Propicia também o contato e a brincadeira com água.

Também há quatro salas neste módulo. Algo diferente, porém, é a inexistência de portõezinhos nas portas, o que permite que as crianças circulem livremente neste

⁵⁶ As tampas com os redutores foram doadas por um pai, que se atentou à necessidade de adequar os vasos ao tamanho das crianças quando sua filha ingressou neste módulo.

⁵⁷ As quais, segundo Pereira (2005), *não impede que os meninos e meninas se encontrem nesse ambiente* (p. 46).

⁵⁸ Os boxes mais altos geralmente são usados pelas crianças menores, as quais requerem mais o auxílio das professoras para tomar banho. Evitando, assim, que as professoras prejudiquem a coluna por terem que ficar encurvadas para dar banho nas crianças no baixo.

espaço. Assim como nos outros módulos, em cada sala há duas portas: uma porta que dá acesso à área externa e outra que dá acesso ao banheiro – neste banheiro há uma parede em frente aos vasos sanitários, a qual impede a visualização deste espaço a partir das salas.

Dentro de cada sala há uma prateleira, que fica à altura das crianças, para guardar os brinquedos; um armário onde as professoras guardam seus materiais; e um estrado de madeira, onde são colocados os colchonetes. Há também ganchos nas paredes para pendurar canecas e as bolsas das crianças, cada gancho é identificado por uma figura, que é escolhida pelas crianças; painéis para colocar cartões de chamada, varais para pendurar as atividades feitas pelas crianças e suportes para escovas de dentes.

O espaço externo do Maternal II é bem amplo. Como nos outros módulos, há uma varanda. No parque há vários brinquedos, tais como: dois gira-giras, um trepa-trepa, dois escorregadores e uma casinha de bonecas (de alvenaria). Há ainda um tanque de areia, dois bancos e uma mesa de concreto.

O chão do parque é todo coberto de areia. Árvores frondosas também fazem parte deste espaço – em uma das árvores há um balanço de corda e pneu. Ao fundo, há três chuveirões, onde as crianças brincam e, às vezes, até tomam banho no verão, e um tartarugário, ambiente construído especialmente para abrigar um casal de jabutis: a Nina e o Nino⁵⁹. Vemos aqui, novamente, a possibilidade que as crianças têm na creche de ter contato com animais.

Os armários onde os brinquedos de parque (baldinhos, pazinhas, peneiras, carrinhos, etc.) são guardados também ficam no espaço externo, fechados com portões com trincos no alto, o que impede que as crianças tenham acesso a eles, fazendo com que fiquem dependentes da vontade das professoras.

É neste módulo que se localiza a sala da psicóloga.

O salão do Maternal II também é dividido em dois ambientes por banco de concreto igual aos dos outros dois módulos: o refeitório⁶⁰, com mesinhas e banquinhos, e o espaço onde as crianças brincam – este espaço foi dividido em cantinhos: cantinho da leitura, cantinho de jogos, cantinho do faz-de-conta... Há também no salão dois armários com fantasias que podem ser utilizadas pelas crianças em suas brincadeiras,

⁵⁹ Os nomes dos jabutis foram escolhidos pelas crianças.

⁶⁰ As refeições neste módulo são servidas através do sistema self service, sendo assim, as crianças podem se servir dos alimentos que mais gostam e da quantidade que desejarem.

possibilitando a construção de dimensões humanas, tais como: o imaginário, o lúdico e o artístico.

Ao fundo do salão tem uma lavanderia, onde brinquedos, babadores, toalhinhas, lençóis e toalhas são lavados pela auxiliar de lavanderia.

Como se pode observar, a organização do espaço da CAS reflete a busca por uma Pedagogia da Educação Infantil que garanta o direito à infância. Segundo Faria (2005a) a creche deve ser:

(...) um oásis, um lugar onde se torna criança, onde não se trabalha, onde se pode crescer sem deixar de ser criança, onde se descobre (e se conhece) o mundo através do brincar, das relações mais variadas com o ambiente, com os objetos e as pessoas, principalmente entre elas: as crianças (p. 72).

Muitos dos critérios apresentados no documento publicado pelo Ministério da Educação e do Desporto (1995) se fazem presentes nesta instituição. Como já foi dito anteriormente, a maioria dos brinquedos⁶¹ estão ao alcance das crianças, tanto nas salas quanto nos salões. A atenção individual também se faz presente quando se lida *com preferências individuais das crianças por alimentos* (p. 13) através do sistema *self service* implantado no Maternal II; quando *se respeita o ritmo fisiológico da criança*, permitindo que o processo de retirada de fraldas se inicie quando esta assim o desejar ou que descanse somente quando realmente tiver necessidade – há lugares adequados para isso, o que garante o direito da criança a um ambiente aconchegante e seguro.

As produções das crianças são valorizadas quando expostas nas paredes da creche e compartilhada com a comunidade. O espaço possibilita o contato com a natureza, garantindo que as crianças tenham a *oportunidade de brincar com areia, argila, pedrinhas, gravetos e outros elementos da natureza* (p. 16), além de poderem brincar com água nas pias externas – presentes em todos os módulos –, nos chuveirões e com a mangueira – existentes apenas no Maternal II. A existência de um aquário e também do tartarugário possibilita, ainda, como já foi dito, o convívio com animais e, por conseqüência, o respeito para com eles.

⁶¹ Digo a maioria e não todos, porque nos parques os brinquedos ainda são guardados em armários que somente os adultos têm acesso.

A existência de banheiros e trocadores garante o direito da criança *de manter seu corpo cuidado, limpo e saudável* (p. 17). As crianças aprendem a cuidar de si próprias e a assumir responsabilidades em relação à sua higiene, saúde e alimentação quando podem tomar banho, escovar os dentes e se alimentarem sozinhas⁶², garantindo a indissociabilidade do cuidar e educar.

Vemos também que os espaços da CAS têm possibilitado a construção de dimensões humanas e também a expressão das diversas formas de linguagem da criança através dos cantinhos instalados no salão do Maternal II, das fantasias e das brincadeiras livres no parque.

Embora as crianças estejam divididas nos módulos de acordo com a faixa etária, pode-se dizer que o convívio/confronto de crianças de idades diferentes é contemplado nesta instituição, já que os bebês visitam as crianças dos maternais e vice-versa e que atividades em conjunto são planejadas. Possibilitando às crianças menores construir culturas infantis no convívio com as maiores e a estas, por sua vez, a aquisição e construção de novos saberes através da observação, do contato e da ajuda no cuidado das menores (Palmen, 2001).

A creche é uma instituição destinada às crianças, um espaço organizado e planejado para que elas possam vivenciar sua infância. No entanto, diante da existência de portões que impedem que as crianças se movimentem com independência na creche (ou melhor, em seu espaço), surgem as seguintes perguntas: Será que a organização do espaço da CAS pode ser ainda melhor? Será que a CAS, com suas limitações espaciais, está permitindo que este objetivo seja alcançado? Segundo Faria (2005):

O espaço, externo e interno, deve permitir o fortalecimento da independência das crianças: mesmo sendo seguro, não precisa ser ultraprotetor, isto é, em nome da segurança não deve impedir experiências que favoreçam o autoconhecimento dos perigos e obstáculos que o ambiente proporciona (p. 79).

No entanto, vemos que a ocupação dos espaços na CAS não é rígida, mesmo que esteja condicionada ao planejamento das professoras (o que, na verdade, é uma das

⁶² À partir dos 10 meses as crianças já começam a ser incentivadas – mas não obrigadas – a comerem sozinhas.

tarefas dessas profissionais), ou seja, as crianças não ficam confinadas em seus módulos, mas participam de atividades em outros ambientes da creche⁶³.

Interessante é observar que a formação continuada e/ou em serviço, cujas propostas serão apresentadas no último capítulo deste TCC, oferecidas às profissionais docentes da CAS tem contribuído para a reflexão a respeito da organização do espaço e também para a construção da Pedagogia da Educação Infantil. Em conversa informal com a atual diretora da creche, soube que uma palestra ministrada na Faculdade de Educação (FE – UNICAMP) pela italiana Anna Lia Galardini, em outubro de 1998, contribuiu para que algumas mudanças acontecessem. Segundo a diretora, foi a partir desta palestra – e, principalmente, a partir de uma fala desta pesquisadora: “as paredes devem falar” – que se começou a pensar na apresentação da instituição através das paredes, as quais a partir de então, receberam: quadros informativos, onde alguns projetos desenvolvidos na creche foram apresentados; pintura nova (as paredes ficaram coloridas); e exposição do que é produzido pelas crianças, buscando demonstrar quem ocupa esse espaço e a quem ele se destina.

4.2 - Famílias e crianças

O primeiro contato da mãe⁶⁴ com a CAS se dá por volta do sétimo mês de gestação, no Grupo de Gestantes, que consiste em uma reunião com as profissionais da equipe técnica desta instituição. O objetivo deste grupo é apresentar a creche, o trabalho que desenvolve e dar orientações a respeito da amamentação e condições de matrícula à (possível) futura usuária.

Após o nascimento do bebê, caso a mãe se enquadre nas condições de matrícula, ela entra em contato com a creche para informar o nome e a data de nascimento de seu filho e/ou filha e, só volta a entrar em contato novamente para agendar a data da matrícula, quando faltar um mês para retornar ao trabalho.

Segundo Arnais (2003):

⁶³ Segundo Dutoit (1999 apud Palmen, 2001), *para a criança é muito enriquecedor não ficar confinada o tempo todo num mesmo espaço, com a mesma organização e com as mesmas pessoas* (p. 55).

⁶⁴ Como já foi dito anteriormente, a creche garante apenas o direito à mãe trabalhadora e não também do pai trabalhador. No entanto, a utilização da creche por um filho ou filha de um pai trabalhador não é algo totalmente impossível, através de um estudo de caso a equipe técnica da CAS averigua se há ou não a possibilidade de aceitar essa criança – o que é visto como uma “concessão”, uma exceção à regra, e não como um direito.

A matrícula é realizada em dois momentos:

- a) *em grupo (de quatro ou cinco usuárias), em que participam além dos pais, os avós e familiares que queiram conhecer o atendimento e as instalações da creche,*
- b) *individual, em que a mãe usuária fornece informações gerais sobre o seu filho e o primeiro contato da educadora com a mãe usuária e seu bebê é estabelecido (p. 70).*

O próximo contato da família com a instituição se dá alguns dias antes do retorno da mãe ao trabalho, no “estágio” – algo implantado recentemente na CAS, justamente porque a instituição reconheceu o fato de que, assim como afirmam Mantovani e Terzi (1998), *a dupla mãe-criança não constitui uma dupla de indivíduos separados, mas em fase progressiva de separação* (p. 180). Sendo assim, procura-se planejar esse momento não apenas em função da criança, mas de ambas (mãe e criança).

O “estágio” é o momento em que a mãe e/ou o pai têm a oportunidade de vivenciar, juntamente com seu filho e/ou filha, a jornada⁶⁵ da creche e também de conhecer melhor as professoras⁶⁶ que serão responsáveis por seu filho e/ou filha nesta instituição. A presença da família na instituição faz parte do processo denominado por Mantovani e Terzi (op. cit.) inserção, isto é, o processo de ingresso da criança na creche, sua primeira experiência educacional.

É importante ressaltar que o “estágio” não ocorre somente quando a mãe retorna da licença-maternidade, mas toda vez que uma nova criança ingressa na creche, esteja ela na faixa etária de Berçário, Maternal I ou II.

Esse momento também é importante para a instituição, pois é através dele que as professoras têm a oportunidade de observar o relacionamento da mãe com a criança e de conhecer alguns costumes desta última, para que possam dar continuidade e *recriar*

⁶⁵ Como Faria (2005), preferi usar o termo *jornada* ao invés de rotina. O primeiro termo – de acordo com consulta feita por esta autora ao Dicionário Aurélio – refere-se à *marcha ou caminho que se faz num dia* (p. 21), já o segundo – de acordo com o mesmo dicionário – diz respeito a um *caminho já conhecido, em geral trilhado maquinalmente* – o que não é o caso. Segundo Faria (op. cit.):

(...) o fato de fazermos determinadas atividades todos os dias, como dormir, comer, banhar-se etc., não autoriza o profissional de educação infantil a fazê-las iguaizinhas todas as vezes, mas sim a desafiar a cumprir estes rituais, com intencionalidade, no conjunto das ações educativas (idem).

⁶⁶ No berçário há duas professoras para cada grupo de dez crianças – segundo Arnais (2003), essa é uma orientação da OMS (Organização Mundial de Saúde) –; no Maternal I também são duas professoras para cada grupo de catorze crianças; somente no Maternal II que há uma professora para cada grupo de doze crianças.

situações conhecidas que só progressivamente irão diversificando-se (...) para criar um novo relacionamento dotado de especificidade (idem: 178).

Segundo Mantovani e Terzi (op. cit.):

É nessa ligação atenta, paciente e cuidadosa entre conhecido e novo, sem saltos excessivos, com extrema gradualidade, possível somente se a educadora puder observar mãe e criança juntas, que está a possibilidade de a inserção da criança pequena ser um crescimento, a criação de oportunidades a mais e não a interrupção de um processo delicado ainda em formação: uma experiência de conquista e não de perda (p. 178, grifos meus).

Atualmente, apenas dois dias são reservados para o “estágio”. No entanto, esse tempo pode ser alterado – tanto diminuído quanto aumentado – caso a mãe e/ou a criança sintam necessidade. No caso específico do berçário:

Durante o período de amamentação, até que o bebê complete seis meses de idade, as mães usuárias da creche, tanto as com aleitamento materno, como as com aleitamento artificial ausentam-se do seu setor por uma hora, durante sua jornada de trabalho para amamentar seu filho, de acordo com o artigo 396 da CLT de 1942. Isso faz com que a cada duas horas e meia a mãe usuária tenha contato com o seu bebê, facilitando assim a adaptação da criança ao novo ambiente (Arnais, 2003: 72).

Durante a permanência da criança na creche, procura-se envolver a família, chamá-la para participar do trabalho desenvolvido na creche, também em outros momentos. Reuniões semestrais com os pais são realizadas para apresentar-lhes *um relatório do desenvolvimento de seu (sua) filho (a), nos aspectos físicos, nutricionais e psicopedagógicos, assim como as atividades que a criança realiza na creche* (Arnais, op. cit.: 71).

Procura-se também envolver as famílias nos projetos que estão sendo desenvolvidos na creche, pedindo que contribuam com materiais que serão utilizados

nas atividades (como fotos, figuras, brinquedos, livros, etc.) e, às vezes, chamando-as para participar de uma dessas atividades (oficinas, festas comemorativas, etc).

No primeiro Regimento Interno da creche (em anexo) está prevista a organização das famílias em comissões de pais, porém, de acordo com a atual diretora da CAS, em entrevista concedida à Palmen (2005), por ocasião de sua dissertação de mestrado:

O que a gente percebe é que não se há muito interesse em participar, as pessoas gostam de ter um trabalho de qualidade, mas essa coisa de ser mãe representante parece que incomoda um pouco as pessoas. Por outro lado, nós temos um canal de comunicação muito tranquilo... a mãe vem querendo entender alguma coisa, relatar alguma coisa... esse canal de comunicação é feito e a gente percebe que as pessoas preferem se manifestar dessa maneira.

Parece que o peso do cargo soa como mais um trabalho (p. 261).

E ainda:

O que a gente tem é uma preocupação em não estar chamando por demais, porque a área do Hospital não permite muito. Todos os chamamentos são no horário de trabalho dela. Então a gente tem que ser conciso, direto. Fazer reuniões com qualidade.

Nossa obrigação, enquanto instituição é fornecer momentos de significado pra elas, tentando encantá-las a vir participar (idem).

Vê-se, então, que o público-alvo da CAS tem uma peculiaridade: o trabalho que essas mães desempenham na área de saúde da UNICAMP, não lhes permite se ausentar com muita frequência, o que impede uma participação mais efetiva dessas mães.

Pode-se afirmar também que este é um público bem diverso, já que a CAS recebe filhos e filhas de mães que ocupam os mais diferentes cargos na área de saúde da universidade: desde médicas até auxiliares de nutrição. Além disso, essas famílias são provenientes dos mais diferentes bairros de Campinas e região. O que demonstra uma grande diversidade social, étnica e cultural.

De acordo com Bufalo (1997 apud Fagundes, 1997):

A creche é um espaço de educação e cuidado que se constitui por sujeitos sócio-culturais, ou seja, meninos, meninas e mulheres adultas que pertencem a determinados grupos étnicos, sociais, de gênero e etários. Assim, trazem para a instituição suas mais variadas visões de mundo, os seus valores morais, religiosos, os seus costumes e os seus preconceitos. Estes sujeitos se constituem portanto, em produtores e consumidores de manifestações culturais (p. 105).

Desta forma, vemos que a creche é um espaço privilegiado de convívio das diferenças, convívio este que pode levar à superação das desigualdades. Por isso é importante que as professoras saibam lidar com essas diferenças, sem hierarquizá-las ou homogeneizá-las, mas respeitando-as e garantindo a igualdade de direitos.

4.3 - Profissionais

O quadro de profissionais da CAS está organizado da seguinte forma:

Quadro 1 – Profissionais que atuam na CAS

CATEGORIA PROFISSIONAL	QUANTIDADE
Diretora	01
Técnico Administrativo – apoio adm.	02
Auxiliar Administrativo	02
Recepcionista	01
Assistente Social	01
Nutricionista	01
Equipe de Nutrição (copeiras, cozinheiras e auxiliares de nutrição)	15
Pedagogas	03
Profissionais docentes ⁶⁷	50

⁶⁷ Uso o termo profissionais docentes para me referir às professoras e também às profissionais que exercem atividades de docência na CAS e que ainda não têm esse título. Apesar da mudança de nomenclatura no ano de 2003 (já mencionada no capítulo 3), três das profissionais que lidam diretamente

Enfermeiras	03
Psicóloga	01
Zeladora	01
Profissional de Manutenção de Edifícios	01
Auxiliar de Lavanderia	01
Serviços gerais (terceirizados)	07
TOTAL	90

Fonte: Dados gentilmente concedidos pela Secretaria da CAS

Como se pode perceber, a CAS desenvolve um trabalho integrado e multidisciplinar, contando com profissionais da área da saúde e também da educação em sua equipe técnica: enfermeiras, nutricionista, psicóloga, assistente social e pedagogas. Segundo Arnais (2003):

A área do Serviço Social atua no ingresso da criança na creche, bem como no acompanhamento das necessidades e acolhimento às famílias usuárias. A Nutrição trata da coordenação, elaboração e orientação de atividades relacionadas à alimentação das crianças. O serviço de Saúde acompanha o desenvolvimento físico e a saúde das crianças, a administração de medicamentos e oferece orientações a familiares e servidores em questões de saúde e higiene.

As áreas de Psicologia e Pedagogia atuam na orientação e planejamento das todas as atividades psicopedagógicas desenvolvidas no Berçário e no maternal de acordo com o projeto educacional da CAS (p. 71).

com as crianças ainda têm o título de recreacionista, pois ainda não possuem a formação mínima exigida para a alteração de nomenclatura. Uma delas ingressou na CAS através do concurso de 1988 (o qual exigia o *Curso de Magistério com Habilitação em Pré-Escola ou 2º Grau completo suplementado por experiência comprovada de no mínimo 1 ano na área* – ver Edital 018/88 em anexo), tendo somente o Ensino Médio; as outras duas ingressaram através do concurso de 2003 (o qual exigia o *Segundo Grau Completo com habilitação para o Magistério* – ver Edital nº 038/2003 em anexo –, sendo tal exigência flexibilizada diante da promessa feita pela Reitoria de que aquelas que estavam buscando a qualificação específica e que ainda não eram concursadas – mas contratadas via FUNCAMP – teriam a oportunidade de prestar o concurso) e terão a nomenclatura de Professora de nível médio de Educação Infantil quando concluírem o curso de Pedagogia.

Estas profissionais são responsáveis pela coordenação do trabalho da equipe de profissionais docentes, da equipe de nutrição, dos profissionais administrativos e também da equipe de limpeza.

Em relação à equipe de profissionais docentes, pode-se dizer que 88% foram contratadas através de concursos públicos – a UNICAMP realizou, durante os 16 anos de existência da CAS, quatro concursos (1988, 1997, 2003 e 2004)⁶⁸, os quais também selecionaram profissionais para o CECI-Campinas – e 12% foram contratadas através de outros instrumentos de seleção: uma professora foi transferida do CECI-Campinas para a CAS em 1999; uma é contratada da FUNCAMP; duas são estagiárias da área de Educação (cursam Pedagogia); e duas eram auxiliares de limpeza (concuradas) na CAS, mas, por conta da terceirização desse serviço na universidade, tiveram que ser realocadas em outra função, como a creche estava precisando de recreacionistas – e elas já haviam concluído o Segundo Grau (atual Ensino Médio), escolaridade mínima exigida naquele momento – foram convidadas pela diretora da creche para assumir tal função. O que para Fagundes (1997) representa a abertura de mercado de trabalho para mulheres de extratos baixos da sociedade, não sendo exigida nenhuma formação prévia específica para exercer tal atividade. Para Cerisara (2002), representa ainda um avanço, uma oportunidade para as mulheres que *entraram no mercado informal de trabalho desempenhando atividades como domésticas, serventes, vendedoras, ascensoristas, entre outras* (p. 43).

Veja abaixo o quadro de distribuição das profissionais docentes por concurso:

Quadro 2 – Distribuição das professoras/recreacionistas por concurso

CONCURSO	QUANTIDADE	%
1988	12	24
1997	01	2
2003	18	36
2004	13	26
TOTAL	44	88

⁶⁸ Editais em anexo.

O primeiro concurso exigia como qualificação mínima para assumir o cargo de recreacionista: *Curso de Magistério com Habilitação em Pré-Escola ou 2º Grau completo suplementado por experiência comprovada*⁶⁹ de no mínimo 1 (um) ano na área (Edital nº 018/88, grifos meus).

Em relação a isso é importante salientar o que já foi destacado no item que trata do histórico da CAS: já em 1988, antes da aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – lei nº 9394/96)⁷⁰, a universidade já reconhecia a necessidade de se contratar profissionais com formação específica (na área da Educação) para trabalhar diretamente com as crianças, o que demonstra um provável reconhecimento da creche como uma instituição educativa. No entanto, a conjunção “ou” presente no texto do Edital, designa, assim como aponta o Dicionário Aurélio, *alternativa ou exclusão*, não sendo, portanto, obrigatório possuir a formação em nível médio, na modalidade Normal.

Segundo Gentil (1989), este foi o primeiro concurso realizado na universidade para se contratar pessoas para trabalhar especificamente com crianças na creche. Antes a universidade fazia um concurso geral, para contratar pessoas para qualquer um de seus setores, encaminhava-se então para as creches, à medida que houvesse necessidade, uma dessas pessoas.

Veja no quadro abaixo qual era a formação inicial das recreacionistas contratadas no primeiro concurso – e que ainda permanecem na CAS:

Quadro 3 – Formação inicial das recreacionistas contratadas no concurso de 1988

FORMAÇÃO INICIAL	QUANTIDADE	%
Segundo Grau	10	83,3
Magistério	02	16,7
TOTAL	12	100

Muitas das profissionais que foram contratadas nesse concurso já não fazem mais parte do quadro de profissionais da CAS. Diante desses dados pode-se supor que,

⁶⁹ A experiência deveria ser comprovada através de *Carteira de Trabalho e Previdência Social (dados pessoais e experiência) ou declaração firmada por empregador* (Edital nº 018/88).

⁷⁰ A LDBEN de 1996, como já foi mencionado, exige que a formação de docentes para atuar na educação básica se dê em nível superior, admitindo como formação mínima para o exercício do magistério na

provavelmente, a maioria delas realmente não possuía formação específica. Das 12 profissionais que permaneceram na CAS, 9 (das que tinham somente o Segundo Grau) deram continuidade aos estudos e, atualmente, 7 já possuem o magistério (além das 2 que já o possuíam quando do ingresso na CAS), uma já concluiu o curso de Pedagogia e uma ainda o está cursando, o que lhes conferiu o título de Professoras de Educação Infantil à partir de 2003.

De acordo com a diretora da CAS – em entrevista concedida à Palmen (2005):

A nova carreira da universidade, implantada no final do ano passado (2003) depois de uma batalha de 14 anos reconheceu para o pessoal que trabalha nas creches de 0 a 4 anos a terminologia de “professor de Educação Infantil de nível médio”. Essa é uma carreira nova. De fato recreacionista não é uma profissão, então elas gostariam de ter uma terminologia que fosse identificada como profissão. Veja... se eu sair daqui recreacionista, lá fora é entendido como o que? Faz o que? (p. 133)

Esse é um elemento que indica a construção da Pedagogia da Educação Infantil na CAS, já que vários autores apontam a formação específica das profissionais que trabalham diretamente com as crianças como um elemento que contribui com a qualidade na Educação Infantil (Cerisara, 2002; Barreto, 1994).

Em relação ao primeiro concurso é interessante destacar ainda que no Edital (nº 018/88) verifica-se a possibilidade de que homens também pudessem ser admitidos. No item intitulado DAS INSCRIÇÕES, é apontado como condição de inscrição: *c) quando do sexo masculino, haver cumprido as obrigações para com o Serviço Militar*. No entanto, nenhum homem foi admitido⁷¹.

Esse fato é algo que nos chama a atenção, pois vemos que, historicamente, é maciça a presença de mulheres atuando diretamente com as crianças em instituições de Educação Infantil, o que também acontece na CAS: todas são professoras (e não professores). O que se deve ao fato de que esta profissão nasce feminina.

educação infantil – e também nas quatro primeiras séries do ensino fundamental – *a oferecida em nível médio, na modalidade Normal* (Art. 62).

⁷¹ A presente pesquisa não teve como objetivo explicitar qual a causa da não admissão de homens no primeiro concurso, se porque não houve inscrições de pessoas do sexo masculino ou se, na existência de inscrições, nenhum homem foi aprovado no concurso.

Segundo Rosemberg (1996a apud Fagundes, 1997: 106), a educação infantil é uma atividade historicamente vinculada à reprodução humana, ou seja, à maternidade (dimensão biológica da gestação e do parto), função exclusivamente feminina (Cerisara, op. cit).

Sobre isso ainda, Silva (1999) ironiza, afirmando que, diante da concepção de creche enquanto um local destinado apenas ao atendimento de necessidades de guarda, alimentação e higiene de crianças pobres:

(...) a profissional que trabalha nesse equipamento não necessita de formação específica, pois entende-se que o trabalho de cuidar das crianças é uma extensão do trabalho realizado em casa, que aprendeu no dia-a-dia de mãe ou dona de casa (p. 49, grifos da autora).

Atualmente, como se pode constatar no quadro 2, há apenas uma professora admitida no segundo concurso (realizado em 1997) na CAS e esta já possuía o magistério quando do seu ingresso⁷², embora esta formação não tenha sido exigida enquanto obrigatoriedade para assumir a função de Recreacionista – de acordo com o Edital nº 87/97, era necessário

possuir na data da inscrição o curso de Magistério ou 2º grau completo com experiência comprovada de no mínimo 1 ano em CTPS que tenha atuado com crianças de 0 a 4 anos (grifos meus).

Vemos, então, ainda nesse concurso, que ocorreu no ano posterior à aprovação da LDB (lei nº 9394/96), a não obrigatoriedade de formação específica às novas concursadas.

Em relação ao terceiro concurso, realizado em 2003, os pré-requisitos para concorrer às vagas de Recreacionista – de acordo com o Edital nº 038/2003 – eram:

⁷² Atualmente esta professora está cursando o PROESF (Programa Especial para formação de professores em exercício na rede de Educação Infantil e Primeiras Séries do Ensino Fundamental da Rede Municipal dos Municípios da Região Metropolitana de Campinas), curso de nível superior oferecido pela UNICAMP através de um convênio firmado por esta com os municípios da região metropolitana de Campinas. Para mais informações sobre o PROESF, acesse <http://www.fe.unicamp.br/ensino/graduacao/proesf.html> (acesso em 24/05/06).

Segundo Grau Completo;

Habilitação para o Magistério;

Experiência mínima de 01 ano no trabalho educativo com crianças de 0 a 4 anos em instituição educacional em função compatível, comprovada através de:

- *Para o trabalhador regido pela CLT – Carteira de Trabalho e Previdência Social juntamente com declaração comprobatória da experiência*
- *Para o funcionário público não regido pela CLT – declaração comprobatória da experiência.*

Este é o primeiro concurso em que a formação em nível médio, na modalidade Normal, não é tida como uma outra opção, mas sim como a única exigência em relação à escolaridade das candidatas. Entretanto, essa exigência foi suprimida diante da reivindicação das profissionais que atuavam na CAS e também no CECI – contratadas pela FUNCAMP e que estavam cursando o curso de magistério em Paulínia⁷³ – pelo direito de prestar o concurso – promessa feita pela Reitoria. Sendo assim, o prazo para as inscrições foi prorrogado por mais uma semana, permitindo-se que pessoas que tinham o Ensino Médio completo, mas que estavam cursando algo na área de Educação (Magistério ou Pedagogia), e a experiência mínima de um ano no trabalho educativo com crianças de 0 a 4 anos também pudessem se inscrever.

Veja no quadro abaixo qual era a formação inicial das recreacionistas que trabalham na CAS e que foram contratadas no terceiro concurso:

Quadro 4 – Formação inicial das recreacionistas contratadas no concurso de 2003

FORMAÇÃO INICIAL	QUANTIDADE	%
Segundo Grau	02	11,1
Magistério (cursando)	0	0

⁷³ Através de um convênio firmado entre a UNICAMP e o CEMEP (Centro Municipal de Ensino Profissionalizante “Osmar Passarelli Silveira”).

Magistério (completo)	11	61,1
Pedagogia (cursando)	04 ⁷⁴	22,2
Pedagogia (completo)	01	5,6
TOTAL	18	100

As duas recreacionistas – hoje, professoras de Educação Infantil – que foram contratadas apenas com o Segundo Grau, fizeram magistério e, atualmente, estão cursando nível superior: uma está fazendo Normal Superior e a outra PROESF.

Dentre as 11 professoras⁷⁵ que possuíam apenas o magistério, 5 estão cursando Pedagogia (PROESF). E as 04 que estavam cursando Pedagogia, quando do ingresso na CAS, ainda não concluíram o curso⁷⁶.

O quarto – e último – concurso exigiu apenas o *2º grau completo com habilitação em Magistério* (Edital nº 019/2004), não sendo necessária, portanto, a experiência mínima de 01 ano – como foi exigido nos outros concursos. Outra diferença em relação a esse concurso diz respeito à nomenclatura dada à profissional que seria contratada para lidar diretamente com as crianças: deixa de ser Recreacionista e passa a denominar-se Professora de Educação Infantil.

Em relação à formação inicial das contratadas para exercer tal função, ver quadro abaixo:

Quadro 5 – Formação inicial das professoras contratadas no concurso de 2004

FORMAÇÃO INICIAL	QUANTIDADE	%
Magistério	01 ⁷⁷	7,7
Pedagogia (cursando)	08	61,5
Pedagogia (completo)	04	30,8

⁷⁴ Destas 04 recreacionistas que estavam cursando Pedagogia, 02 já tinham o curso de magistério e 02 apenas o Ensino Médio – tendo sido estas últimas beneficiadas com a prorrogação do concurso e a supressão da obrigatoriedade de formação em nível médio, na modalidade Normal.

⁷⁵ Optei aqui por denominá-las professoras, pois quando ingressaram na CAS a nomenclatura de recreacionista foi alterada automaticamente para a de professora, porque já possuíam a formação mínima exigida para assim serem denominadas.

⁷⁶ Duas delas ainda não são professoras de Educação Infantil porque não têm a formação em nível médio, na modalidade Normal, mas exercem atividades de docência na CAS.

⁷⁷ Esta professora está cursando nível superior em Psicologia.

TOTAL	13	100
--------------	----	-----

Vemos, então, que a CAS vem buscando, através da exigência quanto à qualificação de suas profissionais, garantir a qualidade na educação que oferece às crianças de 0 a 4 anos, filhos e filhas de mães servidoras da área de saúde da UNICAMP.

No entanto, partindo do pressuposto de que os cursos de formação inicial para o magistério não contemplam as especificidades do trabalho em creches (Silva, 1999), a formação em serviço e/ou continuada surgem como algo que vêm preencher as “lacunas” deixadas por esses cursos. Diante disso, o próximo capítulo apresenta as propostas de formação oferecidas às profissionais docentes da CAS pela universidade (através das propostas cotidianas de formação em serviço da CAS, dos Programas Educativos e da FE-UNICAMP), buscando demonstrar o quanto estas contribuem para a construção da Pedagogia da Educação Infantil, ou seja, para a definição das especificidades dessa primeira etapa da Educação Básica.

5. Propostas de Formação Continuada e em Serviço: a Pedagogia da Educação Infantil em construção

Vimos na Introdução desse TCC que a Constituição Federal de 1988 e a nova LDB (lei nº 9394/96) trouxeram mudanças significativas para a educação das crianças de 0 a 6 anos no contexto nacional. Uma dessas mudanças diz respeito à formação das profissionais docentes – agora professoras de Educação Infantil – que atuam nas instituições dedicadas ao cuidado e educação das crianças nesta faixa etária. No entanto, pesquisas recentes (Ongari e Molina, 2003; Silva, 1999 e 2005; Vieira, 1999) afirmam que apenas a formação inicial (no caso do Brasil, em nível médio, na modalidade Normal ou em nível superior, no curso de Pedagogia) não tem dado conta da especificidade e da complexidade da Educação Infantil, justamente pela ênfase dada ao Ensino Fundamental. Sendo assim, a formação em serviço e/ou continuada propõe-se como uma forte aliada ao processo de construção da Pedagogia da Educação Infantil.

Antes da exigência de formação mínima para o magistério na Educação Infantil, os cursos de atualização tinham o objetivo de oferecer formação em serviço àquelas profissionais que não tinham qualificação escolar e também de tentar nivelar a disparidade (ou heterogeneidade) da formação de base dessas profissionais.

Atualmente, especificamente na CAS, onde quase a totalidade das professoras já possui formação mínima exigida pela LDB, os cursos de atualização têm servido à formação continuada das professoras que pouco ou nada estudaram sobre a Educação Infantil nos cursos de formação inicial. Sendo assim, tem-se a hipótese de que é a formação continuada, oferecida na universidade através dos Programas Educativos, da Faculdade de Educação (FE-UNICAMP) e das propostas cotidianas da CAS, que tem tratado da especificidade da educação das crianças de 0 a 4 anos.

O levantamento das temáticas tratadas nestes cursos permite conhecer quais os tipos de competências profissionais previstas e reconhecidas pelas instituições que as propõem (ou oferecem) e, por conseqüência, que tipo de pedagogia vem se constituindo na instituição pesquisada.

5.1 - “Jornada de Educadores”: Uma proposta de atualização dos Programas Educativos

A “Jornada de Educadores” é uma proposta de formação continuada oferecida pelos Programas Educativos da UNICAMP⁷⁸ aos seus servidores e servidoras, não se restringindo apenas às profissionais docentes – de acordo com o Regimento Interno da Jornada de Educadores⁷⁹ da UNICAMP (em anexo), uma das finalidades dessa proposta é: *Desenvolver a concepção de educador à todos os servidores que atuam nos serviços educativos da Unicamp, independentemente da função que exerçam* (Cap. I, Art. 1, § IV).

Antes das “Jornadas”, a formação continuada e/ou em serviço era realizada em pequenos grupos de estudos isolados, organizados por cada um dos programas que se dedicavam ao cuidado e à educação dos filhos e filhas das servidoras da universidade. De acordo com a atual diretora dos Programas Educativos da UNICAMP e uma das idealizadoras da “Jornada de Educadores”:

(...) na verdade nós pensamos a Jornada num momento que nós tavamos juntos... é, CECI e Creche Área da Saúde e... nós távamos indo participar de um encontro de formação num momento onde a Secretaria da Criança em São Paulo fazia alguns encontros e a gente pouco acesso tinha porque era longe, tinha uma problemática de horário que dificultava a participação... então, íamos poucas pessoas daqui. E... nós pensamos que nós podíamos fazer algumas oficinas, é... algo que fosse maior do que nós então fazíamos lá dentro que era, assim, cada um fazendo dentro do seu órgão, pra poucos funcionários e... em alguns horários específicos, que era quando a gente conseguia é... juntar o pessoal pra oficina e pra palestra e pra estudo, tal... Então veio a idéia da junção dos Programas que naquele momento eles ainda tavam em...

⁷⁸ Na ocasião da origem da “Jornada dos Educadores” a Diretoria os Programas Educativos (DPEs) ainda não tinha sido criada de forma institucionalizada, o que aconteceu somente em 1998. Sendo assim, as instituições educativas coexistiam de forma isolada.

⁷⁹ Destaque para o uso do masculino genérico na palavra “Educadores”. Uma hipótese é a de que, embora o quadro de profissionais docentes seja maciçamente feminino nas creches, há algumas exceções na Escola Estadual “Físico Sérgio Pereira Porto” e também no PRODECAD – por exemplo, os professores (homens) de Educação Física. Além disso, a presença de profissionais homens e o fato de se estender também aos profissionais não docentes que atuam nos programas (ao profissionais da manutenção, por exemplo), impõe o uso do masculino genérico – de acordo com a norma culta da língua portuguesa.

*é, subordinados a órgãos diferentes. Foi exatamente o momento da junção, é... numa unidade só (em entrevista realizada em 07 de junho de 2006)*⁸⁰.

Até esse momento, cada um dos Programas Educativos estava alocado em um órgão diferente da universidade. O CECI na Coordenação de Serviços Sociais, a CAS no HC e o PRODECAD na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PREAC). Foi à partir de então – justamente em 1992, ano da “I Jornada de Educadores” – que todos se reuniram na PREAC.

Sendo assim, a “Jornada de Educadores” também veio contribuir para a integração e a troca de experiências entre os programas.

A “I Jornada de Educadores” aconteceu de 19 a 23 de outubro de 1992. A escolha dessa data se deu em virtude do mês de outubro ser o mês em que se comemora o Dia do Professor⁸¹. Sendo assim, essa primeira semana de estudos buscou homenagear as⁸² profissionais que atuavam diretamente com as crianças. É neste momento, então, que se começa a reconhecer a necessidade de profissionalização e qualificação dessas profissionais. Segundo a atual diretora dos Programas Educativos da UNICAMP:

(...) quando a gente montou a primeira Jornada pra outubro... a gente falava em valorização, em presente, era pra ser um presente pro profissional, né... é... (...) no sentido de valorizar mesmo a questão do profissional. Aquele momento em especial era importante que a gente conseguisse sensibilizar as pessoas em relação a isso, né... que nós távamos buscando a criação de uma nova carreira, né... e tinha muito esse lado, vamos dizer assim “Bom, uma pastinha não é o que o professor precisa, né”... não, não é. Não é mesmo. Mas é um aconchego, é um... é algo diferente, assim (em entrevista realizada em 07 de junho de 2006).

Inicialmente, essa proposta era destinada apenas aos servidores e servidoras dos Programas Educativos da UNICAMP, tendo sido estendida aos profissionais de outras

⁸⁰ Transcrição integral da entrevista em anexo.

⁸¹ Destaco, novamente, o uso do masculino genérico na palavra “Professor”. Em geral, fala-se em “Dia do Professor” e não “Dia da Professora”, justamente pela presença também de homens nessa profissão.

instituições apenas alguns anos mais tarde. Nesse momento inicial a participação dos servidores e servidoras era parcial, devido ao fato desse evento acontecer durante o horário de trabalho. Sendo assim, houve a necessidade de um revezamento interno para que todos pudessem participar em algum momento. Segundo a atual diretora dos Programas Educativos, o primeiro formato da Jornada:

(...) eram dez oficinas e palestras, né... Sempre uma no período da manhã e outra da tarde, pegando a semana toda... e a idéia era que a cada duas profissionais, elas se revezassem, uma iria de manhã outra iria à tarde segundo o seu interesse nos temas. Foram pensados cinco temas mais práticos, que teriam o esquema de oficina mesmo, e cinco temas, é... por palestras, assim... mais teóricos (em entrevista realizada em 07 de junho de 2006).

E ainda:

(...) essa questão da saída do... é... da sala né, do grupo de crianças pra poder participar, como é que a gente conseguia dar suporte pra isso. Existia um envolvimento de todos os profissionais, o grupo técnico, o grupo de apoio, todo mundo, pra que as recreacionistas na época pudessem se afastar dos grupos né.

Foi somente no ano de 1996, ano da “V Jornada de Educadores”, que os Programas Educativos da UNICAMP conseguiram interromper suas atividades totalmente, a princípio apenas por um dia, garantindo a participação de todos neste evento. Aliás, esse foi um ano de *inovações*⁸²... Além da participação total dos servidores e servidoras dos Programas Educativos, as inscrições também foram abertas aos profissionais de educação das redes municipais e privadas da região de Campinas. O que contribuiu para a troca de experiências entre instituições de origens e histórias diferentes. Segundo a atual diretora dos Programas Educativos: *A gente tinha um ganho*

⁸² Optei aqui por utilizar o feminino devido à presença maciça de mulheres nessa profissão.

⁸³ De acordo com material preparado especialmente para a comemoração dos 10 anos de “Jornada de Educadores”.

com isso, que era a interação com os outros... (...) Mas, perdeu um pouco da questão da integração entre os nossos... (em entrevista realizada em 07 de junho de 2006).

É no ano de 1996 também que a Jornada, com o ganho de um dia de trabalho suspenso no ano, deixa de ser realizada durante uma semana inteira e passa a ser realizada em dois – na sexta-feira o dia todo e na manhã de sábado – ou três dias – na quinta-feira à noite, na sexta-feira o dia todo e na manhã de sábado –, provavelmente porque não foi possível suspender as atividades dos programas educativos por uma semana.

Ao ser questionada sobre a possibilidade de haver algum retorno, em termos de remuneração, por exemplo, às profissionais que participavam desse evento fora de seu horário de trabalho – na quinta-feira à noite e/ou no sábado de manhã –, A atual diretora dos Programas Educativos diz:

Remuneração nunca... é... eu acho que em algum momento, nós chegamos a considerar o sábado hora de trabalho... eu não me lembro disso exatamente... mas em termos de compensação de horas. É... que de fato as pessoas tavam se dedicando ao seu trabalho naquele horário (em entrevista realizada em 07 de junho de 2006).

É importante ressaltar que a “Jornada de Educadores” é um evento destinado a todos os Programas Educativos da UNICAMP, ou seja, tanto os de Educação Infantil como os programas destinados aos filhos e filhas que freqüentam as séries iniciais do Ensino Fundamental, isso sem falar da Educação Não-Formal, que é estendida também aos adolescentes. O que implica na abordagem de uma variedade de temas. Sendo assim, não se restringe somente à Educação Infantil, mas dá prioridade na escolha de temas voltados a essa etapa da educação das crianças.

Diante da hipótese dessa variedade de temas levar à escolarização das práticas educativas na Educação Infantil, a atual diretora dos Programas Educativos afirma que:

(...) na verdade a idéia nunca foi trazer a escolarização, porque a nossa... mesmo pensando no atendimento das crianças maiores, né, até catorze anos, a gente vai pegar praticamente a educação não-formal, porque o PRODECAD ele não tá preocupado com a escolarização, né, esse não é o objetivo dele. É... nós temos também a escola e o ... a

EMEI, né, que são os dois convênios, mas até em número de pessoas, número de participantes, são um grupo muito menor. Então nós tínhamos, assim, que concentrar é... na grande maioria, dentro dos nossos aí, em média, trezentos funcionários, né... é o ... a grande maioria vinha das creches e do PRODECAD (em entrevista realizada em 07 de junho de 2006).

Em 1997, ano da “VI Jornada de Educadores”, houve um concurso para a escolha de um logotipo que representasse o evento. O desenho escolhido foi uma coruja⁸⁴.



Ao ser questionada sobre o motivo dessa escolha, a atual diretora dos Programas Educativos diz:

Nós fizemos uma comissão pra avaliação dos... dos participantes aí desse concurso. E... e entre os desenhos que entraram, é... ele foi escolhido. Eu não participei desse processo. É... não sei te dizer porque esse e não os outros... nem me lembro quais eram os outros. Mas... a coruja tem essa simbologia da educação né... e... eu acho que foi significativo naquele momento, que foi a virada, né... se você pegar todo o nosso material entre a quarta e a sexta jornada, você vai perceber a grande diferença de infra-estrutura, de posicionamento, de palestra. É... foi ali que a universidade de fato reconheceu o que tava acontecendo,

⁸⁴ De acordo com pesquisa realizada na internet, a coruja é o símbolo do curso de Pedagogia e também da Filosofia, devido a sua inteligência, argúcia, astúcia, sensibilidade, visão e audição superpotentes. Para os gregos, era um símbolo da sabedoria e da deusa Athena (Disponível em <http://www.copeve.ufv.br/site/cursos/pedag.htm>. Acesso em 27/06/2006).

né... e deu condições pra gente seguir em frente. A gente tava já com uma maturidade maior pra poder criar algumas coisas e... mas porque a coruja eu não sei... acho que por conta dessa simbolização da educação... que hoje ela já não é mais exatamente igual como ela começou, né...

(...) o logo foi se transformando também com a entrada de pessoas ligadas aí a questão da arte visual e tal, ela [a coruja] não é mais igualzinha ao que era na sexta, quando ela entrou... (em entrevista realizada em 07 de junho de 2006).

Até o ano de 2000, ano da “X Jornada de Educadores”, o evento acontecia anualmente, a partir da “XI Jornada de Educadores” – que aconteceu em 2003 – passa a ser bianual, intercalando-se com os “Encontros de Aprimoramento Profissional”. Justamente pelo fato de que com a participação de instituições educativas externas à UNICAMP a questão da integração entre os profissionais dos Programas Educativos da universidade deixou de ser um dos focos da “Jornada de Educadores”, organizou-se o “I Encontro para Aprimoramento Profissional”⁸⁵. Este foi realizado nos dias 21 e 22 de outubro de 2004 e destinado apenas aos servidores e servidoras dos Programas Educativos, visando, então, preencher esse “espaço” de um ano e também retomar a questão da integração entre esses profissionais. Segundo a atual diretora dos Programas Educativos esse encontro aconteceu nesse momento porque:

(...) foi exatamente nesse período que a gente teve a grande mudança da nossa equipe de trabalho, né... todo o pessoal contratado foi embora e nós tivemos então os concursos né, de professor... (...) Com a exigência da formação específica, então houve uma mudança no quadro, a gente precisava retomar essa questão da integração, porque existia muita gente nova no nosso quadro. E... e aí nós pensamos nessa questão do aprimoramento (em entrevista realizada em 07 de junho de 2006).

⁸⁵ Ver programa em anexo.

O “I Encontro de Aprimoramento Profissional” teve como objetivo: *reunir os educadores, favorecendo a integração entre os Programas que atendem às crianças em diferentes faixas etárias*⁸⁶.

Os recursos financeiros para a realização das “Jornadas dos Educadores” – e agora também dos “Encontros para Aprimoramento Profissional” – provêm de doações e de patrocinadores⁸⁷, que têm seus logotipos divulgados nos materiais de divulgação das Jornadas. Em relação aos recursos, a atual diretora dos Programas Educativos afirma que:

(...) na verdade nós começamos a trabalhar com zero. Menos um... (...) não existia orçamento previsto pra isso. É... alguns anos depois, nós consegu... eu acho que quando a universidade reconheceu, né... esse encontro, o pagamento dos palestrantes e o trânsito dos palestrantes e tudo... Então a universidade que arcava com esse custo, mas já planejado, né (em entrevista realizada em 07 de junho de 2006).

No entanto, nos documentos pesquisados constatou-se que as despesas que os Programas Educativos tinham com as Jornadas eram maiores do que a receita que dispunham. Sobre isso, a atual diretora dos Programas Educativos diz que:

[o dinheiro disponibilizado pela universidade] Nunca deu porque também a gente sempre tem é... os nossos sonhos maiores do que é... os limites financeiros atingem, né? É... e aí nós saímos em busca de outras vias... Então, nós temos um grupo trabalhando pra cada Jornada e um grupo específico que vai atrás de patrocínio, né. É... também, recentemente, a gente já não faz isso sozinhos, a gente faz isso através

⁸⁶ Disponível em <http://www.dgrh.unicamp.br/noticia.shtml?idNoticia=556> (Acesso em março de 2006).

⁸⁷ Somente à critério de curiosidade, segue a lista de alguns dos patrocinadores da “Jornada de Educadores”: 100% Vídeo; Águas Nascente; Alfa Financeira; Atacado Vila Nova; Ateliê dos Brinquedos Educativos; Auto Posto Rio das Pedras; Banco Banespa; Banco Bradesco; Banco Nossa Caixa; Burigotto; Café Canecão; Café São Joaquim; Cafeteria, Restaurante e Lanchonete Cabs Grill; Cantina do Caism; Casa do Pão de Queijo; Centro Automotivo Cidade Universitária; Cervejaria Pier 4; Chalés Camping Bosques das Fontes; Compaq; Contém 1g; Corretora de Seguros Giovani Bruno; Delta Citrus; Doctor Food; Drogeria Vitória Barão; Editora Ática; Eny Presentes; Fito Art; Flora Galvão; Floricultura Campineira; Gráfica e Editora Tecla Tipo; Ipiranga; Johnson’s Baby; Johnson & Johnson; Kids Universe; Lanchonete Estrela do Barão; Livraria Educar Kids; Livraria Liubliú; Livraria e Papelaria Angepel; Livraria e Papelaria Toledo; Makro; Mc Donalds Barão Geraldo; Michigan; Natura; O Boticário;

da DAB, então... a universidade através da DAB ta nos ajudando a encontrar esses patrocinadores, né... é... mas é sempre... é sempre curto né... A gente consegue um tanto, mas "Ah, e se nós fizessemos também..." (em entrevista realizada em 07 de junho de 2006).

E ainda, quando questionada sobre o motivo da DAB (Diretoria de Assistência e Benefícios) ser a mediadora entre os Programas e os patrocinadores, afirma que:

(...) a DAB é... ela é a parte que faz... é... os benefícios e tem as parcerias com o pessoal de fora.

(...) Então é através deles é que a gente atinge é... alguns parceiros da universidade que têm é... chance de fazer a sua propaganda através é... do nosso evento, né... E... de alguma forma contribui num projeto educativo, né... então, aí nós já tivemos instituições financeiras, é comerciais e tudo... é... livrarias, colaborando conosco. E algumas outras coisas menores até que... é... assim... desde um supermercado pra doar um café... é... os biscoitos, né... que nós vimos também que esse era um momento de encontro, então, se você for ver os registros você vai perceber que existe também um grupo em paralelo sempre pensando em como tornar esse encontro aconchegante... (em entrevista realizada em 07 de junho de 2006).

Em relação aos temas tratados nas “Jornadas dos Educadores”, pode-se dizer que são os mais variados. Os títulos⁸⁸ de algumas palestras nas primeiras “Jornadas” indicam uma forte presença de temas voltados à área da saúde, por exemplo: “Primeiros Socorros”, “A criança com refluxo (RGE) e sua permanência na Creche”, “Detecção de deficiências neurológicas no primeiro semestre de vida”, “Música: Aspectos terapêuticos e Educacionais”⁸⁹, etc. O que, provavelmente, se dê em virtude da influência exercida pela enfermagem – área que coordenava o trabalho e a atualização das profissionais docentes naquele momento. A área de atuação dos palestrantes – profissionais da Faculdade de Ciências Médicas (FCM)-UNICAMP e do Hospital das

Papelaria Klik; Parmalat; Restaurante e Pizzaria Solar dos Pampas; Restaurante Terraço; Sanasa; Vídeo Bar Restaurant Aulus; Xerox.

⁸⁸ Ver Programação das “Jornadas de Educadores” em anexo.

⁸⁹ Títulos de palestras da II e III “Jornada de Educadores”.

Clínicas (HC)-UNICAMP – e o uso de alguns termos, como terapêutico⁹⁰, por exemplo, também indicam essa presença.

A Psicologia também tem presença marcante nas “Jornadas”, principalmente a Psicologia do Desenvolvimento, o que também pode ser observado através da análise de alguns títulos de palestras e da área de atuação dos palestrantes. O uso de alguns termos, como desenvolvimento e estimulação, demonstra a concepção de criança defendida por essa linha da Psicologia.

O primeiro termo (desenvolvimento⁹¹) sugere que a infância, enquanto fase inicial do desenvolvimento humano, é uma fase incompleta, imperfeita. Sendo assim, a criança é vista como um vir a ser, como alguém que precisa se desenvolver para alcançar o último degrau da escada do desenvolvimento humano⁹²: a fase adulta, completa e perfeita. Segundo Dahlberg, Moss e Pence (2003), sob esta perspectiva, a primeira infância é vista como:

*... a base do progresso bem-sucedido na vida posterior. É o início de uma jornada de realização, de incompletude da infância para a maturidade e para a condição humana plena da idade adulta, do potencial não-consumado para um recurso humano economicamente produtivo. A criança está no processo para se tornar um adulto e representa um **capital humano em potencial**, esperando a realização através do investimento; ela é aquilo que ainda vai ser, um “se tornar estruturado” (Jenks, 1982). O progresso na jornada da realização é indicado pela aquisição de habilidades adequadas, o cumprimento de estágios ou marcos sucessivos e uma autonomia crescente: a metáfora é a subida da escada. Por isso, cada fase da infância é preparação, ou prontidão, para a próxima fase mais importante, e a primeira infância é o primeiro degrau da escada e um período de preparação para a escola e para a aprendizagem que se inicia (p. 65, grifos meus).*

⁹⁰ Segundo o dicionário Aurélio, a palavra *terapêutica* (terapêutico, no masculino) significa: *parte da medicina que estuda e põe em prática os meios adequados para aliviar ou curar os doentes; terapia.*

⁹¹ De acordo com o dicionário Aurélio, a palavra *Desenvolvimento* significa: *1. Ato ou efeito de desenvolver (-se). 2. Crescimento, progresso (grifo meu).*

⁹² Referência à metáfora utilizada por Dahlberg, Moss e Pence (2003).

Entretanto, através da abordagem da sociologia da infância, vemos que não só a infância, mas também as outras fases da vida (adolescência, fase adulta, velhice...) são provisórias, *um vir a ser permanente* (Faria, 2002b e 2005), não existindo, portanto, uma fase final, plena do crescimento humano.

O segundo termo destacado, estimulação⁹³, pressupõe que a criança tem características inatas, como a criatividade, por exemplo – “Estimulação para criatividade” (título de uma palestra ministrada na “V Jornada de Educadores”) –, que precisam ser *estimuladas* para aflorar, vir à tona. A mesma sociologia da infância questiona o uso desse termo, já que se acredita que a única característica inata do ser humano é o ato de sugar, sendo as demais construídas socialmente.

Vemos então que, atualmente, com a recente constituição da sociologia da infância, pesquisadores dessa área têm colocado a Psicologia do Desenvolvimento no *banco dos réus* (Dias, 2005), afirmando que essa área do conhecimento está num *beco sem saída* (Prado, 1999) e denunciando sua *insuficiência* (Faria, 2005). Segundo Faria (op. cit.), a Psicologia

*... que tanto tem colaborado nesta área (...) também tem trazido grandes obstáculos enquanto vista como **única ciência alimentadora** de uma pedagogia própria para a educação desta fase da vida. Principalmente aquelas psicologias que entendem o desenvolvimento infantil apenas como o processo em que a criança se torna jovem e adulto sem contemplar a própria dinâmica do processo de construção da infância, que além de apontar para o futuro a vê como criança no presente. Portanto, estamos falando do caráter interdisciplinar das pedagogias, que tratando de um objeto, a educação, que é uma prática social, demanda obrigatoriamente bases epistemológicas de diferentes ciências e campos do conhecimento, tais como: antropologia, sociologia, história, filosofia, biologia, medicina, puericultura, educação física, artes (música, dança, cinema, desenho, artes plásticas, escultura, teatro etc.), arte-educação, arquitetura, literatura etc. (pp. 76-77, grifos meus).*

⁹³ De acordo com o dicionário Aurélio, a palavra *estímulo* significa: 1. Aquilo que ativa a ação orgânica no homem, no animal e na planta, que o(s) incita a algo. 2. Aquele ou aquilo que impele à ação.

Esse movimento de olhar a Educação de forma interdisciplinar parece ter sido considerado pelos organizadores da “Jornada de Educadores”. Vemos que já nas primeiras Jornadas, embora a ênfase estivesse na saúde ou na Psicologia do Desenvolvimento, a arte, as brincadeiras, os jogos também eram contemplados, mesmo que ainda de forma tímida, incipiente.

Segundo a atual diretora dos Programas Educativos, a escolha dos temas das palestras seguiu alguns momentos da história. Sobre isso, ela diz:

Acho que existiu mesmo uma influência maior em alguns momentos, existiam alguns temas que eram é... explosivos, né... e que tavam na boca de todo mundo, então nós tivemos aí um momento onde a grande discussão era a criança autística na escola, né... o que que isso mobilizava o professor... é... nós não podemos deixar de discutir isso, nós também fomos atrás de trazer as pessoas que trabalhavam é... com esse tema pra discussão com nossos professores. Então, é... acho que tem a questão é... temporal da história, né, na formação, mas também teve alguns temas que foram é... pontuais em termo de tempo, né... é... as pessoas mesmo diziam “Ah, nós não vamos falar sobre tal coisa?”, “Vamos procurar!”, “Vamos procurar pra saber quem é que sabe falar pra gente sobre isso”. Então, é... eu tenho uma coisa marcada pra mim, eu não sei até que ponto as pessoas percebem isso, acho que de um... é... em algum tempo nós focamos muito na questão do desenvolvimento neurológico, é... pra mim foi uma questão temporal... (em entrevista realizada em 07 de junho de 2006).

Vemos que o evento foi crescendo e ganhando visibilidade através da abordagem de temas voltados às **Políticas e à Pedagogia da Educação Infantil** (“Prática do Estatuto da Criança e do Adolescente” – IV Jornada; “Creches e pré-escolas no Norte da Itália – uma experiência de política e pedagogia de Educação Infantil” – VI Jornada; “Família, escola e socialização da infância” – VII Jornada; “O respeito à criança nos espaços institucionais” – VII Jornada; “O educar e o cuidar na Educação Infantil – O cuidado como elo entre a saúde e a educação” – VIII Jornada; “A Educação Infantil pós-LDB” – VIII Jornada; “Tópicos para uma reflexão sobre o cotidiano em instituições de Educação Infantil” – IX Jornada; “A formação do

profissional de Educação Infantil: as políticas educacionais e a luta dos educadores” – IX Jornada; “Interação: eixo da organização do cotidiano nas instituições de Educação Infantil” – IX Jornada; “As cem linguagens” – X Jornada; “Ser e Aprender: as Linguagens da Educação Infantil” – X Jornada; “Educação Infantil: Compartilhando dados do diário de Campo” – XI Jornada; “Cores, Sons, Movimento e o que mais vier... crianças e educadores descobrindo e inventando linguagens” – XII Jornada), à **inclusão** (“A criança soropositiva e sua inserção social” – VI Jornada; “A criança com diferentes deficiências no ambiente escolar” – VI Jornada; Inclusão escolar de todos os brasileiros, inclusive do deficiente: o que muda com o novo milênio?” – VIII Jornada; “Relato de Experiência: uma creche em busca de inclusão” – IX Jornada; “Escola Aberta às Diferenças: os Desafios da Inclusão” – X Jornada), à **questão de gênero** (“A positividade do feminino e as profissionais de Educação Infantil” – VIII Jornada), aos **Recursos Humanos** (“Relacionamentos Interpessoais: O diferencial competitivo das Organizações” – IX Jornada; “Stress Feminino e o Trabalho com Crianças” – X Jornada; “Diferenças Individuais, Potencial Humano e o Trabalho em Equipe” – X Jornada), etc.

A escolha desses temas não foi aleatória e nem realizada apenas pela Comissão Organizadora⁹⁴ da “Jornada de Educadores”. Como já foi explicitado em uma das falas da Atual diretora dos Programas Educativos, a opinião e avaliação dos participantes sempre foi considerada no planejamento de eventos posteriores. Tal avaliação, de acordo com os documentos pesquisados, foi oficializada através das fichas de avaliação⁹⁵, as quais, como já foi dito, servem de subsídio para o planejamento das próximas Jornadas.

Algo que também é importante destacar em relação à “Jornada de Educadores” diz respeito à possibilidade de contato com pesquisas recentes na área de Educação, principalmente na área de Educação Infantil. Na “VII Jornada de Educadores” (05 a 07 de novembro de 1998) vemos a abertura para a apresentação dessas pesquisas, através da exposição de painéis. Porém, embora o evento já estivesse aberto às instituições educativas externas à UNICAMP, essa apresentação restringiu-se apenas à comunidade

⁹⁴ No Capítulo II, artigo 3 do Regimento Interno da Jornada de Educadores da UNICAMP (em anexo) está previsto que a coordenação deste evento se dará através de uma Comissão Organizadora *constituída por Presidente, Vice-Presidente e Coordenadores das Subcomissões* [Subcomissão de Secretaria e Finanças, Subcomissão de Divulgação e Recepção e Subcomissão Científica e Relatório Final]. Veja no documento referido acima qual a competência de cada uma dessas subcomissões.

⁹⁵ No levantamento foram encontradas fichas de avaliação à partir da “III Jornada de Educadores”.

interna, mais especificamente aos alunos e alunas da Faculdade de Educação (FE-UNICAMP) – embora painéis institucionais dos Programas Educativos também tenham sido expostos.

Quadro 6 – painéis expostos na “VII Jornada de Educadores”

Título dos Trabalhos	Expositores
Coisas de menina, coisas de menino: o corpo feminino e o corpo masculino na educação infantil	Adriana Aparecida Couto – FE-UNICAMP
Olhos, imagem e ação: Morgana: feiticeira, mãe e professora	Mariângela Mello Pereira – FE-UNICAMP
Olhos, imagem e ação: A TV como educação divertida	Simone Franco – FE-UNICAMP
Problemas enfrentados por professores recém-formados em classes de alfabetização	Kelly Cristina Biancalana – FE-UNICAMP
Disciplina/Indisciplina na instituição escolar	Tânia Cristina A. dos Santos – FE-UNICAMP
Stress e Trabalho: O caso das monitoras da creche de Campinas	Maria Cecília Masselli
Projeto Música na Creche	CAS-UNICAMP
Programa de coleta seletiva de resíduos sólidos	CECI-Campinas
Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação “Prof. Dr. Gabriel. O. S. Porto”	CEPRE/FCM-UNICAMP
O dia a dia da EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil “Maria Célia Pereira”
Reeleitura do mundo através da informática	PRODECAD
SOS-Ação Mulher e Família no combate à violência e na construção da cidadania dos direitos humanos das mulheres	SOS-AÇÃO MULHER
Retrospectiva 3 anos de Espaço Lúdico	Espaço Lúdico

Na “XI Jornada de Educadores” (16 e 17 de outubro de 2003), cujo tema foi “Práticas Cotidianas: saberes e fazeres”, a ênfase foi na prática. Essa Jornada contou apenas com dois relatos de experiência sobre a formação das palestrantes enquanto professoras, o restante da programação ficou por conta da apresentação e divulgação dos projetos que vinham sendo realizados nos Programas Educativos da UNICAMP, através das Comunicações Orais e também das Oficinas. Segundo a atual diretora dos Programas Educativos, essa restrição à comunidade interna se deu:

Porque o nosso objetivo era priorizar o nosso grupo. E nós tínhamos um problema de espaço, porque é... usando o Centro de Convenções a gente não tinha é... como ampliar esse espaço da apresentação de trabalhos, então, por uma questão de número, nós fomos fechando pros nossos, né... Teve um ano que a gente abriu bem pros alunos da Faculdade de Educação, tanto que nós pegamos vários trabalhos de conclusão de curso e tal, porque a gente sentia essa necessidade da aproximação com a faculdade, muito em função da busca da educação formal aí pro pessoal... pros nossos professores... é... mas nós nunca abrimos pra fora (em entrevista realizada em 07/06/2006).

A tentativa de aproximação com a Faculdade de Educação (FE-UNICAMP) mencionada na fala acima, também foi verificada através da presença e da participação de docentes desta instituição nas subcomissões de organização do evento e também como palestrantes. Veja nos quadros (7 e 8) abaixo a frequência com que docentes, mestrandos e doutorandos da FE-UNICAMP ministram palestras, comunicações orais e oficinas.

Quadro 7 – Participação de Docentes da FE-UNICAMP na Subcomissão Científica e Relatório Final⁹⁶

Ano	Jornada	Docentes participantes
1998	VII	Profa. Maria Evelyn P. Nascimento

⁹⁶ Dados colhidos nos Cadernos de Resenhas, disponíveis somente a partir da “VI Jornada de Educadores”, realizada em 1997. De acordo com o Caderno de Resenhas da “IX Jornada de Educadores”, não houve a participação de nenhum docente da FE-UNICAMP e nem de outro instituto ou faculdade da universidade. Em relação à XI e XII “Jornada de Educadores” não foi possível verificar essa informação, já que os cadernos de Resenhas destas não disponibilizaram tal informação.

1999	VIII	Profa. Dra. Ana Lúcia Goulart de Faria
2001	X	Profa. Dra. Maria Evelyn P. Nascimento
2001	X	Prof. Dr. Guilherme Val Toledo

Quadro 8 – Participação de Docentes, Mestrandos e/ou Doutorandos da FE-UNICAMP⁹⁷

Ano	Jornada	Palestrante
1996	V	Profa. Dra. Ana Luiza Bustamante Smolka (docente)
1996	V	Profa. Carmem Campoy Scriptori (doutoranda)
1997	VI	Profa. Dra. Ana Lúcia Goulart de Faria (docente)
1997	VI	Maria Cristina S. Tempesta (mestranda)
1997	VI	Profa. Carmem Campoy Scriptori (doutoranda)
1998	VII	Profa. Maria Evelyn P. Nascimento (docente)
1998	VII	Prof. Ulisses Ferreira de Araújo (docente)
1999	VIII	Profa. Dra. Ana Luiza Bustamante Smolka (docente)
1999	VIII	Profa. Dra. Ana Angélica Albano (docente)
1999	VIII	Profa. Dra. Gilberta de Martino Jannuzzi (docente)
1999	VIII	Profa. Dra. Maria Evelyn P. Nascimento (docente)
2000	IX	Profa. Dra. Helena Costa Lopes Freitas (docente)
2000	IX	Eliete Aparecida Godoy (doutoranda)
2001	X	Profa. Dra. Ana Lúcia Goulart de Faria (docente)
2001	X	Profa. Dra. Ana Angélica Albano (docente)
2001	X	Profa. Dra. Célia Maria C. Almeida (docente)
2001	X	Profa. Dra. Maria Teresa Eglér Mantoan (docente)
2003	XI	Profa. Dra. Ana Lúcia Guedes Pinto (docente)
2003	XI	Profa. Dra. Roseli Aparecida Cação Fontana (docente)
2003	XI	Profa. Dra. Ana Angélica Albano (docente)
2005	XII	Profa. Dra. Margarita Díaz (docente – curso de especialização)
2005	XII	Andréa da Silva Rosa (mestranda)
2005	XII	Profa. Luciana Esmeralda Ostetto (doutoranda)

⁹⁷ Dados colhidos nos folders (disponíveis a partir da “IV Jornada de Educadores”) e nos Cadernos de Resenhas (disponíveis a partir da “VI Jornada de Educadores”).

Aliás, não foi só da Faculdade de Educação que os Programas Educativos procuraram se aproximar, mas também do Instituto de Artes (IA-UNICAMP) e da Faculdade de Educação Física (FEF-UNICAMP). Veja no quadro abaixo a frequência com que docentes, mestrandos e doutorandos de outros institutos e faculdades da UNICAMP ministram palestras, comunicações orais e oficinas.

Quadro 9 – Participação de Docentes, Mestrandos e/ou Doutorandos de outros institutos e faculdades da UNICAMP

Ano	Jornada	Palestrante
1995	IV	Maria Elenice Quelho Areias (doutoranda – FCM)
1995	IV	Marisa Lúcia Fabrício Mauro (mestranda – FCM)
1995	IV	Profa. Eveline Borges Itapura de Miranda (docente - IA)
1995	IV	Renata Bitencourt Meira (Mestranda - IA)
1996	V	Profa. Dra. Sônia Novaes Rezende (docente aposentada – FCM)
1997	VI	Profa. Dra. Maria F. P. de Castro (pesquisadora – IEL)
1997	V	Profa. Dra. Sônia Novaes Rezende (docente aposentada – FCM)
1998	VII	Valéria Regina Prado (mestranda – IMECC)
1999	VIII	Profa. Dra. Adriana Frizman Laplane (docente – CEPRE)
1999	VIII	Rute Estanislava Tolocka (doutoranda – FEF)
2000	IX	Profa. Ida Carneiro Martins (mestranda – FEF)
2000	IX	Profa. Dra. Edinêis de Brito Guirardello (docente – FCM)
2000	IX	Valéria Regina Prado (mestranda – IMECC)
2001	X	Prof. Dr. João Francisco Duarte (docente – IA)
2001	X	Prof. José Carlos de Freitas Batista (mestrando – FEF)
2003	XI	Profa. Dra. Zilda Maria Gesuelli (docente – CEPRE)
2003	XI	Prof. Dr. Adilson Nascimento de Jesus (docente – FEF)
2003	XI	Profa. Silvia Helena Rodrigues Carvalho (docente – CEPRE)
2005	XII	Prof. Ricardo M. da Silva (mestrando – IA)

Outra forma de aproximação com os institutos e faculdades da universidade se deu através da organização do Colegiado dos Programas Educativos, em 1998, ano em que a Diretoria dos Programas Educativos (DPEs) também foi criada. Este colegiado tinha como objetivo integrar os programas, discutir os principais problemas e deliberar ações, para isso contava com a participação de docentes de alguns institutos e faculdades da UNICAMP, além dos diretores dos programas, de representante da DGRH (órgão ao qual os Programas estavam vinculados nesse momento) e dos representantes de pais. No entanto, esse colegiado não “sobreviveu” por muito tempo, foi se desmantelando aos poucos.

Quando questionada sobre o fato de a “Jornada de Educadores” ter contribuído para a formação das profissionais docentes que atuam nos programas de Educação Infantil da universidade e, conseqüentemente, para a construção da Pedagogia da Educação Infantil, para a mudança de pensamento e de práticas, a atual diretora dos Programas Educativos diz que:

Nossa, eu vejo muito! É... pra mim hoje os Programas são... assim, eles estão representando essa transformação, acho que especificamente a carreira do professor de Educação Infantil é um registro disso, né. Quando eu pude ver o grupo todo passando a ser professor de Educação Infantil e não mais recreacionista, então... eu achei que a gente tava concretizando essa busca, né. Acho que é uma busca contínua, ela não acabou e ela não vai acabar né, isso faz parte aí do nosso processo de educação. Acho que a formação vai estar sempre presente no dia-a-dia do professor. A gente tá tentando é... até organizar isso de maneira mais sistemática ainda, né... que a universidade possa nos estar oferecendo outras coisas mais facilmente, né... sem a dificuldade tanto de horário... pro futuro... mas, até pela motivação das pessoas em buscar a sua própria formação, eu vejo esse resultado, né... nosso grupo de trabalho hoje é muito diferente do que é... há quinze anos atrás. Eu acho que isso é um... assim... não é um resultado das Jornadas, mas a Jornada foi uma parte do nosso processo de transformação, né... (...) [contribuiu] Muito... eu acho que sim (em entrevista realizada em 07 de junho de 2006).

Pensando em um dos objetivos da “Jornada de Educadores”, ou seja, na sensibilização do profissional para a necessidade de buscar formação/atualização – objetivo explicitado pela atual diretora dos Programas Educativos no início da entrevista –, pode-se afirmar que tal objetivo foi atingido. O que é comprovado através do quadro de profissionais docentes que atuam hoje nas creches da UNICAMP: composto quase totalmente por profissionais formadas em nível médio, na modalidade Normal, ou em nível superior, em Pedagogia – como já vimos no capítulo anterior. É importante salientar que as profissionais com formação específica não são apenas as que ingressaram recentemente (através dos concursos que exigiram essa formação), embora na CAS estejam em número maior, mas também aquelas que estão neste programa desde a sua inauguração⁹⁸.

Vemos, também, que a “Jornada de Educadores” vem contribuindo, assim como afirmou a atual diretora dos Programas Educativos (em entrevista realizada em 07 de junho de 2006), para a definição de uma *linha de trabalho*, para uma *política de atendimento* dos Programas Educativos, ou melhor dizendo, para a construção da Pedagogia da Educação Infantil, buscando garantir o direito trabalhista da mãe trabalhadora e também o direito constitucional da criança.

5.2 - Contribuições da Faculdade de Educação (FE – UNICAMP) na atualização das profissionais docentes dos Programas Educativos da UNICAMP

A participação de uma Faculdade de Educação, através do curso de Pedagogia, na formação das profissionais docentes de Educação Infantil é bastante relevante, já que, assim como afirma Silva (2005)

as pesquisas na área da pedagogia podem contribuir para a compreensão das instituições que cuidam e educam as crianças de zero a seis anos de idade, no sentido de propor/testar/avaliar estratégias de intervenção nestas instituições (p. 162).

⁹⁸ Como já vimos no capítulo anterior, nove das doze profissionais que ingressaram na CAS através do concurso de 1988, apenas com o Ensino Médio, e que ainda permanecem lá, deram continuidade aos estudos. Sete possuem a formação em nível médio, na modalidade normal, uma já concluiu o curso de Pedagogia e outra ainda o está cursando.

Sendo assim, esta pesquisa se propõe também a levantar quais foram as contribuições trazidas pela Faculdade de Educação da UNICAMP, através das propostas de atualização oferecidas às profissionais docentes dos Programas Educativos desta mesma universidade.

Como já vimos, os Programas Educativos vêm buscando se aproximar da FE-UNICAMP já há algum tempo, seja através dos convites aos/às docentes desta faculdade para ministração de palestras, comunicações orais ou oficinas na “Jornada de Educadores”, para participar da subcomissão científica e relatório final do referido evento e do Colegiado dos Programas Educativos ou para ministrar cursos de atualização às profissionais docentes dos programas.

Cabe destacar que a participação dos e das docentes da FE-UNICAMP na atualização das profissionais dos Programas Educativos sempre se deu como uma atividade de extensão, cumprindo com um dos objetivos da universidade, a saber: Ensino, Pesquisa e Extensão.

Nos documentos encontrados (declarações, atestados e certificados de participação) verificou-se que além de participarem de cursos, palestras e/ou eventos promovidos pela FE-UNICAMP, abertos ao público que tivesse interesse – o que indica, portanto, uma busca individual por parte dessas profissionais por cursos de atualização –, as profissionais docentes dos Programas Educativos participaram também de cursos, palestras e/ou eventos organizados especificamente para a formação destas.

Uma das propostas de atualização organizadas especificamente para as profissionais docentes dos Programas Educativos da UNICAMP foi um ciclo de palestras promovido pelo sub-grupo de Educação Infantil do GEPEDISC⁹⁹ (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação e Diferenciação Sócio-Cultural – FE-UNICAMP) – criado e coordenado pela Profa. Dra. Ana Lúcia Goulart de Faria (orientadora da presente pesquisa) – e pelo CECI-Campinas, em 1998 – foi este último que teve a iniciativa de aproximação com a FE-UNICAMP, através do convite feito à Profa. Dra. Ana Luíza Bustamante Smolka (então diretora desta faculdade) pela então diretora da área pedagógica do CECI e atual diretora dos Programas Educativos. Nesta ocasião, a diretora da FE-UNICAMP indicou a Profa. Dra. Ana Lúcia Goulart de Faria para a promoção e organização das palestras. Segue a programação no quadro abaixo:

⁹⁹ Grupo de Pesquisa ligado ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação (DECISAE), atual Departamento de Ciências Sociais e Educação (DECISE).

Quadro 10 – Programação do Ciclo de Palestras promovido em 1998¹⁰⁰

Data	Título da palestra	Palestrantes
25/03	Campinas: mulher, família e Educação Infantil	Profa. Dra. Ana Lúcia G. de Faria Profa. Dra. Irene Barbosa Profa. Dra. Olga Von Simson
22/04	Professora de Educação Infantil: uma nova profissão sendo construída	Profa. Dra. Ana Beatriz Cerisara Profa. Aparecida Neri de Souza Profa. Maria Evelyn Pompeu do Nascimento
06/05	O mito da criança feliz: o corpo, o movimento, a dança	Profa. Eliana Ayoub Profa. Dra. Izabel A. Marques
20/05	O desenho infantil e a formação do educador	Profa. Dra. Ana Angélica Albano Profa. Márcia Aparecida Gobbi
17/06	A fala da criança sobre sexualidade humana: o dito, o explícito e o oculto	Profa. Cláudia Ribeiro
19/08	Teatro, Circo e Infância	Profa. Dra. Joana Lopes Profa. Regina Lara Silveira Melo

Essas palestras aconteciam uma vez por mês – como se pode verificar no quadro acima, com exceção do mês de maio, quando aconteceram duas palestras –, no horário das 14 às 16h¹⁰¹, no Salão Nobre da FE-UNICAMP. Para poderem participar, as profissionais docentes dos Programas Educativos tiveram que se revezar.

De acordo com a fala da Profa. Dra. Ana Lúcia Goulart de Faria, promotora e organizadora das palestras, na abertura do ciclo, o objetivo deste era propiciar o contato com pesquisas recentes na área da Educação (em geral, e não apenas da Educação Infantil) a fim de contribuir com a melhoria da formação das profissionais de Educação Infantil dos Programas Educativos. Embora tenha sido planejado para a formação em serviço dessas profissionais, o ciclo acabou estendendo-se também aos alunos e alunas

¹⁰⁰ Todas essas palestras foram filmadas. Sendo assim, as filmagens gravadas em fitas VHS serviram de fonte documental para a presente pesquisa.

¹⁰¹ Horário mais viável às profissionais docentes do CECI-Campinas, pois é neste horário que a maioria das crianças dormem, o que favorece a saída de um número maior de profissionais.

de graduação da FE-UNICAMP, aos integrantes do GEPEDISC e aos profissionais de educação de instituições externas a UNICAMP¹⁰².

A escolha dos temas buscou associar o que a universidade vinha produzindo através das pesquisas e as necessidades formativas das profissionais de Educação Infantil.

As palestras foram organizadas em mesas-redondas, já que duas ou três palestrantes eram convidadas para debater os temas propostos – com exceção da palestra intitulada “A fala da criança sobre sexualidade humana: o dito, o explícito e o oculto”, que foi ministrada apenas pela Profa. Cláudia Ribeiro. Após a exposição dos palestrantes, abria-se para perguntas e debates.

A primeira mesa, cujo tema foi intitulado “Campinas: mulher, família e Educação Infantil”, foi aberta pela Profa. Dra. Olga Von Simson, que apresentou uma pesquisa realizada pelo Centro de Memória da UNICAMP, um importante centro de documentação e pesquisa que lida com questões histórico-sócio-culturais de Campinas e região. Esta pesquisa buscou reconstruir a história de formação dos dois primeiros bairros constituídos na cidade de Campinas: o Cambuí e a Vila Industrial – o primeiro constituído por famílias abastadas (mais especificamente por fazendeiros que decidiram constituir moradia na cidade) e o segundo por operários que se ocupavam da construção das estradas de ferro na cidade. Assim, demonstrou-se através desta pesquisa que a cidade de Campinas foi constituída a partir de diferenças sociais e de classe.

A segunda palestrante, Profa. Dra. Irene Barbosa, antropóloga, apresentou sua pesquisa sobre a questão racial na cidade de Campinas, SP¹⁰³, a qual considera ser específica (segunda ela, os senhores de escravos de Campinas eram vistos como os mais cruéis de todo o país), não podendo, portanto, ser generalizada ao restante do país. Falou sobre o mito da democracia racial, construído pela elite branca brasileira para mascarar o preconceito (tido como politicamente incorreto) desta em relação aos negros. Este tipo de democracia é considerado um mito porque na realidade brancos e negros não têm o mesmo acesso à cidadania em nosso país. Detectou em sua pesquisa dois tipos de famílias negras: as que se autodenominavam família de elite, pois tinham um comportamento puritano, buscando afastar-se dos estereótipos negativos que eram

¹⁰² O número de vagas disponíveis condizia com a capacidade do Salão Nobre: 150 pessoas. Porém, como essas vagas não foram todas preenchidas pelas profissionais dos Programas Educativos, outras pessoas também foram convidadas.

atribuídos aos negros para evitar a discriminação e o preconceito; e aquelas, que de uma forma ou de outra, reafirmavam os estereótipos negativos. O objeto de sua pesquisa consistiu na identificação dos mecanismos utilizados pelas famílias para preparar as crianças para enfrentar a discriminação e o preconceito, mecanismos estes que não foram detectados, a princípio, no primeiro tipo de família, já que não admitiam sofrer qualquer tipo de discriminação ou preconceito.

A Profa. Irene citou dois exemplos de preconceitos sofridos por crianças. O primeiro diz respeito a uma criança negra que não quis levar banana de lanche pra escola para não ser chamado de macaco por seus amigos – este exemplo reflete a baixa auto-estima dessa criança; o segundo diz respeito a uma criança também negra que, ao ver seu colega de escola (branco) não querer usar o lápis preto, por considerar esta uma cor feia, valoriza esta cor dizendo que, ao contrário, o lápis branco não teria utilidade nenhuma, já que quando utilizado para riscar uma folha em branco não aparecia nada – exemplo que demonstra a auto-estima dessa criança. O objetivo da palestrante ao citar estes dois exemplos foi mostrar a necessidade de os professores abrir espaço para a discussão da questão racial para que se possa refletir sobre as conseqüências do preconceito e da discriminação.

Para fechar esta mesa, a Profa. Dra. Ana Lúcia Goulart de Faria, falou da importância dessas duas pesquisas, já que abordaram diferenças de naturezas diversas (diferenças de classe e étnica), as quais as profissionais presentes, se já não se depararam, com certeza se deparariam nas instituições em que atuavam. Citou a pesquisa realizada por Denise Nogueira no PRODECAD¹⁰⁴, a qual constatou que os negros estão entre os funcionários que ganham menos na universidade, e sendo este programa um dos que recebem os filhos e filhas destes funcionários (e também dos funcionários brancos), demonstrou a diferença de classe e racial presente neste contexto educativo.

Ana Lúcia enfatizou a importância de se estender os cursos de formação dos profissionais de Educação para uma discussão que vá além da Psicologia (área do conhecimento que tem sido enfatizada/priorizada nestes cursos) e falou sobre a necessidade (urgente) de pesquisas que falem sobre como lidar com as diferenças na

¹⁰³ BARBOSA, Irene Maria F. *Socialização e relações sociais: um estudo de família negra em Campinas*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, SP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, 1978.

educação das crianças de 0 a 6 anos. Abordou, ainda, um outro tipo de diferença: a de gênero, afirmando a necessidade de que cada ação das professoras seja pensada para que não corra o risco de reforçar papéis sexuais através de sua prática educativa. Indicou a leitura da dissertação de mestrado de Márcia Gobbi, intitulada “Lápis vermelho é de mulherzinha: desenho infantil, relações de gênero e educação infantil”¹⁰⁵ (título foi inspirado na fala de um menino de 4 anos de idade), a qual aborda o aprendizado de papéis sexuais através das relações.

A segunda mesa, cujo tema foi “Professora de Educação Infantil: uma nova profissão sendo construída”, foi aberta pela Profa. Aparecida Neri de Souza, que iniciou a apresentação de sua pesquisa¹⁰⁶ sobre a representação que os professores de Ensino Fundamental e Médio têm sobre o trabalho docente¹⁰⁷ falando sobre como o trabalho do professor tem se configurado como objeto de pesquisa das Ciências Sociais. Afirmou que o professor passou a ser sujeito privilegiado na área da Educação, e timidamente na Sociologia, somente nos anos 90 e que, somente aos poucos, começou a se analisar o professor nas relações cotidianas, enfatizando-se a particularidade, singularidade e heterogeneidade do seu trabalho. Após fazer esse esboço, começou a falar de sua pesquisa, a qual foi embasada no conceito de identidade, que se constitui a partir do conceito de alteridade, na relação entre o eu e o outro.

Através da pesquisa, a Profa. Neri constatou que tanto os professores mais novos como os mais antigos escolhem a profissão de acordo com o curso universitário que freqüentaram – estes foram escolhidos pela possibilidade de conciliar trabalho e estudo, já que eram oferecidos no período noturno, e eram economicamente mais acessíveis nas faculdades privadas (o que demonstrou a condição de classe desses professores). No entanto, os professores mais antigos escolheram essa profissão porque era de nível universitário, o que lhes conferia um certo prestígio. Já os mais novos, optaram pela docência como uma profissão de caráter humanista, já que conviveram com uma escola em crise.

¹⁰⁴ NOGUEIRA, Denise Cristina. *A criança pequena produz cultura?: um estudo introdutório sobre o convívio das diferenças entre crianças pré-escolares*. Trabalho de Conclusão de Curso. Campinas, SP: FE-UNICAMP, 1997.

¹⁰⁵ GOBBI, Márcia Aparecida. *Lápis vermelho é de mulherzinha: desenho infantil, relações de gênero e educação infantil*. Dissertação (Mestrado). Campinas, SP: FE-UNICAMP, 1997.

¹⁰⁶ SOUZA, Aparecida Neri. *Sou professor, sim senhor!: representações, sobre o trabalho docente, tecidas na politização do espaço escolar*. Dissertação (Mestrado). Campinas, SP: FE-UNICAMP, 1993.

¹⁰⁷ Pesquisa semelhante, em relação às profissionais de Educação Infantil foi realizada na Itália por Ongari e Molina (2003).

Verificou-se, ainda, que os professores mais antigos atribuem o prazer da profissão à aprendizagem das novas gerações. E os mais novos o atribuem ao fato de serem reconhecidos como docentes pelo grupo de professores.

A segunda palestrante deste dia foi a Profa. Maria Evelynna Pompeu do Nascimento, que abordou o assunto da formação das profissionais de Educação Infantil após a LDB sob três vertentes: o que a LDB diz sobre a Educação Infantil e formação de seus profissionais; quais as conseqüências e quais os limites dessa fala. Falou sobre o fato de uma lei ter aplicação universal, o que implica que o sistema e os profissionais da Educação, no caso da LDB, devem submeter-se a ela.

Maria Evelynna falou sobre o espírito da lei, ou seja, sobre o contexto em que ela foi aprovada. Afirmou que a LDB consolidou o que estava previsto na Constituição Federal de 1988, ou seja, o direito da criança de ser educada em instituições coletivas de educação (o que demonstra o reconhecimento da criança como sujeito da ação educativa); o dever do Estado de oferecer atendimento gratuito – porém, não define a origem dos recursos que garantiriam essa gratuidade – a todas as crianças, não havendo restrição/distinção de raça, credo ou classe social (ênfatisou, porém, que a Educação Infantil não tem caráter obrigatório, ou seja, tanto o Estado não é obrigado a prover vagas para todo o universo de crianças de 0 a 6 anos, como também este não é obrigado a frequentar as instituições destinadas à sua educação e cuidado – não tem caráter de compulsoriedade); a submissão da Educação Infantil aos padrões mínimos de qualidade de ensino (através da variedade e quantidade mínima de insumos indispensáveis para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem); e a prioridade constitucional de acesso ao Ensino Fundamental.

A LDB coloca a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e também como um nível de ensino. Assim sendo, tem-se a expectativa de criar um modelo nacional de Educação Infantil, porém, há realidades diversas no país. Ao ser definida como um nível de ensino, a Educação Infantil tem suas especificidades pouco reconhecidas: o bebê de 3 meses passa a ser denominado “aluno”, o perfil profissional que é priorizado é o de professor e os conteúdos abordados devem ser aqueles que favoreçam o exercício da cidadania (em relação a isso, a orientação é a mesma para os outros níveis de ensino: Ensino Fundamental e Médio).

Diante disso, a palestrante fez um alerta sobre o risco de se abandonar a assistência e o cuidado (especificidades da Educação Infantil) em prol da escolarização (prevalência de caráter instrucional e não educacional) e questionou se o perfil (escolar)

de professor é adequado para o profissional de Educação Infantil, etapa não-escolar da Educação Básica. Questionou, ainda, o objetivo da Educação Infantil: preparar as crianças para o futuro ou permitir que elas vivenciem o presente (a infância) como uma etapa necessária às fases posteriores?

Após a fala da Profa. Maria Evelyn, foi a vez da Profa. Ana Beatriz Cerisara, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), apresentar sua pesquisa¹⁰⁸, a qual foi realizada em creches públicas que contavam com dois tipos de profissionais atuando juntamente às crianças: as professoras e as auxiliares de sala. O que implica uma divisão “teórica” do trabalho: atividades didáticas a cargo das professoras (mais valorizadas) e as de cuidado a cargo das auxiliares de sala (menos valorizadas). Destacou a predominância de profissionais do gênero feminino em instituições que se dedicam à educação e ao cuidado de crianças de 0 a 6 anos, afirmando que estas são funções socialmente atribuídas às mulheres pelo fato de exigir práticas sociais adquiridas através da socialização feminina (as meninas são preparadas para a maternidade e para o trabalho doméstico). No entanto, afirma que ser mãe é diferente de ser uma profissional de Educação Infantil, enfatiza que esse trabalho necessita de uma sistematização, não sendo suficientes apenas os “saberes naturais” das mulheres. Apresenta as instituições de Educação Infantil como um espaço diferente da casa, do hospital e da escola, porém reconhece que a especificidade destas instituições ainda está em construção.

A palestra do dia 06 de maio, intitulada “O mito da criança feliz: o corpo, o movimento, a dança”, teve início com a fala da Profa. Eliana Ayoub, professora de Educação Física com experiência em Educação Física Escolar (atuou na pré-escola, no Ensino Fundamental e Médio). Inicia sua fala fazendo referência a um texto da Profa. Carmen Lúcia Soares (docente da FEF), o qual aborda a trajetória da Educação Física no Brasil. De acordo com o texto, à partir da década de 70 a Educação Física começa a perder sua identidade/especificidade, passando a ser um meio para o desenvolvimento motor da criança (visão de terapia corporal) – ênfase na psicomotricidade. Soma-se a isso o fato de que na década de 80, o esporte e a ginástica passam a ser vistos como elementos de alienação, o que reforçou ainda mais a perda de identidade/especificidade da Educação Física. É à partir de então que esta área do conhecimento passa a buscar/retomar sua especificidade: o jogo, a ginástica, o esporte, a luta e a dança. À partir da visão de cultura corporal, cultura física e cultura de movimento, o ensino de

¹⁰⁸ CERISARA, Ana Beatriz. **A Construção da identidade das profissionais de educação infantil: entre o feminino e o profissional**. Tese (Doutorado). São Paulo, SP: FE-USP, 1996.

Educação Física passa a ser um lugar de produção de cultura, e o professor e o aluno passam a ser vistos como sujeitos de produção e não de reprodução.

A relação da Educação Física com a Educação Infantil passa a ser explicitada pela palestrante quando afirma que a nova LDB (lei nº 9394/96) prevê esta área do conhecimento como parte da Educação Infantil, porém, a lei não explicita como e nem possibilitaria isso. Surge, então, o questionamento: Como a Educação Física poderá se fazer presente na Educação Infantil?

A Profa. Eliana revela que o profissional de Educação Física não tem sido formado para atuar na Educação Infantil e que algumas experiências, geralmente vivenciadas em escolas privadas de Educação Infantil, não podem ser um modelo. O que se observa nestas instituições é que a Educação Física se restringe às aulas de balé, para as meninas, e de judô, para os meninos, o que, de acordo com a palestrante, limita todo o universo da cultura corporal e reforça uma visão equivocada, sexista, da atividade corporal.

A palestrante apresentou, ainda, alguns livros, os quais não abordam especificamente a Educação Física Infantil, mas, segundo ela, trazem algumas pistas. Fez referência às “Novas orientações para uma nova escola da infância”¹⁰⁹ aprovadas pelo parlamento italiano em 1991, as quais traz luz à essa discussão. Enfatizou o fato de o ser humano ser construído através de suas relações com o mundo e com as pessoas. Para referendar a idéia de que o corpo na infância sofre constantes transformações e enfatizar a dimensão histórica e cultural – e não somente biológica – do mesmo, citou um trecho de um texto de Milton José de Almeida, o qual afirma que o corpo na infância *não é somente a expressão biológica do nosso ser atual, mas a expressão significativa da história do corpo do homem entre os homens. Cada homem é em si a história do homem.*

Para dar continuidade à discussão desse tema, a Profa. Izabel A. Marques, membro de um grupo de arte-educação da USP, falou da sua experiência com a dança. Destacou o fato de que pela primeira vez a dança aparece como disciplina/linguagem específica da área de Artes¹¹⁰ nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Aponta, ainda, a carência de material escrito sobre dança e, principalmente, sobre o ensino de dança. Em busca de um diálogo com os/as participantes, apresenta dois vídeos: um que

¹⁰⁹ Texto traduzido para o português por Faria (1995).

¹¹⁰ Segundo Izabel A. Marques, a área de Arte está dividida em quatro linguagens nos PCNs: artes visuais, dança, música e teatro.

apresenta uma proposta de ensino de dança do maior ballet da Inglaterra (Royal) e outro que apresenta uma proposta de ensino de ballet à crianças americanas. Após o término dos vídeos questionou qual as concepções de criança e de corpo embutidos em cada uma das propostas. Terminou sua fala afirmando que a dança não é espontânea, mas aprendida.

A quarta mesa-redonda, cujo tema foi “O desenho infantil e a formação do educador”, foi ministrada pela Profa. Dra. Ana Angélica Albano e pela Profa. Márcia Aparecida Gobbi, como consta no quadro acima (Quadro 10)¹¹¹.

A penúltima mesa-redonda, ou melhor, palestra, cujo tema era “A fala da criança sobre sexualidade humana: o dito, o explícito e o oculto”, foi apresentada no dia 17 de junho pela Profa. Cláudia Ribeiro, da Universidade Federal de Lavras. Essa palestra consistiu na apresentação da pesquisa sobre sexualidade infantil realizada pela Profa. Cláudia, que inicia sua fala com a seguinte questão “Sexualidade infantil: um direito da criança?”. Logo responde essa questão afirmando que a sexualidade é sim um direito da criança e que não só este, mas também outros de seus direitos fundamentais, não têm sido respeitados. Para aguçar a discussão sobre este assunto, apresenta uma afirmação de Chaim Samuel Katz:

Fazer da criança um pré-adulto, uma destinação à inscrição social normativa, eis o que não apenas a vida social em geral e a do Ocidente em especial, bem como as grandes teorias tentam nos impor. Tais mecanismos são poderes e poderosos, mas não indestrutíveis (Trecho apresentado na palestra “A fala da criança sobre sexualidade humana: o dito, o explícito e o oculto”, ministrada em 17 de junho de 2006).

Afirmou que para as crianças as manifestações de sua sexualidade são naturais e espontâneas e que não têm a conotação de relação sexual como algo ruim e feio. Diferindo-se, portanto, da visão de adultos preconceituosos, que acreditam que as brincadeiras que envolvem a sexualidade podem levar à homossexualidade e à promiscuidade. Para confirmar tal afirmação relata alguns episódios que aconteceram em creches e pré-escolas. Tais episódios, segundo a palestrante, refletem a ansiedade, o

¹¹¹ Não obtive informações a respeito dessa palestra, pois a fita VHS não foi encontrada na biblioteca da FE-UNICAMP (responsável pelo acervo de filmagens de eventos promovidos nesta faculdade).

desconforto e as atitudes inadequadas por parte do adulto diante da curiosidade e das manifestações da sexualidade infantil. Afirma, ainda, que as crianças compartilham conhecimentos sobre a sexualidade quer o adulto queira, quer não. Apresenta a brincadeira, o faz-de-conta, como dimensões que favorecem o auto-conhecimento e o conhecimento do outro.

Cláudia alerta para o fato de que a sexualidade não deve ser separada de outras dimensões humanas, tais como: o imaginário, o artístico e o lúdico. Para isso é importante que se propicie, nas instituições de Educação Infantil, um espaço/ambiente para que a criança se conheça/reconheça e também conheça/reconheça o outro. Contou um pouco sobre o projeto que desenvolveu com crianças de 4ª série, o qual partiu da música “De umbigo à umbiguinho” do Toquinho. Mostrou os desenhos que as crianças fizeram, a partir da música, sobre a alimentação intra-uterina, reafirmando a necessidade de se possibilitar espaços para a criança “dizer a sua palavra”, ou seja, para expressar o seu conhecimento de mundo.

A última mesa-redonda do ciclo de palestras, intitulada “Teatro, Circo e Infância”, aconteceu no dia 19 de agosto. Quem deu início à discussão do tema foi a Profa. Joana Lopes, docente do Instituto de Artes (IA-UNICAMP). Esta palestrante iniciou sua fala fazendo afirmações, segundo ela, polêmicas. Uma delas diz respeito ao fato de não ser possível associar o ser criança ao circo, ao teatro ou à música, linguagens artísticas prontas, com técnicas pré-estabelecidas, acabadas. Por outro lado, disse não ser possível também falar de criança sem relacioná-la à expressão plástica, dramática e sonora.

Segundo Profa. Joana, o teatro é uma linguagem artística pensada/construída por adultos, uma arte de representação em profunda abstração. Afirmou que para ser ator, é fundamental que o sujeito tenha vivenciado o faz-de-conta na infância. Nesse sentido, enfatiza a necessidade de se oportunizar o desenvolvimento da expressão dramática à criança e também a expressão de outras formas de linguagens.

Preocupada com tempo da palestra, Profa. Joana encerra sua fala com um vídeo, o qual apresenta um projeto, coordenado por ela, que acolheu pessoas em diversos níveis da representação teatral, desde pessoas que nunca tiveram experiência com teatro até pós-graduandos na área de artes. Pensando no fato de que as memórias da infância contribuem para a formação do ator, foi proposto, nesse projeto, que os atores vivenciassem momentos junto de crianças para o afloramento de suas expressões dramáticas.

Após o término do vídeo, Profa. Regina Lara deu início a sua fala sobre o circo. Falou sobre a trajetória que percorreu até chegar ao circo e fez um panorama histórico do mesmo.

A origem do circo é européia, surgiu entre a Itália e a França no século XVIII com a introdução de comédias e pantonímias em números de cavalarias. Com o tempo, o circo foi trazido para o Brasil e, ainda hoje, conserva algumas características de sua origem, tais como: nômade, família circense como base de organização do circo, forma circular do espaço (arena), comicidade (palhaços), etc.

Após este panorama, a palestrante falou um pouco da criança que está inserida numa comunidade circense. Contou que as crianças de 1 a 4 anos de idade também participam dos espetáculos, porém, de uma forma passiva – deu exemplo de números em que a criança sai da cartola de um mágico e também de equilibrismo. Disse que nesse período a criança vai se familiarizando com o picadeiro, aprende a se maquiar, escolhe suas roupas – aqui destacou o capricho da maquiagem e do figurino das crianças, o que demonstra a preocupação dos adultos circenses para com elas, já que representam o futuro, ou seja, a continuidade do circo –, aprende os limites da convivência com os animais. A partir dos 5 anos, a criança assume outras funções, tais como: venda de doces, cuidado dos animais, fornecem materiais ao mágico, apresentação de números de contorcionismo, etc. Afirmou que a participação da criança nos espetáculos faz parte da economia doméstica, já que esta, sendo mais uma “boca para comer”, precisa contribuir com as finanças.

Enfatizou o fato de que a disciplina aplicada às crianças no circo é quase sinônimo de adestramento.

Em relação à escolarização dessas crianças, a palestrante disse que pelo fato de o circo ser nômade, não há como a criança frequentar uma única escola. Sendo assim, há uma lei que permite que as crianças circenses frequentem escolas diferentes, dependendo do lugar onde o circo está instalado. Porém, isso não garante a frequência das crianças às escolas, elas acabam sendo alfabetizadas pelos próprios circenses.

Para finalizar sua fala, a Profa. Regina Lara abordou as contribuições que o circo pode trazer às reflexões sobre a educação das crianças: o circo, como espaço poético, facilita e inspira o aprendizado estético; a relação de confiança que existe entre os circenses (justamente porque, nos espetáculos, a vida deles, muitas vezes, ficam nas mãos de outras pessoas); e o circo como uma “colcha de retalhos”, que possibilita a criação.

Após o debate, a Profa. Dra. Ana Lúcia Goulart de Faria encerrou o ciclo de palestras falando sobre a importância dos temas que tinham sido abordados nesses seis encontros e também sobre a contribuição que trouxeram para a reflexão sobre as diferenças, a formação das profissionais de Educação Infantil e também para as várias possibilidades de organização do espaço das instituições dedicadas à educação e ao cuidado das crianças de 0 a 6 anos. Indicou que estava planejando algo para o mês de outubro deste mesmo ano (1998) para dar continuidade às atividades de formação das profissionais docentes dos Programas Educativos da universidade, porém, afirmou ainda não ter nada definido.

Sendo assim, em outubro de 1998 o GEPEDISC promoveu um curso para as profissionais docentes dos Programas Educativos da UNICAMP, ministrado por Anna Lia Galardini¹¹², coordenadora do Departamento de Infância da Rede de Educação Infantil na Secretaria da Educação da cidade de Pistóia (Itália), sobre a Educação Infantil na Itália. Nesta ocasião, os profissionais de educação das redes de Educação Infantil de Campinas e região foram novamente convidados para participar, já que as 150 vagas oferecidas (de acordo com a capacidade do Salão Nobre da FE-UNICAMP, onde o curso aconteceu) não foram totalmente preenchidas pelas profissionais dos Programas Educativos.

No caso da CAS, apenas três profissionais participaram: a atual diretora (que na ocasião fazia parte da equipe técnica da CAS, como enfermeira), uma das pedagogas e uma recreacionista (informação obtida em conversa informal com a atual diretora da creche). Segundo a atual diretora da CAS, este curso foi um marco para este programa, já que, ao ser compartilhado com as outras profissionais, incitou algumas mudanças na organização do espaço físico (como já foi mencionado no Capítulo 3), nas concepções de criança, implicando também mudanças nas práticas educativas.

O curso foi ministrado em três dias e teve a duração de cinco horas por dia. Teve início no período da tarde, estendendo-se por uma parte do período noturno – alguns participantes foram apenas no período noturno, após o trabalho. Foi cobrada uma taxa de inscrição no valor de R\$ 5,00 (cinco reais), dinheiro este que foi entregue à palestrante com o objetivo de contribuir com as despesas que tivesse durante o período que permanecesse no Brasil.

¹¹² Este curso contou com tradução simultânea feita pela Profa. Dra. Ana Lúcia Goulart de Faria.

Neste curso, Anna Lia falou sobre a Educação Infantil na Itália não como um modelo que deve ser seguido ou copiado, mas como uma experiência que vem dando certo naquele contexto.

Em cada um dos dias do curso foi abordado um tema. No primeiro dia a palestrante falou sobre a organização do espaço físico nas instituições dedicadas à educação e ao cuidado da primeira infância, destacando o fato de que esta organização é um resultado dos saberes que se tem sobre a criança. Segundo ela, o espaço reflete a cultura daqueles que o ocupam.

No segundo dia, Anna Lia falou sobre os jogos simbólicos e dramáticos, através dos quais as crianças se expressam através de suas cem linguagens¹¹³, produzindo a cultura infantil.

No terceiro e último dia, a palestrante falou sobre a documentação enquanto um subsídio, um instrumento de grande importância, para o planejamento e reflexão sobre prática educativa do/da professor/professora de Educação Infantil. À partir disso, apresentou a creche como um espaço de educação não só da criança, mas também do adulto, que através da observação e do convívio com a criança passa a conhecê-la e a entendê-la melhor.

O conhecimento da organização da Educação Infantil na Itália, a qual partiu de escolhas (de concepções e identidades), como já foi dito, trouxe contribuições para a organização do trabalho na CAS. O contato com essa experiência foi de grande relevância, já que propiciou/incitou reflexões e, conseqüentemente, mudanças nas práticas educativas desta creche.

Em abril de 2002, outra contribuição da FE-UNICAMP se deu através da palestra “Educação Infantil e seus aspectos formais e não-formais”, a qual foi promovida pela referida faculdade e também pelos Programas Educativos desta universidade, sendo ministrada pelas professoras doutoras Carla Germana de Sá Nascimento e Olga Rodrigues M. Von Simson¹¹⁴.

Além destas, outra iniciativa que também partiu do GEPEDISC, novamente através da Profª. Dra. Ana Lúcia Goulart de Faria (então, coordenadora do subgrupo de Educação Infantil do GEPEDISC), foi o grupo “Simplesmente Complexa: A Pedagogia na primeira etapa da Educação Básica”, que acontece desde 1999, um sábado por mês, no Salão Nobre da FE-UNICAMP. Inicialmente havia dois grupos: “Simplesmente

¹¹³ Referência à poesia de Loris Malaguzzi “Ao contrário, as cem existem” (em anexo).

¹¹⁴ Não obtive mais informações sobre esta palestra nas fontes pesquisadas.

Complexa”, destinado às profissionais dos Programas Educativos da UNICAMP que atuavam diretamente com as crianças de 0 a 6 anos, e “Teoria e prática”, destinado às ex-alunas do curso de Pedagogia desta universidade que trabalhavam em rede pública com crianças da mesma idade. Após algum tempo, a Profa. Ana Lúcia resolveu unir esses dois grupos para que houvesse troca de experiências entre essas profissionais, dando origem, então, ao “Simplesmente Complexa: a Pedagogia na primeira etapa da Educação Básica”.

De acordo com entrevista realizada com uma das professoras da CAS, a qual participa do grupo desde o ano de 2000, o objetivo do “Simplesmente Complexa: a Pedagogia na primeira etapa da Educação Básica” consiste na discussão/reflexão de questões/temas relacionadas à educação das crianças de 0 a 6 anos. Para isso, diversos recursos são utilizados: filmes e documentários que tratam a questão da infância, apresentação de materiais que podem ser utilizados na educação das crianças nessa faixa etária e apresentação de pesquisas recentes na área de Educação Infantil – pesquisadores dessa área, segundo Roberta, são frequentemente convidados para falarem sobre suas pesquisas nos encontros do grupo.

Quando questionada sobre o uso de filmes nos encontros, a entrevistada diz:

o que eu acho interessante é que os filmes eles são de diferentes nacionalidades, né... e que vão trabalhar com uma determinada concepção de infância... nem sempre é aquela assim que você fala “Não, é essa concepção que eu tenho”, mas é legal porque levanta discussão: qual a concepção de infância que está por trás? Né... então ela [Profa. Ana Lúcia] já... já apresentou filme iraniano, acho que filme francês também... outros filmes que aí você... a gente faz discussão sobre os filmes, assim... documentário também já foi mostrado pra gente... (em entrevista realizada em 19 de junho de 2006).

A entrevistada afirma, ainda, que a participação no grupo tem contribuído para o seu trabalho junto às crianças:

Eu acho que traz [contribuição], porque, assim, pra mim, mesmo eu tendo terminado o curso de Pedagogia, principalmente por ter terminado o curso [de Pedagogia] e... assim... ta distante, não ta

estudando mais, não tá ligada à academia, o curso [Simplesmente Complexa: a Pedagogia na primeira etapa da Educação Básica"] me possibilita isso... ter esse contato... né... essa... manter então o vínculo. Porque eu acho que se a gente fica só no dia-a-dia, só no cotidiano, é muito mais fácil você reproduzir, né... reproduzir coisas, assim... do que você é... ter idéia nova, tá pensando em fazer coisas diferentes. Então eu acho que o curso... ele é fundamental por causa disso, porque você leva cutucão quando você vai no curso, porque aí você fala assim "Poxa vida, é justamente o que acontece comigo no dia-a-dia... o que eu faço", né... Eu reproduzo, eu acho, muitas vezes... e você vai lá no curso e ele serve pra isso, pra tá é... te fazendo refletir, te fazendo pensar do quanto a gente ainda tem muito que tá aprendendo mesmo, que tá produzindo na Educação Infantil e não só reproduzindo.

(...) ele [o grupo "Simplesmente Complexa"] é uma... é uma porta pra gente tá tendo... ahn... tá tendo essa... como que eu posso dizer... contato mesmo com tanta coisa que tá sendo produzida na área e que se a gente não vai buscar, a gente fica parada no tempo, é isso que eu acho. A gente fica parada no tempo... ahn... não se questiona, se você para de estudar... se você não fica atenta ao que tá acontecendo por aí você acha que é assim, então você só tem que no seu cotidiano reproduzir... e eu acho que o que é muito fácil na Educação Infantil... a gente tá fazendo coisas que vem muito mais a tá sendo sinônimo de escolarização do que realmente tá fazendo coisas que são interessantes pras crianças... sabe, que tem significado pra essas crianças, né, pra essa faixa etária (em entrevista realizada em 19 de junho de 2006).

Vemos, nessa fala, que a questão da escolarização é algo que pode vir a acontecer caso não se tenha uma formação específica voltada à educação das crianças pequenininhas (de 0 a 3 anos). Segundo Silva (2005), apesar da presença incipiente de uma Pedagogia da Educação Infantil nos cursos de formação de professores (a autora refere-se especificamente aos cursos de Pedagogia),

O modelo escolar do ensino fundamental ainda está muito presente na formação de professores e professoras nos cursos de pedagogia. Seja

pelo vocabulário adotado que repete as categorias do ensino fundamental como aluno, ensino-aprendizagem; seja nos temas priorizados como a alfabetização; seja porque o lúdico e as artes são apresentados de forma didatizada; ou seja, ainda, pela ausência de temas importantes para a educação infantil como gênero, educação e cuidado, organização do tempo e do espaço, imaginação e vivência da tridimensionalidade do espaço (p. 171).

A entrevistada destacou também a contribuição e a troca que a presença de professores de outras instituições educativas tem proporcionado:

(...) o curso hoje ele ampliou, né... eu acho que o interessante... nesse sentido, eu acho que foi bastante interessante, a... Ana Lúcia ter aberto o curso, por quê? Inicialmente, então, eram as funcionárias das creches da UNICAMP, depois ela ampliou pras professoras da rede de Campinas e agora tem professoras da... de outras redes também... (...) na área de Educação Infantil e também pra quem é do Ensino Fundamental, das séries iniciais. Então, acho que o interessante é isso né, quando você tem a realidade de professora de uma outra etapa estar fazendo, né, essa... essa discussão... Agora que eu não sei te dizer bem hoje como é que tá isso, a frequência... mas eu lembro que a Ana Lúcia tinha aberto sim pra professoras de primeira série, por exemplo, pra elas estarem também tendo a oportunidade de estarem... assim... é... fazendo a discussão sobre essa outra concepção de Educação Infantil, não a Educação Infantil enquanto uma etapa preparatória para a escola, mas essa outra concepção que discute a Educação Infantil como esse momento mesmo da criança... (...) de viver o presente, não essa coisa preparatória, mas ao mesmo tempo esse viver a infância, ele... como é que eu posso dizer... tem uma intencionalidade na Educação Infantil, né? Que é essa coisa, não é aquela alfabetização tradicional, digamos assim, mas como eu posso tá oportunizando às crianças um processo de letramento na Educação Infantil, né... sem estar... sem eu ter que colocar a criança necessariamente numa cadeirinha e dar papel e dar lápis e já ficar, né, ensinando, assim, da forma tradicional, mas

através do contato com... com... materiais mesmo, né, através do ambiente, "Que ambiente que eu estou proporcionando pra essa criança?", "O que que esse ambiente tem?", né, "O que que eu oportunizo pra ela... quando eu preparo um ambiente...", porque, assim, você pode estar possibilitando, então, essa vivência pra criança, mas não daquela forma tradicional, né... e essa criança pode ta... ta... assim... ampliando mesmo os seus conhecimentos... ahn... vivenciando uma cultura onde ela tenha contato... ahn... com esses elementos, então, que ela vai futuramente estar vendo de uma outra forma, mas de como que eu posso trabalhar isso na Educação Infantil? E quais as formas? (em entrevista realizada em 19 de junho de 2006).

Destacou, ainda, as contribuições trazidas pelas professoras da rede municipal de Educação Infantil de São Paulo:

Olha, a partir do momento que as professoras da rede de São Paulo começaram a participar, eu achei muito legal! Muito legal porque elas estão trazendo, né, é... a experiência da rede de São Paulo e São Paulo, assim, é muito grande. Então de repente tem uma professora que é lá da zona leste, né, de diferentes... São Paulo é uma... uma cidade imensa... Então, assim, é diferente de uma... de uma... de professoras de cidades pequenas. Eu acho que... que... veio a enriquecer bastante e também como a Ana Lúcia ela teve essa... a Ana Lúcia eu acho que ela prestou assessoria à... à Educação Infantil da rede de São Paulo e eu vi... dá pra perceber assim, é... pelo menos na minha opinião, o quanto foi... foi... foi importante pra essas professoras, porque... (...) chegou a ter um resultado, porque essas professoras vieram e você vê assim, que está tendo uma... uma interação mesmo, está tendo reflexão, estão trazendo coisas novas e eu vejo... é um grupo assim que eu acr... demonstra, assim, ser bem interessado, né, pô, afinal de contas sai lá de São Paulo, vem pra cá... (...) sábado de manhã... e isso, assim... eu acho que pra gente daqui animou mais ainda e uma coisa que eu achei muito legal foi um material produzido é... eu acho que com base, aí eu teria que... eu não tenho bem certeza, mas foi um material produzido na... Secretaria

de Educação de São Paulo, eu não... não sei o título agora, só sei que a Ana Lúcia trouxe esse material pra gente, eu lembro até que eu ti... eu xeroquei, eu tenho cópia desse material e tem artigos muito interessantes sobre Educação Infantil, sobre a arquitetura, sobre outros temas assim... e, eu não tenho bem certeza, mas eu acho que foi com base nesse trabalho de... de... que foi realizado com o pessoal da rede de São Paulo, né (em entrevista realizada em 19 de junho de 2006).

Vemos, então, que este grupo, ao longo de seus sete anos de existência, tem contribuído para a construção da Pedagogia da Educação Infantil, construindo novos conceitos e propondo formas alternativas, diferentes do modelo escolar do ensino fundamental, de trabalho educativo junto às crianças de 0 a 6 anos.

Outra contribuição da FE-UNICAMP se deu, de forma indireta, através da presença de alunas do curso de Pedagogia, bolsistas do SAE¹¹⁵, na CAS, o que possibilitou a troca de saberes entre elas e as professoras desta última: enquanto observavam a prática dessas profissionais e o cotidiano de uma creche de empresa pública, as bolsistas também contribuíam com o trabalho desenvolvido nesta instituição, compartilhando as teorias que estudavam na faculdade.

Embora não exista uma relação entre a FE-UNICAMP e os Programas Educativos, vê-se que a primeira, através de iniciativas isoladas, tem contribuído sobremaneira com a formação continuada das profissionais docentes da CAS, possibilitando a atualização dessas profissionais através do contato com as pesquisas mais recentes sobre Educação Infantil.

5.3 - Propostas cotidianas de formação em serviço na CAS: Reuniões Pedagógicas e Encontros

A formação em serviço das professoras e profissionais docentes¹¹⁶ na CAS tem sido feita através de “Capacitações”¹¹⁷, cursos ministrados pela equipe técnica a essas profissionais quando do seu ingresso na creche, de Reuniões Pedagógicas e de Encontros de Módulos (Berçário, Maternal I e Maternal II).

¹¹⁵ Serviço de Apoio ao Estudante.

¹¹⁶ Utilizo aqui os dois termos (professoras e profissionais docentes) porque, como já foi dito, além das professoras, a CAS conta ainda com três recreacionistas, que mesmo não tendo o título de professoras (o terão quando concluírem o curso de Pedagogia), também exercem atividades docentes.

¹¹⁷ Termo utilizado pela CAS.

A primeira “capacitação” (ou “treinamento”, como foi denominada naquele momento) foi realizada em 1990 para recepcionar as primeiras Recreacionistas da CAS. Constan, no roteiro¹¹⁸ preparado para essa ocasião, algumas concepções que a equipe técnica tinha em relação ao trabalho que se esperava que estas profissionais viessem a desenvolver nesta creche.

Há, já no início deste roteiro, algo que merece ser destacado: o organograma que ilustra a divisão do trabalho na creche. De acordo com este organograma a coordenação do trabalho que seria realizado no berçário, ou seja, com as crianças de dois meses e meio a um ano de idade, estava a cargo da enfermagem, enquanto que nos maternais (I e II) o trabalho era coordenado pelas pedagogas – o que é demonstrado através da ordem com a qual estas profissionais aparecem no referido organograma. Esta forma de organização/divisão do trabalho nos permite levantar a hipótese de que no berçário o trabalho estava centrado apenas no cuidado com a higiene e a saúde dos bebês, enquanto que nos maternais haveria a possibilidade de se desenvolver um trabalho educativo.

Outra concepção presente no referido roteiro diz respeito ao reconhecimento de que o trabalho com crianças é desenvolvido de forma coletiva, *em equipe, como uma grande família* (Roteiro de Treinamento, 1990¹¹⁹). Embora haja o destaque para uma das especificidades da profissão de professora de Educação Infantil: o trabalho em equipe, a palavra *família* indica que a creche era vista como uma substituta familiar, ou melhor, materna. No entanto, vemos hoje na legislação que a educação oferecida em creches e pré-escolas, ou seja, na esfera pública, não é igual, mas complementar à família (esfera privada). Em relação a isso Prado (1999) afirma que a creche é um

Espaço que deve se apresentar (...) como continuidade e complementariedade às experiências que as crianças realizam nos seus vários âmbitos de vida, mediando-as e colocando-as em uma perspectiva educacional (p. 116).

Outra concepção que merece ser destacada diz respeito ao “gostar de crianças”, o que era visto como elemento imprescindível para lidar diretamente com elas. Neste momento, a qualificação profissional não era vista como um critério para se

¹¹⁸ Em anexo.

¹¹⁹ Em anexo.

desempenhar tal função. O “gostar de crianças” indica uma concepção de trabalho “voluntário”, “missionário”, o que, segundo Gentil (1989):

(...) faz com que o profissional de creche não se identifique enquanto profissional (...) Este tipo de discurso tem em si a concepção de creche assistencialista, onde o trabalho desenvolvido é um favor, uma caridade, um “desencargo social” (p. 15).

A concepção de criança, análoga a um “cristal”, traduz o que se esperava das Recreacionistas. A criança, enquanto um objeto sensível, necessitava de cuidados adequados para não se “quebrar”. O que demonstra que, neste momento, a criança não era reconhecida como portadora de história, produtora de cultura e sujeito de direitos, sendo a creche apenas um lugar onde ela deveria ser guardada em segurança para que sua mãe pudesse *cumprir com suas obrigações nos seus respectivos serviços, com tranquilidade* (Roteiro de Treinamento, 1990¹²⁰). Vemos aqui, novamente, somente a preocupação com o direito da mãe trabalhadora e com a garantia de sua tranquilidade, e não com o direito concomitante da criança de vivenciar sua infância em um ambiente coletivo.

O quarta e última concepção que merece ser destacada neste roteiro diz respeito às orientações, provindas da área da saúde, dadas às ingressantes, as quais evidenciam a ênfase ao cuidado médico.

As “capacitações” são oferecidas a todas as profissionais docentes que ingressam na CAS, consistem na apresentação da instituição e do trabalho desenvolvido por cada uma das áreas que compõem a equipe técnica e em orientações quanto ao trabalho que deve ser desenvolvido.

Em relação às reuniões pedagógicas pode-se dizer que é algo muito recente na CAS. Segundo a pedagoga entrevistada, tiveram início de forma mais sistematizada há mais ou menos cinco anos. Em seu relato afirma que:

Desde o surgimento da CAS houve reuniões de módulo. Inicialmente essas reuniões eram conduzidas pela supervisora do módulo que nessa época era as enfermeiras para Berçário e Maternal I e Pedagogas para

¹²⁰ Em anexo.

o MII, isso não nos isentava (Pedagogas) de participar das reuniões do B e MI, porém o foco era direcionado pela área que supervisionava, sendo que os assuntos giravam entre informações administrativas, organização do módulo e temas pertinentes de formação ligado às áreas. Com o tempo, e a visão da nova direção (Valéria) que embora seja da mesma área da anterior (Ryoko) possibilitou uma distribuição diferenciada de supervisão: pedagogo do período e enfermeiro do período. Isso modificou a dinâmica das reuniões de uns 5 anos até hoje para o MII e 3 anos para os berçários e MI. Começamos a trabalhar em equipe e não por área. As reuniões de caráter pedagógico vieram em consequência de melhorar a formação do educador de creche (em e-mail recebido em 13 de junho de 2006).

Em conversa informal com Márcia Pinheiro¹²¹, obtive a informação de que, inicialmente, fazia-se reuniões esporádicas, sem dias e horários pré-fixados e que, somente após a sua chegada na CAS e com o ingresso da pedagoga Magali Arnais no mestrado (FE-UNICAMP), começou-se a sentir a necessidade de algo mais sistematizado e freqüente. Procurou-se, então, instaurar dias e horários fixos para que elas pudessem acontecer: uma reunião para cada módulo em um dia da semana, com a duração de uma hora.

Em relação ao registro, a pedagoga entrevistada afirma que as reuniões só passaram a ser registradas em livros-ata¹²² a partir do momento que o registro foi instituído na creche como um instrumento de trabalho do educador (em e-mail recebido em 13 de junho de 2006).

Nestas reuniões, geralmente estava presente pelo menos uma das profissionais da equipe técnica e as professoras. Os assuntos tratados consistiam em informes administrativos, discussão de textos, reflexão sobre o trabalho desenvolvido e planejamento. Porém, diante da quantidade de tarefas e do pouco tempo de duração, as professoras começaram a reivindicar um momento só delas para que pudessem planejar e avaliar o trabalho desenvolvido, o que resultou em uma reunião mensal (a primeira do

¹²¹ Márcia Pinheiro é pedagoga da CAS. Antes de assumir essa função era professora de pré-escola no PRODECAD. Foi também aluna especial da FE-UNICAMP. Atualmente, está desenvolvendo sua dissertação de mestrado sobre a formação em serviço oferecida às profissionais de Educação Infantil da CAS e de uma creche filantrópica.

¹²² Cada módulo tem dois livros-ata, um para o período da manhã e outro para o período da tarde.

mês) só das professoras, as demais reuniões continuam contando com a presença de profissionais da equipe técnica.

Essas reuniões sempre aconteceram durante o horário de trabalho das professoras, geralmente enquanto as crianças dormem, sendo necessário, portanto, que professoras de outros módulos sejam deslocadas para cobrir aquelas que estão em reunião. De acordo com a pedagoga entrevistada, as reuniões aconteciam:

Inicialmente sem cobertura de módulo posteriormente fomos conscientizando da importância desses momentos e ao mesmo tempo preservar as atividades cotidianas das crianças sendo que um módulo precisava cobrir outro para que essas reuniões se efetivassem (em e-mail recebido em 13 de junho de 2006).

Em 2005, com o quadro de professoras qualificadas quase completo, começou-se a sentir a necessidade de trocas entre os períodos e entre os módulos, o que resultou em uma “capacitação” no dia 16 de abril (sábado). Nesta capacitação cada módulo (Berçário, Maternal I e Maternal II) de cada período apresentou os projetos desenvolvidos, os recursos e materiais utilizados, as conquistas, os desafios e compartilhou idéias do que poderia ser feito para superar tais desafios e melhorar o trabalho. Dentre estas idéias cabe destacar: buscar envolver mais as famílias e necessidade de momentos mais freqüentes de trocas entre os períodos manhã e tarde.

A reivindicação por momentos de trocas entre os dois períodos resultou nos encontros de módulo, cujo tema foi “O que Há de Diferente na Identidade do Professor de Educação Infantil?”. O primeiro a ser realizado foi o do Maternal II, no dia 11 de junho de 2005, e sua temática foi “Pensando os usos do espaço, do tempo e do pedagógico”. O segundo foi o do Berçário, com o tema “Troca: Reflexões sobre saberes e fazeres educativos com bebês”. E o terceiro, e último, encontro realizado foi o do Maternal I, cuja temática foi “Crianças ou bebês: que leitura é essa?”.

O objetivo geral desses encontros foi, além de atender às reivindicações das professoras, definir as especificidades do trabalho da professora de Educação Infantil. De acordo com pôster apresentado pela CAS na “XII Jornada de Educadores” (realizada nos dias 20 e 21 de outubro de 2005), cujo tema foi “O velho-novo ofício de educar”, a mudança de nomenclatura (de recreacionista para professora de Educação Infantil) e o

ingresso de profissionais recém-concursadas alterou a percepção que se tinha da identidade da profissional de Educação Infantil quanto à sua atuação e formação.

De acordo com a pedagoga entrevistada:

Com a entrada de um grupo novo concursado com formação maior achávamos que conseguiríamos atingir o objetivo de construir uma pedagogia da infância. Ao mesmo tempo a mudança de nomenclatura de recreacionista para professora atuaria para melhorar a visão do grupo. Isso não ocorreu, apesar da escolaridade ser maior e do comprometimento que a denominação professora proporciona o grupo que chegou trouxe também outras concepções sobre o que é o educar na creche, baseados em modelos do ensino fundamental, do que conheceram na prática das escolas maternais particulares e dos estágios da academia/ Universidade. Ou seja, precisávamos trabalhar as concepções de criança, bebê, infância, educação infantil, atividade pedagógica, família, creche de Universidade, cuidar e educar indissociável etc... (em e-mail recebido em 13 de junho de 2006).

Sendo assim, fez-se um levantamento dessas concepções junto às profissionais docentes da CAS, as quais serviram de subsídio para a elaboração da proposta de formação em serviço para o ano de 2006. Buscou-se também levantar quais as concepções que essas profissionais têm sobre a qualidade na Educação Infantil, as quais estão sendo discutidas a partir da leitura do documento recém-lançado pelo MEC, Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil¹²³.

Vê-se, desta forma, que a CAS vem buscando construir a Pedagogia da Educação Infantil através de suas propostas cotidianas de formação em serviço. Para tanto, tem buscado na fala de suas profissionais suas necessidades formativas, já que é o dia-a-dia, o cotidiano na creche, que ressalta os temas que necessitam ser abordados. É no lidar com as crianças que as professoras sentem dificuldades, quando surgem dúvidas. Em relação a isso, a pedagoga entrevistada afirma que:

¹²³ BRASIL. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília, DF: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2006.

Para a construção de uma Pedagogia da infância em uma unidade de educação infantil todos os sujeitos direta ou indiretamente relacionados com prática educativa devem e necessitam ser ouvidos, seus saberes devem ser registrados, sua prática precisa ser reflexiva e constantemente reconhecemos que a construção é conjunta, onde se soma, multiplica olhares e saberes com um fim /objetivo comum a qualidade de vida das crianças que estão sob nossa responsabilidade/ formação. Afinal formamos pessoas e ao mesmo tempo nos formamos como seres humanos(em e-mail recebido em 13 de junho de 2006).

Considerações Finais

Mesmo tendo nascido ligada às necessidades da mãe servidora da Área da Saúde da UNICAMP, a CAS, hoje já demonstra estar inserida em um processo de construção da Pedagogia da Educação Infantil. O que é demonstrado, principalmente, através da exigência quanto à qualificação profissional daquelas que atuam diretamente com as crianças de 0 a 4 anos. Afinal, como afirma Cerisara (2002), este trabalho exige sistematização, a qual se apresenta de forma incipiente na CAS através das profissionais habilitadas (através de cursos de nível médio, na modalidade Normal, e/ou de nível superior – Pedagogia e Normal Superior).

No entanto, a seguinte fala: “Se nós somos professoras, as crianças são **alunos**”¹²⁴, demonstra a confusão em relação ao papel da professora de Educação Infantil. Como já foi apontado nesta pesquisa, os cursos de formação inicial para o magistério enfatizam o modelo escolar do ensino fundamental, não tratando, portanto, das especificidades da Educação Infantil – o que, neste caso, é demonstrado através do uso de termos próprios do ensino fundamental.

A construção da Pedagogia da Educação Infantil, a qual reconhece a criança pequeninha como capaz de estabelecer múltiplas relações, portadora de história, produtora de culturas infantis e sujeito de direitos, exige também o uso de uma terminologia adequada às especificidades da primeira etapa da Educação Básica. A palavra aluno, destacada na frase acima, deriva do latim *alumno*, significando, portanto, sem luz, a quem o professor deve “iluminar”. No entanto, com base na bibliografia italiana e nas pesquisas recentes da Educação Infantil, as quais buscam relacionar as várias áreas do conhecimento (e não só a Psicologia, a Pediatria e a Medicina, áreas do conhecimento que até pouco tempo atrás eram as únicas que orientavam o trabalho com as crianças pequeninhas), vemos que este termo não cabe à concepção de criança presente nas fontes referidas acima.

Sendo assim, essa confusão, derivada da ausência de abordagem da especificidade da Educação Infantil nos cursos de formação inicial para o magistério, indica a necessidade de revisão desses cursos e da inclusão de disciplinas que se referem à Educação Infantil como uma área específica do conhecimento.

¹²⁴ Afirmção feita por uma colega de trabalho quando lhe questionei sobre o uso do termo “aluno” para se referir às crianças.

Através do levantamento das propostas de formação em serviço e continuada às profissionais docentes da CAS, vimos que tais propostas indicam a busca por uma Pedagogia da Educação Infantil.

Em relação à “Jornada de Educadores”, pode-se dizer que surgiu diante da necessidade de qualificação dessas profissionais. Inicialmente, contavam com temas mais voltados à saúde e à psicologia desenvolvimentista. De acordo com a diretora dos Programas Educativos (em entrevista), no início, devido à falta de recursos, as palestras foram ministradas por pessoas que estavam ligadas aos Programas Educativos da UNICAMP. Provavelmente, o fato das duas creches existentes no campus da UNICAMP em Campinas serem dirigidas por enfermeiras favoreceu o contato com profissionais das áreas referidas acima. Soma-se a isso o fato de que os conhecimentos que eram privilegiados neste momento eram aqueles voltados ao cuidado da criança.

No entanto, como se pode observar através do levantamento realizado, temáticas relacionadas às especificidades do trabalho com criança pequena, ligadas às diversas dimensões humanas (imaginário, lúdico e artístico), começaram a ser abordadas nesse evento, ampliando o olhar sobre a criança para além do desenvolvimento físico e/ou cognitivo.

A “Jornada de Educadores” cumpriu, ainda, com um dos seus principais objetivos: o de integrar os Programas Educativos da universidade, afim de unificar suas propostas educacionais. O que pode ser comprovado através da construção de um Projeto Político Pedagógico para os programas, que embora seja unificado, oferece a possibilidade de se tratar das especificidades de cada programa.

Em relação às propostas de formação oferecidas pela Faculdade de Educação da UNICAMP, pode-se concluir que essas contribuíram imensamente para a atualização das profissionais docentes não só da CAS, como também de todos os Programas Educativos, já que trataram de temas voltados à especificidade da Educação Infantil.

Segundo Faria (2005b)

(...) uma nova geração de doutores/as pesquisadores/as vem estudando e desafiando a pedagogia escolar como única referência para uma pedagogia da infância que contemple a especificidade da pequena infância, trazendo outras categorias de análise para a pesquisa da educação das crianças pequenas: tempo, espaço, relações, gênero, classes sociais, arranjos familiares, transgressão, culturas infantis,

brincar, documentação, identidades, planejamento por projeto, performance, diferente, outro, linguagens, movimento, gesto, criança, alteridade, turma, instalação, não-avaliação, observação, cuidado. Isso, em vez dos convencionais: deficiência, indisciplina, hiperativo, carente, família desestruturada, anamnese, rotina, assistência, aula, didática, classe, aluno, ensino, currículo, vir-a-ser, sala de aula, desenvolvimento (p. 1018).

A possibilidade de acesso a essas pesquisas através da FE-UNICAMP possibilitou mudanças de concepções em relação à criança e à própria organização da CAS, algo que foi demonstrado neste TCC.

Em relação às propostas cotidianas de formação em serviço oferecidas pela CAS, pode-se dizer que estas, embora estejam sendo reestruturadas, estão se constituindo, ainda de forma incipiente, como um espaço de construção da Pedagogia da Educação Infantil, já que as oportunidades de espaços para a discussão, reflexão e elaboração de um conjunto de conhecimentos a respeito das crianças pequenininhas ainda são poucas. Algo que merece ser destacado é o diálogo existente entre as diferentes áreas que coordenam o trabalho das profissionais docentes na CAS, o que tem possibilitado a indissociabilidade do educar e cuidar nesta creche, ou seja, de uma das especificidades de Educação Infantil.

Segundo Faria (2005b):

Embora ainda hoje tenhamos nas creches alguns resquícios da enfermagem, no trato com os bebês (por exemplo, o emprego de palavras e práticas hospitalares tais como: solário, lactário, berçário, peso e medida etc.), e tenhamos fortemente a escola na educação das crianças maiores (nas filas, divisão por idade, lápis e papel, mesa e cadeira etc.), o que deve ser destacado (...) é a construção de uma pedagogia infantil fundamentalmente não escolarizante, que incorpora as pesquisas de várias áreas do conhecimento e busca conhecer a criança em ambiente coletivo, na produção das culturas infantis (p. 1016).

A presente pesquisa além de fazer um levantamento das propostas de formação continuada e em serviço oferecidas na UNICAMP às profissionais docentes da CAS, deu início a análises preliminares do ponto de vista da construção da Pedagogia da Educação Infantil, ficando outras análises para pesquisas posteriores.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVICZ, Anete e WAJSKOP, Gisela. **Educação Infantil: atividades para crianças de zero a seis anos**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1999.

ARNAIS, Magali Ap. Oliveira. **Novas Crianças na Creche: O Desafio da Inclusão**. Dissertação (Mestrado). Campinas, SP: FE – UNICAMP: 2003.

ÁVILA, Maria José Figueiredo. **As professoras de crianças pequenininhas e o cuidar e o educar**. Dissertação (Mestrado). Campinas, SP: FE – UNICAMP, 2002.

BARRETO, Ângela M. Rabelo F. Introdução: Por que e para que uma política de formação do profissional de Educação Infantil? In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. **Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994, pp. 11-15.

BUFALO, Joseane. **Creche: lugar de criança, lugar de infância. Um estudo sobre as práticas educativas em um Cemei de Campinas**. Dissertação (Mestrado). Campinas: FE – UNICAMP, 1997.

CAMPOS, Maria Malta. Educar e Cuidar: Questões sobre o perfil do Profissional de Educação Infantil. In: BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994, pp. 32-42.

CAMPOS, Maria Malta. A formação de professores para crianças de 0 a 10 anos: Modelos em debate. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, pp. 126-142, Dez. 1999, Campinas, SP.

CAMPOS, Maria Malta, ROSEMBERG, Fúlvia e FERREIRA, Isabel M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 2001.

CERISARA, Ana Beatriz. **Professoras de educação infantil: entre o feminino e o profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

CIPOLLONE, Laura. A atualização permanente nas creches. In: BONDIOLI, Anna e MANTOVANI, Susanna (orgs.). **Manual de Educação Infantil: de 0 a 3 anos – uma abordagem reflexiva**. 9ª ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 1998, p. 121-139.

DAHLBERG, Gunilla, MOSS, Peter e PENCE, Alan. **Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2003.

DIAS, Lara Simone. **O que fazem as crianças de 0 a 3 anos fora de casa? – Brincar em creche pública e em creche privada de Campinas**. Trabalho apresentado como exigência para qualificação de mestrado, FE-UNICAMP, 2004.

FAGUNDES, Magali dos Reis. **A creche no trabalho... O trabalho na creche: um estudo do Centro de Convivência Infantil da UNICAMP – trajetória e perspectivas**. Dissertação (Mestrado). Campinas, SP: FE – UNICAMP: 1997.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Da escola materna à escola da infância: a pré-escola na Itália hoje. **Cadernos Cedes**, nº 37 (Grandes Políticas para os pequenos), pp. 63-67, 1995, Campinas, SP.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Educação pré-escolar e cultura: para uma pedagogia na educação infantil**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Cortez, 2002a.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Prefácio. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de, DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri e PRADO, Patrícia Dias (org.). **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002b, pp. vii-ix.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. O Espaço Físico como um dos Elementos Fundamentais para uma Pedagogia da Educação Infantil. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de e

PALHARES, Marina Silveira (orgs.). **Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios**. 5ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005a, pp. 67-99.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Políticas de Regulação, Pesquisa e Pedagogia na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica. **Educação & Sociedade**, vol. 26, nº 92, pp. 1013-1038, Especial – Out. 2005b, Campinas, SP.

GENTIL, Mônica. **Quem é o profissional de creche que lida com crianças de 0 a 6 anos: um estudo em creches do Município de Campinas**. Campinas: FE-UNICAMP, 1989 (Relatório de Iniciação Científica).

GUATTARI, Félix. As creches e a iniciação. In: GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular: Pulsões Políticas do Desejo**. 3ª ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987, pp. 50-55.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOVANI, Susanna e TERZI, Nice. A Inserção. In: BONDIOLI, Anna e MANTOVANI, Susanna (orgs.). **Manual de Educação Infantil: de 0 a 3 anos – uma abordagem reflexiva**. 9ª ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 1998, p. 173-184.

MANTOVANI, Susanna e PERANI, Montoli. Uma profissão a ser inventada: O educador da primeira infância. **Pro-Posições**, v. 10, nº 1 (28), pp. 75-98, mar. 1999, Campinas, SP.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. **Critérios para um Atendimento em creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1995.

NASCIMENTO, Maria Evelyn Pompeu do. Os profissionais da Educação Infantil e a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de e PALHARES, Marina Silveira (orgs.). **Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios**. 5ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, pp. 101-120.

ONGARI, Bárbara e MOLINA, Paola. **A educadora de creche: construindo suas identidades**. São Paulo: Cortez, 2003.

PALMEN, Sueli Helena de Camargo. **O lugar do imprevisto no espaço da educação infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso. Campinas, SP: FE – UNICAMP, 2001.

PALMEN, Sueli Helena de Camargo. **A implementação de creches nas universidades públicas estaduais paulistas**. Dissertação (Mestrado). Campinas, SP: FE – UNICAMP, 2005.

PEREIRA, Julyana Mognon. **A construção da Pedagogia da Educação Infantil e os desenhos: um breve estudo sobre creches de empresa e os indicativos e mudanças na creche CAS – UNICAMP**. Trabalho de Conclusão de Curso. Campinas, SP: FE – UNICAMP, 2005.

PRADO, Patrícia Dias. As crianças pequeninhas produzem cultura? Considerações sobre educação e cultura infantil em creche. **Pro-Posições**, v. 10, nº 1 (28), pp. 110-118, mar. 1999, Campinas, SP.

RABITTI, Giordana. **À procura da dimensão perdida: uma escola de infância de Reggio Emilia**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. A criação de filhos pequenos: tendências e ambigüidades contemporâneas. In: RIBEIRO, Ivete e RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995, pp. 157-190.

SILVA, Anamaria Santana da. Educação e assistência: Direitos de uma mesma criança. **Pro-Posições**, v. 10, nº 1 (28), pp. 40-53, mar. 1999, Campinas, SP.

SILVA, Anamaria Santana da. O curso de pedagogia e a formação para a educação infantil. **Pro-Posições**, v. 16, nº 2 (47), pp. 159-175, maio/ago. 2005, Campinas, SP.

TELES, Maria Amélia de Almeida, MEDRADO, Maria Aparecida e GRAGNANI, Adriana Maria Carbonell. Creches e berçários em empresas privadas paulistas – 1986. In: ROSEMBERG, Fúlvia (org.). **Creches**. São Paulo: Cortez, 1989, pp. 104-134.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. A formação do profissional da educação infantil no Brasil no contexto da legislação, das políticas e da realidade do atendimento. **Pro-Posições**, v. 10, nº 1 (28), pp. 29-39, mar. 1999, Campinas, SP.

ANEXOS

ANEXO 1 – SIGLAS UTILIZADAS

ASSUC – Associação dos Servidores da UNICAMP
CAISM – Centro de Atendimento Integral à Saúde da Mulher
CAS – Creche Área de Saúde
CCI – Centro de Convivência Infantil (Programa do Estado)
CCI – Centro de Controle de Intoxicações
CECI – Centro de Convivência Infantil
CEPRE – Centro de Estudos e Pesquisa em Reabilitação “Prof. Dr. Gabriel O. S. Porto”
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CEMICAMP – Centro de Pesquisas Materno-Infantis de Campinas
DAB – Diretoria de Assistência e Benefício
DECISAE – Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação (atual DECISE – Departamento de Ciências Sociais e Educação)
DGRH – Diretoria Geral de Recursos Humanos
DPEs – Diretoria dos Programas Educativos
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil
ESTEC – Escritório Técnico de Construção
FASPG – Fundo de Assistência Social ao Palácio do Governo de São Paulo
FCM – Faculdade de Ciências Médicas
FUNCAMP – Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP
FUSSESP – Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo
FE – Faculdade de Educação
FEF – Faculdade de Educação Física
GASTROCENTRO – Centro de Diagnóstico de Doenças do Aparelho Digestivo
GEPEDISC - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação e Diferenciação Sócio-Cultural
HC – Hospital das Clínicas
HEMOCENTRO – Centro de Hematologia e Hemoterapia
IA – Instituto de Artes
IRCAMP – Instituto de Reabilitação de Campinas
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MI – Maternal I

MII – Maternal II

NUDECRI – Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade

PRDU – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário

PREAC – Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

PRODECAD – Programa de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente

SAE – Serviço de Apoio ao Estudante

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

USP – Universidade de São Paulo

ANEXO 2 – ROTEIROS DE ENTREVISTAS

JORNADA DE EDUCADORES:

- 1) Fale sobre a origem das Jornadas.
- 2) Qual(is) era(m) o(s) objetivo(s) da “Jornada de Educadores”?
- 3) Qual a origem dos recursos destinados à realização da “Jornada de Educadores”?
- 4) Sobre a escolha do logotipo: Por que uma coruja?
- 5) Por que a “Jornada de Educadores” foi aberta a outras instituições educativas não vinculadas à UNICAMP?
- 6) Por que a apresentação de trabalhos (através de painéis ou comunicações orais) não foi também aberta a essas instituições educativas externas à UNICAMP?
- 7) O fato de os temas abordados na “Jornada de Educadores” não se restringirem à Educação Infantil traz contribuições para a formação das profissionais que atuam nos programas dedicados à educação e cuidado das crianças de 0 a 6 anos?
- 8) Considera que a “Jornada de Educadores” contribuiu para a construção da Pedagogia da Educação Infantil?

“SIMPLEMENTE COMPLEXA: A PEDAGOGIA NA PRIMEIRA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA”:

- 1) Desde quando você participa do grupo “Simplesmente Complexa: a Pedagogia na primeira etapa da Educação Básica”?
- 2) Qual a dinâmica dos encontros? Que recursos são utilizados?
- 3) Qual a contribuição desse grupo para o seu trabalho na creche, com as crianças de 0 a 4 anos?

REUNIÕES PEDAGÓGICAS:

- 1) Qual a origem das reuniões pedagógicas na CAS?
- 2) Quais eram os objetivos iniciais dessas reuniões?
- 3) Que temas/assuntos eram tratados?
- 4) Em que horário elas aconteciam?
- 5) Como a creche se organizava para que as reuniões pudessem acontecer?
- 6) À partir de quando se teve a iniciativa de registrá-las em livros-ata?

- 7) Atualmente, houve mudanças em relação a organização e aos objetivos dessas reuniões? Por quê?
- 8) Qual a contribuição dessas reuniões para a construção da Pedagogia da Educação Infantil na CAS?

ANEXO 3 - MAPA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS



Fonte:

<http://www.prefeitura.unicamp.br/prefeitura/ca/mapa/unidade.html>
(acesso em maio de 2006)

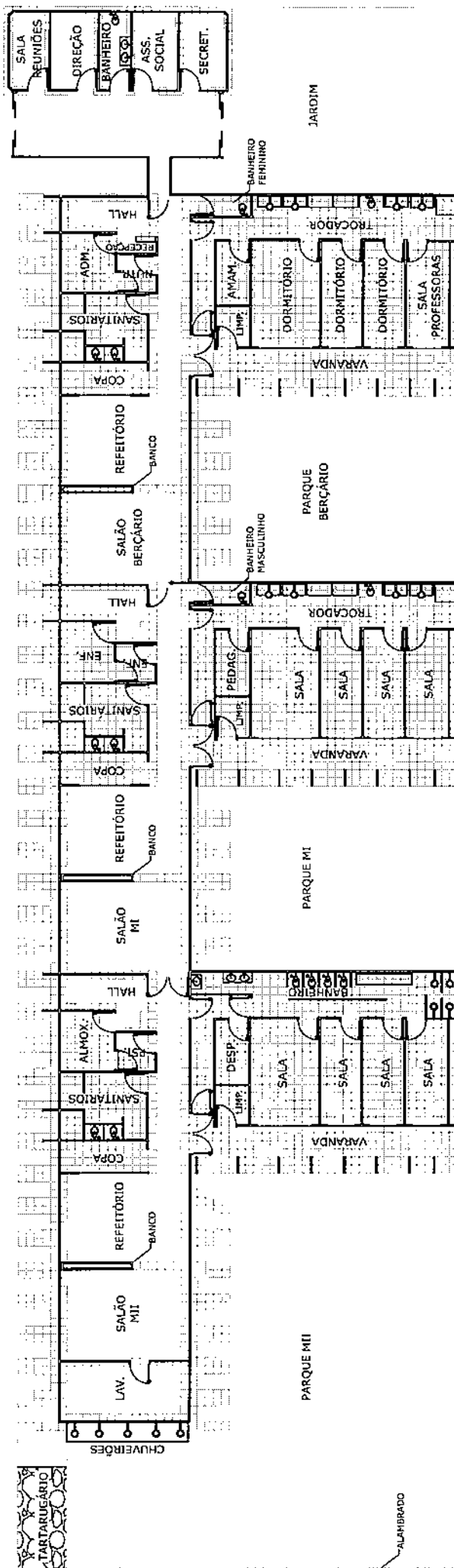
UNIDADES EM ORDEM NUMÉRICA

(01) Observatório à Olho Nú
(02) FEC - Faculdade de Engenharia Civil
(03) FUNCAMP - Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP
(04) ADUNICAMP - Associação dos Docentes da UNICAMP
(05) IC - Instituto de Computação
(06) NEPO / NEPP
(07) FEC - Faculdade de Engenharia Civil
(08) CCUEC / CENAPAD / CGI
(09) Correios e Telégrafos
(10) Comvest - Comissão do Vestibular
(11) CEL - Centro de Ensino de Línguas
(12) IC - Instituto de Computação
(13) IE - Instituto de Economia
(14) FE - Faculdade de Educação
(15) IA - Instituto de Artes - Artes Cênicas
(16) FEC - Faculdade de Engenharia Civil
(17) CCO - Centro de Comunicação
(19) FEM - Faculdade de Engenharia Mecânica
(20) FEA - Faculdade de Engenharia de Alimentos
(21) CECI - Centro de Convivência Infantil - Berçário
(22) IB - Instituto de Biologia
(23) DAC - Diretoria Acadêmica / DCE - Diretório Central de Estudantes / SIARQ
(24) Restaurante Universitário
(25) BC - Biblioteca Central
(26) FEF - Faculdade de Educação Física
(27) CDC - Coordenadoria de Desenvolvimento Cultural (Ginásio Multidisciplinar e Centro de Convenções)
(28) IA - Instituto de Artes
(29) IEL - Instituto de Estudos da Linguagem
(30) IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / NEE - Núcleo de Estudos Estratégicos
(31) IMECC - Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica
(32) IFGW - Instituto de Física Gleb Wataghin
(33) IQ - Instituto de Química
(34) Banespa - Banco do Estado de São Paulo
(35) APG / Ciclo Básico / CMU / SAE / STU
(36) Genética e Evolução - Instituto de Biologia (37) / CBMEG - Centro de Biologia Molecular e Engenharia Genética
(38) FEAGRI - Faculdade de Engenharia Agrícola
(39) Parque Ecológico
(40) CEMIB - Centro de Bioterismo
(41) NMCE - Núcleo de Medicina e Cirurgia Experimental
(42) EDITORA da UNIVERSIDADE /

Laboratório de Habitação / NUDECRI - Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade
(43) FEQ - Faculdade de Engenharia Química
(44) Gráfica Central - DGA
(45) CEMEQ - Centro para Manutenção de Equipamentos
(46) CT - Centro de Tecnologia / ETT - Escritório de Transferência de Tecnologia
(47) FEEC - Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação
(48) NEPAM / Ciclo Básico das Engenharias
(49) IG - Instituto de Geociências
(50) DGA - Diretoria Geral da Administração / Estec / CEPAGRI
(51) Banespa - Banco do Estado de São Paulo
(52) Serviço de Prevenção e Combate À Incêndio (Bombeiro)
(52) Serviço de Vigilância Patrimonial (Segurança)
(53) ASCOM - Assessoria de Imprensa / CEPETRO / NIED
(54) DGRH - Diretoria Geral de Recursos Humanos
(55) GR - Gabinete do Reitor / Pró-reitorias / CORI - Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais
(56) Procuradoria Geral / SG - Secretaria Geral
(57) Extecamp - Escola de Extensão / Prefeitura do Campus
(58) CAS - Creche Área de Saúde
(59) Escola Estadual Físico Sérgio Pereira Porto
(60) PRODECAD-Programa de Interação do Desenvolvimento da Criança e do Adolescente
(61) Almojarifado Central - DGA
(62) HC - Hospital de Clínicas
(63) FCM - Faculdade de Ciências Médicas
(64) CEB - Centro de Engenharia Biomédica
(65) Banespa - Banco do Estado de São Paulo
(66) CAISM - Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher
(67) Gastrocentro
(68) HEMOCENTRO
(69) APA - Ambulatório de Primeiro Atendimento
(70) CECOM/CSS // CIPOI - Centro Integrado de Pesquisas Oncohematológicas na Infância
(71) FCM - Faculdade de Ciências Médicas

*Em negrito unidades localizadas na Área da Saúde

ANEXO 4 - PLANTA BAIXA CRECHE ÁREA DE SAÚDE



ANEXO 5 - EDITAIS DOS CONCURSOS

EDITAL Nº 018/88

O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, através do Departamento de Recrutamento e Seleção, torna pública a lista de inscrições em processo seletivo para o preenchimento das vagas de nível de Pessoal da UNICAMP, conforme consta a legislação vigente.

As inscrições serão recebidas no período de 25 de janeiro a 12 de fevereiro de 1988, das 8:30 às 17:30 horas, no Colegiado Técnico de Recrutamento e Seleção, Rua Cuitzeo, nº 177 - Centro - Campinas.

INSTRUÇÕES GERAIS

- 1- Estas Instruções Gerais regem o Processo Seletivo para admissão de funcionários de nível de pessoal I do quadro de pessoal da UNICAMP, conforme consta a legislação vigente.
- 2- A funcionalidade será preenchida sob o regime de Lotificação nas Leis de Trabalho (CLT), ou de Trabalho Autônomo Estatutário (RESPONTO), a critério da Administração, ambas em Jornada Completa de Trabalho (40 horas semanais).
- 3- Os candidatos aprovados deverão submeter-se a um treinamento informativo, sem caráter eliminatório, com carga horária total de 3 (três) horas, a ser ministrado em única hora e local previamente designados, por Edital.
- 4- Os admitidos deverão sujeitar-se às finalidades específicas do trabalho, exercer suas funções em diferentes locais de Universidade e centro das funções atribuídas, sob regime de rotatividade em períodos diurno, noturno, vespertino, na forma de revezamento ou escala de serviço.

DE INSCRIÇÕES

- 5- São condições de inscrição:
 - 5.1- Para o candidato brasileiro:
 - a) possuir idade de identidade no momento de inscrição;
 - b) estar quitado com a justiça eleitoral;
 - c) quando do sexo masculino, haver cumprido as obrigações para com o Serviço Militar;
 - 5.2- Para o candidato estrangeiro:
 - a) possuir documento de identidade de acordo com a legislação vigente;
 - 5.3- Para todos os candidatos:
 - a) ter idade mínima de 18 anos na data da inscrição e máxima de 35 anos;
 - b) pagar taxa de inscrição;
 - c) possuir Curso de Registro, com habilitação em Pós-Escola ou 2º Grau completo complementado, em experiência comprovada de no mínimo 1 (um) ano, na área;
 - d) Para inscrever-se, o candidato ou seu procurador deverá, no ato de inscrição:
 - 6.1- Apresentar:
 - a) cópia de identidade;
 - b) 2 (duas) fotos 3x4 recentes e iguais;
 - c) comprovante do pagamento de taxa de R\$ 70,00 (setenta e dois cruzeiros);
 - d) fotocópia autenticada ou autenticada do original de:
 - 1- Curso de Registro ou Habilitação em Pós-Escola ou 2º Grau completo complementado por experiência de no mínimo 1 ano na área, comprovada através da Carteira de Trabalho e Previdência Social, com rubrica e experiência ou declaração firmada por autoridade;
 - 2) Assinatura declarando que os dados dos demais documentos apresentados das condições exigidas para a inscrição;
 - 6.2- A aprovação da inscrição dependerá da comprovação, no ato de todas as condições previstas no item 5;
 - 6- No caso de inscrição por procuração, esta deverá apresentar o instrumento de mandato, documento de identidade do procurador e os documentos relacionados no item 5;
 - 7- São São as inscrições recebidas por via postal;
 - 8- Caberá recurso ao candidato contra a não aprovação de sua inscrição, que deverá ser apresentado no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da primeira publicação do instrumento no D.D.E.;
 - 9- O candidato que, convocado para a administração complementar sua inscrição ao Processo Seletivo, atender às todas as condições fixadas no item 5, será eliminado do processo seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração;

DE PROVAS

- 17- O Processo Seletivo será a nível local e constará das seguintes provas:
 - 17.1- Conhecimentos Específicos;
 - 17.2- Inglês;
 - 17.3- Avaliação Psicológica;
 - 17.4- Análise de Currículos;
 - 18- A prova de Conhecimentos Específicos constará de questões de acordo com o programa anexo a ser distribuído no ato de inscrição;
 - 14- A entrevista visa a complementação de dados necessários a seleção;
 - 15- O Avaliação Psicológica visa avaliar fatores necessários ao desempenho da função;
 - 16- Não será permitido ao candidato fazer prova em local diferente daquele que foi estabelecido, sob qualquer alegação.

Fls. N.º 10
Proc. N.º 1587/88
Rub. 607

D.O. 6
No 017
Sec. 5 Fls. 38
Data 25/01/88

DE HABILITAÇÃO DAS PROVAS

- 17- As provas serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos;
- 18- A análise de Currículos será atribuído no mínimo até 20 (vinte) pontos;
- 19- Os pontos atribuídos à análise de Currículos serão considerados exclusivamente para efeito de classificação;

DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

- 20- Será considerado habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos em cada uma das provas;
- 21- A nota final será a média aritmética dos pontos obtidos em cada uma das provas (Conhecimentos Específicos, Entrevista e Avaliação Psicológica) acrescidos dos pontos atribuídos à análise de Currículos;
- 22- Os candidatos habilitados serão classificados de acordo com a nota final;
- 23- Em caso de igualdade de classificação, terá preferência para admissão, sucessivamente, o candidato:
 - 23.1- que obtiver maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
 - 23.2- que tiver maior número de filhos;
 - 23.3- casado;
 - 23.4- de maior idade;
- 24- A admissão obedecerá a rigorosa ordem de classificação;
- 25- O Processo Seletivo terá validade de 01 (um) ano a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado, a critério da UNICAMP, até 04 (quatro) anos;

DE EXCEÇÃO DAS PROVAS

- 26- As provas deste Processo Seletivo serão realizadas na cidade de Campinas, em dia, hora e local previamente designados por Edital no D.D.E.;
- 27- Os candidatos deverão comparecer ao local das provas com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos à hora estabelecida, mantidos no Cartão de Inscrição e documento de identidade;
- 28- Somente será admitido às provas, o candidato que exhibir, no ato, documento hábil de identidade;
- 29- Não haverá segunda chamada para nenhuma das provas, seja qual for o motivo alegado;
- 30- O resultado final das provas será publicado no Diário Oficial do Estado;
- 31- Os candidatos poderão apresentar pedido de revisão de notas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de publicação dos resultados;
- 32- A inscrição implicará um conhecimento das presentes instruções por parte dos candidatos e no comprometimento de aceitarão das condições do Processo Seletivo, tais como aqui se estabelecidas;

DESEMPENHO GERAL

33- A UNICAMP, quando julgar necessário, poderá realizar diligências no sentido de apurar os fatos antecedentes, dos candidatos aprovados, junto às autoridades judiciais;

PROGRAMA

1. Psicologia do Desenvolvimento:
 - Desenvolvimento motor;
 - Desenvolvimento social e moral;
 - Desenvolvimento emocional;
 - Desenvolvimento intelectual;
 - Teorias do desenvolvimento;
2. Didática de Educação Pós-Escolar:
 - Métodos de Ensino;
 - História da Educação;
 - História das diferentes Recuperações Didáticas;
 - Alguns tipos Atividade pedagógica;
3. Literatura Infantil

Fis. N.º 14
Proc. N.º 1389/88
Rub. ps

J.U. E
N.º 015
Seq. I
Fls. 40
Data 23/01/88

- 4. Educação Artística
- 5. Educação Física Infantil
- 6. Nutrição:
 - Alimentação da criança de 0 a 4 anos
- 7. Saúde e Higiene:
 - Hábitos de higiene
 - Patologias mais comuns da criança de 0 a 4 anos
 - Vacinações
 - Segurança e Prevenção de Acidentes
- Bibliografia
- 01. A Arte de Amamentar seu filho
VARELLA - Carlos
- 02. Manual de Pediatria
SILVER K. - Henry e outros
- 03. Manual de Vacinação
Secretaria da Saúde - Est. São Paulo
- 04. Nutrição Dietética
SA - Helde Gandini de
- 05. Prática Pediátrica de Urgência
FIORI - Renato Machado e colaboradores
- 06. O Despertar do Bebê - Práticas de Educação Psicomoto-
ras
LÉVY - Janini
- 07. A Criança em Desenvolvimento
BEE - Helza
- 08. Uma Nova Metodologia de Educação Pré-Escolar
ASSIS - Dely Zucatto Mantovani de
- 09. Piaget e a Pré-Escola
CASTRO - Amélia Domingues de
- 10. Conversando com sua goste de Ensinar
ALVES - Rubem

EDITAL Nº 87/97

Edital 87/97 - A Diretoria Geral de Recursos Humanos, através do Recrutamento e Seleção, torna pública a abertura de inscrições ao Processo Seletivo para preenchimento da função de Recreacionista - nível médio (referência 15 a 25), junto ao Centro de Convivência Infantil e Creche Área de Saúde da UNICAMP. As inscrições serão realizadas no período de 2 a 13-6-97, das 9 às 11:30 e das 13 às 15h30, no prédio III da Reitoria, Campus da UNICAMP, Cidade Universitária Zeterino Vaz, Barão Geraldo - Campinas, onde os candidatos deverão retirar a ficha de inscrição.

INSTRUÇÕES ESPECIAIS: 1- Será providenciado a reserva de até 5% das vagas para pessoas portadores de deficiência, de acordo com a Lei Complementar 683/92.

2- Regime e Jornada de Trabalho A função será preenchida sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em jornada completa de trabalho (40 horas semanais), podendo variar para os períodos diurno, noturno, misto, na forma do revezamento ou escala de serviço.

3- Condições de Inscrição a) ser brasileiro nato ou naturalizado b) ter idade mínima de 18 anos na data da inscrição c) não ter sido demitido por justa causa da Universidade Estadual de Campinas d) possuir na data da inscrição o curso de Magistério ou 2º grau completo com experiência comprovada de no mínimo 1 ano em CTPS que tenha atuado com crianças de 0 a 4 anos. e) pagamento da taxa R\$ 5,00 3.1- Para inscrever-se o candidato deverá apresentar: a) cédula de identidade b) para portadores de deficiência, a declaração do grau de incapacidade que apresenta c) comprovante do pagamento da taxa de inscrição. No caso de inscrição por procuração, devem ser apresentados o instrumento da mandato e documento de identidade do procurador. No ato da inscrição, não serão solicitados comprovantes das condições de inscrição, no entanto, o candidato que não as satisfizer, mesmo que tenha sido inscrito e/ou aprovado, não passará para a fase seguinte, sendo eliminado do Processo Seletivo.

4- Condições de Admissão a) estar apto sem qualquer restrição no exame médico pré-admissional realizado pela UNICAMP b) apresentar a documentação exigida no item 3 do presente edital c) apresentar documentação pessoal completa, conforme relação a ser entregue por ocasião da convocação. A não comprovação de qualquer dos itens acima eliminará o candidato do processo seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis a falsidade da declaração.

5- Das Provas 5.1- O Processo Seletivo será a nível local e constará das seguintes provas: a) escrita b) avaliação psicológica c) entrevista 5.2- O programa da prova escrita será entregue por ocasião das inscrições.

6- Do Julgamento, Habilitação e Classificação a) as provas escrita e entrevista serão avaliadas na escala de 0 a 10 pontos e somente será considerado habilitado o candidato que obtiver nota igual ou

superior a 6 pontos em cada uma das provas b) a avaliação psicológica será usada como subsídio para a entrevista, isto é, elemento de decisão nos resultados na entrevista c) a nota final será a média aritmética dos pontos obtidos em cada uma das provas (escrita e entrevista) d) os candidatos habilitados serão classificados de acordo com a nota final e) em caso de igualdade de classificação, terá preferência para admissão, o candidato que obtiver maior nota na entrevista f) a admissão obedecerá a rigorosa ordem de classificação, após a convocação de todos os candidatos classificados no processo seletivo anterior. O Processo Seletivo terá validade de 1 ano a contar da data de sua homologação, podendo, a critério da UNICAMP, ser prorrogado por igual período.

7- Disposições Gerais a) a prova escrita será realizada no dia 22-6-97, às 8h30, no Colégio Técnico de Campinas, a Rua Culto a Ciência, 177 - Centro - Campinas b) o resultado da prova escrita será divulgado no dia 1-7-97, após às 14:00 horas no Recrutamento e Seleção c) para garantir a imparcialidade nos resultados, a nota dos candidatos habilitados será divulgada somente após a realização de todas as fases do Processo Seletivo, cabendo na ocasião o mesmo direito a revisão de nota da prova escrita d) os candidatos inabilitados poderão solicitar revisão de nota da prova escrita somente no dia 2-7-97, devendo dirigir-se ao Recrutamento e Seleção e) as datas de realização das demais provas serão estabelecidas posteriormente e divulgadas através do edital afixado no Recrutamento e Seleção, somente para candidatos aprovados f) na avaliação psicológica os candidatos deverão apresentar curriculum vitae devidamente comprovado (anexar cópias de certificados, experiência profissional e demais documentos constantes das informações do curriculum), lápis, caneta e borracha g) os candidatos deverão comparecer ao local das provas com antecedência mínima de quinze minutos a hora estabelecida, munidos do protocolo de inscrição e documento de identidade h) o não comparecimento as provas excluirá o candidato automaticamente do Processo Seletivo i) somente será admitido as provas, o candidato que exibir no ato, documento hábil de identidade j) durante a realização das provas não será permitido o uso de BIP de mensagens, telefone celular, etc k) será excluído do Processo Seletivo o candidato que: agir com descortesia em relação aos examinadores e seus auxiliares ou autoridades presentes; for surpreendido durante a realização da prova, comunicando-se com outro candidato, ou utilizando-se de livros, notas ou impressos não permitidos. l) não haverá segunda chamada para nenhuma das provas, seja qual for o motivo alegado m) o resultado final das provas será publicado no D.O. A inscrição implicará no conhecimento das presentes instruções por parte dos candidatos e no compromisso tácito de aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como aqui se acham estabelecidas.

PROGRAMA
RECREACIONISTA

01. Psicologia do Desenvolvimento
 - Desenvolvimento Motor
 - Desenvolvimento Sócio Emocional
 - Desenvolvimento Cognitivo
 - Teorias do Desenvolvimento
02. Didática da Educação Infantil
 - Métodos de Ensino
 - Postura do Educador
 - Utilização dos diferentes Recursos Didáticos
03. Literatura Infantil
04. Educação Artística
05. Educação Física Infantil
06. Nutrição
 - Alimentação da criança de 0 a 7 anos
07. Saúde e Higiene
 - Hábitos de higiene
 - Imunizações
 - Prevenção de Acidentes na Infância
 - Doenças Transmissíveis mais comuns na Infância

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA GERAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL n° 038/2003**

A Diretoria Geral de Recursos Humanos, através da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento, torna pública a abertura de inscrições ao Concurso Público para a função de **RECREACIONISTA** – segmento médio, pela Carreira de Profissionais de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

I - Instruções Especiais

1. o concurso destina-se à preenchimento de vagas, bem como as que por ventura vierem a surgir durante o prazo de validade do concurso junto à UNICAMP;
2. a função/especialidade, unidade/órgão, números de vagas, escolaridade e pré-requisitos estão estabelecidos a seguir:

FUNÇÃO	VAGAS	UNIDADE/ÓRGÃO	ESCOLARIDADE/PRÉ-REQUISITOS
Recreacionista	14	DIRETORIA GERAL DE RECURSOS HUMANOS / CRECHE ÁREA DA SAÚDE - CAS	Segundo Grau Completo; Habilitação para o Magistério; Experiência mínima de 01 ano no trabalho educativo com crianças de 0 a 4 anos em instituição educacional em função compatível, comprovada através de:
	17	DIRETORIA GERAL DE RECURSOS HUMANOS /CENTRO DE CONVIVÊNCIA INFANTIL - CECI	. Para o trabalhador regido pela CLT - Carteira de Trabalho e Previdência Social juntamente com declaração comprobatória da experiência . Para o funcionário público não regido pela CLT - declaração comprobatória da experiência;

3. Ficam reservadas às pessoas portadoras de deficiência 5% (cinco por cento) das vagas para a função em disputa, nos termos da Lei Complementar 683/92.
4. a função será preenchidas sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
5. O salário inicial e a jornada de trabalho estão descritos no quadro abaixo:

UNIDADE/ÓRGÃO	JORNADA SEMANAL	SALÁRIO
Diretoria Geral de Recursos Humanos/Creche Área da Saúde	30	R\$.783,25
Diretoria Geral de Recursos Humanos/Centro de Convivência Infantil	40	R\$.1044,33

6. A jornada de trabalho poderá variar para os períodos diurno, noturno, misto, na forma de revezamento ou escala de serviço.

II - Das Inscrições

1. as inscrições serão recebidas no período de 31/03 a 04/04/2003, das 9:30 às 14:30 horas, no saguão de entrada do Centro de Convivência Infantil/CECI maternal, à Rua Carlos Chagas, n° 301 (próximo ao Pronto Socorro do Hospital de Clínicas) - Campus da Unicamp - Cidade Universitária "Zeferino Vaz" – Barão Geraldo – Campinas/SP;
2. São condições de inscrição:
 - 2.1. ser brasileiro nato ou naturalizado, ou cidadão Português a quem foi deferida a igualdade, nas condições previstas pelo Decreto Federal n. 70.436/72;

- 2.2. ter completado 18 anos de idade;
- 2.3. não ter sido demitido por justa causa da Universidade Estadual de Campinas;
- 2.4. possuir as condições de inscrição estabelecidas na tabela constante no item I.2 do presente edital;
- 2.5. preencher o requerimento de inscrição;
- 2.6. realizar depósito referente ao pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 10,50 na conta BANESPA 0207.43.010005.4, importância essa não passível de restituição.
- 2.7. estar em dia com as obrigações eleitorais e militares, e ter boa conduta; cuja comprovação destes será solicitada quando da convocação para a entrevista.

3. Para inscrever-se o candidato deverá apresentar:

- a) cédula de Identidade;
- b) cópia dos comprovantes das condições de inscrição conforme tabela constante no item I.2;
- d) requerimento de inscrição devidamente preenchido e comprovante do pagamento da taxa de inscrição;
- e) no caso de inscrição por procuração, devem ainda ser apresentados o instrumento de mandato original e cópia do documento de identidade do procurador.

III- Do Deferimento das Inscrições

1. o resultado do deferimento das inscrições será publicado no Diário Oficial do Estado do dia 24/04/2003, em edital afixado no local das inscrições e pela internet (www.unicamp.br/dgrh).

IV – Das etapas

1. O concurso público será a nível local e constará das seguintes etapas
 - a) Prova escrita Objetiva
 - b) Prova Escrita Dissertativa
 - c) Entrevista

V- Do julgamento e pesos das provas

1. julgamento das provas e respectivos pesos:

Provas	Nota mínima para aprovação	Pesos
escrita objetiva	7	1
escrita dissertativa	7	2

2. as provas escritas objetiva e dissertativa versarão sobre conteúdos programáticos constantes no anexo I do presente edital.

VI- Da prestação das provas

1. a aplicação das provas poderá ocorrer em sábados e domingos.
2. a confirmação das datas, horários e locais para realização das provas serão divulgados oportunamente através de editais, a serem publicados em Diário Oficial do Estado, no local das inscrições e internet (www.unicamp.br/dgrh), com antecedência mínima de 5 dias.
3. as questões da prova escrita objetiva serão de múltipla escolha. O candidato deverá assinalar as respostas da prova escrita objetiva na Folha de Respostas, que será o único documento válido para correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas nos cadernos de questões;
4. os candidatos deverão comparecer ao local das provas e da entrevista com antecedência mínima de 15 minutos à hora estabelecida munidos de lápis, caneta azul ou preta e borracha, e somente será admitido às provas o candidato que exibir, no ato, protocolo de inscrição e documento de identidade;
5. O não comparecimento às provas e à entrevista excluirá automaticamente o candidato do Concurso Público;

6. Durante a realização das provas não será permitido o uso de BIP de mensagens, telefone celular, ou similares;
7. Será excluído do Concurso Público o candidato que:
 - agir com descortesia em relação aos examinadores e seus auxiliares ou autoridades presentes;
 - for surpreendido durante a realização da prova, comunicando-se com outro candidato, ou terceiros, utilizando-se de livros, notas ou impressos não permitidos;
 - deixar de atender a qualquer das convocações da Universidade;
8. Não haverá segunda chamada para nenhuma das etapas e/ou provas, seja qual for o motivo alegado;
9. o candidato ao terminar a prova entregará ao fiscal, juntamente com a folha de respostas, seu caderno de questões.

VII Dos Recursos

- 1- Terá o candidato até 2 (dois) dias para a interposição de recursos após a concretização do evento que lhes disser respeito, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente à aplicação das prova ou à divulgação das provas e respectivos gabaritos, compreendendo o deferimento ou indeferimento das inscrições;
- 2- A matéria do recurso será restrita à alegação de irregularidade insanável ou de preterição de formalidade essencial e não terá efeito suspensivo;
- 3- O recurso será dirigido à Comissão Examinadora do concurso devendo ser protocolado na Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento da Diretoria Geral de Recursos Humanos- Prédio 3 da Reitoria, contendo os fundamentos da sua pretensão;
- 4- Não serão aceitos, sob hipótese alguma, pedidos de revisão ou vista de prova, bem como arredondamento de médias, em quaisquer fases do concurso.
- 5- O resultado do recurso será publicado em Diário Oficial do Estado e pela internet (www.unicamp.br/dgrh), no prazo de 5 dias.

VIII. Do Julgamento, Habilitação e Classificação

1. As provas Escritas (Objetiva e Dissertativa), serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos e somente será considerado habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior aos pontos indicados na tabela do item V.1;
2. A entrevista terá efeito classificatório e será atribuído no máximo até 1 (um) ponto;
3. A nota final será a média ponderada dos pontos obtidos nas provas escritas (objetiva e dissertativa), acrescida dos pontos obtidos na entrevista;
4. Os candidatos habilitados serão classificados de acordo com a nota final;
5. em caso de igualdade de nota final, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:
 - 5.1. obtiver maior nota na prova dissertativa
 - 5.3 obtiver maior nota na entrevista
 - 5.4 tiver maior número de filhos dependentes
 - 5.5 casado ou viúvo
 - 5.6 maior idade

IX. Da Convocação e Admissão

1. A convocação obedecerá a rigorosa ordem de classificação.
2. A escolha de vagas será definida por ordem de classificação, tendo o candidato direito de escolher as vagas disponíveis.
3. O candidato deverá:
 - a) gozar de boa saúde física e mental, estando apto sem qualquer restrição no exame médico pré-admissional realizado pela UNICAMP;
 - b) apresentar demais documentos necessários conforme relação a ser entregue ao candidato quando da convocação;

A inexatidão ou irregularidade no atendimento dos disposto nas alíneas acima eliminará o candidato do Concurso Público;

4. O candidato não deverá ocupar cargos públicos ou receber proventos de aposentadoria, ressalvados os cargos acumuláveis previstos no Artigo 37, XVI da Constituição Federal e Decreto n.41.915/97;

5. O candidato será admitido por um período experimental de 90 (noventa) dias, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho da função;

6. O candidato terá 30 (trinta) dias a partir da publicação de seu contrato em D.O.E. para entrar em exercício. O não atendimento do prazo, será considerado como desistência por parte do candidato.

X- Da Comissão Examinadora

1. A Comissão Examinadora é o órgão auxiliar incumbido de processar o certame, cabendo indicar as matérias sobre as quais versarão as provas, deferir as inscrições, formular as questões, realizar as provas escritas e entrevista, aferir os títulos, emitir julgamentos mediante atribuição de notas e apreciar os recursos eventualmente interpostos.

2. Na hipótese de superveniente incapacidade ou impedimento de membro da Comissão Examinadora, a Diretoria Geral de Recursos Humanos, providenciará se necessária a substituição, qualquer que seja a fase do concurso, sem prejuízo dos atos já praticados.

3. A Comissão Examinadora do concurso está assim constituída:

Euryanthe Rossana Heirinch, Magali Aparecida Oliveira Arnais, Margareth Brigante, Suzerley Moreno Ribeiro, Maricélla Rigonatto do Carmo, Teresa Helena Portela Freire de Carvalho, Tânia Maria Coelho Leite, Helenice Lourdes Vitorino, Zilda Maria Gesueli O. da Paz e Maria de Fátima Paiva Imai.

XI- Disposições Finais

1. O resultado final das provas será publicado no Diário Oficial do Estado;

2. O Concurso Público terá validade de 02 (dois) anos a contar da data de publicação do edital de homologação em DOE, podendo ser prorrogado por igual período;

3. Os candidatos não classificados deverão requerer a devolução dos documentos apresentados no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação da homologação do referido concurso público, findo o qual serão inutilizados.

A inscrição implicará no conhecimento das presentes instruções pelos candidatos e no compromisso tácito de aceitação das condições do Concurso, tais como aqui se acham estabelecidas.

ANEXO 1

PROGRAMA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Programa

- A busca por uma pedagogia da infância
- O cotidiano da Educação Infantil
- A Educação Infantil e a organização do tempo e do espaço.
- Crianças com necessidades especiais e a creche.
- Integração família - creche
- O primeiro ano de vida do bebê – principais aspectos do desenvolvimento.
- As fases do desenvolvimento infantil segundo Freud e Piaget.
- Amamentação

- Vacinação na infância.
- Crescimento e desenvolvimento infantil.
- A linguagem como forma de comunicação oral e afetiva.
- O brincar – representação do mundo interno infantil
- Sexualidade, gênero e as relações familiares.
- A socialização e o processo de desenvolvimento.
- A criança e suas necessidades.
- Alimentação – do primeiro ano de vida até a idade pré-escolar.
- Dentição
- Prevenção de acidentes e primeiros socorros na infância
- Doenças mais comuns na infância
- Maus tratos na infância.
- Regulamentação nacional da Educação Infantil
- Estatuto da Criança e do Adolescente

Bibliografia

- Augusto, Marianna. **Comunidade Infantil – Creche**, Guanabara Koogan, 2ª Edição, 1985
- Bee, Helen. **A criança em desenvolvimento**. Ed. Harbra – S.P.
- Bondioli, Anna e Mantovani, Suzana – **Manual da Educação Infantil: de 0 – 3 anos uma abordagem reflexiva** – Porto Alegre, Artmed (1998)
- Brasil (1997). MEC – Coordenação Geral de Educação Infantil – **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília
- Brasil, (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no. 9394/96**
- Brasil, (1998). MEC - Secretaria de Educação Fundamental **Subsídios para o credenciamento e Funcionamento das Instituições de Educação Infantil**. Vol I e II. Brasília.
- Brasil, (1999) **Decreto 3.298/99. Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Texto disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm
- Brasil, Ministério da Educação e Desporto, Secretaria da Educação Fundamental, **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**, Brasília, 1998.
- **Calendário de Vacinas** da Secretaria de Saúde Estadual.
- Carvalho, Alysson et alli . **Saúde da Criança**, Editora UFMG, Belo Horizonte, 2002.
- **Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)**
- Faria, Ana Lucia G.(et alli) **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças**. Ed. Autores Associados. 2002
- Ferreira, Maria Clotilde R., **Os fazeres da Educação Infantil**, Cortez Editora, 1998.
- Kaercher, G. E. P. & Craidy, Carmem Maria, **Educação Infantil: pra que te quero?** Ed. Artmed – Porto Alegre, 2001.

- Kramer, Sônia (1993) . **Com a Pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a Educação Infantil.** SP. Ed. Ática
- Oliveira, Zilma de M. (2000) – **Educação Infantil: muitos olhares.** 4ª edição . SP Cortez Editora
- Santos, Maria Ângela dos Santos, **Biologia Educacional,** Ática, São Paulo, 1995.
- Santos, Santa Marli Pires . **Brinquedoteca – O lúdico em diferentes contextos.** Ed. Vozes..
- Sousa, Ana Lucia Teles de M, Kawamoto, Arlete Florio E.E., Kawamoto, Emilia E., **O neonato, a criança e o adolescente,** EPU, São Paulo, 2001.
- Vasconcelos, José L., Gewandsznajder, Fernando. **Programa de Saúde.** Ática, São Paulo, 1992.
- Zabalza, Miguel. **Qualidade em Educação Infantil.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Campinas, 26 de março de 2003.

Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA GERAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL n° 019/2004

A Diretoria Geral de Recursos Humanos, através da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento, torna pública a abertura de inscrições ao Concurso Público para a função especificada no quadro I.2 de segmento médio, pela Carreira de Profissionais de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão, junto a Creche Área de Saúde/CAS e Centro de Convivência Infantil/CECI – UNICAMP.

I - Instruções Especiais

1. O concurso destina-se à preenchimento de vagas, bem como as que por ventura vierem a vagar durante o prazo de validade do concurso junto à UNICAMP;
2. A função, números de vagas, escolaridade e pré-requisitos estão estabelecidos a seguir:

Função	Nº Vaga	Escolaridade/pré-requisitos
Professor de Educação Infantil	04	Possuir 2º grau completo com habilitação em Magistério.

3. Em virtude do número de vagas na tabela constante no item I.2, não se aplicam ao presente concurso público os dispositivos da Lei Complementar 683/92.
4. A função será preenchida sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
5. A jornada de trabalho poderá variar entre 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, podendo ainda variar para os períodos diurno, noturno, misto, na forma de revezamento ou escala de serviços.
6. o salário inicial da função descrita na tabela constante no item I.2 será definido conforme a jornada de trabalho, na referência inicial da respectiva faixa salarial do segmento médio da Carreira de Profissionais de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão .

II - Das Inscrições

1. As inscrições serão recebidas no período de 08 a 12/03/2004, das 9 às 14:00 horas, no Prédio do Programa de Integração e Desenvolvimento da Criança e do Adolescente - PRODECAD, À Rua Carlos Chagas, nº 351 - Campus da UNICAMP – Cidade Universitária “Zeferino Vaz” – Barão Geraldo – Campinas/SP, onde os candidatos deverão retirar o requerimento para a inscrição.
2. São condições de inscrição:
 - 2.1. ser brasileiro nato ou naturalizado, ou cidadão Português a quem foi deferida a igualdade, nas condições previstas pelo Decreto Federal n. 70.436/72;
 - 2.2. ter completado 18 anos de idade;
 - 2.3. não ter sido demitido por justa causa da Universidade Estadual de Campinas;
 - 2.4. possuir as condições de inscrição estabelecidas na tabela constante no item I.2 do presente edital;
 - 2.5. preencher o requerimento de inscrição;

- 2.6. realizar depósito referente ao pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 12,00 na conta BANESPA 0207.43.010005.4, importância essa não passível de restituição;
- 2.7. estar em dia com as obrigações eleitorais e militares, cuja comprovação destes será solicitada quando da convocação para a entrevista.
- 2.8. ter boa conduta comprovada através do Atestado de Antecedentes Criminais negativo, cuja comprovação deste será solicitada quando da convocação para a entrevista, devendo o candidato observar o prazo para a obtenção do mesmo.**

3. Para inscrever-se o candidato deverá apresentar:

- a) cédula de Identidade;
- b) cópia dos comprovantes das condições de inscrição conforme tabela constante no item I.2;
- c) requerimento de inscrição devidamente preenchido e comprovante do pagamento da taxa de inscrição;
- d) no caso de inscrição por procuração, devem ainda ser apresentados o instrumento de mandato original e cópia do documento de identidade do procurador.

O candidato ou seu procurador são responsáveis pelas informações prestadas no requerimento para inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento daquele documento.

III - Do Deferimento das Inscrições

1. O resultado do deferimento das inscrições será publicado no Diário Oficial do Estado do dia 24/03/2004, em edital afixado no local das inscrições e pela internet (www.unicamp.br/dgrh).
2. O dia, horário e local de realização da prova escrita objetiva será divulgado juntamente com o edital de resultado do deferimento das inscrições.

IV- Dos tipos de provas

1. O concurso público será realizado no campus de Campinas e constará das seguintes etapas:
 - a) prova escrita objetiva
 - b) prova escrita dissertativa
 - c) entrevista
2. As provas escritas objetiva e dissertativa, versarão sobre conteúdo programático constante no anexo I do presente edital.

V- Da prestação das provas

1. A aplicação das provas poderá ocorrer em sábados e domingos.
2. A confirmação das datas, horários e locais para realização das provas serão divulgados oportunamente através de editais, a serem publicados em Diário Oficial do Estado, no local das inscrições e internet (www.unicamp.br/dgrh), com antecedência mínima de 5 dias.
3. As questões das provas objetivas serão de múltipla escolha. O candidato deverá assinalar as respostas da prova objetiva na Folha de Respostas, que será o único documento válido para correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira

responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas nos cadernos de questões;

4. Os candidatos deverão comparecer ao local das provas e da entrevista com antecedência mínima de 15 minutos à hora estabelecida munidos de lápis, caneta azul ou preta e borracha, e somente será admitido às provas o candidato que exhibir, no ato, protocolo de inscrição e documento de identidade;

5. O não comparecimento às provas e à entrevista excluirá o candidato automaticamente do Concurso Público;

6. Durante a realização das provas não será permitido o uso de BIP de mensagens, telefone celular, ou similares.;

7. Será excluído do Concurso Público o candidato que:

- agir com descortesia em relação aos examinadores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

- for surpreendido durante a realização da prova, comunicando-se com outro candidato, ou utilizando-se de livros, notas ou impressos não permitidos;

- deixar de atender a qualquer das convocações da Universidade;

8. Não haverá segunda chamada para nenhuma das provas, seja qual for o motivo alegado;

VI. Dos Recursos

1. Terá o candidato até 2 (dois) dias para a interposição de recursos após a concretização do evento que lhes disser respeito, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente à aplicação das provas ou a divulgação de resultados e gabarito da prova objetiva, compreendendo deferimento ou indeferimento das inscrições;

2. A matéria do recurso será restrita à alegação de irregularidade insanável ou de preterição de formalidade essencial e não terá efeito suspensivo;

3. O recurso será dirigido à Comissão Examinadora do concurso devendo ser protocolado na Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento da Diretoria Geral de Recursos Humanos - Prédio 3 da Reitoria – Campus da Unicamp – Cidade Universitária “Zeferino Vaz” – Barão Geraldo - Campinas, contendo os fundamentos da sua pretensão;

4. Não serão aceitos, sob hipótese alguma, pedidos de revisão ou vista de prova, bem como arredondamento de médias, em quaisquer fases do concurso.

5. O resultado do recurso será publicado em Diário Oficial do Estado e pela internet (www.unicamp.br/dgrh), no prazo de 5 dias.

VII. Do Julgamento, Habilitação e Classificação

1. As provas Escritas (Objetiva e Dissertativa), serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos e somente será considerado habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 6(seis) em cada uma delas, observando a seguinte escala:

- Prova Escrita Objetiva – peso 1

- Prova Escrita Dissertativa – peso 2

2. A entrevista terá efeito classificatório e será atribuído no máximo até 1 (um) ponto;

3. A nota final será a média ponderada dos pontos obtidos nas provas escritas (objetiva e dissertativa), acrescida dos pontos obtidos na entrevista;

4. Os candidatos habilitados serão classificados de acordo com a nota final;

5. Em caso de igualdade de nota final, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

5.1. obtiver maior nota na prova escrita dissertativa

- 5.2. tiver maior número de filhos dependentes
- 5.3. casado ou viúvo
- 5.4. maior idade

VIII. Da Convocação e Admissão

- 1. A convocação obedecerá a rigorosa ordem de classificação.
- 2. O candidato deverá:
 - a) gozar de boa saúde física e mental, estando apto sem qualquer restrição no exame médico pré-admissional realizado pela UNICAMP;
 - b) apresentar demais documentos necessários conforme relação a ser entregue ao candidato quando da convocação;A inexactidão ou irregularidade no atendimento do disposto nas alíneas acima eliminará o candidato do Concurso Público;
- 3. O candidato não deverá ocupar cargos públicos ou receber proventos de aposentadoria, ressalvados os cargos acumuláveis previstos no Artigo 37, XVI da Constituição Federal e Decreto n.41.915/97;
- 4. O candidato será admitido por um período experimental de 90 (noventa) dias, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho da função;
- 5. O candidato terá 30 (trinta) dias a partir da publicação de seu contrato em D.O.E. para entrar em exercício. O não atendimento do prazo, será considerado como desistência por parte do candidato.

IX- Da Comissão Examinadora

- 1. A Comissão Examinadora é o órgão auxiliar incumbido de processar o certame, cabendo indicar as matérias sobre as quais versarão as provas, deferir as inscrições, formular as questões, realizar as provas escritas e entrevista, emitir julgamentos mediante atribuição de notas e apreciar os recursos eventualmente interpostos.
- 2. Na hipótese de superveniente incapacidade ou impedimento de membro da Comissão Examinadora, a Diretoria Geral de Recursos Humanos, providenciará se necessária a substituição, qualquer que seja a fase do concurso, sem prejuízo dos atos já praticados.
- 3. A Comissão Examinadora do concurso está assim constituída:
Márcia Aparecida Pereira da Silva Pinheiro, Suzerley Moreno, Valéria F. Ferreira Bonfim, Lucila Eliana Moreira Sandoval, Euryanthe Rossana Heinrich e Valéria Aguillar Castro.

X- Disposições Finais

- 1. O resultado final das provas será publicado no Diário Oficial do Estado;
 - 2. O Concurso Público terá validade de 02 (dois) anos a contar da data de publicação do edital de homologação em DOE, podendo ser prorrogado por igual período;
 - 3. Os candidatos não classificados deverão requerer a devolução dos documentos apresentados no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação da homologação do referido concurso público, findo o qual serão inutilizados.
- A inscrição implicará no conhecimento das presentes instruções pelos candidatos e no compromisso tácito de aceitação das condições do Concurso, tais como aqui se acham estabelecidas.

ANEXO 1

PROGRAMA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

.CONHECIMENTOS BÁSICOS DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO INFANTIL
.OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA: SAÚDE, PROTEÇÃO, EDUCAÇÃO, LAZER E ESPORTE
.NECESSIDADES NUTRICIONAIS NA INFÂNCIA
.INTEGRAÇÃO FAMÍLIA/CRECHE
.DOENÇAS MAIS COMUNS NA INFÂNCIA
.NORMAS UNIVERSAIS PARA PREVENÇÃO DE DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS
.MAUS TRATOS NA INFÂNCIA
.RELAÇÃO AFETIVA ADULTO/CRIANÇA
.ADAPTAÇÃO, ENCONTROS E DESPEDIDAS NA CRECHE
.ESTRUTURANDO O ESPAÇO FÍSICO NA CRECHE
.FUNDAMENTOS E MÉTODOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

BIBLIOGRAFIA

- 01 -- Educação infantil: fundamentos e métodos - Zilma Moraes Ramos de Oliveira - São Paulo: Cortez, 2002 -
- 02 -- Manual de Educação Infantil: de 0 a 3 anos uma abordagem reflexiva/ Anna Bondioli e Susanna Mantovai - 9ª ed. - Porto Alegre: Artmed, 1998
- 03 - Os Fazeres na educação infantil/Maria Clotilde Rossetti-Ferreira - São Paulo: Cortez, 1998 -
- 04 - Qualidade em Educação Infantil/Miguel ^o Zabalza - Porto Alegre ArtMéd, 1998 - Cap. 3 OS DEZ ASPECTOS-CHAVES DE UMA EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE, CAP. 11 A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
- 05- Referencial curricular nacional para a educação infantil/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental - Brasília: MEC/SEF, 1998. Volumes. 01
- 06 -Referencial curricular nacional para a educação infantil/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental - Brasília: MEC/SEF, 1998. Volumes. 02

- 07 - Referencial curricular nacional para a educação infantil/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998. Volumes. 03
- 08- Saúde da Criança, Alysson Carvalho et al. Organizadores
Belho Horizonte: Editora UFMG; Proex, 2002 –
- 09 – Como e Porque amamentar – José Martins Filho – São Paulo:
SARVIER, 1984 –
- 10 - Estatuto da criança e do adolescente
Lei federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Unicamp inaugura novo espaço físico amanhã

Uma área com 3.000m², ao lado do Hospital de Clínicas, onde passa a funcionar creche, pré-escola e programa de apoio à escolaridade será inaugurada amanhã, às 11 horas na Unicamp. Parte do Programa de Desenvolvimento e Integração da Criança e do Adolescente (Prodecad), o novo espaço físico traz como principal novidade as 360 vagas para creche - que deverá funcionar 24 horas por dia. Na solenidade, além de autoridades locais, está prevista a presença da primeira dama do Estado, Alaide Quércia, também presidente do Fundo Social de Solidariedade do Estado - um dos três membros do convênio Prodecad.

O Prodecad existe desde 87. Envolve esforços comuns da Unicamp, através de sua Pró-Reitoria de Extensão, do Instituto de Reabilitação de Campinas (Ircamp) e do Fundo de Solidariedade do Estado. O seu coordenador (como presidente do Ircamp) é o médico Reginaldo Zaccara de Campos.

Pré-escola e apoio à escolaridade já são oferecidos pelo Prodecad. A pré-escola funciona desde julho de 87 - na rua 7, Cidade Universitária - e vai continuar oferecendo as mesmas 100 vagas para crianças de três a sete anos. O Programa de Apoio à Escolaridade, funcionando precariamente nas antigas instalações da Faculdade de Engenharia Mecânica (FEM), atende 270 crianças. São, como as da pré-escolas, basicamente filhos de funcionários.

A creche

A nova creche, que deve estar em funcionamento dentro de 15 a 30 dias, tem características especiais. A enfermeira Rioko Tsuda Bellintani, sua coordenadora, informa que deve atender até 360 crianças de dois meses e meio até três anos. Por enquanto se processa a seleção dos filhos de funcionários. "A procura é satisfatória. Dá para atender a todos", diz Rioko, esclarecendo que o número de vagas ainda é maior do que a procura.

A creche funcionará em três turnos - manhã, tarde e noite. Para este último ainda depende da demanda, já que não há o perfil definido. Nesses casos estão filhos de fun-

cionários do HC, Caism e Faculdade de Medicina. O turno da noite funcionará das 19 às 7 horas. A seleção das crianças estará pronta até meados de abril.

Três blocos compõe a nova creche, além de toda infraestrutura. Esses blocos, assim como os demais, foram construídos com tecnologia do Laboratório de Habitação do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade (Nudecri). Para atender a sua demanda, a creche do Prodecad terá 50 recreacionistas, três enfermeiras, dois terapeutas ocupacionais, três psicólogas (para estes dos cargos as vagas estão em aberto, por falta do concurso), assistente social e pedagoga.

No momento há o treinamento das recreacionistas. Além disso, o atraso na entrega de móveis - pelo Plano Colô - e os últimos retoques na área construída impediu o funcionamento normal.

Pré-escola e Apoio

O Prodecad atende basicamente filhos de funcionários. Na Pré-Escola eles são 100. Nas novas instalações vão ocupar cinco salas de aula. O atendimento fica por conta de cinco professoras em tempo integral, dez monitoras, um psicólogo e um pedagogo.

Já o Programa de Apoio à Escolaridade visa tirar das ruas do campus filhos de funcionários - de sete a 12 anos - que estudam em Barão Geraldo. Normalmente eles estudavam em um período e ficavam ociosos no outro, aguardando a hora de ir embora com os pais. No programa de manhã para quem estuda à tarde e vice-versa - tem ajuda para as lições de casa e dúvidas que surjam, bem como aulas de educação artística e educação física.

Para essa atividade foram reservadas cinco salas. Há, ainda, quatro professores, dois de educação artística, uma psicóloga e uma pedagoga. No planejamento do Prodecad, segundo Reginaldo Zaccara, ainda constam uma oficina profissionalizante - para pessoas acima de 12 anos - e outro edifício para atendimento médico, odontológico, psicológico e social. As novas instalações do Prodecad, a serem inauguradas segunda-feira, ficam à rua Carlos Chagas, ao lado do HC.

ANEXO 7 – REGIMENTO INTERNO DA JORNADA DE EDUCADORES DA UNICAMP

Capítulo I - Das Finalidades

Artigo 1. - A Jornada de Educadores da Unicamp tem a finalidade de:

Parág. I - Refletir, avaliar e aprimorar técnicas, condutas e comportamento que possam contribuir para o melhor desenvolvimento físico, psicológico e intelectual da criança.

Parág. II - Promover o debate e a reflexão de temas relacionados a criança, família e educador .

Parág. III - Proporcionar intercâmbio e troca de experiência entre profissionais que atuam na área de educação e cuidado infantil.

Parág. IV - Desenvolver a concepção de educador à todos os servidores que atuam nos serviços educativos da Unicamp, independentemente da função que exerçam.

Capítulo II - Das Organizações

Artigo 2. - A Jornada de Educadores da Unicamp é uma promoção do Centro de Convivência Infantil de Campinas, Creche Área de Saúde, Prodecad, EMEI Unicamp, CEPRE e DAB

Parág. I - A Jornada de Educadores da Unicamp poderá contar com o apoio de outras unidades e patrocinadores diversos.

Artigo 3. - A Jornada de Educadores da Unicamp, será coordenada pôr uma Comissão Organizadora constituída por Presidente, Vice- Presidente e Coordenadores das Subcomissões, com duração de 1 ano, desde o início do ano corrente até a eleição da próxima Comissão Organizadora da Jornada seguinte.

Parág. I - A coordenação geral do evento está a cargo da Presidente e Vice-Presidente da Comissão Organizadora.

Parág. II - A Comissão Organizadora será constituída por representantes dos órgãos promotores do evento.

Parág. III - A Jornada constará com as seguintes subcomissões:

- Subcomissão de Secretaria e Finanças;
- Subcomissão de Divulgação e Recepção;
- Subcomissão Científica e Relatório Final.

Parág. IV - A Comissão Organizadora é um órgão consultivo, deliberativo e responsável pela coordenação geral do evento .

Artigo 4. - A Jornada de Educadores da Unicamp, reger-se-a por este Regimento Interno, aprovado pela Comissão Organizadora, que o Revisará quando necessário no início dos trabalhos de cada Jornada

Capítulo III - Das Participações

Artigo 5. - Poderão inscrever-se para a participação da Jornada de Educadores da Unicamp todos os servidores que atuam nos serviços educativos da Unicamp.

Parág. I - Pessoas ligadas à Área de Educação na Unicamp.

Parág. II - Pessoas e as Instituições indicadas pela Comissão Organizadora.

Artigo 6. - Os membros da Comissão Organizadora estarão isentos da taxa de inscrição.

Capítulo IV - Das Competências

Artigo 7. - Compete à Comissão Organizadora:

- I - Responder pelo atendimento e direção geral dos trabalhos;
- II - Constituir as Subcomissões;
- III - Avaliar o programa apresentado pela subcomissão Científica e submeter a aprovação de todos os integrantes da organização da Jornada;
- IV - Aprovar o Regimento Interno da Jornada;
- V - Definir e aprovar o plano orçamentário;
- VI - Aprovar o Relatório Final do evento.

Artigo 8. - Ao Presidente da Comissão Organizadora compete:

- I - Cumprir e fazer cumprir o Regimento;
- II - Convocar e presidir as reuniões da Comissão;
- III - Abrir a sessão inaugural e de encerramento;
- IV - Contactar com as unidades envolvidas garantindo a realização da Jornada;
- V - Assinar certificados e documentos necessários.

Artigo 9. - Ao Vice-Presidente da Comissão Organizadora compete:

- I - Colaborar com o Presidente no desempenho de suas funções;
- II - Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos.

Artigo 10. - À Subcomissão de Secretaria e Finanças compete:

- I - Elaborar documentos como ofício, carta convite e outros;

- II - Arquivar todos os documentos relativos ao evento ;
- III - Providenciar arrecadação de verbas para o evento;
- IV- Receber e administrar os recursos financeiros;
- V - Movimentar junto com o presidente e/ou outro membro a conta bancária;
- VI - Montar o serviço de secretaria no local do evento;
- VII - Realizar as inscrições;
- VIII - Apresentar documentos comprobatórios da arrecadação e despesas, bem como o Balancete Final e Avaliação geral;
- IX - Elaborar em conjunto com a Comissão Científica Folder e livro de Resenha;
- X - Elaborar material gráfico para divulgação do evento, encaminhando à Comissão de Divulgação e Recepção;
- XI - Criar modelos de pastas, crachás, folders, cartazes, livro resumo e certificados;
- XII - Providenciar e acompanhar a impressão gráfica dos itens acima.

Artigo 11. - À Subcomissão Científica e Relatório Final compete:

- I - Definir junto à Comissão Organizadora, o conteúdo a ser contemplado no evento e a forma do desenvolvimento dos trabalhos;
- II - Fazer contato com conferencista, assegurando junto a ele a definição da temática, seu currículo, a resenha, os honorários e os recursos audio visuais necessários;

III - Encaminhar à subcomissão de Secretaria e Finanças, dados para emissão de cartas convite, correspondências e solicitações de recursos audiovisuais necessários;

IV - Elaborar normas para apresentação de trabalhos de temas livres;

V - Elaborar normas para seleção e premiação dos trabalhos de temas livres;

VI - Encaminhar à Subcomissão de Secretaria e Finanças, os dados assegurados para a confecção do folder e caderno de resumos;

VII - Promover a execução do programa, assegurando o cumprimento dos trabalhos e a composição das mesmas.

Artigo 12. - À Subcomissão de Divulgação e Recepção compete:

I - Fazer a divulgação da Jornada de Educadores da Unicamp junto as unidades interessadas em participar, apoiar e divulgar o evento;

II - Providenciar a divulgação do evento com material enviado Pela subcomissão de secretaria e finanças;

III - Providenciar a divulgação e cobertura do evento na imprensa escrita e falada;

IV - Realizar levantamento de lanchonetes, restaurantes, pontos comerciais e culturais, próximos ao local do evento;

V - Providenciar atividade cultural para a abertura da Jornada;

VI - Organizar momentos de animação durante o evento;

VII - Providenciar o coffee-break;

VIII - Providenciar a decoração e sinalização do local;

IX - Providenciar a recepção e traslado dos palestrantes e convidados;

X - Manter um plantão permanente de informações durante o Evento, junto a secretaria.

Capítulo V - Da Ordem dos Trabalhos

Artigo 13. - Os trabalhos serão desenvolvidos da seguinte forma:

I - Sessão de Abertura;

II - Palestras;

III - Mesa Redonda;

IV - Oficinas;

V - Temas livres;

VI - Encerramento.

Artigo 14. - A mesa dos trabalhos será composta por:

I - Apresentador;

II - Expositor .

Artigo 15. - Compete ao apresentador da mesa dos Trabalhos:

I - Abrir a sessão;

II - Coordenar os debates;

III - Concluir o trabalho.

Capítulo VI - Das Disposições Gerais

Artigo 16. - A Comissão Organizadora poderá alterar a ordem dos trabalhos se necessário.

Artigo 17. - O saldo financeiro será destinado para a realização do próximo evento.

ANEXO 8 – TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DAS ENTREVISTAS

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA FEITA COM EX-PEDAGOGA DO CECI E ATUAL DIRETORA DOS PROGRAMAS EDUCATIVOS EM 07/06/2006

ASSUNTO: “Jornada de Educadores”

PESQUISADORA – Então eu queria que você começasse falar sobre a origem das Jornadas...

ENTREVISTADA – Ok. É... assim, na verdade nós pensamos a Jornada num momento que nós estávamos juntos... é, CECI e Creche Área da Saúde e... nós estávamos indo participar de um encontro de formação num momento onde a Secretaria da Criança em São Paulo fazia alguns encontros e a gente pouco acesso tinha porque era longe, tinha uma problemática de horário que dificultava a participação... então, íamos poucas pessoas daqui. E... nós pensamos que nós podíamos fazer algumas oficinas, é... algo que fosse maior do que nós então fazíamos lá dentro que era, assim, cada um fazendo dentro do seu órgão, pra poucos funcionários e... em alguns horários específicos, que era quando a gente conseguia é... juntar o pessoal pra oficina e pra palestra e pra estudo, tal... Então veio a idéia da junção dos Programas que naquele momento eles ainda estavam em... é, subordinados a órgãos diferentes. Foi exatamente o momento da junção, é... numa unidade só.

PESQUISADORA – Que foi na PREAC¹²⁵?

ENTREVISTADA – Foi na PREAC. Foi... quando a gente idealizou a Jornada, tava começando a se falar numa subordinação única na PREAC.

PESQUISADORA – E o CECI tava subordinado a que órgão?

ENTREVISTADA – À Coordenadoria de Serviços Sociais.

PESQUISADORA – E a CAS?

ENTREVISTADA – A CAS ao HC...

PESQUISADORA – Ahn, tá...

ENTREVISTADA – E o PRODECAD, então já estava na Pró-Reitoria porque o PRODECAD começou como um convênio ligado à Pró-Reitoria de Extensão. É... e aí nós então começava a ver que número nós tínhamos de funcionários, era um número muito grande, mas existia uma restrição de horário. É... os horários, é... interessantes pro CECI eram diferentes dos horários da CAS, e justamente por conta do atendimento à Área da Saúde, a rotina diferenciada das crianças e tudo... É... e aí chegamos à conclusão que nós podíamos fazer um evento maior, onde as pessoas pudessem se rodiziar pra participar. É... então saiu a primeira... o primeiro formato da Jornada, que eram dez oficinas e palestras, né... Sempre uma no período da manhã e outra da tarde, pegando a semana toda... e a idéia era que a cada duas profissionais, elas se revezassem, uma iria de manhã outra iria à tarde segundo o seu interesse nos temas. Foram pensados cinco temas mais práticos, que teriam o esquema de oficina mesmo, e cinco temas, é... por palestras, assim...

PESQUISADORA – Mais teóricos...

ENTREVISTADA – Mais teóricos. É... nós tivemos a princípio uma colaboração desse pessoal da Secretaria da Criança. É... porque também não tínhamos verba, não estávamos preparados, é, nem planejados pra um custeio disso, então, tudo aconteceu sem dinheiro, na base da boa vontade, com a participação de profissionais que já estavam ligados aos Programas Educativos. É... e assim aconteceu por alguns anos e

¹²⁵ Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.

cada ano, então, a gente foi repensando é... o que que tava acontecendo, como as pessoas estavam participando, é... essa questão da saída do... é... da sala né, do grupo de crianças pra poder participar, como é que a gente conseguia dar suporte pra isso. Existia um envolvimento de todos os profissionais, o grupo técnico, o grupo de apoio, todo mundo, pra que as recreacionistas na época pudessem se afastar dos grupos né.

PESQUISADORA – E tinha alguma recreacionista, assim, que não participasse porque não quisesse?

ENTREVISTADA – Tinha...

PESQUISADORA – Tinha?

ENTREVISTADA – Tinha porque de fato é... não era ainda algo implantado, né... a questão da formação e na época nós tínhamos um grupo bastante diferenciado ainda né... um pessoal que hoje até já tá aposentado, que veio de outras funções, que não tinha o objetivo da Educação. É... em 91, na verdade nós já tínhamos os concursos de recreacionistas, mas tínhamos um grupo antigo que não entrou como recreacionista na creche...

PESQUISADORA – Sim.

ENTREVISTADA – Eram as atendentes ainda, as antigas atendentes. É... e isso era muito questionado por elas se ia ter algum proveito ou não, né... se a universidade ia de alguma forma recompensá-las pelo esforço de estudar...

PESQUISADORA – Em salário...

ENTREVISTADA – Então, se isso teria algum retorno a nível de carreira, era o pensamento básico né... E na verdade a Jornada era parte de um pensamento nosso de formação, de um profissional da educação que nós víamos que é... seria formado aqui dentro, então...

PESQUISADORA – Pra melhorar a qualidade do trabalho... né...

ENTREVISTADA – Sim. E a sua formação profissional e individual, né... nós estávamos criando um novo profissional, assim como a história da Educação Infantil no Brasil tava mostrando isso, né... E o que que nós enquanto equipe, enquanto política de atendimento da universidade, a gente podia tá planejando pra isso né...

PESQUISADORA – Eu acho interessante que essa iniciativa, assim, pelo que você tá falando, demonstra que vocês já tinham a idéia de que esse profissional que trabalhava nas creches era um profissional que deveria vir da área da Educação...

ENTREVISTADA – Sim...

PESQUISADORA – Isso mesmo da LDB... mesmo antes da LDB...

ENTREVISTADA – Antes da LDB...

PESQUISADORA – É, que exigiu qual seria a formação mínima né...

ENTREVISTADA – Mas na verdade já existia um processo histórico pra isso, né...

PESQUISADORA – Sim, é...

ENTREVISTADA – Já vinha se transformando a idéia, mas não existia o fato em si. Então nós começamos a pensar em termos práticos o que que a gente estaria fazendo pra formação desse profissional. Nós sabíamos que essa formação ia acontecer aqui dentro, né, em serviço, também...

PESQUISADORA – Sim...

ENTREVISTADA – Ela demandaria... é... a questão da formação é... superior, ou até em magistério antes ou, como aconteceu, a nível médio, mas é... essa era uma parte só, nós tínhamos que pensar na formação desse profissional aqui dentro. Que era a mudança de pensamento mesmo, **a sensibilização pra necessidade de estudar, de conhecer mais** [grifos meus], é... tanto que os temas a princípio... eles eram muito mais diretos, né... é... pra prática, é... da professora, do que pra sua formação individual, é... a nível de sensibilização mesmo, de motivação pra que elas “Ah, isso eu faço... Então eu vou...”

né... e aí aos poucos a gente foi introduzindo outros temas que eram temas mais da formação do profissional, pra que ele refletisse, buscasse e através disso desencadeasse outros processos, entendeu? É, porque a gente, na verdade, também tinha que se preocupar em motivar esse profissional a participar, não era obrigatório, nunca foi né... é... e era difícil, porque você tinha que abandonar o grupo, a gente tinha que ter todo um suporte pra poder fazer o rodízio né... as crianças estavam todas ali, é... não era assim simplesmente “Ah, eu vou, estou saindo...” e pronto, entendeu? Eu não quero ir, ainda é difícil ir, é... “Ah, não, é melhor eu ficar”. A gente ouvia isso de muita gente. E a frequência foi aumentando aos poucos. Quando nós percebemos que as pessoas estavam de fato interessadas, e aí todo mundo falava “Ah, mas eu tenho que escolher...”, “Ah, eu queria ir de manhã também...”, aí nós começamos a pensar que isso precisava mudar de formato, né... E aos poucos nós fomos entrando... é, chegamos a usar o período da noite, chegamos ao sábado de manhã, é... pra ter alguns momentos do grupo todo junto, pensando na integração, na discussão de alguns temas onde todo mundo pudesse participar ao mesmo tempo. É... e também, a questão de você não ter que... é... ta escolhendo, que isso era a grande reclamação né... É “Ah, eu tenho que abrir mão de algumas coisas...”, tal... é...

PESQUISADORA – E quando teve essa coisa de... ser à noite ou aos sábados, tinha alguma, é... algum retorno pra elas, uma remuneração, ou uma folga... tinha alguma coisa nesse sentido? Por elas estarem participando fora do horário de trabalho?

ENTREVISTADA – Não.

PESQUISADORA – Não?

ENTREVISTADA – Não. Remuneração nunca... é... eu acho que em algum momento, nós chegamos a considerar o sábado hora de trabalho... eu não me lembro disso exatamente... mas em termos de compensação de horas. É... que de fato as pessoas estavam se dedicando ao seu trabalho naquele horário.

PESQUISADORA – Sim...

ENTREVISTADA – É... mas também vimos que o sábado era complicado, porque nós tirávamos essas pessoas de uma rotina particular e pessoal, né... E também era complicado pra gente em termos de infra-estrutura, porque a gente não podia utilizar o campus no sábado, até a situação de ônibus era menor, então... nós tivemos que ir pro centro da cidade, era lá na Prefeitura, no Salão Vermelho da Prefeitura. É... muito em função disso, que a gente não tinha infra-estrutura aqui dentro e... nós usamos o sábado porque nesse período nós conseguimos fechar os Programas um dia na sem... no ano, que era a sexta-feira da Jornada. Então nós usamos a quinta à noite, a sexta o dia todo e o sábado. É... com pouco tempo depois a universidade já vinha reconhecendo a Jornada e aí se nós tínhamos a grande motivação das professoras já em participar, ainda não era professoras né...

PESQUISADORA – Recreacionistas...

ENTREVISTADA – Eram recreacionistas... é... nessa hora nós solicitamos pra passar pra dois dias dentro da semana. Foi quando a gente começou a dar esse outro formato...

[Nesse momento o pessoal do sindicato passa lá fora – estávamos na sala da Entrevistada, na Diretoria dos Programas Educativos – falando no alto-falante. Estávamos em período de campanha salarial na UNICAMP]

ENTREVISTADA – Vai competir comigo... com o alto-falante... é...

PESQUISADORA – Então os objetivos das Jornadas eram mesmo estar contribuindo pra essa formação né... pro profissional, pra ta melhorando a qualidade do trabalho... pra estar atualizando mesmo...

ENTREVISTADA – Ta... eu acho que é maior do que melhorar a qualidade de trabalho, né... porque a gente não estava preocupado só com o fato imediato do retorno no trabalho. Naquele momento nós sabíamos que a gente precisava investir naquele profissional, na sua formação, numa mudança de pensamento, é... na definição de uma linha de trabalho, né... Porque também, infelizmente na educação, assim, a gente tem várias linhas e cada um pode ir por um lado. É... e nós estávamos buscando voltar esse nosso trabalho... é... pra algo que de fato mostrasse o que era a construção da Pedagogia da Infância né, a gente estava começando a fazer isso, aí a gente já tinha cinco ou seis anos de Jornada né... porque isso, cada ano era um aprendizado, era repensar tudo que aconteceu, como foi, como foi a participação, é... o quanto a gente conseguia atingir, porque ainda assim era pouco tempo. É... a gente tinha também o objetivo de integrar essas pessoas, porque eram profissionais é... que não se viam durante o ano todo, né... você pega as recreacionistas de uma creche com as recreacionistas da outra, com as professoras do PRODECAD, eram pessoas que não se viam simplesmente...

PESQUISADORA – Sim...

ENTREVISTADA - ... e que trabalhavam com a mesma criança e que na verdade estavam é... em Programas que deveriam ser uma unidade, que até então não eram. Foi aí que a gente foi é... construindo, né... a nossa, a nossa linha de trabalho, a nossa política de atendimento.

PESQUISADORA – Tentando unificar assim né...

ENTREVISTADA – É... então, ao mesmo tempo que a gente tinha como objetivo a formação do professor, ele servia de base pra gente como análise cotidiana ali do que... é... de como nós estávamos construindo essa unidade, né... Foi a passos lentos na verdade, foi uma construção concreta, né...

PESQUISADORA – Sim...

ENTREVISTADA – Aconteceu mesmo... os serviços começaram cada um com objetivos diferentes, subordinados a um órgão diferente, e essa aproximação, ela veio do dia-a-dia, ela não veio assim porque alguém chegou e falou “Olha, agora vocês fazem parte disso daqui... vão trabalhar deste jeito”, né... foi uma coisa que foi se aproximando, e a gente pedindo, a gente é... no dia-a-dia transformando algumas coisas e solicitando algumas mudanças superiores, então é... foi uma aproximação bem a passos lentos, mas foi acontecendo de verdade, eu acho que é um processo que a gente ainda está passando, se a gente for pensar nisso né... A própria construção hoje de um Projeto Político Pedagógico, que envolva todos os programas, né... eu acho que preservando a individualidade de cada um, na faixa etária e no seu ritmo de trabalho, nós temos algumas diferenças básicas ainda, em relação ao horário, à clientela, né... o nosso usuário ele está também dividido, né... e o PPP precisa respeitar isso, mas só o fato de hoje a gente poder pensar na construção de um documento único, é... estar aí registrando o que a gente tem feito nos últimos quinze anos, pelo menos...

PESQUISADORA – É... e sobre... assim... o nome “Jornada de Educadores”, você sabe....

ENTREVISTADA – Então, você sabe que depois que eu conversei com você eu fiquei pensando nisso, por que que a gente pôs Jornada... né... [Suspira] Eu me lembro dessa discussão, a gente na mesa falando em encontro, em jornada, em congresso, em conferência, fomos lá pegamos o dicionário “Que que isso queria dizer?”, entendeu? É... eu me lembro de várias coisas do não “Por que não congresso?”, “Por que não...” um monte de coisas aí, “Por que não encontro?”, mas porque que nós ficamos exatamente na Jornada, era algo que, acho que passava idéia assim de um... Ah, não consegui achar uma palavra, por isso que eu fiquei ... ahn... depois que eu falei com você eu fiquei pensando, pensando... e eu não acho a similaridade, é... Jornada é uma coisa de

empenho, de... que tem a ver com a formação em serviço, que tinha a ver com encontro, mas não era só encontro, que tinha a ver com evento, com congresso, mas não era só um congresso... Porque tinha a ver com a Jorn... com o serviço, entendeu? Então várias coisas fizeram com que a gente voltasse pra esse nome “Jornada”, né... então foi a primeira, foi a segunda, é... e sempre, assim, voltado pra dentro. Num determinado momento a gente teve uma procura muito grande dos profissionais que estavam perto da gente, que eram os profissionais da rede municipal aqui em Campinas, é... da rede privada que está aqui a nossa volta, que teve um momento que eles é... assim... praticamente descobriram a gente como ponto de referência, é... e das cidades que tão muito perto aqui no Estado de São Paulo, da rede municipal. Então, nós tentamos abrir e... e aí nós percebemos que mudou o caráter um pouco. A gente tinha um ganho com isso, que era a interação com os outros...

PESQUISADORA – Conhecer outras realidades...

ENTREVISTADA – Conhecer outras realidades, poder falar um pouco do que a gente faz, tanto que nós começamos com uma apresentação de trabalhos, cada ano a gente inventava uma coisa diferente tudo, é... por conta disso... e o que eles podiam trazer pra gente também. Mas, perdeu um pouco da questão da integração entre os nossos...

PESQUISADORA – Sim...

ENTREVISTADA – Foi aí que nós pensamos que nós podíamos fazer isso a cada dois anos. E que colocaram junto o Encontro de Aprimoramento, que esse sim ia retomar essa questão da integração e da formação do nosso profissional, porque foi exatamente nesse período que a gente teve a grande mudança da nossa equipe de trabalho, né... todo o pessoal contratado foi embora e nós tivemos então os concursos né, de professor...

PESQUISADORA – Com exigência de formação...

ENTREVISTADA – É. Com a exigência da formação específica, então houve uma mudança no quadro, a gente precisava retomar essa questão da integração, porque existia muita gente nova no nosso quadro. E... e aí nós pensamos nessa questão do aprimoramento. Então esse ano a gente não tem Jornada e vai ter o II Encontro...

PESQUISADORA - ... de Aprimoramento...

ENTREVISTADA - ... de Aprimoramento, que a gente já pensou que podia ser diferente, então esse ano o Encontro de Aprimoramento ele começou lá em fevereiro né, que foi um almoço, foi um sábado, outro sábado, com as reuniões de integração, que tão trazendo um aspecto teórico de estudo também, mas elas têm de fato é... a idéia de reunir o grupo, e esse grupo poder se conhecer pra discutir o que faz, o que acredita, né... como trabalha e tal. Nós estamos procurando, né... eu falo, cada encontro é uma... é um ponto, eu falo “Não, dessa vez a gente não conseguiu atingir tal coisa”, “O que que a gente pode fazer diferente?”, “Então no próximo sábado vai ser em outro lugar, vai ser com outro formato” e... e aí a gente vai ponderando e avaliando o quanto a gente está conseguindo atingir, né...

PESQUISADORA – Isso de acontecer esses encontros, é... cada dia num lugar, numa das instituições é pro pessoal conhecer...?

ENTREVISTADA – É proposital, é...

PESQUISADORA – É mesmo?

ENTREVISTADA – É...

PESQUISADORA – Ah, isso é legal... Bom, sobre os recursos, você falou no começo que no início não tinha, né, recurso, e assim... pelo levantamento que eu fiz nas pastas que eu peguei do CECI, eu vi que tem algumas coisas lá que indicam que foram feitas algumas solicitações de doações, de patrocínio...?

ENTREVISTADA – Então, na verdade nós começamos a trabalhar com zero. Menos um...

[Risos]

ENTREVISTADA – É... não existia orçamento previsto pra isso. É... alguns anos depois, nós consegu... eu acho que quando a universidade reconheceu, né... esse encontro, o pagamento dos palestrantes e o trânsito dos palestrantes e tudo... Então a universidade que arcava com esse custo, mas já planejado, né.

PESQUISADORA – Então é destinado? A universidade destinava uma quantidade em dinheiro pra isso?

ENTREVISTADA – Pra isso...

PESQUISADORA – Mas pelo o que eu vi lá não dava...

ENTREVISTADA – Nunca deu...

[Risos]

ENTREVISTADA – Nunca deu porque também a gente sempre tem é... os nossos sonhos maiores do que é... os limites financeiros atingem, né? É... e aí nós saímos em busca de outras vias... Então, nós temos um grupo trabalhando pra cada Jornada e um grupo específico que vai atrás de patrocínio, né. É... também, recentemente, a gente já não faz isso sozinhos, a gente faz isso através da DAB, então... a universidade através da DAB está nos ajudando a encontrar esses patrocinadores, né... é... mas é sempre... é sempre curto né... A gente consegue um tanto, mas “Ah, e se nós fizéssemos também...”

[Risos]

PESQUISADORA – Por que a DAB?

ENTREVISTADA – Porque a DAB é... ela é a parte que faz... é... os benefícios e tem as parcerias com o pessoal de fora.

PESQUISADORA – Ah...

ENTREVISTADA – Então é através deles é que a gente atinge é... alguns parceiros da universidade que têm é... chance de fazer a sua propaganda através é... do nosso evento, né... E... de alguma forma contribui num projeto educativo, né... então, aí nós já tivemos instituições financeiras, é comerciais e tudo... é... livrarias, colaborando conosco. E algumas outras coisas menores até que... é... assim... desde um supermercado pra doar um café... é... os biscoitos, né... que nós vimos também que esse era um momento de encontro, então, se você for ver os registros você vai perceber que existe também um grupo em paralelo sempre pensando em como tornar esse encontro aconchegante...

PESQUISADORA – Sim...

ENTREVISTADA - ... né... uma lembrança, um coffee break diferente, uma camiseta, uma pastinha, é... no sentido de... até retomar uma coisa que nós pensamos... quando a gente montou a primeira Jornada pra outubro... a gente falava em valorização, em presente, era pra ser um presente pro profissional, né... é...

PESQUISADORA – Pela questão do dia do professor em outubro... que você já comentou...

ENTREVISTADA – É... no sentido de valorizar mesmo a questão do profissional. Aquele momento em especial era importante que a gente conseguisse sensibilizar as pessoas em relação a isso, né... que nós távamos buscando a criação de uma nova carreira, né... e tinha muito esse lado, vamos dizer assim “Bom, uma pastinha não é o que o professor precisa, né”... não, não é. Não é mesmo. Mas é um aconchego, é um... é algo diferente, assim.

PESQUISADORA – E dá essa cara de congresso também, né...

ENTREVISTADA – É...

PESQUISADORA - ... porque geralmente tem, né, esses cadernos de resenha, tem os bloquinhos, as canetas... É... sobre a questão dos temas não estarem voltados só pra Educação Infantil, porque tem os outros programas também, que é o PRODECAD, o Sérgio Porto... mas, você vê que tem contribuições dessa mistura de temas, assim... ou,

não sei... ou não? Não tem? Você acha que isso leva a escolarizar as práticas... na creche?...

ENTREVISTADA – Então, na verdade a idéia nunca foi trazer a escolarização, porque a nossa... mesmo pensando no atendimento das crianças maiores, né, até catorze anos, a gente vai pegar praticamente a educação não-formal, porque o PRODECAD ele não está preocupado com a escolarização, né, esse não é o objetivo dele. É... nós temos também a escola e o ... a EMEI, né, que são os dois convênios, mas até em número de pessoas, número de participantes, são um grupo muito menor. Então nós tínhamos, assim, que concentrar é... na grande maioria, dentro dos nossos aí, em média, trezentos funcionários, né... é o ... a grande maioria vinha das creches e do PRODECAD. É... o atendimento de zero até catorze e o que que isso traz em comum na formação do professor, né... esse era o nosso pensamento, né... tanto em termos de necessidade como de interesse, porque... a gente estava preocupado também com a questão da motivação do professor em participar, em se formar... é... e respeitando alguns momentos da história. Acho que existiu mesmo uma influência maior em alguns momentos, existiam alguns temas que eram é... explosivos, né... e que estavam na boca de todo mundo, então nós tivemos aí um momento onde a grande discussão era a criança aidética na escola, né... o que que isso mobilizava o professor... é... nós não podemos deixar de discutir isso, nós também fomos atrás de trazer as pessoas que trabalhavam é... com esse tema pra discussão com nossos professores. Então, é... acho que tem a questão é... temporal da história, né, na formação, mas também teve alguns temas que foram é... pontuais em termo de tempo, né... é... as pessoas mesmo diziam “Ah, nós não vamos falar sobre tal coisa?”, “Vamos procurar!”, “Vamos procurar pra saber quem é que sabe falar pra gente sobre isso”. Então, é... eu tenho uma coisa marcada pra mim, eu não sei até que ponto as pessoas percebem isso, acho que de um... é... em algum tempo nós focamos muito na questão do desenvolvimento neurológico, é... pra mim foi uma questão temporal...

[Interrompemos a entrevista porque a entrevistada foi atender o telefone]

PESQUISADORA – Você estava falando da... dos temas das palestras... que no início dava ênfase ao desenvolvimento...

e– Ah tá, agora eu lembro. Então, eu acho que teve alguns tempos bem definidos, assim... é... eu não me lembro de todas agora, mas eu... assim... tenho isso marcado pra mim, que num determinado momento nós chegamos mesmo a falar “Gente, hora da virada!”, é... “Agora nós temos que ir por outro caminho”. E tinha muito isso de ter discussões momentâneas, né... é... e aí nessa virada também a gente foi procurar outras coisas... houve um momento mais individualizado, assim... onde a gente tentava atingir individualmente o professor, é... que aquilo tivesse um foco nele, né... mas... aí começamos a fazer as fichas de avaliação, né, que... é tabular os dados pra ver o que é que tinha melhor aceitação e tudo, né... E é contraditório porque às vezes a gente fala assim “Nossa, esse cara foi genial!”, né...

PESQUISADORA – E elas não gostaram...

ENTREVISTADA - ... aí a gente olha a avaliação foi péssimo. É... e tem outro que a gente fala assim “Credo, esse cara foi superficial demais. Ele brincou o tempo todo”... e você olha pra avaliação todo mundo amou, né... Então aí a gente percebe que nem tudo é o objetivo da formação... e... é... informação, né... Porque nós tivemos algumas pessoas que foram geniais no seu conteúdo, mas que de repente não tem carisma na fala né... que foram super criticados. E ao contrário, nós tivemos gente que a gente falava

assim “Oh, se peneirar não sai nada, não sobrou nada da palestra”, mas naquele momento o povo amou, delirou né, foi uma coisa assim...

PESQUISADORA – Parece que elas gostam mais desses palestrantes que mexem bastante com elas, com o lado emocional, né?

ENTREVISTADA – Porque o professor tem essa característica também do envolvimento emocional, né... na sua profissão.

PESQUISADORA – Você acha que pode ter alguma coisa a ver é... porque em um momento, enquanto elas eram recreacionistas, é... elas não tinham a formação, não tinham uma vivência numa universidade, e talvez esses palestrantes que não tinham esse envolvimento, assim... fossem esses de universidade, que tivesse uma... não sei, uma dinâmica diferente... será que alguma coisa... tem alguma coisa a ver?

ENTREVISTADA – Então, eu já cheguei a pensar nisso e a refletir um pouco sobre... se é uma característica própria do nosso grupo. Mas se você for parar também pra pensar nos congressos que você frequenta lá fora, as salas lotadas são as salas de quem te toca, quem mexe com você... e nem sempre tem um bom conteúdo, mas ele segura você pelo envolvimento com a profissão, né... é... eu me lembro assim muito claramente de um professor do Rio, né... da PUC do Rio, é... ele fez assim – acho que vale a pena até você ir buscar essa fita pra assistir – nós estávamos na maior sala, ele chama Audir Bastos.

PESQUISADORA – Hummmmm

ENTREVISTADA - ... é... nós estávamos na maior sala do Centro de Convenções, acho que tinham quatrocentas cadeiras, a sala estava lotada, as outras salas estavam vazias.

PESQUISADORA – Ahn...

ENTREVISTADA – Tinha gente de pé, saindo pelas portas, é... e ele fez várias atividades no meio da fala dele, assim... ele pediu pras pessoas levarem até folha de bananeira! Que ele fez uma orquestra com as folhas de bananeira lá dentro. É... mas se você puxar o fio, assim, é... ele não trouxe um conteúdo novo pra ninguém. Ele mexeu basicamente com o seu envolvimento com a profissão, não é nem com as crianças, com a profissão, é você professor, né. Ele foi crítico, ele foi chato, ele foi inadequado em alguns momentos, é... mas... eu quero que você veja a reação das pessoas na imagem. Foi algo fora de sério! Entendeu? As cri... a avaliação tem os dois lados, tem a crítica severa em cima dele, porque em algum momento ele foi até irônico, né, em relação à profissão do professor, não à nossa aqui, mas à profissão de uma maneira geral, é... mas ele mexeu com a emoção do professor, não é com a emoção de cada um, mas ele falava exatamente do profissional, entendeu? É... e... especialmente naquele ano nós fizemos essa avaliação, é... como é que a gente traz alguns acadêmicos tão bons e com conteúdo tão recheado e... é... e assim, era muito o que a gente queria e deu muito certo, e você olha na sala a sala tinha quarenta pessoas, cinquenta pessoas, no máximo, quando a gente esperava duzentas, duzentos e cinquenta. É... nós tivemos Jornadas, assim, pra oitocentas pessoas... então as salas deveriam estar todas cheias... e nem sempre essas pessoas conseguiam atingir... então, é muito do momento, eu acho... é... do grupo, sem dúvida, mas tem a ver com uma postura pessoal aí, tem uma relação com... com a sala de aula, com o envolvimento com as crianças que nem sempre a pessoa que está na academia consegue fazer essa ponte, né.

PESQUISADORA – É a questão da teoria e prática, né...

ENTREVISTADA – É...

PESQUISADORA – É... você lembra quando começaram essas avaliações com as... com os participantes? Porque pelo que você falou não foi desde o início...

ENTREVISTADA – Não foi no começo... Foi pra quinta ou sexta... eu acho que um ano antes de surgir o logo, né... porque quando nós fizemos o logo, nós fizemos um concurso sobre o logo...

PESQUISADORA – É... eu ia perguntar...

ENTREVISTADA – É... que foi quando apareceu a meia coruja aí da história... é... e nesse momento a gente estava dando uma grande virada a nível de estrutura, porque nós tínhamos um suporte maior da universidade... é... e eu acho que um ano antes nós fizemos a primeira ficha de avaliação.

PESQUISADORA – Ta... já que você falou do logo, que teve concurso, tudo... Por que que foi escolhido uma coruja?... Você se lembra?

ENTREVISTADA – Nós fizemos uma comissão pra avaliação dos... dos participantes aí desse concurso. E... e entre os desenhos que entraram, é... ele foi escolhido. Eu não participei desse processo. É... não sei te dizer porque esse e não os outros... nem me lembro quais eram os outros. Mas... a coruja tem essa simbologia da educação né... e... eu acho que foi significativo naquele momento, que foi a virada, né... se você pegar todo o nosso material entre a quarta e a sexta jornada, você vai perceber a grande diferença de infra-estrutura, de posicionamento, de palestra. É... foi ali que a universidade de fato reconheceu o que estava acontecendo, né... e deu condições pra gente seguir em frente. A gente estava já com uma maturidade maior pra poder criar algumas coisas e... mas porque a coruja eu não sei... acho que por conta dessa simbolização da educação... que hoje ela já não é mais exatamente igual como ela começou, né...

PESQUISADORA – Sim...

ENTREVISTADA - ... é... o logo foi se transformando também com a entrada de pessoas ligadas aí a questão da arte visual e tal, ela [a coruja] não é mais igualzinha ao que era na sexta, quando ela entrou...

PESQUISADORA – Ahn... eu não consegui é... achar...

ENTREVISTADA – Achando o material da exposição você vai achar.

PESQUISADORA – É... voltando à questão da participação de outras instituições, das prefeituras, das escolas privadas... eu... é... no levantamento eu vi que teve uma abertura pra apresentação de trabalhos, mas que só o pessoal daqui que apresentou... nas comunicações orais ou nos painéis... eu vi que tinha alguns trabalhos de estudantes da Faculdade de Educação... mas só daqui, não dessas instituições. Não era aberto pra eles?

ENTREVISTADA – Não era.

PESQUISADORA – Ah ta...

ENTREVISTADA – Porque o nosso objetivo era priorizar o nosso grupo. E nós tínhamos um problema de espaço, porque é... usando o Centro de Convenções a gente não tinha é... como ampliar esse espaço da apresentação de trabalhos, então, por uma questão de número, nós fomos fechando pros nossos, né... Teve um ano que a gente abriu bem pros alunos da Faculdade de Educação, tanto que nós pegamos vários trabalhos de conclusão de curso e tal, porque a gente sentia essa necessidade da aproximação com a faculdade, muito em função da busca da educação formal aí pro pessoal... pros nossos professores... é... mas nós nunca abrimos pra fora.

PESQUISADORA – Ta... Bom, eu acho que assim... pra finalizar... o que você viu... ahn... você disse que foi uma construção a passos lentos, mas você vê resultados hoje? Você vê que teve essa mudança de pensamento, a mudança nas práticas... O que essas Jornadas contribuíram pra... pra construção da Pedagogia da Educação Infantil aqui pra UNICAMP? Nos Programas Educativos...

ENTREVISTADA – Nossa, eu vejo muito! É... pra mim hoje os Programas são... assim, ele estão representando essa transformação, acho que especificamente a carreira do professor de Educação Infantil é um registro disso, né. Quando eu pude ver o grupo todo passando a ser professor de Educação Infantil e não mais recreacionista, então... eu achei que a gente estava concretizando essa busca, né. Acho que é uma busca contínua, ela não acabou e ela não vai acabar né, isso faz parte aí do nosso processo de educação.

Acho que a formação vai estar sempre presente no dia-a-dia do professor. A gente está tentando é... até organizar isso de maneira mais sistemática ainda, né... que a universidade possa nos estar oferecendo outras coisas mais facilmente, né... sem a dificuldade tanto de horário... pro futuro... mas, até pela motivação das pessoas em buscar a sua própria formação, eu vejo esse resultado, né... nosso grupo de trabalho hoje é muito diferente do que é... há quinze anos atrás. Eu acho que isso é um... assim... não é um resultado das Jornadas, mas a Jornada foi uma parte do nosso processo de transformação, né...

PESQUISADORA – Contribuiu, né...

ENTREVISTADA – Muito... eu acho que sim.

PESQUISADORA – Então está bom. Muito obrigada Eury, pela suas contribuições.

ENTREVISTA REALIZADA VIA-EMAIL COM UMA DAS PEDAGOGAS DA CRECHE ÁREA DE SAÚDE (CAS)-UNICAMP

ASSUNTO: Reuniões Pedagógicas

1. Qual a origem das reuniões pedagógicas na CAS?

Desde o surgimento da CAS houve reuniões de módulo. Inicialmente essas reuniões eram conduzidas pela supervisora do módulo que nessa época era as enfermeiras para Berçário e Maternal I e Pedagogas para o MII, isso não nos isentava (Pedagogas) de participar das reuniões do B e MI porém o foco era direcionado pela área que supervisionava, sendo que os assuntos giravam entre informações administrativas, organização do módulo e temas pertinentes de formação ligado às áreas. Com o tempo, e a visão da nova direção (Valéria) que embora seja da mesma área da anterior (Ryoko) possibilitou uma distribuição diferenciada de supervisão: pedagogo do período e enfermeiro do período. Isso modificou a dinâmica das reuniões de uns 5 anos até hoje para o MII e 3 anos para os berçários e MI. Começamos a trabalhar em equipe e não por área. As reuniões de caráter pedagógico vieram em consequência de melhorar a formação do educador de creche.

2. Quais eram os objetivos iniciais dessas reuniões?

Era a formação em serviço, porém tínhamos um grupo em que 2 ou 3 pessoas com nível superior Pedagogia e 3 ou 4 magistério, nesse período estávamos com vários tipos de contratos de trabalho: Unicamp, Funcamp, temporário, estagiário, bolsista. Todas estavam na qualificação de Recreacionistas. Havia um saber cristalizado, Foi aí que percebemos que para o cuidar o conhecimento adquirido era através de procedimentos. E todas faziam muito bem, no entanto quando se tratava do educar principalmente nessa faixa etária (pouca literatura na época também) a questão era mudar a concepção pois, o educar é mais subjetivo que o cuidar, ou seja todo mundo entende de educação principalmente de educação na primeira infância. Será que oferecendo uma atividade pedagógica estávamos construindo uma pedagogia da infância, baseado em que modelo? Uma vez que todos tinham sua concepção do que era ser uma creche e educador de creche.

Com a entrada de um grupo novo concursado com formação maior achávamos que conseguiríamos atingir o objetivo de construir uma pedagogia da infância. Ao mesmo tempo a mudança de nomenclatura de recreacionista para professora atuaria para melhorar a visão do grupo. Isso não ocorreu, apesar da escolaridade ser maior e do comprometimento que a denominação professora proporciona o grupo que chegou

troux também outras concepções sobre o que é o educar na creche, baseados em modelos do ensino fundamental, do que conheceram na prática das escolas maternas particulares e dos estágios da academia/ Universidade. Ou seja, precisávamos trabalhar as concepções de criança, bebê, infância, educação infantil, atividade pedagógica, família, creche de Universidade, cuidar e educar indissociável etc...

3. Que temas/assuntos eram tratados?

Os assuntos eram esses acima porém, foi abrindo espaço para as pessoas falarem o que pensam sobre isso que começamos a perceber o mosaico de concepções que tínhamos em mãos. E quais seriam aquelas que fariam parte da pedagogia da infância que estávamos construindo agora não somente um grupo Os educadores, mas todos os funcionários.

4. Em que horário elas aconteciam?

Nos mesmo horários que foram as reuniões: durante o horário de trabalho.

5. Como a creche se organizava para que as reuniões pudessem acontecer?

Inicialmente sem cobertura de módulo posteriormente fomos conscientizando da importância desses momentos e ao mesmo tempo preservar as atividades cotidianas das crianças sendo que um módulo precisava cobrir outro para que essas reuniões se efetivassem.

6. A partir de quando se teve a iniciativa de registrá-las em livros-ata?

A partir do momento que o registro foi instituído na creche como um instrumento de trabalho do educador.

7. Atualmente, houve mudanças em relação a organização e aos objetivos dessas reuniões? Por quê?

As mudanças foram proporcionar um espaço de reunião para as professoras do módulo discutirem e refletirem sobre seu planejamento/ projeto. Prioridade na leitura de textos proporcionando uma reflexão com a prática pedagógica do educador. Porém os objetivos de formação continuada e em serviço com o foco nas concepções dos sujeitos envolvidos com a prática pedagógica da CAS continuaram como meta principal.

8. Qual a contribuição dessas reuniões para a construção da Pedagogia da Educação Infantil na CAS?

Para a construção de uma Pedagogia da infância em uma unidade de educação infantil todos os sujeitos direta ou indiretamente relacionados com prática educativa devem e necessitam ser ouvidos, seus saberes devem ser registrados, sua prática precisa ser reflexiva e constantemente reconhecemos que a construção é conjunta, onde se soma, multiplica olhares e saberes com um fim /objetivo comum a qualidade de vida das crianças que estão sob nossa responsabilidade/ formação. Afinal formamos pessoas e ao mesmo tempo nos formamos como seres humanos.

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA FEITA COM UMA DAS PROFESSORAS DA CAS EM 19/06/2006.

ASSUNTO: Curso ministrado pela Profa. Dra. Ana Lúcia Goulart de Faria -- "Simplesmente Complexa: a Pedagogia na primeira etapa da Educação Básica".

PESQUISADORA – Vamos lá Roberta... Desde quando você participa do grupo “Simplesmente Complexa”?

ENTREVISTADA – Olha, eu não participo assim... não participei todos os anos, né. Teve... teve semestre que eu interrompi. Mas, acho que o meu primeiro certificado... é do ano de dois mil.

PESQUISADORA – Dois mil?

ENTREVISTADA – Dois mil.

PESQUISADORA – Mas, antes disso você já participou? Esse foi o primeiro ano que você conseguiu o certificado porque você participou de todos os encontros ou não?

ENTREVISTADA – Não, esse eu acho que foi o primeiro semestre mesmo que eu participei. No ano de dois mil.

PESQUISADORA – Você ficou sabendo do curso através da faculdade ou através do CECL, da CAS?

ENTREVISTADA – É que na época eu fazia o curso de Pedagogia, né? Então é... foi na faculdade, com a Ana Lúcia.

PESQUISADORA – E... qual que é a dinâmica dos encontros? Eu sei que eles acontecem uma vez por mês... são todos os meses?

ENTREVISTADA – Isso. Eles são um encontro então por mês, né. É feito um calendário antecipadamente. Geralmente a gente faz o calendário no final de um semestre pro próximo semestre. E os encontros são aos sábados... nas manhãs de sábado, na Faculdade de Educação.

PESQUISADORA – Ta... E como que é a dinâmica desses encontros... é... que tipo de recursos a Ana utiliza... é... como que... tem algum debate, uma discussão... é uma aula expositiva... o que que acontece?

ENTREVISTADA – Ah, esses encontros, eu considero que eles são assim... eles são dinâmicos, tem uma diversidade de atividades, por quê? Às vezes acontecem de irem pessoas convidadas falar sobre determinados temas, voltados à Educação Infantil, né? Então essas pessoas ahn... às vezes vão falar do seu tema de pesquisa e levam material pra serem expostos ou discussão de um filme, ou de... levam vídeos também. E, no caso da Ana, ela trabalha temas, assim, né, diferentes dentro da Educação Infantil e leva bastante material pra gente, isso que eu acho interessante, assim... então ela, até... em alguns encontros ela tem trazido... ahn... materiais da Itália, né... o que ela vem mostrar pra gente é bastante interessante porque, assim, material que a gente não encontra aqui, é isso que eu considero... muita coisa... são coisas que ao mesmo tempo você fala que são simples, mas que a gente não vê aqui... Luciane...

PESQUISADORA – É porque eles estão num outro momento, né... de... nessa questão da Educação Infantil...

ENTREVISTADA – Isso. Eu acho que é isso mesmo. Eles estão, assim, na frente mesmo, né... Então é uma... você vê assim que tem uma preocupação na elaboração do material, né... são coisas assim... então a Ana levou uma vez, não sei se você já conhece, uma caixa com doze livros pequenininhos...

PESQUISADORA – Ela comentou uma vez...

ENTREVISTADA – né... e esses livros, eles são assim, são feitos de diversos materiais, né... mas não é aquela coisa do livro história escrita, né... mas, é... são livros... é difícil explicar, só vendo mesmo! Ai você fala “Poxa, que coisa interessante!”, né... que pra criança às vezes acaba tendo muito mais sentido do que só esse livro que a gente está habituada a trabalhar no dia-a-dia...

PESQUISADORA – ... com imagens...

ENTREVISTADA - ... com imagens, com escrita... mas isso é um dos [materiais], né...

PESQUISADORA – Ela leva sempre?

ENTREVISTADA – É, no último encontro até, que foi agora em... foi agora no mês de...

PESQUISADORA – De junho?

ENTREVISTADA – ... de junho... acho que foi no começo de junho, é... ela levou, assim, muita coisa assim que na última viagem dela, muito material, assim, muita coisa legal, que o bom seria se a gente tivesse isso, assim... mas só que não tem né... mas é muita coisa...

PESQUISADORA – E... eu ouvi outras pessoas comentarem que ela trabalha com filmes, também... com vídeos...

ENTREVISTADA – Isso. Ela traz filmes pra gente, então... o que eu acho interessante é que os filmes eles são de diferentes nacionalidades, né... e que vão trabalhar com uma determinada concepção de infância... nem sempre é aquela assim que você fala “Não é essa concepção que eu tenho”, mas é legal porque levanta discussão: qual a concepção de infância que está por trás? Né... então ela já... já apresentou filme iraniano, acho que filme francês também... outros filmes que aí você... a gente faz discussão sobre os filmes, assim... documentário também já foi mostrado pra gente...

PESQUISADORA – Pra fazer refletir mesmo...

ENTREVISTADA – Isso.

PESQUISADORA – E... você acha que esse... você participar do grupo traz alguma contribuição pro seu trabalho com as crianças? Na creche... Pra construção dessa Pedagogia da Educação Infantil?

ENTREVISTADA – Eu acho que traz, porque, assim, pra mim, mesmo eu tendo terminado o curso de Pedagogia, principalmente por ter terminado o curso e... assim... está distante, não estar estudando mais, não estar ligada à academia, o curso me possibilita isso... ter esse contato... né... essa... manter então o vínculo. Porque eu acho que se a gente fica só no dia-a-dia, só no cotidiano, é muito mais fácil você reproduzir, né... reproduzir coisas, assim... do que você é... ter idéia nova, estar pensando em fazer coisas diferentes. Então eu acho que o curso... ele é fundamental por causa disso, porque você leva cutucão quando você vai no curso, porque aí você fala assim “Poxa vida, é justamente o que acontece comigo no dia-a-dia... o que eu faço”, né... Eu reproduzo, eu acho, muitas vezes... e você vai lá no curso e ele serve pra isso, pra estar é... te fazendo refletir, te fazendo pensar do quanto a gente ainda tem muito que estar aprendendo mesmo, que estar produzindo na Educação Infantil e não só reproduzindo.

PESQUISADORA – Bom, eu acho que é mais ou menos isso, mesmo. É... não sei... você tem alguma outra informação que você considere relevante, que possa me ajudar?...

ENTREVISTADA – Eu acho assim que... o curso é uma possibilidade, né... ainda mais que agora ele está... é... a Ana Lúcia ampliou mais, mas assim inicialmente ele foi... foi criado pra então estar atendendo as funcionárias das creches da UNICAMP, né...

PESQUISADORA – Ele foi criado pra aqui, então, pras pessoas daqui?

ENTREVISTADA – Isso... foi... e aí muitas pessoas acabaram se afastando com o tempo. Mas eu acho assim, que ele é sim... ele é uma... é uma porta pra gente estar tendo... ahn... estar tendo essa... como que eu posso dizer... contato mesmo com tanta coisa que está sendo produzida na área e que se a gente não vai buscar, a gente fica parada no tempo, é isso que eu acho. A gente fica parada no tempo... ahn... não se questiona, se você para de estudar... se você não fica atenta ao que está acontecendo por aí você acha que é assim, então você só tem que no seu cotidiano reproduzir... e eu acho que o que é muito fácil na Educação Infantil... a gente estar fazendo coisas que vem muito mais a estar sendo sinônimo de escolarização do que realmente estar fazendo coisas que são interessantes pras crianças... sabe, que tem significado pra essas crianças,

né, pra essa faixa etária. Que eu acho que muitas vezes isso: a gente faz coisas mas que aí eu fico pensando “Qual o significado que tem pra eles?”, “Se eu não tivesse feito isso... que diferença faria?”, porque eu acho que tem coisas... tem práticas, tem atividades que faz diferença, e eu acho que tem muita coisa que não faz diferença você fazer ou não fazer. E aí que é uma coisa que a Ana Lúcia fala o tempo todo, que é a intenção: “Qual a intenção naquilo que você tá fazendo?”, né... se não tiver a intenção.

PESQUISADORA – Se bem que nessa construção, né... tem muita coisa que a gente faz e que não dá certo, né... e eu acho que isso faz parte mesmo desse processo.

ENTREVISTADA – Não... faz parte, mas eu acho que quando você faz você tem uma intenção. Por exemplo, eu posso ter uma intenção, faço uma coisa, quando eu faço eu vejo: “Não, não funcionou”, “A minha intenção era tal”... e de repente assim, fazer “Ah, eu vou fazer isso”, mas eu não sei aonde eu quero chegar, eu não tenho objetivo ali, né? Porque eu acho que... que o que acontece... se a gente trabalha é... sem intencionalidade, você fazer as coisas “Ah, está bom... fiz, fiz... foi bom, não foi bom...”, mas eu não sei aonde eu quero chegar, né? E eu não vejo assim... que que isso surtiu na criança, como a criança é... respondeu a isso. Porque quando eu não tenho “Ah, a criança faz aquilo – também eu não sabia onde eu queria chegar – Ah, então está bom... está feito, acabou”, né? É por isso... é isso que eu acho legal no material que a Ana tem, porque assim... você vê que a pessoa que criou aquilo, gente, ela realmente ela estava pensando em criança! Ela estava pensando em criança... porque você pega um livro, que o livro... se você começar ele de trás pra frente, né... ou da maneira padrão, ele vai ter sentido, né... ou se você vira ele assim de ponta cabeça, você “não, ele não está de ponta cabeça”, ele também... a criança vai conseguir ler aquilo ali. Então você vê você fala “Puxa, que coisa!”... que ao mesmo tempo é simples, mas teve um cara que parou pra pensar nisso... um cara ou uma cara!... que parou pra pensar nisso, né.

[A bateria do gravador acabou, perdi uma parte do que a entrevistada falou. Após trocar a bateria, retomamos a conversa...]

PESQUISADORA – Tem mais alguma coisa, assim... que você acha que...

ENTREVISTADA – Pra falar sobre o curso, especificamente?

PESQUISADORA – É, sim.

ENTREVISTADA – Ah, o curso hoje ele ampliou, né... eu acho que o interessante... nesse sentido, eu acho que foi bastante interessante, a... Ana Lúcia ter aberto o curso, por quê? Inicialmente, então, eram as funcionárias das creches da UNICAMP, depois ela ampliou pras professoras da rede de Campinas e agora tem professoras da... de outras redes também...

PESQUISADORA – De outras cidades?...

ENTREVISTADA – Isso... né... na área de Educação Infantil e também pra quem é do Ensino Fundamental, das séries iniciais. Então, acho que o interessante é isso né, quando você tem a realidade de professora de uma outra etapa estar fazendo, né, essa... essa discussão... Agora que eu não sei te dizer bem hoje como é que está isso, a frequência... mas eu lembro que a Ana Lúcia tinha aberto sim pra professoras de primeira série, por exemplo, pra elas estarem também tendo a oportunidade de estarem... assim... é... fazendo a discussão sobre essa outra concepção de Educação Infantil, não a Educação Infantil enquanto uma etapa preparatória para a escola, mas essa outra concepção que discute a Educação Infantil como esse momento mesmo da criança...

PESQUISADORA – De viver o presente, a infância...

ENTREVISTADA – É... de viver o presente, não essa coisa preparatória, mas ao mesmo tempo esse viver a infância, ele... como é que eu posso dizer... tem uma intencionalidade na Educação Infantil, né? Que é essa coisa, não é aquela alfabetização tradicional, digamos assim, mas como eu posso estar oportunizando às crianças um processo de letramento na Educação Infantil, né... sem estar... sem eu ter que colocar a criança necessariamente numa cadeirinha e dar papel e dar lápis e já ficar, né, ensinando, assim, da forma tradicional, mas através do contato com... com... materiais mesmo, né, através do ambiente, “Que ambiente que eu to proporcionando pra essa criança?”, “O que que esse ambiente tem?”, né, “O que que eu oportunizo pra ela... quando eu preparo um ambiente...”, porque, assim, você pode estar possibilitando, então, essa vivência pra criança, mas não daquela forma tradicional, né... e essa criança pode estar... estar... assim... ampliando mesmo os seus conhecimentos... ahn... vivenciando uma cultura onde ela tenha contato... ahn... com esses elementos, então, que ela vai futuramente estar vendo de uma outra forma, mas de como que eu posso trabalhar isso na Educação Infantil? E quais as formas?

PESQUISADORA – Essa questão das professoras das séries iniciais de fundamental, talvez seja aquilo que a Ana fala muito da Pedagogia do 0 a 10, né?

ENTREVISTADA – Isso.

PESQUISADORA – E... no nosso grupo a gente teve pessoas que estavam pesquisando as crianças de primeira série e que... teve uma colega nossa que ela falou que ela estava querendo falar sobre essa questão da criança de primeira série, ela querer ver a diferença entre as crianças que vieram do pré e das que não freqüentaram o pré. Porque tem uma cobrança, né, das professoras em relação a isso.

ENTREVISTADA – Isso. Essa cobrança vem de... da criança... eu acho que tem uma cobrança forte, realmente da criança estar alfabetizada, né, mas eu acho... assim... que a grande questão é que você vê a diferença da criança que freqüentou a Educação Infantil, né, em relação à fala, à expressão, né... é... e... e... como ela chega, assim, se relacionando com mais facilidade mesmo, né?

PESQUISADORA – Sim...

ENTREVISTADA - ... diferente de uma que não teve essa... essa experiência aí. Agora eu também acho que não dá pra deixar de se considerar o... a cultura dela, a cultura familiar, aí tem outros aspectos também que vão acabar influenciando, né, como um todo. Mas eu acho assim que a criança que freqüentou a Educação Infantil, creche, pré-escola, ela traz toda uma bagagem que, né, isso fica nítido mesmo.

PESQUISADORA – E você considera que a vinda dessas pessoas de outros lugares, da rede... não só da rede de Campinas, mas de outras redes, contribui pras discussões?...

ENTREVISTADA – Ah, contribui. Contribui sim porque aí você ouve, né, um pouquinho da realidade de cada... de cada rede, né... as dificuldades... ahn... o que tem, o que não tem, então isso... isso é bom, serve de referência pra gente também.

PESQUISADORA – É uma troca também, né, de experiência... Então tá Roberta, eu acho que é isso. Brigadinha!

[Eu e a entrevistada continuamos conversando depois da entrevista – aparentemente – ter terminado, então ela lembrou de algo que poderia contribuir com a minha pesquisa e pediu que eu voltasse a gravar]

PESQUISADORA – Fala então...

ENTREVISTADA – Olha, a partir do momento que as professoras da rede de São Paulo começaram a participar, eu achei muito legal! Muito legal porque elas tão trazendo, né, é... a experiência da rede de São Paulo e São Paulo, assim, é muito grande. Então de

repente tem uma professora que é lá da zona leste, né, de diferentes... São Paulo é uma... uma cidade imensa... Então, assim, é diferente de uma... de uma... de professoras de cidades pequenas. Eu acho que... que... veio a enriquecer bastante e também como a Ana Lúcia ela teve essa... a Ana Lúcia eu acho que ela prestou assessoria à... à Educação Infantil da rede de São Paulo e eu vi... dá pra perceber assim, é... pelo menos na minha opinião, o quanto foi... foi... foi importante pra essas professoras, porque...

PESQUISADORA – Teve um resultado...

ENTREVISTADA – É... chegou a ter um resultado, porque essas professoras vieram e você vê assim, que está tendo uma... uma interação mesmo, está tendo reflexão, tão trazendo coisas novas e eu vejo... é um grupo assim que eu acr... demonstra, assim, ser bem interessado, né, pô, afinal de contas sai lá de São Paulo, vem pra cá...

PESQUISADORA – Sábado de manhã...

ENTREVISTADA - ... sábado de manhã... e isso, assim... eu acho que pra gente daqui animou mais ainda e uma coisa que eu achei muito legal foi um material produzido é... eu acho que com base, aí eu teria que... eu não tenho bem certeza, mas foi um material produzido na... Secretaria de Educação de São Paulo, eu não... não sei o título agora, só sei que a Ana Lúcia trouxe esse material pra gente, eu lembro até que eu ti... eu xeroquei, eu tenho cópia desse material e tem artigos muito interessantes sobre Educação Infantil, sobre a arquitetura, sobre outros temas assim... e, eu não tenho bem certeza, mas eu acho que foi com base nesse trabalho de... de... que foi realizado com o pessoal da rede de São Paulo, né.

PESQUISADORA – Ahhhhh, deve ser interessante.

ENTREVISTADA – Deve... ah, então assim, eu to achando muito legal a participação desse grupo, estou achando que veio só pra acrescentar... tá... o pessoal da capital estar participando também.

PESQUISADORA – E atualmente não... daqui da creche é só você que participa?

ENTREVISTADA – Daqui... aqui da CAS?

PESQUISADORA – É.

[Silêncio...]

ENTREVISTADA – Da CAS eu acho que sou só eu mesmo...

PESQUISADORA – Do CECI tem mais pessoas né?

ENTREVISTADA – Do CECI tem a Benê, tem a Daniela, a Jéssica, que é afastada do CECI, né? Tem... eu acho que a Meigue também que é do CECI, isso... a Tatiane, que voltou, que é do CECI também, mas daqui eu acho que só eu.

PESQUISADORA – Só você...

ENTREVISTADA – Só. Mas, assim, eu... eu... é uma coisa assim que eu faço questão de ir no grupo, que é uma coisa que eu sinto que faz diferença pra mim, né, no meu trabalho e... eu acho que me ajuda bastante. Se eu não tivesse freqüentando eu acho, assim, que eu estaria, assim, com certeza, reproduzindo muito mais no dia-a-dia, que é o que eu te falei é muito, muito fácil você cair nessa... nessa prática da reprodução se você não tiver em contato com o que é produzido na academia, saber o que que está acontecendo, o que que as pessoas tão fazendo, o que elas estão trabalhando, como estão trabalhando... mesmo que você não dá conta de ler tudo, mas você ouve, né, você vê as pessoas e quem freqüenta realmente são pessoas que tão buscando, sabe, tem interesse é... em estar aprendendo. Você vê que tem uma chama viva ali que faz com que as pessoas vão, né... é... buscar mesmo pra fazer diferença. Não acho... não acho que as pessoas que vão ali vão por causa de certificado, não, não acho. Acho que tão porque realmente tem interesse na área, querem contribuir, acham que vale a pena e o curso da Ana, ah isso eu digo, assim, vale a pena. Vale mesmo!

PESQUISADORA – Bom, tá bom... só isso?!

ENTREVISTADA – Só.
[Risos]

ANEXO 9 – PROGRAMAÇÃO DAS “JORNADAS DE EDUCADORES”¹²⁶

I Jornada (19 a 23/10/1992):

PALESTRAS

Uma nova alternativa na formação de profissionais de creche (observação de bebês)

AIDS na escola

Sexualidade Infantil

Inter-relação e afeto

Educação física e o desenvolvimento da consciência corporal

OFICINAS

Grupo de coluna

Dramatização

Brinquedos e brincadeiras

Criatividade nas artes

Desenho

II Jornada (25 a 29/10/1993):

PALESTRAS

Formação profissional X postura do Educador

O desenvolvimento infantil

Como trabalhar regras através do jogo

Medo e fantasia

Estimulação de bebês

Agressividade, apatia, disciplina e teimosia

Primeiros socorros

¹²⁶ Constam aqui somente as programações das “Jornadas de Educadores” que consegui encontrar o folder e/ou o Caderno de Resenhas.

OFICINAS

Shantala

Jogos e brincadeiras

O desenho infantil

Sucata

III Jornada (24 a 28/10/1994):

PALESTRAS

Música: Aspectos terapêuticos e Educacionais

Alimentação x Cárie

Família e Violência

A boca: fala, chupeta...

A criança com refluxo (RGE) e sua permanência na Creche

Deteção de deficiências neurológicas no primeiro semestre de vida

A violência na Infância

OFICINAS

Oficina de Brinquedos

A terapia do abraço

A importância do parque

IV Jornada (23 a 27/10/1995):

23/10/1995

9:00h - ABERTURA

***Prof. Dr. Archimedes Perez Filho: Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários.**

**** José Luiz Bôer: Diretor Geral de Recursos Humanos**

Local: Anfiteatro da DGA.

9:30h - Qualidade de vida e stress

***Maria Elenice Quelho Areias: Psicóloga da DGRH/UNICAMP e doutoranda da Saúde Mental/FCM/UNICAMP.**

14:00h – Oficina: Descobrimos ritmos e sons

***Rachele Filizzola Vanni: Pedagoga do Núcleo Interdisciplinar de Comunicação Sonora – UNICAMP.**

Local: Salão da EMEI.

24/10/1995

9:00h - Educador: suas emoções e papel profissional

***Maria Cristina Mendes dos Santos Guaraldo: Professora de Psicologia/PUCCAMP e Psicóloga do Núcleo de Estudos Psicológicos da UNICAMP.**

****Marília Martins Vizzotto: Doutora em Saúde Mental/FCM/UNICAMP e Psicóloga do Núcleo de Estudos Psicológicos da UNICAMP.**

*****Marisa Lúcia Fabrício Mauro: Mestranda em Saúde Mental/FCM/UNICAMP e Psicóloga do Núcleo de Estudos Psicológicos da UNICAMP.**

Local: Anfiteatro da DGA.

14:00h - Mesa Redonda: Prática do Estatuto da Criança e do Adolescente

***Laura Maria Contador R. da Silva: Secretária da Promoção Social.**

****Helena Maria Homem de Melo Meyer: Centro de Orientação do Menor de Campinas – COMEC.**

*****Iolanda Martineli: Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.**

******Reverendo Geraldo Nunes Filho: Pastor Assistente da Igreja Nazareno Central.**

25/10/1995

9:00h – Oficina: Realizando um projeto na pré-escola

***Profa. Maria Tereza Melhado Pansan: Professora do Colégio Rio Branco.**

****Profa. Marly Salomão Padula: Professora do Colégio Rio Branco.**

Local: Salão da EMEI.

14:00h – Oficina: Brincadeiras ao ar livre

***Profa. Maria Cecília Gracioli Andrade: Professora da Escola Comunitária de Campinas.**

****Profa. Gisela Fernandes: Professora da Escola Comunitária de Campinas.**

*****Profa. Leni Coimbra Massei: Professora da Escola Comunitária de Campinas.**

******Profa. Elvira Cristiana Martins Tassoni: Professora da Escola Comunitária de Campinas.**

Local: Salão da EMEI.

14:00 – Oficina: Dramatização na Educação Pré-Escolar

***Profa. Eveline Borges Itapura de Miranda: Professora do Instituto de Artes – IA/UNICAMP.**

Local: IA (PB – 9 e PB – 10).

26/10/1995

9:30h - A arte de contar histórias

***Prof. Paulo Pereira de Moraes.**

Local: Anfiteatro da DGA.

14:00h – Oficina: Dança popular para pré-escola

***Renata Bitencourt Meira: Mestranda do Instituto de Artes – IA/UNICAMP.**

Local: Salão do CECI.

27/10/1995

9:30h – Oficina: Preservar brincando

***Profa. Walkiria Mollica do Amarante: Professora do Centro e Arte / Museu Universitário da PUCAMP.**

Local: Salão do CECI.

V Jornada (25 e 26/10/1996):

25/10/1996 – quinta-feira

Local: Auditório da DGA

8:30h – Abertura

***Prof. Dr. Archimedes Perez Filho: Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários**

***José Luiz Boer: Diretor Geral de Recursos Humanos**

9:00h – Palestra: Projeto de Vida: Busca de Excelência Pessoal

*** Prof. Dr. Tabajara Dias de Andrade**

10:45h – Palestra: Dores nas costas e qualidade de vida

***Marco Antônio Alves de Moraes**

12:00h - Almoço

14:00h – Palestra: Desenvolvimento integral do adolescente: enfoque na família e escola

***Marisa Lúcia Fabrício Mauro**

25/10/1996 – Sexta-feira

Local: Auditório do Instituto de Economia

9:00h – Palestra: Desenvolvimento da linguagem

***Profa. Dra. Ana Luiza Bustamante Smolka – FE/UNICAMP**

10:45h – Palestra: Estimulação para criatividade

***Profa. Dra. Zula Garcia Giglio**

12:00h – Almoço

14:00h – Palestra: Prostituição na Adolescência

***Prof. Dr. Hélio de Oliveira Santos**

15:30h – Palestra: A importância da simbolização no desenvolvimento psíquico do ser humano

***Profa. Dra. Sonia Novaes Rezende**

26/10/1996 – Sábado

Local: Salão Vermelho da Prefeitura Municipal de Campinas

9:00h – Palestra: Desenvolvimento moral

***Camen Campoy Scriptori**

10:45h – Palestra: Geração 2001

***Renato Di Renzo e Equipe da Escola Experimental Geração 2001**

12:00h – Almoço

14:00h – Palestra: Qualidade de vida

***Prof. Dr. Jamiro da Silva Wanderley**

VI Jornada (23 a 25/10/1997):

Locais: Auditório DGA/UNICAMP
 Auditório Instituto de Economia-UNICAMP
 Salão Vermelho/Prefeitura Municipal de Campinas

23/10/1997

19:00h – Abertura Oficial

***Com a presença de autoridades da Unicamp**

Palestra: A relação mãe-bebê e a contribuição do sujeito

***Profa. Dra. Sônia Novaes Rezende: professora aposentada do Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria da FCM-UNICAMP e ex-professora da Universidade de Quebec (Canadá).**

Resenha: A criança na sua relação com o meio ambiente, tem como principal influência o contato com sua mãe, desde a gestação. A mãe é a primeira intérprete de seus gestos, expressões faciais, manifestações de dor, choros, sorrisos e primeiros balbucios.

Nesse sentido, muitas vicissitudes ocorrem no vínculo Mãe-Bebê.

Algumas dessas situações serão abordadas na presente palestra.

Apresentação do Coral Zíper na Boca

***Regência: Vivian Nogueira**

COQUETEL

24/10/1997

9:00h – Palestra: Missão na gestão escolar

***Manoel Reis Jr.: psicólogo pela UNIMEP, Pós-Graduado em Administração de Recursos Humanos pela FGV e Mestrando em Gestão da Qualidade pela UNICAMP.**

Resenha: O planejamento como estrada das decisões na Gestão das Unidades Educacionais

Pensar em qualidade sem planejamento é como pensar na viagem sem um roteiro

Durante muitas décadas, vários pensadores de qualidade têm se preocupado constantemente com um ponto extremamente fundamental para melhorarmos sempre o plano, planejamento de um conjunto de atividades, que precisam de Gestão, de gerenciamento, de uma administração que traga luz aos caminhos das decisões.

Sabemos, que as decisões que tomamos em nosso dia-a-dia estão sempre sujeitas a uma série de fatores que não podemos controlar totalmente. Estes fatores começam pelas informações que temos acumulado até o momento, nossos paradigmas pessoais, sociais e todo o conjunto de referências, que uma determinada situação nos apresenta e mais aqueles fatores puramente humanos ou psicológicos, que não conseguimos perceber ou mesmo interpretar.

Então, a partir da somatória de todos os dados e impressões obtidas, chegamos ao final tomando uma decisão, que poderá ser a mais adequada, a mais correta ou mesmo a mais emergencial.

O resultado destas decisões poderão afetar a vida gerencial e operacional da minha Unidade Escolar, de uma forma positiva, construtiva ou não, e cada efeito ou reação terá um tempo de duração.

A rotina da busca de soluções que chegam às Uses acabam criando um círculo vicioso, que barra uma análise mais elaborada da avalanche de problemas, impedindo que saibamos, com mais precisão, a qualidade de nossas opções e posições tomadas ou assumidas.

Se você concordar que tudo que falei acima é verdadeiro, vamos para o passo seguinte, aliás qual seria este passo?

Você poderia imaginar um leque de opções, mas provavelmente não iria imaginar que as decisões são como estrada, e quanto melhor a estrada, mais rápido poderemos andar, mais longe poderemos chegar...

De que estrada estamos falando?

Da estrada do planejamento, que dá referenciais, limites e noções de onde queremos chegar, ou seja, onde estou e para onde vou.

Somente por intermédio de uma estrada ou uma rota, conseguimos chegar a algum lugar. Saber o lugar para onde vamos, é saber o que encontraremos no final, é conhecer a visão de futuro, o desenho do que vai acontecer lá na frente, quando eu estiver aproximando do meu objetivo, do destino planejado.

Almir Klink tem demonstrado de maneira irresistível e inquestionável que: somente com o planejamento detalhado e refinado de uma viagem, chega-se a seu destino, seja ela em referência à terra ou ao mar, normalmente chamada de rota. Em suas muitas entrevistas e palestras, tem sempre lembrado do quanto é precioso saber separar, dentro de suas infindáveis listas, aquilo que é preciso, daquilo que é realmente necessário, e deste o mínimo ou o suficiente para sua sobrevivência na viagem.

Porém, existe um detalhe crítico em nossa história, sem a qual podemos estar no caminho errado e correremos o risco de não chegar a lugar algum; sem nosso mapa, nosso guia de viagem, enfim as referências, que dizem para onde estamos indo. No exemplo da estrada são as placas, no mar, podem ser as estrelas, ou as bóias

demarcadoras, ou mesmo faróis que iluminam nossos caminhos sejam no carro ou no mar.

As placas sinalizadoras, os faróis são as referências, os princípios de gerenciamento que adotamos. As nossas qualidades, são os conjuntos de recursos que reunimos para enfrentar a longa viagem em busca da qualidade.

Só que, se chegarmos até lá – nosso destino estabelecido – encontrando assim o lugar que buscamos em toda viagem, mas de repente paramos e nos perguntamos sobre nossos motivos de lá estar, sem obter o porquê, então a travessia da viagem foi em vão, pois faltou o significado central que só vai existir quando entendemos e sabemos qual é a nossa missão, qual a principal justificativa de lá chegar.

10:45h – Palestra: A criança, o adolescente e suas matérias de expressão

***Profa. Sandra C. G. Benedetti: formada em Arte-Educação pela USP.**

Resenha: [não tem]

12:15h – Almoço

13:45h – Palestra: Creches e pré-escolas no Norte da Itália – uma experiência de política e pedagogia de Educação Infantil

***Profa. Dra. Ana Lúcia Goulart de Faria: professora doutora do Departamento de Ciências Sociais Aplicada à Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP.**

Resenha: Estamos vivendo hoje uma nova fase da política brasileira: a criança de zero a seis anos passa a ser uma preocupação do Ministério da Educação, que vem elaborando estratégias de ação para assegurar o direito à educação que estas crianças conquistaram com a nova Constituição de 1988.

A tendência hoje, é pensar em uma política plural de educação infantil para todos e não só para os pobres, nos seus diferentes aspectos: formação de recursos humanos, melhorias da qualidade, ampliação do acesso, fortalecimento e integração dos órgãos responsáveis, elaboração de propostas pedagógicas, onde o brincar e o cuidado também estejam presentes.

Os programas educacionais italianos, nascem em 1827, com o asilo oportuno, chegando à escola materna estatal, gratuita e para todos, que vem se transformando em escola da infância, atendendo hoje uma média de 89,2% das crianças em idade pré-escolar de toda a Itália.

As propostas pedagógicas, revelam uma grande preocupação com as crianças. Temos hoje nas unidades italianas, um corpo de profissionais, que pesquisam as mais diferentes dimensões da infância, com uma volumosa produção escrita e muitos deles colaborando com a administração pública, responsável pela educação das crianças pequenas. A proposta de 1990, contou com a participação de muitos professores universitários, ao lado dos próprios educadores, que já tinham construído, na prática, uma grande política para os pequenos na Itália.

15:30h – Palestra: Inteligência Emocional

***Prof. Celso Antunes: professor e autor de mais de 170 livros didáticos, paradidáticos e pedagógicos.**

Resenha: É possível educarmos a emoção?

É verdade que temperatura não é destino e que, portanto, pessoas tímidas, inseguras e medrosas podem evoluir para uma maior extroversão e mais amplo relacionamento?

Quê significa Inteligências Múltiplas?

É verdade que estudos recentes sobre o funcionamento dos neurônios abrem ilimitados horizontes sobre a aprendizagem e retenção do conhecimento?

É correto acreditarmos que a felicidade possa também ser trabalhada em currículos escolares?

É possível ensinar-se a atenção e a concentração, transformando uma criança dispersa em outra, “ligadas” à realidade de seu tempo?

É verdade que existem estratégias novas e diferenciadas da avaliação da criança de maneira que seu desempenho emocional possa ser observado e, se necessário, corrigido?

24/10/1997

9:00h - Mesa Redonda: A criança soropositiva e sua inserção social

***Maria Aparecida Montagnoli Moura: assistente social do HC-UNICAMP.**

Resenha: A criança soropositiva tem o direito à participação social: na família, na vizinhança e na escola. Deve ser respeitada tanto quanto uma criança portadora de doença crônica. Sem discriminação, sem preconceito, sem exclusão.

Seus direitos, sendo respeitados e legitimados pela sociedade, fará com que a criança tenha expectativas e esperanças no futuro, com boa qualidade de vida.

À ela, minha admiração, respeito e solidariedade.

****Seila Maria Barbosa: enfermeira do HC-UNICAMP.**

Resenha: Filhos de pais HIV+ trazem com frequência histórias de uma família doente em todos os seus aspectos e, muitas vezes, não é a doença AIDS o seu maior problema.

Profissionais têm, inicialmente, dificuldades em trabalhar com AIDS, atreladas ao medo e ao preconceito o que torna a vida do portador do vírus HIV bem mais difícil e penosa do que poderia ser.

Embora conhecidas, as formas de contágio, o medo de “infectar-se” (social e moralmente) pela simples presença ou por tocar o paciente ainda existe. Vencidas estas barreiras, o trabalho flui e tornamo-nos aliados nos cuidados que incluem saber ser o paciente HIV uma pessoa mais vulnerável e que necessita de cuidados e atenção para sua (paciente) própria proteção.

Pegar AIDS não é a pior coisa da mundo, perder a cidadania, sim (Vera Paiva).

*****Valéria Furlan: psicóloga CAS/HC-UNICAMP**

Resenha: Criança soropositiva, como outra qualquer, requer de seus cuidadores muita atenção e carinho para que o seu desenvolvimento bio-psico-social possa ser satisfatório, visando uma melhor qualidade de vida. Vários sentimentos passam a ser despertados na relação mãe, criança e seu meio.

10:45h – Palestra: Ouvir estória – ler estórias: as contribuições do profissional de creche na formação do leitor.

***Maria Cristina S. Tempesta: Pedagoga Mestranda do Departamento de Psicologia da Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP.**

Resenha: Com o ritmo de vida que nos é imposto, vivemos intensamente a solicitação de compreensão de mensagens, notícias, avisos e instruções por escrito. A todo momento nos vemos em situações que requerem a habilidade de leitura. Ser leitor está cada vez mais ligado à idéia de segurança, confiança, independência e bom desempenho enquanto cidadão. E é através da leitura que temos um acesso mais completo e detalhado a diversos acontecimentos que ocorrem nos distantes pontos do nosso planeta. Ou seja, situar-se num regime de informação globalizada de maneira autônoma, requer cada dia mais um domínio consistente da leitura.

Como nos tornamos leitores? Como a leitura pode nos dar prazer? Por que nem todos nós conhecemos o tal “prazer da leitura”? Qual é o papel da família, das instituições educacionais e das várias instituições sociais na construção do sujeito letrado/leitor?

Em se tratando de crianças, qual é o papel da literatura infantil que vem adquirindo espaço cada vez mais sólido na escola e também no mercado editorial?

Nesse encontro, estaremos fazendo algumas reflexões sobre questões que envolvam a leitura, a constituição do sujeito leitor e as possibilidades do prazer de ler.

Levantaremos alguns aspectos e condições do trabalho com leitura no cotidiano das crianças com as quais interagimos e quais as contribuições que podemos trazer enquanto educadores para o processo de leiturização das crianças pequenas.

12:15 – Almoço

13:45 – Palestra: Contos de fadas: expressão do processo de desenvolvimento psicológico humano

***Elisabeth Bauch Zimmermann: Analista pelo Instituto Cail Gustav Jung de Zurique – Suíça. Doutorada em Saúde Mental pela UNICAMP.**

Resenha: Os contos de fada, os mitos e as lendas, tal como os sonhos, as fantasias e os delírios, representam a expressão elementar dos processos psíquicos inconscientes do ser humano.

Poderia dizer-se, humano, expressando suas necessidades instintivas e seus valores básicos, assim como as possibilidades criativas de que dispõe. Do ponto de vista junguiano, os contos de fada são uma representação simbólica dos problemas gerais humanos e de suas possíveis soluções.

Ao se ouvir o relato dramático, seja de um conto, seja de um sonho, entra em contacto com imagens coletivas que emergem de um grupo ou de um indivíduo num determinado momento de sua história. Lidando com essas imagens emergentes, torna-se possível objetivar conteúdos interiores até então inconscientes, resolver questões pendentes do passado e preparar a integração em novas realidades vindouras.

Uma das formas de se lidar com as imagens emergentes, é a sua interpretação, procurando-se descobrir seu sentido oculto por meio da comparação com motivos semelhantes, que tenham surgido em outros relatos ou situações em que se logrou avançar o objetivo, haja vista, os recorrentes nas manifestações religiosas, com suas provações e rituais ou nas expressões artísticas de conflitos e realizações, mas, principalmente, nos relatos dramáticos dos contos de fada, mitos e lendas.

A interpretação das imagens emergentes, possibilita um processo específico de integração semelhante ao obtido no processo de análise verbal, porém, com suas próprias regras, cujo conhecimento é imprescindível. No que se refere ao símbolo sintetizador e transformador detectável no desenrolar ao relato ou da expressão imagética, recomenda-se apurar atenção e um certo conhecimento da linguagem do inconsciente. Nesse sentido, durante a interpretação, cabe ao psicólogo chamar a atenção sobre algo que o homem moderno freqüentemente não percebe mais.

15:30h – Palestra: A língua materna

***Profa. Dra. Maria F. P. de Castro: pesquisadora do Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP.**

Resenha: É do conhecimento todos nós, o fato de que o bebê humano, não fala ao nascer. Entretanto, sabemos, vemos e observamos, que ele adquire linguagem, ou melhor, passa a falar uma língua materna.

Minha intenção é de suspender esta constatação cotidiana, esse fato que encaramos – no senso comum – como absolutamente natural e formular algumas das questões que no **interacionismo em aquisição de linguagem** trás para o debate sobre o tema.

Para o interacionismo, a mudança porque passa a criança, da posição de infans (aquele que não fala) para a posição de falante, acontece pela interação com o adulto. Isso não significa porém que devamos tomar a interação como uma situação de comunicação ou de processo de aprendizagem, pelo falante mais experiente.

25/10/1997

9:00h - Mesa Redonda: A criança com diferentes deficiências no ambiente escolar

***Suely Castro de Almeida Pereira: Pedagoga Mestre em Educação Especial pela Universidade de São Carlos. É fundadora do Centro Educacional Integrado – CEI.**

Resenha: Existem ambientes escolares que têm revelado um campo muito fértil para a integração e participação de todos os seus alunos, indiscriminadamente. Nestas escolas há muitas pessoas competentes e ativas, capazes de elaborar as novas ações de maneira a realizarem efetivas melhorias no ensino. Esta incrível abertura e disponibilidade para ouvir e refletir as sugestões dos especialistas é fundamental para que os especialistas, por sua vez, possam propor novas alternativas que venham a concretizar avanços na condição escolar, é evidente a necessidade de melhorar esta situação (a UNICEF revelou que 39% das crianças matriculadas na 1ª série chegam até a 5ª série e, no Relatório sobre Desenvolvimento Mundial de 1994, o Banco Mundial informa que o índice de analfabetismo infantil 10 a 14 anos no Brasil é de 17,8%, sendo, portanto, elevado o número de crianças fora da escola). Nossos reconhecimentos a muitos que já vêm se empenhando neste magnífico processo!

****Silvana Maria Blascoir Assis: Fisioterapeuta e Coordenadora da Fundação Síndrome de Down.**

Resenha: Há 13 anos a Fundação Síndrome de Down vem atendendo crianças no CDI – Centro de Desenvolvimento Integral – que é uma instituição particular, sem fins lucrativos, que recebe alunos na faixa de 0 a 18 anos, distribuídos desde a estimulação precoce até o primeiro grau.

Neste período, várias foram as experiências de integração de crianças com Síndrome de Down (SD) em escolas regulares (particular ou pública) e de crianças sem SD nos grupos mantidos pela Fundação.

No primeiro semestre de 1997, surgiu na Fundação o Grupo **IntegrAção**, composto por pais e profissionais que começaram a se preocupar, de forma mais sistemática, com a inclusão das crianças de 1 a 6 anos no ensino regular.

Grupo IntegrAção, foi fundado com o objetivo de **sensibilizar** as escolas e a comunidade sobre a questão de direitos da pessoa com SD e dos benefícios que o convívio social traz para o seu desenvolvimento. Também é objetivo do grupo informar sobre a SD, colocando-se à disposição dos diretores, coordenadores, professores, auxiliares, familiares e comunidade para esclarecimentos e discussões que possam beneficiar a inclusão dos alunos especiais na rede de ensino e na sociedade.

A partir de então, a Fundação Síndrome de Down vem incentivando esta inclusão, encaminhando seus alunos nesta faixa etária para as escolas comuns e propondo-se a acompanhá-los com o objetivo de viabilizar uma inclusão de qualidade, onde o convívio com as diferenças possa ser gratificante e positivo aos seus alunos e aos que farão parte de seu convívio social.

*Suzerley Moreno Ribeiro: mãe convidada.

10:45h – Palestra: Em busca de uma escola ideal

***Neda Lian Branco Martins: Pedagoga e fundadora do Colégio Horizontes-SP. É pós-graduanda em Psicologia da Educação.**

Resenha: Muito mais que um relato de uma experiência em educação, esta palestra pretende ser o relato de uma educadora que durante quase meio século batalhou para divulgar suas “verdades”, seu amor pelo Magistério e o imenso respeito que tem pela pessoa humana.

12:15h – Almoço

13:45h – Palestra: Pais e filhos – novas formas de educar a partir dos ensinamentos de Piaget

***Profa. Carmem Campoy Scriptori: Pedagoga, Mestre em Educação na área de Metodologia de Ensino, é Doutoranda em Psicologia da Educação pela UNICAMP.**

Resenha: Ao longo do tempo, fomos levados a reconhecer que basta realizar reunião de pais, a fim de colocá-los a par da situação de seus filhos enquanto escolares, mas que o sentido dessas reuniões deve ter caráter educativo mais profundo, oferecendo temas a reflexão e debates, bem como orientações específicas que possam ter implicações educacionais efetivas, tanto para a criança quanto para os membros de sua família.

Defrontamo-nos, então, com várias questões:

Quem são os pais?

Como sentem e reagem as questões do cotidiano?

Qual é a melhor relação social entre Pais e Filhos?

VII Jornada (05 a 07/11/1998): Espaços Educacionais e a Criança

05/11/1998 – Quinta-feira

Local: Salão Nobre Faculdade de Ciências Médicas/UNICAMP

19:30h – Abertura Oficial

***Prof. Dr. Luiz Carlos de Freitas: Coordenador da DGRH.**

Conferência: Família, escola e socialização da infância

***Profa. Dra. Maria Evelyn Pompeu do Nascimento: Professora do Departamento de Administração e Supervisão da FE-UNICAMP, Doutoranda em Ciências Sociais Institut d’Etudes Politiques de Grenoble.**

Resenha: A disseminação do ideário de que a escola é o lugar social da infância pressupõe uma nova percepção da família, da criança e da própria escola. Pouco a pouco a esfera pública passa a se incumbir de tarefas antes restritas ao mundo privado e, cada vez mais, a educação das crianças é alvo de controle do poder público através de estatutos que regulam condutas socialmente aceitas no trato da infância. Pretende-se focar as conseqüências dessa premissa priorizando-se três questões. Primeiramente, a impotência da família no que diz respeito à socialização das crianças. Em segundo lugar, a tensão entre a família e a esfera pública; enquanto setores da esfera pública, especialmente a escola, exigem que ela participe cotidianamente da socialização de seus filhos, a família exige cada vez mais que o espaço público se responsabilize por esta

socialização. E finalmente, o fato de que, entre os pólos dessa tensão, estará a criança marcada por uma constante sensação de isolamento.

Atividade Cultural

COQUETEL

06/11/1998 – Sexta-feira

Local: Centro de Convenções (UNICAMP)

9:00h - Conferência: Relacionamento interpessoal e auto-estima

***Valéria Regina Prado: Educadora com especialização em Administração de Recursos Humanos, Psicologia Organizacional e Psicologia Educacional, Mestranda em Gestão da Qualidade – IMECC/UNICAMP.**

Resenha: Auto e Hetero Percepção; Eu e o Outro nos Relacionamentos Interpessoais; Bases para Relacionamentos Interpessoais com Qualidade.

10:45h – Minicursos

Sala 1 - Moralidade e democratização das relações escolares

***Ulisses Ferreira de Araújo: Professor da FE-UNICAMP, Mestre em Psicologia Educacional (UNICAMP) e Doutor em Psicologia Escolar (USP).**

Resenha: Proporcionar uma introdução ao estudo da moralidade, fornecendo uma base teórica que leve os educadores a compreender a importância que o ambiente escolar, as relações interpessoais e os processos de reflexão exercem no desenvolvimento infantil e na construção de valores vinculados a cidadania.

Sala 2 - O respeito à criança nos espaços institucionais

***Moysés Kuhlmann Jr.: Pesquisador da Fundação Carlos Chagas, Mestre em Educação e Doutor em História Social.**

Resenha: A partir de contribuições de pesquisa histórica e de outras áreas do conhecimento relacionados à educação infantil, o mini-curso irá trazer algumas reflexões sobre a questão da organização dos espaços no interior das instituições educacionais.

Serão apresentadas e discutidas propostas de critérios difundidas em nosso país e experiências internacionais.

Sala 3 - Questões de desenvolvimento infantil e prática pedagógica: A perspectiva de Wallon

***Izabel Galvão: Professora da FE-USP, Diretora da Escola de Aplicação da FEUSP e Doutora em Educação (FEUSP).**

Resenha: A palestra pretende apresentar alguns aspectos da psicogenética de Wallon, buscando estabelecer relações entre esta concepção do desenvolvimento infantil e a prática pedagógica.

Discutirá as implicações pedagógicas decorrentes de uma compreensão da complexidade de questões como as do movimento e das emoções.

07/11/1998 – Sábado

Local: Centro

9:00h - Conferência: A televisão na educação da criança

***Prof. Dr. José Manuel Moran: Professor do Curso de Rádio e Televisão da Escola de Comunicação e Artes – USP e Doutor em Ciências da Comunicação.**

Resenha: A televisão educa porque nos transmite idéias, emoções e valores enquanto, aparentemente, só estamos descansando. A palestra explicita as formas de comunicação da televisão, de integração do real e do imaginário, de interferência das crianças e nas crianças. E mostra como utilizar a televisão de forma criativa e crítica na educação das crianças.

09:00 às 11:00h – Exposição de Painéis

Coisas de menina, coisas de menino: o corpo feminino e o corpo masculino na educação infantil

***Adriana Aparecida Couto – FE/UNICAMP**

Olhos, imagem e ação: Morgana: feiticeira, mãe e professora

***Mariângela Mello Pereira – FE/UNICAMP**

Olhos, imagem e ação: A TV como educação divertida

***Simone Franco – FE/UNICAMP**

Problemas enfrentados por professores recém-formados em classes de alfabetização

***Kelly Cristina Biancalana – FE/UNICAMP**

Disciplina/Indisciplina na instituição escolar

***Tânia Cristina A. dos Santos – FE/UNICAMP**

Stress e Trabalho: O caso das monitoras da creche de Campinas

***Maria Cecília Masselli**

Projeto música na creche

***Creche Área de Saúde – CAS**

Programa de coleta seletiva de resíduos sólidos

***CECI-Campinas**

Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação “Prof. Dr. Gabriel O. S. Porto”

***CEPRE/FCM-UNICAMP**

O dia a dia da EMEI

***Escola Municipal de Educação Infantil – EMEI**

“Reeleitura do mundo através da informática”

***Programa de Integração e Desenvolvimento da Criança e do Adolescente – PRODECAD**

SOS-Ação Mulher e Família no combate à violência e na construção da cidadania e dos direitos humanos das mulheres

***SOS-AÇÃO MULHER**

Retrospectiva 3 anos de Espaço Lúdico

***ESPAÇO LÚDICO**

11:00h - Conferência: Mapa de qualidade de vida: Uma viagem ao mundo de nossos sonhos

***Prof. Antônio Carlos Gomes Peixoto: Engenheiro pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica e MBA pelo International Management Institute de Lousanne (Suíça), Consultor Organizacional e Gerencial em diversas empresas, Diretor da Empresa DOMUS QUALITATIS e Diretor de Qualidade/Recursos Humanos na PIRELLI e AVIBRAS AEROESPACIAL.**

Resenha: A Vida do Homem moderno tem características especiais que se constituem num grande desafio à busca de sua felicidade. Mudanças aceleradas de valores e paradigmas empurram o Homem para um enorme vértice no qual muitas vezes ele perde sua auto-estima, sua perspectiva, seu ideal. A não ser que o Homem defina muito bem seus postulados vivências básicas, ele se torna um brinquedo, uma pequena nau que flutua ao sabor dos acontecimentos. Neste momento ele começa a questionar Deus, o Amor, a Felicidade, a Carreira e busca respostas imediatas que não chegam pois ele não tem tempo de parar e escutar a voz do Amor que já está dentro dele. A nossa abordagem de Qualidade de Vida é incremental, "base zero" pois num processo interativo levamos os participantes a formular um plano de Vida baseado na definição de sua Missão, de seus princípios e o orientamos na formulação de Projetos Específicos que tornem realidade suas aspirações. Este processo se alicerça na nossa crença de que o Homem é instrumento ativo do Plano de Deus, afinal a Fé sem obras é morta. O modelo de construção do Mapa de Qualidade de Vida é evolutivo e cada passo dado é testemunho motivador para o próximo. Quando aplicado a grupos, principalmente sem fins lucrativos tem sido de imensa utilidade para construir as bases de um trabalho harmônico, centrado em valores pré-definidos de comportamento, atitude, missão...

VIII Jornada (16 e 17/09/1999): Desafios do Educador rumo ao novo milênio

Local: Centro de Convenções (UNICAMP)

16/09/1999 – Quinta-feira

9:00h – Abertura Oficial

9:30h – Café Cultural

Apresentação dos Adolescentes do Espaço Lúdico

10:30 às 12:00h – Conferência: Desafios do Educador rumo ao novo milênio (Sala 1)

***Profa. Dra. Ana Luíza B. Smolka: Doutora em Educação(FE/UNICAMP) e Docente do Departamento de Psicologia Educacional da FE-UNICAMP.**

Resenha: Pretendemos tecer algumas considerações sobre o lugar do educador no mundo contemporâneo, discutindo imagens, conceitos e posições que têm marcado

tendências e práticas neste século e levantado questões sobre os modos de conceber o desenvolvimento humano e as relações de ensino.

A partir dos pontos levantados pretendemos analisar algumas condições e possibilidades de realização do trabalho cotidiano, como prática cultural, histórica e (inter)subjetivamente construída, enfocando as relações do educador com a criança e com o conhecimento.

Pretendemos ainda indagar e discutir sobre o movimento que caracteriza o trabalho do educador na tensão entre a legitimação das práticas instituídas e uma visão prospectiva que inclui projetos de mudança.

12:00 às 13:30h – Almoço

13:30 às 15:00h – Conferência: O Atelier de arte: um espaço para dizer (Sala 1)

***Profa. Dra. Ana Angélica Albano: Professora Doutora de Metodologia do Ensino da Arte na FE-UNICAMP, Doutora em Psicologia da Arte (USP) e Licenciada em Desenho e Plástica (FAAP).**

Resenha: Compreendendo o fazer artístico como mediador do conhecimento de si mesmo e do mundo, a proposta desta palestra é refletir sobre a importância do atelier de arte na escola como espaço de produção de linguagens: um lugar para se dizer.

13:30 às 15:00h – Mesa Redonda: O Educar e o cuidar na Educação Infantil – O cuidado como elo entre a saúde e a educação (Sala 2)

***Profa. Damaris Gomes Maranhão: Especialista em Saúde Pública pela USP e mestre em Enfermagem pela UNIF/ESP, Professora Convidada pelo Curso de Pós-Graduação em Saúde da Família – Faculdade de Medicina do ABC e Educadora em projetos de formação de profissionais que atuam em creches e pré-escolas.**

Resenha: A palavra cuidado tem muitos sentidos: tomar conta, dar atenção, proteger, confortar, alimentar, limpar, acalmar, consolar, acalantar, curar.

O ato de cuidar está ligado ao ato de educar, pois através do cuidado que a criança recebe ela vai construindo a sua consciência corporal, a sua auto-imagem, ou seja, bases de sua identidade. As atitudes e procedimentos de cuidados fazem parte da cultura onde a criança está inserida, como por exemplo as formas que alimentamos os “bebês” e gradativamente os ajudamos a tornarem-se autônomos para que se alimentem. Através do cuidado consigo mesmo a criança vai adquirindo autonomia. As regras sociais também fazem parte dos cuidados de quem nos cuida, de quem cuidamos, o local e a forma que alguns cuidados são feitos. Através dos cuidados as crianças também aprendem como os objetos funcionam, sobre a natureza, sobre o uso do espaço, sobre as medidas e proporções, assim sobre a estética e as diferentes linguagens humanas.

Mas o cuidado humano, a princípio, tem como função principal a preservação da vida em sua plenitude, potencializando crescimento e desenvolvimento saudável. Cuidado da saúde do corpo onde habita a mente e da saúde mental que se expressa através do corpo. Embora seja difícil separarmos o cuidar da saúde e o cuidar “educativo”, é preciso que delimitemos as competências e os saberes que os educadores infantis demandam para cuidar e educar com qualidade, de forma a cumprir aquilo que está previsto na LDB – desenvolvimento integral e ampliação dos conhecimentos das crianças de 0 a 6 anos atendidas em creches e pré-escolas.

****Ruth Joffily: Pedagoga com habilitação em Pré-Escola, Assessora Pedagógica na área de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Campinas em 1991, de Itajubá de 93 a 96 e de Paulínia em 1992, e de 1995 a 1998.**

Resenha: Em que se opõem, em que se completam, em que se recobrem os significados de educar e cuidar?

Essa questão será desenvolvida tomando por base uma prática pessoal de Educação Infantil em instituição pública de atendimento integral e parcial.

15:30h - Relato de Experiência: O fazer dos fazeres: história de uma parceria (Sala 1)

*** Ana Maria Mello: Psicóloga, diretora da Creche Carochinha (USP/Ribeirão Preto), mestranda em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (USP).**

****Alma Helena Silva: Pedagoga, educadora da Creche Carochinha (USP/Ribeirão Preto).**

*****Adriano Puntel Gosuen: Bacharel e mestrando em Psicologia pela FFCLRP/USP, membro do Cindedi/FFCLRP.**

Resenha: Vamos contar a história de parceria de duas instituições da USP/Ribeirão Preto: a Creche Carochinha/Coseas e o Centro de Investigações sobre Desenvolvimento e Educação Infantil (Cindedi/FFCLRP). Abordaremos o programa da Creche, destacando a formação continuada dos educadores, a função e a dinâmica de produção do registro nessa formação, bem como a integração com as investigações e pesquisas feitas pelo Cindedi.

17/09/1999 – Sexta-feira

8:30 às 10:00h – Mesa Redonda: Inclusão escolar de todos os brasileiros, inclusive do deficiente: o que muda com o novo milênio? (Sala 1)

***Profa. Dra. Adriana Frizman Laplane: Doutora em Educação, Docente em Educação Especial no CEPRE-UNICAMP.**

****Rute Estanislava Tolocka: Doutoranda em Educação Motora (FEF-UNICAMP), atua no Centro de Terapia e Reabilitação Integrada Municipal de Paulínia.**

*****Profa. Dra. Gilberta de Martino Jannuzzi: Professora Dra. Convidada da FE-UNICAMP. Foi docente de História da Educação da FE-UNICAMP.**

Resenha: A escola está inserida num contexto sócio-econômico-cultural, assim sendo, deve só sistematizar os conhecimentos necessários ao exercício da cidadania plena, como também, através de métodos e técnicas apropriados facilitar a apropriação do saber pelos alunos.

Em nossa organização social a distribuição de bens materiais é cruelmente desigual, com as conseqüentes falhas no atendimento à saúde, precariedade das habitações, do saneamento básico, da falta de trabalho para todos, etc. perpassando a educação escolar e a desafiando. A solução é difícil, exige, no mínimo trabalho integrado das políticas sociais, MAS A ESPECIFICIDADE DA EDUCAÇÃO DEVE SER REALIZADA.

Assim, abordaremos o desafio de incluir crianças com necessidades especiais em escolas da rede de ensino, explicitando vantagens e desvantagens de tal inclusão.

10:30 às 12:00h – Conferência: Ser, Sermos ou Não Ser-Sendo (Sala 1)

***Prof. Audir Bastos Filho: Professor e pesquisador da PUC/RJ. Pertencente ao Núcleo de Estudos e Ação sobre o Menor – NEAM/PUC-RJ.**

Resenha: Sensibilização em relação do fazer do eu e do outro, onde o agir interativo possa ser compatível às expectativas do contexto escola – comunidade – cidadania. Trabalhando com os valores da própria natureza, como fonte de elaboração de materiais

de fácil acesso, por um lado, e, por outro, o mundo da sala de aula onde “mais um professor” passa, em contrapartida ser “mais um aluno” que cognifica, decodifica e sintetiza, de forma plural como ser vivo sendo humano; pontificando “a melhoria do entendimento humano”: educação e ação com reflexão – direitos, deveres e obrigações em um 2001 com odisséia, competência e consistência.

12:00 às 14:00h - Almoço

14:00 às 15:30h – Mesa Redonda: A Educação Infantil pós-LDB (Sala 1)

***Dr. Moysés Kuhlmann Júnior: pesquisador da Fundação Carlos Chagas, Mestre em Educação (História e Filosofia da Educação – PUC/SP), Doutor em História Social (USP), coordenador do Projeto de Implantação do Centro de Cultura e Educação Infantil da CAASP.**

Políticas de Educação Infantil e o Currículo – Resenha:

A Palestra irá tratar questões relacionadas à proposta de Referencial Curricular para a Educação Infantil, enfatizando tanto as políticas quanto as concepções educacionais em debate. Será dado destaque para uma experiência que vem sendo realizada junto à Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo, que procura concretizar uma proposta educacional ancorada no respeito à criança, bem como encontrar alternativas para a sociedade civil organizada interferir nas políticas de educação infantil.

****Profª. Dra. Maria Evelynna Pompeu do Nascimento: Docente da FE-UNICAMP e estudiosa da Educação Infantil.**

Os profissionais de educação infantil e a nova LDB – Resenha:

Partindo-se do pressuposto que uma lei é um ordenamento jurídico de aplicação universal que deve ser obedecida por todos os membros de uma sociedade, inclusive as instituições que a compõem, o tema será abordado levando-se em consideração as seguintes vertentes: verificar o que diz a LDB (Lei nº 9394/96) relativamente à Educação Infantil, apontar as conseqüências da determinação legal acerca dos profissionais da área e, finalmente, tratar de explicitar algumas tensões presentes no modelo de atendimento definido na Lei e suas conseqüências.

14:00 às 15:30h – Apresentação de Vídeos (Sala 2)

15:30h – Conferência: A positividade do feminino e as profissionais de Educação Infantil (Sala 1)

***Profª. Dra. Ana Beatriz Cerisara: Professora adjunta da UFSC, Doutora pela FEUSP, vice-diretora do Centro de Ciências da Educação e Coordenadora do Curso de Pedagogia da UFSC.**

Resenha: Nesta conferência pretendo discutir questões relativas a profissão de professora de crianças pequenas em instituições de educação infantil – creches e pré-escolas. Estas profissionais são pensadas a partir da forma como esta profissão tem se constituído historicamente: no feminino e trazendo consigo as marcas do processo de socialização que, em nossa sociedade, é orientado por modelos de papéis sexuais diferenciados, em que a socialização feminina tem como eixos fundamentais o trabalho doméstico e a maternagem.

Aliada a esta discussão pretendo analisar a atual política de educação do MEC e as decorrências da mesma para a educação infantil e suas profissionais.

IX Jornada (31/08 e 01/09/2000): Brincando e Interagindo no Cotidiano da Educação

LOCAL: Centro de Convenções (UNICAMP).

31/08/2000 – Quinta-feira

9:00h – Abertura Oficial

10:00h - Café

10:30h - A importância do brincar (Sala 1)

***Profa. Dra. Gisela Wajskop**

Resenha: [a palestrante não entregou a resenha a tempo].

12:00 às 13:30h – Almoço

13:30h - Mesa Redonda: O corpo na escola: por uma pedagogia da cooperação (Sala 1)

A Pedagogia da Cooperação

***Prof. Fábio Otuzi Brotto: Focalizador do Projeto Cooperação – Comunidade de Serviços, Autor do livro “Jogos Cooperativos: se o importante é competir, o fundamental é cooperar”, Mestre em Educação Física (UNICAMP), bacharel em Psicologia e licenciado em Educação Física.**

Resenha: Certa vez, um aluno disse o seguinte: “eu não jogo para ganhar, eu jogo para ser feliz!”.

Que tal dialogarmos sobre as inúmeras implicações que esta mudança de foco pode provocar em nossa pedagogia dentro e além da sala de aula?

Venha compartilhar as (im)possibilidades de construir um mundo onde ninguém precisa perder, cada um pode VenSer e onde todos jogam uns com os outros para InterSer... feliz!

Corporeidade e Escola

****Prof. Dr. José Pereira de Melo: Doutor em Educação Física (UNICAMP), Professor Adjunto (UFRN), coordenador da pesquisa “Consciência corporal e fazer pedagógico do professor” vinculada a PPPg/UFRN e desenvolvida no Curso de Formação de Professores (SEC/RN), com bolsistas de Iniciação Científica (CNPq).**

Resenha: Reflexões sobre o fenômeno corporeidade na escola, discutindo-se ações pedagógicas que considerem a presença corporal ativa de alunos e professores como mediadora das práticas educacionais.

13:30h - Mesa Redonda: O corpo brinca e dança (Sala 2)

O Brincar

***Profa. Ida Carneiro Martins: Graduada em Educação Física, Especialização em Educação Física Infantil e Escolar, Mestranda em Educação Motora (FEF-UNICAMP).**

Resenha: A atividade humana do brincar não se restringe às crianças, embora sabemos que elas predominam neste período. O impulso lúdico que está intrínseco no brincar, garante que a capacidade do brincar se manifeste em toda a vida do ser humano. Como toda atividade humana, o brincar é constituído pelos determinados momentos históricos e é transformado pela ação do indivíduo. Neste trabalho pretende-se dissertar sobre a característica do brincar na perspectiva cultural e individual, e o papel do adulto nesta relação.

O Corpo, o Brincar e a Dança

****Profa. Lilian Vilela: bacharel e licenciada em Dança (UNICAMP), especialização na University of Western Sidney (NEPEAN-Austrália).**

Resenha: O ambiente escolar como espaço educativo deve proporcionar possibilidades concretas de desenvolvimento das habilidades artísticas e corporais das crianças.

Na educação infantil, o processo de iniciação da educação EM e ATRAVÉS da dança deve ser uma abordagem presente e consciente por parte dos educadores.

A falta de conhecimento sobre dança e a grande exposição massificadora da mídia, reforçando a reprodução dos modelos produzidos pela nossa sociedade de consumo, geram indagações constantes sobre “o que” e “como” ensinar dança na escola. Esta comunicação tem o intuito de pontuar elementos sobre conteúdos e procedimentos metodológicos em atividades corporais lúdicas e artísticas com crianças.

O fazer corporal criativo e artístico não é apenas possível, de ser realizado na escola, como também é necessário e fundamental para uma educação crítica que evidencia a importância da consciência corporal, a ação criativa, a integração grupal e a experiência estática.

15:30h - Brincadeira e leitura... que gostosura! (Sala 1)

***Paulo Pereira Martins: Artista plástico, realiza trabalhos de arte cênica como ator, iluminador, cenógrafo e diretor de peças, na categoria infantil. Na área de dramaturgia escreveu algumas peças, tendo premiadas 2 peças na categoria de melhor texto.**

Resenha: com brincadeiras teatrais, desenhos e pinturas, dramatização da literatura infantil, pretende tornar a leitura, não só um hábito, mas sim um ato involuntário.

15:30h - Tópicos para uma reflexão sobre o cotidiano em instituições de Educação Infantil (Sala 2)

***Profa. Ruth Joffily: Pedagoga com habilitação em Pré-Escola, Assessora pedagógica na área de Educação Infantil, da Prefeitura Municipal de Campinas em 1991, de Itajubá de 93 a 96 e de Paulínia em 1992, e de 1995 a 1998.**

Resenha: Tópicos para uma reflexão sobre o cotidiano em instituições de educação infantil, principalmente com atendimento em período integral:

- o tempo e o espaço do cuidar, do agir e do aprender
- o tempo e o espaço do convívio social: profissionais e crianças, crianças e crianças, pais e crianças, profissionais e pais
- tempo e espaço de práticas produtivas e produtoras de cultura, ambientes, materiais e atividades
- “a vida se aprende pela vida”, a escola (creche), portanto, é lugar de vida e não “de preparação para a vida”.

01/09/2000 – Sexta-feira

8:30h - Projeto pedagógico: vivenciar o escrito ou escrever o vivido? (Sala 1)

***Profa. Adriana Stella Pierini Ayek**

Resenha: [a palestrante não entregou a resenha a tempo].

8:30h - As relações interétnicas e o juízo moral no contexto escolar (Sala 2)

***Profa. Eliete Aparecida Godoy: Doutoranda em Psicologia Educacional (UNICAMP), Professora universitária (USF – Bragança Paulista e Itatiba), Atendimento de Assessoria Pedagógica e Capacitação de Professores.**

Resenha: O processo de socialização humana, ou seja, as relações interétnicas ou intergrupais, envolvem distintos âmbitos de aplicações, ações, sentimentos e conhecimentos. No âmbito individual, é possível falar de condutas interindividuais, vínculos afetivos e apegos sentimentais como a amizade, envolvendo a possibilidade de colocar-se no lugar do outro.

O segundo âmbito é o social, que se relaciona com os vínculos grupais. E por fim, destaca-se também o âmbito moral. Esse âmbito diz respeito às condutas regidas pelo altruísmo, pelas idéias de igualdade, de justiça.

O preconceito e a discriminação ainda são grandes problemas em nossa sociedade, embora de forma velada. Estando a humanidade próxima ao terceiro milênio, o que vemos como realidade em nosso contexto escolar é uma omissão quando à abordagem da aquisição real do educando do conhecimento de mundo que o cerca, desenvolvendo um juízo moral livre da influência do preconceito.

Essas são questões para as quais este trabalho buscou encontrar respostas, refletindo acerca das atitudes e preferências raciais que são explícitas nas predisposições do sujeito quanto ao pensamento, sentimento, crença, julgamento e atuação de forma favorável ou desfavorável para com grupos étnicos raciais.

10:00h – Café

10:30h - Relato de experiência: uma Creche em busca de inclusão (Sala 1)

***Mina Regen: Assistente Social – Faculdade Paulista de Serviço Social (SP), Supervisora técnica da creche inclusiva COEPEI.**

****Profª. Carla Simone da Silveira Mauch: Mestre em Psicologia da Educação (PUC/SP) e orientadora pedagógica da creche COEPEI.**

Resenha: Trata-se de um relato de experiência de transformação de uma creche segregada (destinada somente a crianças com deficiência) em creche inclusiva.

Discorreremos sobre as dificuldades e resistência iniciais para implantação do projeto, até o trabalho com a equipe interdisciplinar e com as famílias, visando a mudança de paradigma e a melhor qualidade de vida para todos os envolvidos.

10:30h - A formação do profissional da Educação Infantil: as políticas educacionais e a luta dos educadores (Sala 2)

***Profª. Dra. Helena Costa Lopes Freitas: Presidente da ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação) e Professora da FE-UNICAMP, da área de Prática de Ensino e Formação de Professores.**

Resenha: As reformas educativas levadas a efeito em nosso país e nos países da América Latina desde o final da década de 70, com o objetivo de adequar o sistema educacional ao processo de reestruturação produtiva e aos novos rumos do Estado, vem reafirmando a centralidade da formação dos profissionais da educação. Nesse contexto, debatem-se diferentes propostas para a formação, fundadas em projetos políticos e perspectivas históricas diferenciadas, o que faz com que a formação desses profissionais seja tratada ou como elemento impulsionador e realizador dessas reformas ou como elemento que cria condições para a transformação da própria escola, da educação e da sociedade.

A implementação dessas propostas/concepções via políticas de formação em nosso país vem se dando desde o final dos anos 80 e se consolidam na década de 90, em decorrência dos acordos firmados na histórica Conferência de Ministros da Educação e de Planejamento Econômico, realizada no México, em 1979, e na Conferência de

Jontien, em 1990 na Tailândia. Várias iniciativas foram tomadas, em especial na América Latina e Caribe, como tentativa de resposta à crise de acumulação do capitalismo, no sentido de “elevar o nível de satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”, pilar do plano de ação “Educação Para Todos” que fundamentou, em nosso país, o Plano Decenal. A “qualidade” da educação e da escola básica passa a fazer parte das agendas de discussões e do discurso de amplos setores da sociedade, e das ações e políticas do MEC, que busca a cooperação para criar consensos facilitadores das mudanças necessárias na escola básica e principalmente no campo da formação dos professores.

A aprovação da LDB, em 96, traz inúmeras modificações para o campo da formação de professores, e as subseqüentes regulamentações colocam desafios para a educação básica no sentido de incorporar concepções de formação que possam dar conta da educação fundamental e da educação infantil entendidas como parte integrantes e indissociáveis da educação básica de qualidade. A ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – que se organiza a partir de 83 como CONARCFE – Comissão Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – no movimento de reformulação dos cursos de formação do educador, vem contribuindo com essa discussão construindo coletivamente uma **concepção sócio-histórica de educador** em contraposição ao caráter tecnicista e conteudista que têm caracterizado as políticas de formação de professores para a escola básica em nosso país. Tem defendido que a formação de professores para educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental seja de inteira responsabilidade das Faculdades/Centros de Educação e de seus Cursos de Pedagogia que historicamente têm formado esses profissionais. A concepção de **base comum nacional**, em oposição à concepção de currículo mínimo, é o instrumento que marca a resistência às políticas de aligeiramento, fragilização e degradação da formação e da profissão do magistério.

Faz parte também desta trajetória na luta pela formação, a definição de uma política nacional global de formação dos profissionais da educação e valorização do magistério, que contemple de forma prioritária no quadro das políticas educacionais e em condições de igualdade, a sólida formação inicial no campo da educação, condições de trabalho, salário e carreiras dignas e a formação continuada como um direito dos professores e obrigação do estado e das instituições contratantes.

12:00h - Almoço

13:30h - Interação: eixo da organização do cotidiano nas instituições de Educação Infantil (Sala 1)

***Profa. Rosana Aparecida Dutoit: Mestre em Educação e Consultora do Ministério de Educação e Cultura.**

Resenha: A interação, definida como conteúdo da Educação Infantil, direciona organização das ações, do espaço físico e dos materiais, gerando oportunidades construção de procedimentos e atitudes fundamentais à vida em coletividade, com colaboração, ajuda, cooperação, solidariedade e respeito.

13:30h - Programa de gestão de resíduos sólidos na área de saúde (Sala 2)

*** Profa. Dra. Edinêis de Brito Guirardello: Doutora em Enfermagem pela Universidade de Ribeirão Preto (USP) e Professora do Departamento de Enfermagem da FCM-UNICAMP.**

Resenha: No Brasil existe legislação em nível federal, estadual e municipal que trata das questões dos resíduos sólidos na área da saúde. Um dos aspectos da legislação é a responsabilidade dos geradores de resíduos, desde sua origem até o seu tratamento final.

O grupo gestor de resíduos na área da saúde preocupa-se em seguir não somente a legislação, mas também pensar no problema dos resíduos de maneira que se crie uma consciência ecológica, vislumbrando mudanças de atitudes individuais e grupais. A criação do programa de resíduos sólidos na área da saúde possibilita o envolvimento de gerentes, facilitadores e toda a comunidade interna e externa. Nos Programas Educativos da UNICAMP, em especial no CECI e na CAS, buscou-se a conscientização do problema.

Isto propiciou a abrangência no núcleo familiar ao mesmo tempo que contribuiu para a questão educativa no cuidar da criança.

15:30h - Relacionamentos Interpessoais: O diferencial competitivo das Organizações

***Valéria Regina Prado: Educadora com especialização em Administração de Recursos Humanos, Psicologia Educacional e Organizacional. Mestranda do curso de Gestão de Qualidade Total na UNICAMP.**

Resenha: A cada dia que passa, as organizações têm se dado conta de que o grande diferencial competitivo está vinculado à forma como os profissionais se relacionam.

Este diferencial torna-se mais significativo quando nos referimos ao **Universo da Educação**. Assim sendo, objetivamos apresentar alguns temas que nos parece facilitadores no estabelecimento de parcerias entre os integrantes dos times de trabalho. Parcerias que devem estar embasadas, antes e acima de tudo, no respeito e na confiança mútua. São eles:

- Eu e o outro nos relacionamentos interpessoais
- Formas de Interação Grupal
- Evitando os “desperdícios” nos relacionamentos
- Estabelecimento de parcerias saudáveis

X Jornada (04 e 05/10/2001) - Linguagens: Suas Expressões na Década da Educação

Comemoração dos 10 anos da “Jornada de Educadores”: retrospectiva das jornadas anteriores: exposição em painéis dos materiais coletados (fotos, objetos, etc.) com a ajuda dos profissionais que já participaram desse evento.

Local: Centro de Convenções (UNICAMP)

04/10/2001 – Quinta-feira

8:45h – Abertura Oficial

10:30h - Uma nova Linguagem na Educação (Sala 1)

***Prof. Dr. José Pacheco: Licenciado em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Mestre em Educação. É professor na Escola da Ponte/Portugal e professor convidado da Escola Superior de Educação do Porto. Consultor de formação.**

Resenha: Num projeto, é o sujeito que se constrói na atribuição de significado ao conhecimento coletivamente produzido. Quando, em 1976, compreendemos que *precisávamos mais de interrogações que de certezas*, empreendemos um caminho

coletivo feito de alguns pequenos êxitos e de muitos erros, dos quais colhemos (e continuaremos a colher) ensinamentos.

Ao longo de um quarto de século, aprendemos a prescindir do refúgio numa *sala de aula* e optamos pela partilha de *espaços educativos*. Fizemos edificar uma escola “*de área aberta*”. O derrubar das paredes libertou alunos e professores da rigidez dos espaços tradicionais e acompanhou o derrube de *outros muros*.

Não se trata de um projeto de um professor, mas de uma escola. Só poderemos falar de projeto quando todos os envolvidos forem efetivamente participantes, quando todos se conhecerem entre si e se reconhecerem em objetivos comuns.

O projeto da Escola da Ponte pressupõe *uma outra* organização da escola, *uma outra* cultura, *uma outra* relação, entre os vários grupos que constituem a equipa educativa (pais, professores, alunos, pessoal auxiliar), um *outro modo* de refletir as práticas. Nele se passou de objetivos de instrução a objetivos mais amplos de educação.

Este projeto sugere um modelo de escola que já não é a mera soma de atividades, de tempos letivos, de professores e alunos justapostos. É uma formação social em que convergem processos de mudança desejada e refletida, um lugar onde conscientemente se transgride, para libertar a escola de atavismos, para repensar.

Hoje, em *equipa educativa*, todos os professores são professores de todos os alunos e todos os alunos são-no de todos os professores.

14:00 às 14:20h – Apresentação CECI-Piracicaba (Sala 1)

Apresentação EMEI/UNICAMP (Sala 2)

Apresentação CEPRE/FCM/UNICAMP (Sala 3)

14:20 às 16:30h - Mesa redonda: As cem linguagens (Sala 1)

***Profa. Dra. Ana Lúcia Goulart de Faria: Docente da FE/UNICAMP, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação, coordenadora do Subgrupo de Educação Infantil do GEPEDISC.**

****Profa. Joseane Búfalo: Mestre em Educação, Coordenadora da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Campinas.**

Resenha: Cem linguagens vs. Sem linguagens

Com o objetivo de contribuir para a formação de professoras das crianças de 0 a 6 anos na educação infantil – primeira etapa da educação básica – pretendo na X Jornada apresentar as pesquisas recentes sobre as crianças enquanto sujeito de direitos e objeto da Pedagogia. Partindo de que as crianças expressam-se através de múltiplas linguagens e de que são capazes de estabelecer múltiplas relações, investigações realizadas na esfera pública, fora da família (esfera privada), em instituições coletivas de educação e cuidado (creches e pré-escolas) mostram a produção da cultura infantil entre crianças, muitas vezes negligenciada pelo adulto “analfabeto” nas “cem linguagens”. Experiências brasileiras de sucesso serão destacadas do conjunto das realidades pesquisadas sobre as infâncias das crianças pequenas e a educação em creches como construção da cidadania.

14:00 às 16:30h - Mesa redonda: De Educador para Educador (Sala 2)

***Profa. Amélia Pires Palermo: Educadora, atual Diretora da Escola Comunitária de Campinas, autora do livro “Lançando Sementes”.**

Resenha: Pretendo fazer as pessoas refletirem sobre o “ser educador” através de perguntas ou questões que serão colocadas para serem respondidas interiormente, tais

como: o educador nasce pronto? É preciso preparar-se para ser educador? Há um limite para a formação? Quem prepara o educador?

Num segundo momento. Pretendo fazer as pessoas pensarem sobre a formação do educador – o que faz ser educador: uma boa Universidade? Muita leitura? Saber transmitir bem os conhecimentos? Interessar-se pelo desenvolvimento de seus alunos, alunas? Seria o ato de cuidar? Depois da reflexão provocada através das questões, apresentarei um caso concreto em que apareça a atuação do educador.

****Prof. Dr. José Pacheco: Escola da Ponte/Portugal.**

Resenha: Talvez o início deste século abra caminhos de reflexão e ação que façam das escolas lugares onde não exista uma única solução correcta para cada caso, onde a coerência praxeológica não seja redutível à aplicação linear de teorias, onde os professores não permaneçam “orgulhosamente sós”, nem seja reforçado o individualismo que não permite que um “outro” professor participe de um mesmo projecto. Essa re-elaboração da nossa cultura profissional atravessará gerações.

Não basta alterar programas. É indispensável alterar a organização das escolas, qualificar instituições, interrogar práticas educativas dominantes. As reformas também falham quando a euforia da novidade ofusca a necessidade de interferir no íntimo das comunidades humanas, de questionar convicções pessoais e, de (fraternalmente) incomodar os acomodados. Utopia, na linguagem comum, é usada como sonho impossível de ser realizado. Mas não é isso. Utopia é um ponto inatingível que indica uma direção.

14:00 às 16:30h - Mesa redonda: Stress Feminino e o Trabalho com Crianças (Sala 3)

***Dra. Ingrid Lipsi: Médica, formada na Faculdade de Ciências Médicas da UERJ. Clínica Geral no Hospital Albert Sabin/Campinas e em consultório.**

Resenha: Stress, Herói ou Vilão?

O stress é uma força positiva que possibilita a sua sobrevivência. Um certo grau de stress é benéfico e estimula nosso desempenho geral, mas não saber lidar com o stress pode ser prejudicial.

Como nem todas nós nascemos com estas características, temos que conhecê-las e aprender a desenvolvê-las para lidar com as demandas do nosso cotidiano. Qualquer stress que você vivencia é resultado do modo como você interpreta as demandas e de como você lida com elas e não das demandas em si. O que é estressante para uma pessoa pode ser relaxante para outra.

Vamos aprender a lidar com este “monstro” utilizando sua força a nosso favor, para vivenciarmos um dia-a-dia harmonioso e equilibrado.

****Profa. Dra. Maria Cecília Masselli: Enfermeira Sanitarista, Mestre em Educação e Doutora em Saúde Mental (UNICAMP). Medicina Preventiva/UNICAMP.**

Resenha: Estresse e trabalho com crianças

A pesquisa buscou ampliar a compreensão do estresse através de uma análise integradora de seus aspectos bio-psico-sociais. Para tanto, aproximou-se de 2 creches da Prefeitura e 2 da Unicamp, por ter sido monitora de creche a categoria que mais se afastou por motivo de estresse entre os funcionários municipais de Campinas em 1995. Os dados foram analisados buscando correlacionar três grandes eixos de análise ao estresse: identidade da categoria; natureza do trabalho com crianças; e qualidade da comunicação que permeia as relações de trabalho nas creches. A pesquisa sugere a criação de espaços de comunicação em que se possa expressar e elaborar emoções mobilizadas pelo trabalho, e a necessária democratização das relações de trabalho,

promotora de satisfação e responsabilização, através da qualificação dos vínculos que as monitoras estabelecem entre si, com as crianças e com a instituição.

05/10/2001 – Sexta-feira

8:45 às 12:00h - O que Conhecemos através das Imagens (Sala 1)

***Profa. Dra. Ana Angélica M. Albano: Licenciada em Artes Plásticas, Mestre e Doutora em Psicologia Social, é docente da Faculdade de Educação da UNICAMP. É pesquisadora do LABORART/UNICAMP.**

Resenha: A arte tem o poder de nos colocar, ao mesmo tempo, diante de nós mesmos e do mundo. Diante de uma obra podemos nos observar, enquanto observamos a imagem que se entrega à nossa contemplação. Ao nos emocionarmos diante uma pintura, passamos a ouvir em nós o eco da mesma verdade que levou o artista a criá-la. Pois, para que o sentido de uma obra seja compreendido é preciso deixar que ela nos modele como modelou o artista. Existe a preocupação de introduzir a leitura de imagens como parte integrante dos currículos escolares. Não basta, no entanto, levar boas reproduções para as salas de aula. É preciso, antes, que esta atividade faça parte do repertório do professor. É necessário ele já tenha se visto refletido numa pintura ou num filme e saiba, portanto, o valor da contemplação de uma obra, sendo capaz de se emocionar com o vermelho de uma pintura ou com luz de uma cena. Também é muito importante que tenha conhecimentos de História e Estética. Embora isto seja bem mais simples, porque podem ser adquiridas nos livros ou na Internet.

****Profa. Dra. Célia Maria C. Almeida: É licenciada em Educação Musical e em Educação Artística, é mestre e doutora em Educação. Atualmente é pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Ensino de Artes (LABORART/UNICAMP) e Professora Participante no Programa de Pós-Graduação em Educação na FE/UNICAMP.**

Resenha: O que podemos aprender através das imagens iconográficas? Imagens são parte do patrimônio cultural da humanidade. Através delas conhecemos diferentes culturas do presente e do passado. Sendo texto, podem ser narrativas ou descritivas, podem explicitar ou ocultar, contar verdades ou mentiras. Imagens podem se constituir em formas diferentes de dizer e compreender o mundo, pois nem tudo pode ser expresso através das palavras. Para compreendê-las é preciso conhecer os parâmetros que nortearam sua produção: os formais – afetos aos elementos visuais que colaboram para a construção da imagem – como os contextuais, pois imagens ao produções sócio-históricas. Enquanto produtos, as imagens são, também, instituintes da esfera sociocultural. As imagens nos fornecem um dos mais potentes sistemas simbólicos das culturas e nos auxiliam a criar formas únicas de pensamento. Compreender o sentido das relações que podem ser estabelecidas entre formas e cores, linhas e espaços – não apenas as relações formais, mas o caráter expressivo, os conhecimentos, valores e sentimentos que estes elementos visuais podem transmitir – é uma habilidade que necessita ser desenvolvida e valorizada na educação de crianças, jovens e adultos.

8:45 às 12:00h - Ser e Aprender: as Linguagens da Educação Infantil (Sala 2)

***Profa. Dra. Regina de Assis: Assistente Social e Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação, autora de vários trabalhos em Educação Infantil e atual Presidente da Fundação MULTIRIO, Empresa Municipal de Multimeios Ltda.**

Resenha: Ser e Aprender.

Desta forma as múltiplas linguagens do cuidado e educação passam a expressar-se pela comunicação verbal e não-verbal, pelos usos do espaço e do tempo e das atividades, objetos e pessoas que interagem como as crianças.

O contexto da vida contemporânea em que o silêncio, o ruído, as mídias, os sons e movimentos se interpenetram, oferecem instâncias de reflexão para os professores de crianças pequenas, a respeito da importância destas múltiplas linguagens na constituição de conhecimentos, valores e identidades.

8:45 às 12:00h - Mesa redonda: Escola Aberta às Diferenças: os Desafios da Inclusão (Sala 3)

***Profa. Dra. Maria Teresa Eglér Mantoan: Pedagoga, Doutora em Educação, Professora dos cursos de graduação e de pós-graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP, coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade (LEPED).**

Resenha: Todas as estratégias e argumentos pelos quais a escola tradicional resiste à idéia de uma escola única e para todos refletem a sua incapacidade de atuar diante da complexidade, da diversidade, da variedade, do que é real nos seres e nos grupos humanos. Estes não são virtuais, categorizáveis, mas existem de fato, compõem-se de pessoas que provêm de contextos culturais os mais variados; representam diferentes segmentos sociais, que produzem e ampliam conhecimentos e que têm desejos, aspirações, valores, sentimentos e costumes com os quais se identificam! O desafio de uma Escola Para Todos está desestabilizando as cabeças dos que sempre defenderam a seleção, a dicotomização do ensino nas modalidades especial e regular, as especializações e especialistas, o poder das avaliações, da visão clínica do ensino e da aprendizagem. Mas como não há bem que sempre ature, está sendo difícil manter resguardados e imunes às mudanças todos os que colocam nos alunos a incapacidade de aprender. Chega de subterfúgios teóricos, de distorções propositais do conceito de inclusão, porque sabemos que podemos refazer a educação escolar, segundo novos paradigmas, preceitos, ferramentas, tecnologias educacionais.

****Profa. Dra. Valéria Amorin A. de Araújo: Psicóloga, formada pela PUCCAMP. Doutora em Psicologia pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Barcelona (Espanha). Docente da FE/USP e Docente no Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba (UNIUBE/MG). Assessora em projetos educacionais na rede de ensino de Porto Feliz (SP).**

Resenha: O recente processo de democratização da sociedade brasileira, ainda em construção, vêm solicitando que a educação seja efetivamente assumida como prioridade nacional, com o objetivo claro de permitir que todos os cidadãos e cidadãs a ela tenham acesso, em todos os níveis. Estamos falando da formação e da instrução das pessoas visando sua instrumentalização para a participação motivada e competente na vida política e pública da sociedade. Ao mesmo tempo, entendemos que essa formação deve visar o desenvolvimento das competências para lidar com a diversidade e o conflito de idéias, com as influências da cultura e com os sentimentos e emoções presentes nas relações do sujeito consigo mesmo e com o mundo à sua volta. Abordar os sentimentos humanos como conteúdo escolar, de forma sistematizada contribuirá, a nosso ver, para a formação de personalidades morais que integrem em seus juízos e ações, ao mesmo tempo, os interesses pessoais e coletivos.

14:00 às 14:20h – Apresentação PRODECAD/UNICAMP (Sala 1)

Apresentação Creche Área de Saúde – CAS/UNICAMP (Sala 2)

Apresentação CECI-Campinas (Sala 3)

14:20 às 16:30h - Mesa redonda: A Educação do Sensível e a Visão de Corpos (Sala 1)

***Prof. Dr. João Francisco Duarte: Psicólogo. Mestre e Doutor em Educação, pela UNICAMP. Professor do Instituto de Artes (IA/UNICAMP). Representante da UNICAMP junto ao Conselho de Artes Plásticas da Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo.**

Resenha: O conhecimento inteligível (abstrato, conceitual, cerebral) e o saber sensível (concreto, sensorial, corporal): estas, as duas maneiras de nos relacionarmos com o mundo. Porém, se ao primeiro se deveu o imenso e vertiginoso desenvolvimento material e pecuniário dos séculos modernos, sua lógica pétrea exigiu nossa visão de mundo e, em conseqüência, nossa educação, a ele estivessem voltadas com exclusividade, descurando-nos sistematicamente do segundo. O que nos acarretou um progressivo embotamento de nossos sentidos e uma palpável regressão de nossa sensibilidade, mesmo para com nosso entorno mais imediato. Raciocinar com maior rapidez e sentir com menor acuidade, eis o resumo dos tempos ditos modernos. Em outras palavras, nos dias que correm vemos a nossa estesia (capacidade de sentir) vir sendo transformada em anestesia.

É necessária, doravante, uma educação sobretudo estética se quisermos alcançar uma sociedade planetária mais equilibrada e equânime, para quem o sensível e o inteligível se ombreiem na construção do existir das futuras gerações.

****Prof. José Carlos de Freitas Batista: Mestrando da Faculdade de Educação Física (FEF/UNICAMP), desenvolve seu trabalho no PRODECAD/UNICAMP.**

Resenha: *"Eu sei que tocar foi, ainda é e sempre será a verdadeira revolução"* (Nikki Giovanni). Pesquisas demonstram a importância da atividade física para as crianças na fase pré-escolar e como os professores trabalham com esta faixa etária. Sendo assim estudo busca abordar a percepção cinestésica normalmente esquecida por autores e pelos professores no desenvolvimento de suas aulas. Tentasse-a demonstrar o valor da percepção cinestésica, incentivando o seu desenvolvimento, em professores e nos alunos, além de auxiliar os programas de atividade que poderão compor o conteúdo das aulas. Desta forma esta proposta tem como objetivo buscar compreender como vemos e sentimos nossos corpos para podermos assim compreender os corpos dos outros, e desta forma, desenvolver um dos principais sentidos de percepção do ser humano – a percepção cinestésica – e a sua importância no desenvolvimento da motricidade humana.

14:20 às 16:30h - Diferenças Individuais, Potencial Humano e o Trabalho em Equipe (Sala 2)

***Prof. Dr. André Leite Alckmin: Engenheiro formado pelo ITA, com especialização em Psicologia Organizacional pela CALIFORNIAN AMERICAN UNIVERSITY. Sócio proprietário da Sociedade Internacional para Excelência Gerencial (SIEG).**

Resenha: O assunto a ser conversado será sobre: - No Limite: Quando os semelhantes e os diferentes nos fazem bem? ,

14:20 às 16:30h - A Linguagem da Criatividade na Escola e na Vida (Sala 3)

***Prof. José Francisco Aparecido: Professor de Artes Cênicas e Interpretação de Texto (Literatura Viva) no Instituto Educacional Jaime Kratz/Campinas e Colégio Renovatus. Formado em Artes Cênicas Tyler-Texas EUA, tem desenvolvido estudos sobre a importância das artes cênicas na educação.**

Resenha: A Linguagem da Criatividade na escola e na vida, tem como objetivo levar aos educadores uma visão mais ampla sobre as diferentes formas de trabalhar em sala de aula, numa época onde a mídia tem conquistado um grande espaço no tempo precioso de nossos alunos. A Linguagem é necessária e de uma forma criativa ela poderá com efeito transformar a educação, mas antes esta criatividade deverá fazer da nossa vida. O professor deve ser mais do que um profissional ele deve ser um Artista. Estaremos abordando este tema através de representações de Mímica, testemunhos de trabalhos já realizados em diversos lugares e várias dinâmicas que fará parte de uma aula prazerosa e dinâmica, motivando cada participante à transformar a realidade educacional brasileira.

16:30 às 17:00h – Encerramento

XI Jornada (16 e 17/10/2003) - “Práticas Cotidianas: saberes e fazeres”

Local: Centro de Convenções (UNICAMP)

16/10/2003 – Quinta-feira

8:30h - Abertura Oficial

9:30h - Apresentação Cultural

10:00h - Conferência de Abertura: Educação Infantil: Compartilhando dados do diário de Campo

***Profa. Eliana Aparecida Pires da Costa: Formada pela PUCC em Ciências Sociais e Licenciatura Plena em Pedagogia. Mestre (PUCC) e Doutora (UNICAMP) em Educação. Atua como Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Campinas.**

Resenha: Neste evento estarei compartilhando minha história de trabalho em sala de aula e militância na Educação Infantil, relatando e refletindo os episódios do cotidiano pedagógico, que revelam a cultura da infância, manifesta nas atividades das crianças. Estarei explicitando o contexto histórico e social da realização dessa práxis, bem como as teorias elaboradas a partir deste trabalho. Trata-se de um processo de conhecer a infância e as possibilidades de trabalho junto à criança.

11:00h - Debate

11:40h - Informações/Encerramento

12:00h - Almoço

14:00h - Apresentação Cultural

14:30h - Mesa Redonda: Como nos tornamos Educadoras: Lembranças... memórias... registros

***Profa. Ana Lúcia Guedes Pinto: Doutora do Departamento de Metodologia de Ensino de Educação da UNICAMP. Coordenadora do Grupo de Pesquisa AULA.**

****Profa. Roseli Aparecida Cação Fontana: Professora assistente doutor do Departamento de Metodologia de Ensino e do Programa de Pós-Graduação da UNICAMP e da UNIMEP.**

Resenha: Tomamos a formação inicial como um processo deliberado de inserção e continuidade em uma comunidade cultural. Tal processo construtivo dos educadores em formação é direcionado pelos professores formadores e marcados pelas práticas e discursos em circulação no movimento sócio-histórico mais amplo. No âmbito dessa forma inicial, focalizamos: a) as relações que são construídas entre as/os professoras/es iniciantes e as práticas educativas produzidas nas escolas; b) a materialidade dos processos de elaboração dessas relações e sua significação para o educador em formação.

17/10/2003 – Sexta-feira

9:00h – COMUNICAÇÕES ORAIS

Expressão Corporal: Uma Contribuição Para O Desenvolvimento Infantil (Sala 1)

***Aline Maria Oliveira Santos/ Marília Soares Vieira (Orientadora) - PRODECAD**

O projeto é uma pesquisa de iniciação Científica financiada pelo órgão Fapesp e desenvolvida no PRODECAD, com aplicação de aulas práticas de expressão corporal a crianças de 1º série, visando estimular as potencialidades criativas por meio da linguagem do corpo. Não limita-se a codificações de movimentos mas sim, permite a expressão de individualidades. Os conteúdos trabalhados em aula como: consciência corporal, noções rítmicas, relações especiais, relação com o outro e em grupo (coletividade) são aplicados de maneira lúdica, associados à brincadeiras, jogos e elementos presentes no cotidiano das crianças.

Utiliza-se ainda, recursos que estimulem os sentidos e a percepção como instrumentos musicais, histórias infantis, imagens e objetos. A criação por parte dos alunos é um dos aspectos fundamentais, reforçado nos desenhos, pinturas e trabalhos com argila e materiais diversos.

Banda “Bate Latinha” (Sala 1)

***Valquíria Salustiano Pereira / Tânia Márcia de Campos**

Desde 1997 a CAS – UNICAMP vem desenvolvendo, junto às crianças e comunidades envolvidas, a conscientização da importância da preservação da natureza, abrangendo temas como: coleta seletiva, reciclagem de materiais, utilização de materiais recicláveis para construção de novos objetos, entre outros. Em 2001 com o início de um novo milênio e, fortalecendo o conceito já implantado; criamos um novo projeto com o tema.: Reciclar de novo para criar o novo. Baseado neste tema, criamos a banda “bate latinha”.

O Técnico De Enfermagem Vivenciando Experiências Lúdicas No Cuidado A Crianças Saudáveis (Sala 2)

***Ma. Fátima Imai/ Valéria Fernandes Bonfim/ Cecília Lourenço/ Terezinha A. Sugai – CAS.**

O trabalho relata a experiência de alunos cursando o Técnico de Enfermagem numa escola Técnica Pública da cidade de Campinas, vivenciando experiências lúdicas no cuidado à crianças de 3 meses a 4 anos de idade, numa instituição pública (creche). O trabalho do docente de Enfermagem juntamente com a equipe multidisciplinar no ambiente coletivo proporcionou aos alunos o desenvolvimento de sua criatividade e a visão global da criança saudável e às crianças da creche a oportunidade de aprendizagem pelo experimentar, vivenciar e brincar. Concluimos que o campo de

estágio com crianças em ambiente coletivo, oferece ao aluno Técnico uma visão do cuidar de forma educativa e preventiva que é essencial para o desenvolvimento do ser humano em muitas fases de sua vida, tornando-se um elo de ligação com a criança hospitalizada.

Projeto Meio Ambiente (Sala 2)

***Professoras: Priscila/ Rosercy -EMEI**

O projeto Meio Ambiente vem sendo desenvolvido com o objetivo de proporcionar espaços de reflexão e conscientização sobre a qualidade de vida, a necessidade de preservação e a melhoria tanto do espaço físico quanto social.

Consideramos que é de fundamental importância começarmos o mais cedo possível a formação da consciência ecológica, através da aproximação da criança com o seu ambiente natural e cultural. Para isso, o projeto também tem como objetivo levar às famílias de nossas crianças informações e reflexões sobre o meio ambiente, buscando questionar e discutir o próprio modelo de sociedade, que tem como ideologia o desperdício o exagero e o mau uso do planeta como gerador inesgotável de recursos e receptor de dejetos.

Projeto Reciclar : O papel de cada um de nós (Sala 2)

***Roseli Ruiz, Carmem Almeida, Helenice Vitorino, Maria Ap. Moori Batista**

O projeto foi elaborado através de um trabalho junto a Área de Saúde da Unicamp, que envolveu um grupo de varias áreas como: CECOM, HEMOCENTRO GASTROCENTRO, HC, CAS, seu objetivo principal foi de conscientizar todos os funcionários, educadores, pais e crianças em contribuir com a preservação do meio ambiente e garantir uma qualidade de vida melhor para toda comunidade.

Algumas reflexões sobre a produção infantil (Sala 3)

***Jéssica Del Carmen Vega Galvan Menezes**

Este trabalho propõem reflexões a partir da observação e produção do trabalho "infantil". Questiono através do próprio material coletado (fotos, relatos, materiais usados), os sinais que levam a constatação de se tratar de produção "adultocêntrica" já que o tempo, o material e a sua utilização são dadas sob o enfoque do adulto, que além de assumir uma postura facilitadora é também quem estipula o como fazer a produção acontecer. O intuito é levar à tona as dificuldades encontradas para a produção genuinamente infantil, onde o principal elemento será ter uma concepção mais alargada e crítica do seja de fato a criança construir a sua própria "engenhoca" e o tempo para sua construção e onde o educador seja de fato apenas o facilitador para que isto aconteça.

Brincadeiras Ao Ar Livre - Faixa etária de 01 à 02 anos (Sala 3)

***Anna Karina C. M. Coral/ Eliane Santos Silva / Gilmara da Cunha / Joselene Casarini / Leda Amaral / Márcia Correa / Tatiane Icks**

Durante o nosso trabalho, buscamos desenvolver atividade que auxiliassem as crianças na exploração de diferentes materiais para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sentidos e estimulação física.

Acreditamos que ao brincar, a criança exercita a construção e a representação do mundo. Através de atividades de pintura, massa de modelar, bolinhas de sabão, areia e água, tentamos estimular ao máximo a criança para o desenvolvimento de todo seu potencial e criatividade.

Pedagogia de Projetos: FRUTAS (Sala 4)

***Luciana Nascimento/Meigue Alves dos Santos (CECI)**

Esse projeto surgiu quando as crianças pesquisavam sobre a alimentação das formigas, aflorando assim a curiosidade deles sobre os diversos tipos de frutas. A princípio, foi preciso tempo para a coleta de dados sobre o que as crianças sabiam sobre as frutas. No decorrer do desenvolvimento do projeto houve a intensa participação dos pais, nos trazendo pesquisas e frutas na sua diversidade, o que contribuiu para que pudessem experimentar, conhecer as frutas existentes, bem como sua importância, como poderiam ser utilizadas e o meio em que eram produzidas. O prazer da descoberta do conhecer e do experimentar foi muito intenso e gratificante no enriquecimento das novas descobertas.

Sementes e Caminhos (Sala 4)

***Luciana Nascimento/Daniela Batista de Oliveira/CECI-Unicamp**

Tudo começou a partir do projeto "culinária", fizemos algumas receitas e degustamos frutas, guardando suas sementes como: melancia, laranja, maracujá, etc. Partindo desse princípio, começamos a passear pelo campus da Unicamp para coletar e observar a diversidade das plantas e sementes, o que desencadeou nosso novo projeto. Sentimos a necessidade de marcar os caminhos de nossos passeios, como: "João e Maria".

Vamos contar como fizemos e tudo que recolhemos. Vamos analisar os caminhos que traçamos... Acabamos com a construção uma bonita maquete.

A Cigarra (Sala 4)

***Valéria Aux. Guadagnini Ramalheira /Meigue Alves dos Santos**

Esse projeto começou quando uma criança trouxe uma cigarra em um frasco, para a turma observar. Concomitante a esse fato, era a época em que se ouvia canto das cigarras. Houve interesse por parte das crianças e pelos adultos, aflorando o desejo de conhecer mais... Em primeiro momento, houve investimento de tempo na coleta de dados através de registro diário, vivências e observações, passeios e pelo próprio espaço da creche, que foi importante para o nosso projeto, pois as crianças levaram para casa todas as experiências vivenciadas, havendo interação de pais-crianças-educador-meio. Surgiu o desejo de se construir algo não sobre a cigarra, mas sim para ela; uma "arvore", em que resultou no nome de um de nossos parques.

A Importância Do Recurso De Artes No Ensino Dos Surdos (Sala 5)

***Renata Aparecida Falsarella /Andréia da Silva Rosa – CEPRE/UNICAMP**

A língua de sinais se apresenta na modalidade visual-espacial, através dela as pessoas surdas constroem os conceitos de mundo. Nessa direção, o recurso de artes nas atividades pedagógicas tornam-se mais significativas e de fácil compreensão. Objetivamos fornecer maiores possibilidades e habilidades que surdo possa entender melhor a multidisciplinariedade, que são muito pertinentes nas relações de aprendizagem.

A Língua De Sinais e o Brincar; Reflexões Acerca Da Construção Da Linguagem (Sala 5)

***Marina Velosa Simões (estagiária)/Andrea da Silva Rosa/CEPRE/UNICAMP**

A fala no brincar contribui para o desenvolvimento da linguagem principalmente nas construções das situações imaginárias. Com isso mostra-se a importância da língua de sinais no brincar da criança surda. O objetivo desse estudo é investigar e refletir como a língua de sinais propicia a construção da linguagem em crianças surdas no brincar. Os sujeitos dessa pesquisa são sete crianças surdas na faixa etária de três à cinco anos

pertencentes ao programa do CEPRE -FCM-UNICAMP, com a professora fluente em língua de sinais, adulto surdo-instrutor da língua de sinais, da estagiária...

Programa Biblioteca Escolar Na Emei (Sala 6)

***Telma Regina de Campos João/ Kátia Regina Scomparin**

Apresentação das atividades desenvolvidas pelo programa Bibliotecas Escolares na EMEI “Maria Célia Pereira”.

- Formação de crianças e pais leitores: empréstimo de livros, utilização do espaço para ouvir e contar histórias, concurso “O melhor contador de histórias”, tarde de poesia, feira do livro, oficinas pedagógicas, hora do conto
- Biblioteca: lugar para descobrir o mundo; vídeos, revistas, livros, cartazes, varal de poesias, livro de pesquisa para o trabalho do professor.

A aquisição de língua de sinais através de materiais concretos (Sala 6)

***Maria Lúcia de Oliveira/ Andréa Silva Rosa/CEPRE**

O trabalho com o surdo através do brinquedo é produtivo, pelo fato de todo brinquedo ser uma réplica do que possui os adultos em casa, no trabalho e cotidiano. Com este método, consegui uma aproximação mais estreita com o surdo, através da amizade, do respeito e da afetividade, fui passando os conceitos básicos e também os sinais de cada objeto. O processo é lento, mas já é possível ver resultados, hoje já consigo acompanhar-me no jogo

de dominó colorido, faz associações entre cores, formas, grupo familiar e principalmente, com a convivência com outros surdos adultos, com aula com interprete de sinais, ele já sabe que pode se comunicar através das mãos e faz válidas tentativas.

10:00 às 12:30h - OFICINAS

A linguagem no cotidiano escolar (Sala 1)

***Zilda Maria Gesuelli: Graduada em Lingüística e Mestre em Lingüística pelo Instituto de Estudos da Linguagem (UNICAMP). Doutora em Educação pela FE-UNICAMP. Docente do Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação “Prof. Dr. Gabriel Oliveira da Silva Porto” (CEPRE/FCM-UNICAMP).**

Este trabalho tem como objetivo propiciar reflexão sobre o papel da linguagem na constituição da subjetividade e conseqüentemente nas diversas interações dadas em contextos educacionais. Estaremos discutindo as diferentes concepções de linguagem e suas implicações no processo de aquisição e desenvolvimento de leitura-escrita.

A linguagem da música na Educação Infantil (Sala 2)

***Profa. Adélia Maria Reggio Machado: Pedagoga no CECI-Campinas e Especialista em Educação Especial.**

Através de experiências dentro da Educação Infantil, o trabalho realizado com a música vem promovendo várias reflexões com respeito a um conteúdo de formação e transformação tanto dos Educadores como com as crianças. O fascinante mundo sonoro, numa linguagem simples e criativa no espaço infantil.

A informação ao alcance de todos: Fontes de pesquisa na área educacional (Sala 3)

***Gildenir C. Santos: Mestre em Educação pela UNICAMP (tecnologia educacional).**

****Rosemary Passos: Mestre em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela PUC.**

Ambos da Biblioteca da Faculdade de Educação da Unicamp.

A presente oficina tem como objetivo, apresentar as fontes e ferramentas de pesquisa na área educacional, existentes hoje em dia na grande rede mundial (internet), de forma clara e didática, enfatizando a importância das mesmas para a atualização dos profissionais da educação, deixando a informação ao alcance de todos.

Teatro, Educação – Dramatização (Sala 4)

***Profa. Helenice de Lourdes Vitorino: Pedagoga da Creche Área de Saúde – UNICAMP. Especialista em Pedagogia do Movimento – UNICAMP. Presidente do Grupo Teatral STRAMC – Sociedade Recreativa Amigos da Criança. Diretora de Eventos Culturais da FECANTA – Federação Campineira de Teatro Amador.**

****Profa. Juscelina Umbelina da Silva: Recreacionista da Creche Área de Saúde – UNICAMP. Especialista em Pedagogia do Movimento – UNICAMP. Ministrante da Oficina Criar para Brincar.**

***** Profa. Gleice Marques da Silva: Recreacionista da Creche Área de Saúde - UNICAMP. da Oficina Criar para Brincar.**

O significado da arte é diferente para o adulto e a criança. Para a criança a arte é um meio de expressão que ela utiliza para nos mostrar como se sente, como pensa, como vê o mundo.

Esta oficina tem como objetivos: Proporcionar a reflexão e vivência do jogo dramático e a sua importância no desenvolvimento da criança; assim como conhecer as fases evolutivas da dramatização infantil observando as diferenças nos diversos estágios do jogo dramático.

Vivências Corporais (Sala 5)

***Prof. Dr. Adilson Nascimento de Jesus: Professor da Faculdade de Educação Física da UNICAMP. Mestre em Educação Física (UNICAMP). Doutor em Educação (UNICAMP) e Pós-doutorado em Artes - Université Paris VIII.**

O trabalho refere-se ao desenvolvimento de vivências práticas que abordem os conhecimentos relativos à consciência corporal através do relaxamento, massagem e estruturação postural: noções básicas de elementos rítmicos e de elementos técnico-expressivos relativos a determinados aspectos do movimento humano.

Oficina de desenho para a Escola Inclusiva (Sala 6)

***Profa. Lucia Reily: Arte-educadora pela Universidade de Indiana. Mestre e Doutora em Psicologia Educacional (USP). Docente do Curso de Educação Especial na PUC. Faz parte do Programa Infantil: Linguagem e surdez no CEPRE.**

**** Profa. Dra. Ana Angélica Albano: Docente da Faculdade de Educação (UNICAMP), da Área de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte e do Grupo de Pesquisa: OLHO -Laboratório de Estudos Audiovisuais.**

Nesta oficina, estaremos propondo algumas atividades de desenho, considerando a presença de alunos com necessidades educacionais especiais na área de deficiência visual, surdez ou deficiência mental, tendo como base noções sobre o grafismo infantil e a imaginação.

Glândulas, Prazer e Trabalho (Sala 7)

***Dra. Regina Celi de Lima Happ:** É formada em medicina pela Universidade Gama Filho e PGR em reprodução humana pela Califórnia University (USA).

Temos o direito de nos conhecermos biologicamente. Assim como as mulheres, os homens também sofrem de variações hormonais que tanto interfere em seu comportamento. Dar ao indivíduo o direito de se conhecer, de assumir a responsabilidade pela sua saúde físico-emocional é o nosso propósito.

ÁGUA: Suficiente para todos? (Sala 8)

***Sr. Armando Gallo Yahn:** Engenheiro civil com especialização em Recursos Hídricos.

Foi consultor de Engenharia e Professor titular na PUCC/Campinas. Atualmente é Gerente de Comunicação Social da Sanasa Campinas.

Com o crescimento populacional concentrado em áreas urbanas, a disponibilidade de água passa a ser um fator restritivo ao desenvolvimento regional. Acresce-se ao fato, o aumento considerável do consumo de água por outros setores acirrando os conflitos entre os diversos usuários, ou mesmo restringindo alguns dos usos da água pela acelerada poluição.

Questões de Gênero (Sala 9)

***Profa. Margarita Díaz:** Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da UNICAMP. Presidenta da Reprolatina - Soluções Inovadoras em Saúde Reprodutiva. Coordenadora do Projeto Reprolatina. Capacitação em Saúde Sexual e Reprodutiva de Profissionais de Saúde, Educação Sexual para Educadores e Adolescentes. Docente do Curso de especialização em Educação Sexual - Faculdade de Educação (UNICAMP). Consultora da Organização Mundial da Saúde, The Population Council, Fundação Odebrecht.

O objetivo da oficina é refletir sobre a construção dos papéis de gênero, as consequências da desigualdade de gênero na saúde sexual e reprodutiva e identificar ações para mudança.

Inclusão das minorias: Possibilidades e Limites (Sala 10)

***Andréa da Silva Rosa:** Pedagoga/Intérprete de língua de sinais do Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação “Prof. Dr. Gabriel Porto” (CEPRE/FCM-UNICAMP). Diretora de Educação e Cultura da Associação de Surdos de Campinas (ASSUCAMP). Mestranda em Psicologia Educacional pela Faculdade de Educação da UNICAMP.

Esta oficina tem como objetivo refletir a inclusão das minorias nos espaços escolares a partir dos procedimentos capturados pelos educadores na elaboração das estratégias de ensino. Tais estratégias apontam quais as possibilidades e quais as limitações dos professores no trabalho com a diversidade de alunos na sala de aula.

Trabalhe com o Braille (Sala 11)

*** Profa. Silvia Helena Rodrigues Carvalho:** Docente em Pedagogia com especialização em Deficiência Visual, atuando no CEPRE/FCM no Programa de Reabilitação para Adultos e Adolescentes com Deficiências Visuais, nas áreas da Informática e ensino do Sistema Braille. Atua também no Laboratório de Apoio Didático na Biblioteca Central, espaço destinado a usuários com deficiências especiais.

Oficina para o conhecimento do sistema Braille, realizado de forma prática, favorecendo o entendimento do código de Braille, informando também as características do sistema de leitura e escrita para o deficiente visual.

Contando Contos (Sala 12)

***Profa. Maria Lúcia Neves: Técnica em Museu na Galeria de Arte da Unicamp. Formada pelo curso de Arte Educação pela Escolinha de Arte do Brasil e outros cursos na Arte de Contar histórias. Membro do Grupo Parangolé de Prosa.**

Depois de alguns anos trabalhando como contadora de histórias, tanto para crianças como para adultos, montei este projeto dirigido a professores e educadores em geral.

Isto porque a convivência e as pesquisas com as histórias me dão a certeza de que esta prática é muito rica e pode ser explorada de infinitas maneiras, por ser um recurso dinâmico, lúdico e de grandes ensinamentos.

14:00 às 16:30h – OFICINAS

Atividades corporais: estimulando o desenvolvimento motor na 1ª infância (Sala 5)

*** Profa. Elaine Prodócimo.**

Aula voltada para compreensão do aspecto motor infantil como manifestação inteligente e as relações de seu desenvolvimento com o desenvolvimento global da criança; possibilidades de estímulo da motricidade infantil.

Novas crianças na Creche: Os desafios da inclusão (Sala 10)

*** Profa. Magali Ap. de Oliveira Arnais: Pedagoga, Mestre pela Faculdade de Educação da UNICAMP na área de Ensino, Avaliação e Formação de Educação. Responde pela área Psicopedagógica da Creche Área de Saúde – UNICAMP.**

**** Cecília Felipini: Recreacionista da creche da Área de Saúde.**

***** Roberta C. Paula: Recreacionista da Creche da Área de Saúde.**

A presente oficina tem como objetivo subsidiar e sensibilizar os participantes sobre o processo de inclusão de crianças com necessidades especiais na creche, bem como apresentar o trabalho de inclusão que é realizado na Creche Área de Saúde – UNICAMP.

Mosaicos (Sala 12)

***Profa. Renata Marangoni: Formada em Arquitetura e Urbanismo pela Puccamp. Tem ministrado oficinas de Mosaico e participado de Mostras e Congressos nesta área.**

Com sua experiência em arte e educação a mosaicista pretende levar ao conhecimento dos educadores a arte agradável e delicada de colar cacos, gerando assim um efeito multiplicador da sua difusão entre educadores e alunos. Sendo o mosaico uma arte milenar, ao longo da história a oficina de mosaico tem como objetivo fornecer um conhecimento básico, passando por alguns períodos históricos e técnicas e de como podemos empregá-la na educação infantil.

Caberá aos alunos através de um trabalho prático, sob tutela do professor, executar um quadro em madeira com tesselas (peças) de cerâmica e materiais diversos.

16:30h - Encerramento

XII Jornada (20 e 21/10/2005): O velho-novo ofício de educar

Local: Centro de Convenções (UNICAMP)

20/10/2005 – Quinta-feira

8:30h – Recepção - Café

9:00h – Abertura Oficial

9:30h – Programação Cultural – GRUPO CANARINHOS DA TERRA (PETROBRÁS/UNICAMP)

10:00h – Conferência – O VELHO-NOVO OFÍCIO DE EDUCAR

***Prof. Dr. Carlos Alberto Vogt (ex-reitor UNICAMP)**

Resenha: [não há resenha no Caderno de Resenhas]

13:20 – Programação Cultural – A CIGARRA E A FORMIGA

13:30h – Conferência – UM PÉ NO PASSADO, UM OLHAR PARA O FUTURO. PARA ONDE CAMINHA A EDUCAÇÃO?

***Profa. Dra. Emília Maria B. C. Castro Sanches**

Resenha: [não há resenha no Caderno de Resenhas]

15:30h – BRINCAR, CANTAR, DANÇAR E DE REPENTE APRENDER (Sala 1)

***Edinho Paraguassu: Docente na Universidade Anhembi Morumbi, Pós-Graduado Lato Sensu em Recreação/Lazer e Animação Sócio-Cultural, Autor do CD “Brinquedo”.**

Resenha: Criar, através das brincadeiras, cantigas de rodas e dança de pares, um espaço propício para a interação social dos participantes, fundamental na assimilação e construção do conhecimento, bem como possibilitar de forma lúdica as ações, expressar e cooperar, tão importantes na forma educativa.

15:30h – O CIRCO MALUCO COMO UMA EXPERIÊNCIA DE TEATRO-INTERATIVO (Sala 2)

***Wagner Kampynas: Ator.**

Resenha: A proposta desta oficina é construir com os educadores o potencial do teatro interativo no trabalho com as crianças, com o objetivo de aproximar a criança do artista/educador, fazendo com que ela estabeleça sua visão de palco e personagens. O teatro interativo trabalha sempre num linguajar de fácil assimilação. Nele não há regras rígidas de teatro. Tudo é permitido. A criança participa dando sua rica contribuição, seu humor e sabedoria. Neste teatro denominado CIRCO MALUCO, os números artísticos são variáveis, dependendo do local da apresentação e idade da criança. Com ampla liberdade de criação, as crianças deixam aflorar seus sentimentos, saindo dos traumas e frustrações que a vida lhe impõe. O teatro interativo, CIRCO MALUCO, quebra a barreira de palco e platéia fazendo deles um só corpo.

21/10/2005 – Sexta-feira

8:30h – EDUCAÇÃO DA DIFERENÇA (Sala 1)

***Profa. Dra. Sandra Mara Corazza: Licenciada em Filosofia e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professora Adjunta do Departamento de Ensino e Currículo e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFRGS.**

Resenha: Discutir três tempos da Educação, da Pedagogia e do Currículo, desde a perspectiva do pensamento da diferença, quais sejam: 1) Neutralidade iluminada; 2) Suspeita absoluta; 3) Desafio da diferença pura.

8:30h – O IMPACTO DO COTIDIANO NA QUALIDADE DE VIDA – REFLEXÕES

***Profa. Teresa Helena P. Freire de Carvalho: Pedagoga, Especialista em Gestão pela Qualidade.**

Resenha: O impacto do cotidiano na Qualidade de Vida. Favorecer um momento de integração e reflexão sobre as dimensões de qualidade de vida apontadas pela Organização Mundial de Saúde e a forma de estruturação do tempo.

10:30h – Mesa de debate – INFÂNCIA E EDUCAÇÃO (Sala 1)

Mediador: Israel Vieira.

***Prof. Durval Checchinato: Psicanalista.**

Psicanálise, Infância e Família - Resenha: Educar para a psicanálise consiste em fornecer significantes à criança, mediante os quais sua pulsão possa se transformar em simbolizações cada vez mais abrangentes. Trata-se de um processo de sublimação. A “energia” do ser humano se destina a manter e a promover a obra da civilização, da cultura. Nisto, a função dos pais e dos educadores é fundamental. Então, fica a questão: como ter filhos, precisar educá-los e ao mesmo tempo, deixar espaço para que a diferença deles possa facultar a subjetividade?

***Profa. Dra. Sandra Mara Corazza: Licenciada em Filosofia e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professora Adjunta do Departamento de Ensino e Currículo e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFRGS.**

História da Infância Sem Fim – Resenha: O que aconteceu, na história da infantilidade, foi que, pelas condições de proveniências e de emergência do infantil, ele especificou-se constituído por estratégias que subordinaram sua identidade, que a distribuíram junto a outras individualidades, também nascidas débeis, secundárias, insignificantes, anormais: as dos loucos, pobres, doentes, mulheres, negros, velhos, criminosos, bruxas, homossexuais, deficientes, prostitutas, monstros. Ou seja, quando a cultura ocidental partejou o ser infantil, este não nasceu nada bem. Porque nasceu junto a todas as outras espécies de infantis-infames, cuja forma predominante de sujeição foi a de estar submetido, pelo controle e pela dependência, ao Sujeito-Verdadeiro, Modelo, Padrão, que é o Adulto. Sujeito que não é um indivíduo, mas um lugar discursivo, que cumpre a função de um referente estável e funda o endereçamento de cada um dos indivíduos temporais.

10:30h – ADOLESCÊNCIA E SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA: UMA EXPERIÊNCIA DE SUCESSO – ONG REPROLATINA (Sala 2)

***ONG Reprolatina**

Apresentar o Programa “Vivendo a Adolescência” da Reprolatina, uma proposta inovadora de intervenção para melhorar a qualidade de vida de adolescentes, a partir de ações de prevenção e promoção na área de saúde sexual e reprodutiva, discutindo as

dificuldades que os adultos (pais, educadores e profissionais de saúde) têm para abordar questões da sexualidade com crianças e adolescentes.

10:30h – Mesa de debate – O CORPO E A ARTE NA ESCOLA (Sala 3)

Mediadora: Márcia Aparecida Pereira Silva Pinheiro

***Profa. Dra. Rute Estanislava Tolocka: Professora da Faculdade de Educação Física da Universidade Metodista de Piracicaba.**

Educar e Brincar – Resenha: Discutir necessidades básicas do ser humano em crescimento, mostrando como brincar pode auxiliar no desenvolvimento de diferentes aspectos do comportamento e como estas atividades, outrora naturais para as crianças, têm diminuído ao longo dos anos, por causa das mudanças sociais (ida cada vez precoce para as escolas, aumento da violência urbana, aumento de trânsito, dentre outras). Apontar para a urgência de se respeitar a criança e seus direitos, entre os quais o de brincar e a inserção de atividades deste tipo nas escolas, principalmente quando as crianças permanecem nela tempo integral.

***Prof. Ricardo M. da Silva: Pedagogo, Mestrando em Artes – UNICAMP.**

Arte na Escola: A Educação do Ser Sensível – Resenha: Discutir a finalidade da arte na educação de forma a conferir-lhe uma real função social, apresentando uma proposta da abordagem na qual a arte desempenha papel que lhe é próprio, ou seja, a educação estética do “Ser Sensível”. Refletir sobre a aula de Arte como “espaço” privilegiado de aprimoramento da sensibilidade em detrimento da excessiva racionalidade que pauta os currículos escolares, destituindo-a de um caráter apenas lúdico e ou terapêutico a ela associado na maioria das vezes. Apontar a necessidade de se contemplar as diversas formas de expressão artística da contemporaneidade com metodologia que viabilize, não apenas a experiência estética, mas também a fruição artística e a reflexão sobre a prática.

13:50h – Programação Cultural – HISTORARTE

14:00h – VÁRIAS LEITURAS (Sala 1)

***Profa. Leny André Pimenta: Professora, Pedagoga, Especialista em Administração de Empresas pela Fundacc/USP (Ribeirão Preto-SP), Especialista em Construtivismo e Educação pela UAM – Universidade Autônoma de Madri.**

Resenha: A humanidade está doente, necessita de afeto, compreensão, compartilhamento, necessita de uma ética de formação do cidadão planetário. Consciência plena de pertencimento ao planeta Terra, de sentimento de humanidade.

14:00h – A VELHA E A NOVA CRIANÇA DENTRO DE NÓS (Sala 2)

***Prof. Dr. Paulo Sérgio Emerique: Educador, Psicanalista, Doutor em Psicologia pela USP, Professor Aposentado da UNESP Rio Claro, Diretor de E. E. I. Bem-te-Vi, Autor do livro Brincaprende.**

Resenha: A educação tradicional-moralista e a formação, em nós, de uma velha criança com posturas rígidas e dicotômicas. A emergência de uma nova criança humana e ambivalente, pela via do lúdico e do imaginário. Sugestões de algumas atividades indicadas para uma ensinagem brincante.

14:00h – CORES, SONS, MOVIMENTO E O QUE MAIS VIER... CRIANÇAS E EDUCADORES DESCOBRINDO E INVENTANDO LINGUAGENS (Sala 3)

***Profa. Luciana Esmeralda Ostetto: Professora do Curso de Pedagogia – Departamento de Metodologia de Ensino no centro de Educação da Universidade**

Federal de Santa Catarina (Florianópolis), foi Professora e Coordenadora de Creche na Rede Pública de Florianópolis e São Paulo, é Doutoranda em Educação pela UNICAMP.

Resenha: Você dança? Onde está a sua música? E o seu desenho? Qual a sua cor preferida? Provocações... Como propor ao outro um caminho que eu mesmo não ouse fazer? Como propor aos meninos e meninas que desenhem, pintem, dançam, cantem, enfim, expressem suas múltiplas linguagens se em mim estas linguagens estão caladas? Para seguir com as crianças, acompanhando seu processo de conhecimento do imenso mundo o educador precisa, primeiramente, reconhecer e descobrir as suas próprias linguagens, lançar-se ao encontro de sua dimensão criadora, inventiva, ousada e aventureira. Só assim poderá provocar e abrir espaços para a cor, a musicalidade, as formas, o movimento e o que mais vier no cotidiano educativo... É essencial o encontro – com as crianças e consigo mesmo!

16:00h – Encerramento – Programação Cultural: O DEFUNTO

***Caos Cia de Teatro.**

ANEXO 10 – PROGRAMAÇÃO DO “I ENCONTRO PARA APRIMORAMENTO PROFISSIONAL”

21/10/2004

09h00 – Abertura

09h30 - Palestra: Dr. Jamiro Wanderley

11h00 – Atividade dos Grupos

13h30 – Oficinas (bijouteria de revistas, cestas de jornal, origami, biscuit, E.V.A., garrafas pet)

15h30 – Projetos (Faculdade de Educação Física, Instituto de Biologia, Faculdade de Engenharia Agrícola, Parque Ecológico, Detran – Programa de Educação para o Trânsito para Professores)

22/10/2004

08h30 – Biodança

09h30 – Atividade dos grupos

10h30 – Comunicações Orais

12h00 - Piquenique

13h30 – Jogos

15h30 – Apresentação dos grupos

17h00 - Encerramento

Fonte: <http://www.dgrh.unicamp.br/noticia.shtml?idNoticia=556> (Acesso em março de 2006)

ANEXO 11 – “AO CONTRÁRIO, AS CEM EXISTEM” (Loris Malaguzzi)

A criança
é feita de cem.
A criança tem cem mãos
cem pensamentos
cem modos de pensar
de jogar e de falar.
Cem sempre cem
modos de escutar
de maravilhar e de amar.
Cem alegrias
para cantar e compreender.
Cem mundos
para descobrir
Cem mundos
Para inventar
Cem mundos
para sonhar.
A criança tem cem linguagens
(e depois cem cem cem)
mas roubaram-lhe noventa e nove.
A escola e a cultura
lhe separam a cabeça do corpo.

Dizem-lhe:
de pensar sem as mãos
de fazer sem a cabeça
de escutar e de não falar
de compreender sem alegrias
de amar e de maravilhar-se
só na Páscoa e no Natal.
Dizem-lhe:
de descobrir um mundo que já existe
e de cem roubaram-lhe noventa e nove.
Dizem-lhe:
que o jogo e o trabalho
a realidade e a fantasia
a ciência e a imaginação
o céu e a terra
a razão e o sonho
são coisas
que não estão juntas.
Dizem-lhe enfim:
que as cem não existem.
A criança diz:
ao contrário as cem existem.

(Malaguzzi, 1994 apud Farias, 2005a: 73-74)

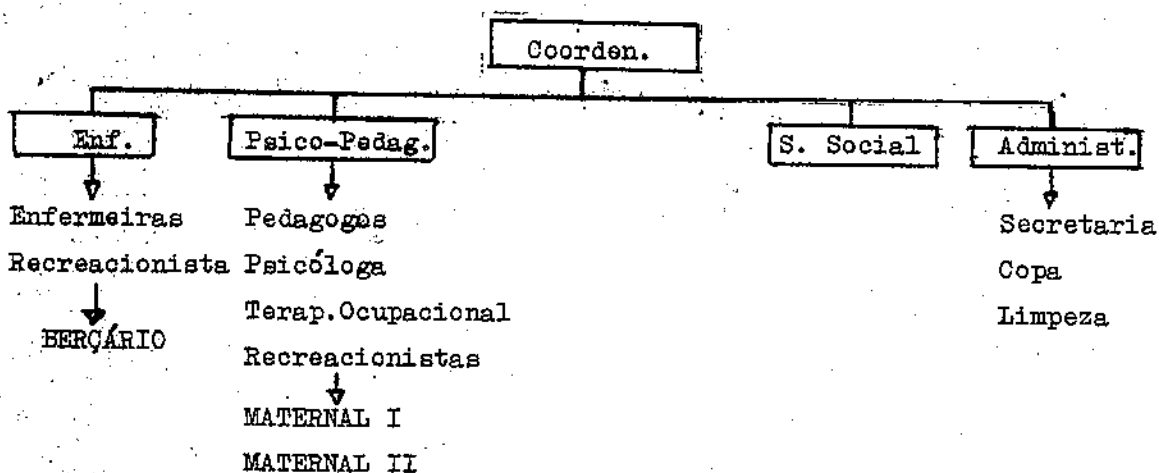
ANEXO 12: ROTEIRO DE "TREINAMENTO" OFERECIDO ÀS PRIMEIRAS RECREACIONISTAS CAS

PRODECAD/CRECHE/ÁREA DE SAÚDE

TREINAMENTO

Sejam bem-vindas à UNICAMP

Sejam bem-vindas à nossa creche



A NOSSA FILOSOFIA DE TRABALHO

- 1.- Trabalhar em equipe, como uma grande família;
- 2.- Prestar atendimento às crianças da forma mais correta possível;
- 3.- Contribuir para que as mães confiem no nosso trabalho, e possam cumprir com suas obrigações nos seus respectivos serviços, com tranquilidade.

A Unicamp está contando agora com duas creches.

A creche que está funcionando há 8 anos, chama-se CECI - Centro de Convivência Infantil, funciona de 2ª a 6ª feira, no horário comercial, com a jornada de trabalho de 40 horas semanais.

A nossa creche - a creche da área de saúde, tem por finalidade, atender as crianças, filhos de funcionárias que trabalham na área - de saúde, em TURNO. Portanto, a nossa creche funcionará como o Hospital, perfazendo a jornada de 35 horas semanais.

./...

Voces fizeram uma longa caminhada.

- Inscrição
- Prova escrita
- Entrevista no concurso
- Entrevista para conhecer as condições de trabalho
- Concretização do contrato de trabalho
- e finalmente o Treinamento.

Um dos documentos exigidos para se inscrever no Concurso de Recreacionista, foi a Declaração - o comprovante de ter atuado junto às crianças.

Este documento foi exigido, pois desejávamos selecionar entre tantas candidatas, as pessoas que tenham realmente afinidade com crianças, e que realmente gostem das crianças.

Eis uma pergunta: A Banca Examinadora conseguiu atingir o seu objetivo ?

- não podemos saber ... só o tempo dirá.

Talvez, algumas estejam aqui, simplesmente porque queriam trabalhar na Unicamp.

Faço apelo a todas, se gosta um pouquinho, vamos aprender a gostar mais, aprender a respeitar as crianças.

Uma criança é como um cristal.

Usar cristal é elegante, é gostoso, é lindo, é chic; mas não pode ser oferecido a qualquer pessoa que não tem cuidado. A pessoa tem que saber como segurar, como lavar, como enxugar, pois se o toque for inadequado, o cristal se quebra.

Portanto, a criança não pode, não deve ser cuidada por uma pessoa que não sabe lidar com ela !

A poesia fala tanto sobre a pureza, a ingenuidade da criança, mas uma coisa linda é poder presenciar uma cena, um gesto respeitador de um adulto ao lidar com uma criança.

Uma agressão à criança, pode ocorrer de várias formas:

- no tato
- no olhar
- no gesto
- na indiferença.

A criança tem um grau de sensibilidade muito elevado, ela sabe quem realmente gosta dela.

./.

A criança é muito esperta, às vezes a criança deve ser tratada como gente grande.

Se uma criança está triste, se está chorosa, se está irritada, se está abatida, algo está errado. Portanto, converse com ela, procure detectar a causa, perguntando:

- é febre ?
- é doido ?
- está com frio ?
- está com calor ?
- a roupa está molhada ?
- a roupa está apertada ?
- está com fome ?

Não faça, ou melhor não demonstre que a paciência acabou.

A partir de amanhã, gostaria de pedir a todos que se apresentem com:

- Unhas curtas e sem esmalte: unhas longas podem machucar. O esmalte esconde a sujeira embaixo das unhas. Quanto mais longas as unhas, mais ajuntam a sujeira.
- Sem jóias e bijuterias: também facilitam o acúmulo de sujeira.
- Cabelo
- Salto baixo: salto pode provocar queda
- Evitar chinelos, sandálias e tamancos
- Roupas discretas: mini-saia, shorts, blusas decotadas, tiram a liberdade. As mães normalmente gostam de pessoas sérias, carinhosas.
- Não chutar os brinquedos: desprezo, sujeira.
- Não sentar nos colchonetes: as nossas roupas podem estar sujas
- Beijos: evitar a proximidade da boca, nariz
- Evitar abraços fortes: todo exagero é prejudicial
- Não correr: com a criança no colo, poderá provocar acidente.
- Evitar o uso do telefone
- NÃO FUMAR nas dependências:
 - somente fora do prédio
 - lavar às mãos após o fumo.

